UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
TATIANE SOETHE SZLACHTA

O PAPEL DOS DIVERSOS SEGMENTOS SOCIAIS NO GENOCÍDIO DOS POVOS INDÍGENAS LAKLÃNÕ/XOKLENG NA COLÔNIA GRÃO-PARÁ, ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

Tubarão
2020

TATIANE SOETHE SZLACHTA

O PAPEL DOS DIVERSOS SEGMENTOS SOCIAIS NO GENOCÍDIO DOS POVOS INDÍGENAS LAKLÃNÕ/XOKLENG NA COLÔNIA GRÃO-PARÁ, ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Geovan Martins Guimarães, Dr.

Tubarão

2020

TATIANE SOETHE SZLACHTA

O PAPEL DOS DIVERSOS SEGMENTOS SOCIAIS NO GENOCÍDIO DOS POVOS INDÍGENAS LAKLÃNÕ/XOKLENG NA COLÔNIA GRÃO-PARÁ, ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Licenciada em História e aprovado em sua forma final pelo Curso de Licenciatura em História da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 02 de dezembro de 2020.

_____

Professor e orientador Geovan Martins Guimarães, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

_____

Profa. Bruna Cataneo Zamparetti, Ms
Universidade do Sul de Santa Catarina

_____

Profa. Deisi Scunderlick Eloy de Farias, Dra.
Pesquisadora associada ao GRUPEP - Arqueologia

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram comigo durante a elaboração deste trabalho.

Em especial ao meu orientador, Geovan Martins Guimarães, que me apoiou na escolha do tema e durante a pesquisa, sempre me incentivando a ir além.

Ao meu pai Alberto, nona Angelina, nono Elvino e a minha irmã Taiz por me apoiarem durante a graduação e perdoarem as minhas ausências durante a elaboração deste trabalho.

À Danielle Eing, Nathan Damazio e Carolina Porto Luiz pela amizade, pelas conversas, pelo companheirismo durante a graduação, pelo apoio e sugestões neste trabalho.

Ao Christian Westphal e a Simoni Brüning pelos conselhos e pela amizade.

Ao pessoal do GRUPEP – Arqueologia e aos professores do curso de história por todo o conhecimento compartilhado durante o tempo em que convivemos.

À Valdirene Dorigon e Idemar Ghizzo pela ajuda durante a consulta ao Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI e ao Paulo Henrique Lúcio pela ajuda durante a consulta ao Arquivo Público e Histórico Amadio Vittoretti.

Gratidão!!!

“Assim é que a civilização se impõe, primeiro, como uma epidemia de pestes mortais. Depois pela dizimação através de guerras de extermínio e da escravidão. Entretanto, esses eram apenas tão-só os passos iniciais de uma escalada do calvário das dores inenarráveis do extermínio genocida e etnocida.” (DARCY RIBEIRO, 1995).

RESUMO

O presente trabalho parte da necessidade de uma história que reconheça a participação de diversos sujeitos, dando espaço aqueles que durante muito tempo foram marginalizados ou simplesmente excluídos da história oficial. Nesse sentido, propomos avaliar o papel dos diversos segmentos sociais no genocídio dos povos indígenas Laklãnõ/Xokleng na colônia Grão-Pará, entre os séculos XIX e XX, através da descrição do contexto de ocupação pré-colonial na encosta sul da Serra Geral de Santa Catarina, discussão do processo de colonização em Santa Catarina durante os séculos XIX e XX, exame dos relatos de contatos e conflitos entre colonos e indígenas Laklãnõ/Xokleng no território da Colônia Grão-Pará e a análise das medidas tomadas no âmbito da colônia Grão-Pará em relação a presença de indígenas. Através de uma pesquisa bibliográfica e documental, a pesquisa apontou que antes da colonização europeia, o território da Colônia Grão-Pará foi habitado por diversos povos indígenas que se relacionavam com o ambiente de maneira distinta. Dentre eles os caçadores-coletores, os ceramistas Jês Meridionais e os Laklãnõ/Xokleng. No século XIX, a colonização em Santa Catarina avança através do estabelecimento de Colônias Europeias. Intensificam-se então os contatos e conflitos entre os Laklãnõ/Xokleng e os colonizadores. Neste contexto surgem os bugreiros, colonos especializados em caçar e matar os indígenas, com o apoio do Governo, Empresa Colonizadora, polícia e colonos. O extermínio foi então legitimado, deixando os indígenas sem qualquer chance de sobrevivência. Como resultado, antes da metade do século XX os Laklãnõ/Xokleng que viviam na Colônia Grão-Pará são exterminados.

Palavras-chave: Laklãnõ/Xokleng. Colônia Grão-Pará. Genocídio.

ABSTRACT

The present work starts from the need for a history that recognizes the participation of several subjects, giving space to those who for a long time were marginalized or simply excluded from the official history. In this sense, we propose to evaluate the role of the various social segments in the genocide of the Laklãnõ / Xokleng indigenous peoples in the Grão-Pará colony, between the 19th and 20th centuries, by describing the context of pre-colonial occupation on the southern slope of the Serra Geral de santa Catarina, discussion of the colonization process in Santa Catarina during the 19th and 20th centuries, examination of the reports of contacts and conflicts between settlers and Laklãnõ / Xokleng indigenous people in the territory of the Colony Grão-Pará and the analysis of the measures taken within the scope of the Colony Grão-Pará regarding the presence of indigenous people. Through a bibliographic and documentary research, the research pointed out that before European colonization, the territory of Colony Grão-Pará was inhabited by several indigenous peoples who related to the environment in a different way. Among them the hunter-gatherers, the South Jês ceramists and the Laklãnõ / Xokleng. In the 19th century, colonization in Santa Catarina progressed through the establishment of European Colonies. The contacts and conflicts between the Laklãnõ / Xokleng and the colonizers then intensify. In this context, bugreiros appear, colonists specialized in hunting and killing indigenous people, with the support of the Government, Colonizing Company, police and settlers. The extermination was then legitimized, leaving the indigenous people with no chance of survival. As a result, before the middle of the twentieth century the Laklãnõ / Xokleng who lived in the Colony Grão-Pará were exterminated.

Keywords: Laklãnõ / Xokleng. Colony Grão-Pará. Genocide.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sítios arqueológicos pré-coloniais na área de pesquisa. 22
Figura 2: Sítios arqueológicos de Tradição Umbu na área de pesquisa. 24
Figura 3: Sítios arqueológicos Taquara/Itararé na área de estudo.....30
Figura 4: Território abrangido pela Colônia Grão-Pará. 80
Figura 5: Mapa histórico da área da Colônia Grão-Pará com demarcação dos lotes. 81
Figura 6: Propaganda da Colônia Grão-Pará veiculada na Europa em 1883. 84
Figura 7: Lista de passageiros do navio Scrivia. 86
Figura 8: Indígena Laklãnõ/Xokleng com arco e flechas, nos primeiros momentos do contato. 93
Figura 9: Bugreiros e suas vítimas. 118
Figura 10: Ireno Pinheiro em 1972. 120
Figura 11: Vítimas dos bugreiros.....122
Figura 12: Estátua em homenagem a indiazinha Aiurê, localizada no distrito de Aiurê - Grão-Pará. 125
Figura 13: Recibo de pagamento à Bugreiros. 128
Figura 14: Gapen, Japrun e Canharam, os últimos Laklãnõ/Xokleng encontrados no território da Colônia Grão-Pará. 135
Figura 15: Canharam depois do contato com os não-indígenas. 136

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Ações dos indígenas Laklãnõ/Xokleng contra os não-índios. 104
Gráfico 2:Relatos nos documentos consultados acerca de ações do Estado, bem como as falhas para a defesa dos colonos contra ações dos indígenas Laklãnõ/Xokleng. 114
Gráfico 3: Ações dos colonos para sua defesa contra ações dos indígenas Laklãnõ/Xokleng na Colônia Grão-Pará. 117

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA 12
1.1.1 Instrumentos e procedimentos utilizados para coleta de dados 14
1.2 ORGANIZAÇÃO CAPITULAR 17
2 O CONTEXTO DE OCUPAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA NA ENCOSTA SUL DA SERRA GERAL DE SANTA CATARINA 19
2.1 OS CAÇADORES-COLETORES 23
2.2 OS CERAMISTAS JÊS MERIDIONAIS 27
2.2.1 Estruturas de Habitação e Rituais 31
2.2.2 Produção de Artefatos 37
2.2.3 Subsistência 39
2.3 OS LAKLÃNÕ/XOKLENG 41
2.3.1 Padrão de Assentamento 43
2.3.2 Subsistência 45
2.3.3 Cultura Material 50
2.3.4 Rituais 56
3 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO EM SANTA CATARINA DURANTE OS SÉCULOS XIX E XX 62
3.1 MEDIÇÕES DE TERRAS PARA A IMPLANTAÇÃO DAS COLÔNIAS NO SUL DO ESTADO 76
3.2 A COLÔNIA GRÃO-PARÁ 79
3.3 IMIGRANTES EUROPEUS NA COLÔNIA GRÃO-PARÁ 83
4 INDÍGENAS LAKLÃNÕ/XOKLENG E COLONOS NA COLÔNIA GRÃO-PARÁ 92
4.1 CONTATOS AMISTOSOS 96
4.2 A RELAÇÃO CONFLITUOSA 102
4.3 AS MEDIDAS TOMADAS CONTRA OS LAKLÃNÕ/XOKLENG 113
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 138
REFERÊNCIAS 143
APÊNDICES 151
APÊNDICE A – Tabela de Análise dos documentos 152
ANEXOS 238

ANEXO A – Listas dos sítios arqueológicos presentes nos municípios que fizeram parte da Colônia Grão-Pará 239
ANEXO B – Recibos de pagamentos da Empresa Colonizadora aos bugreiros disponíveis no Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI 248
ANEXO C – Documento da Colônia Grão-Pará orientando os colonos sobre como proceder em relação a presença dos Laklãnõ/Xokleng 254

1 INTRODUÇÃO

A colonização europeia do território sul catarinense que hoje corresponde a partes municípios de Lauro Müller, Orleans, Grão-Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis, São Ludgero, Braço do Norte, Armazém e São Martinho se dá a partir da criação da Colônia Grão-Pará. Em decorrência deste empreendimento, a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX são marcadas por conflitos que culminam no extermínio dos povos indígenas Laklãnõ/Xokleng que viviam na região antes da chegada dos imigrantes europeus. Com base no exposto, apresenta-se a seguinte delimitação temática de pesquisa: o papel dos diversos segmentos sociais no genocídio dos povos indígenas Laklãnõ/Xokleng na Colônia Grão-Pará, entre os séculos XIX e XX.

O tema tem sua justificativa na importância do reconhecimento da participação de diversos sujeitos na construção da história, principalmente, dar visibilidade aqueles que durante muito tempo foram marginalizados ou simplesmente excluídos da história oficial. “A periferia do capital era também lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura ‘politicamente correta’ foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos” (CUNHA, 2012, p. 22). Deste modo, a história passa ser contada a partir da chegada do colonizador, ressaltando os elementos ligados a cultura desses grupos, baseada em uma visão bastante eurocêntrica, em detrimento da invisibilização da participação dos indígenas neste processo.

Por muito tempo predominaram duas versões sobre o genocídio ocorrido na colonização das terras do sul de Santa Catarina durante os séculos XIX e XX. A primeira trata os Laklãnõ/Xokleng como vítimas do processo colonizatório e a segunda trata o genocídio deste grupo como algo necessário para o avanço da civilização. Neste sentido, os bugreiros, responsáveis diretos pela execução física dos indivíduos foram vistos de dois ângulos: primeiro como heróis e depois como cruéis assassinos, responsáveis pelo extermínio de milhares de indígenas. Contudo, a história oficial deu pouco enfoque a participação de outros elementos neste processo, dentre eles os colonos, principais afetados pela presença dos indígenas, o Estado e as empresas colonizadoras, responsáveis pela colonização das terras consideradas “vazios demográficos” a fim de levar a civilização a estes locais (SANTOS, 1973, p. 50-51; SANTOS, 1997, p. 19-20; SELAU, 2006, p. 21).

Deste modo, a política de extermínio da população nativa não se resume a barbárie, pois trata-se de um projeto futurístico visando o desenvolvimento econômico da região. A inserção do imigrante europeu na Colônia Grão-Pará desprezou a existência dos povos que habitavam local, a distribuição de terras embora organizada – do ponto de vista dos colonizadores, foi genocida e cruel. Desta forma o trabalho buscou a responder o seguinte problema: qual o papel dos diversos segmentos sociais no genocídio dos povos indígenas Laklãnõ/Xokleng na colônia Grão-Pará, entre os séculos XIX e XX?

Para responder o problema de pesquisa, propomos como objetivo geral avaliar o papel dos diversos segmentos sociais no genocídio dos povos indígenas Laklãnõ/Xokleng na colônia Grão-Pará, entre os séculos XIX e XX. O alcance de tal objetivo se deu através da descrição do contexto de ocupação pré-histórica na encosta sul da Serra Geral de Santa Catarina, discussão do processo de colonização em Santa Catarina durante os séculos XIX e XX, exame dos relatos de contatos e conflitos entre colonos e indígenas Laklãnõ/Xokleng no território da Colônia Grão-Pará e a análise das medidas tomadas no âmbito da Colônia Grão-Pará em relação a presença de indígenas.

1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Quanto ao método de abordagem, o estudo se caracteriza como uma pesquisa dialética que compreende o “debate entre proposições contrárias, e baseada no uso de refutações ao argumento por redução ao absurdo ou falso” (RICHARDSON, 2012, p. 45). Deste modo, “[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc” (GIL, 2008, p. 14).

Nesta pesquisa, foram utilizados dois métodos de procedimento, o monográfico e o histórico. A escolha se deve a preocupação com a profundidade do estudo do objeto, que proporciona o método monográfico e ao estudo se pautar em acontecimentos passados, contemplados dentro do método histórico.

Nesse sentido, para Gil (2008, p. 18), a pesquisa monográfica considera que o estudo aprofundado de um caso pode ser considerado representativo de seus

semelhantes. Assim, no método monográfico são analisados todos os aspectos do objeto de pesquisa e os fatores que o influenciam (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 39). No método histórico, por sua vez, o foco é a investigação registro, análise e interpretação de acontecimentos passados e sua influência na sociedade atual (BEST, 1972 *apud* MARCONI; LAKATOS, 1996, p. 19; PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 36-37).

Considerando os objetivos propostos, classificamos a pesquisa como exploratória pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema para torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses (GIL, 2002, p. 41).

Quanto à coleta de dados, foram adotados como procedimentos a pesquisa bibliográfica e a documental.

Segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 123), a pesquisa bibliográfica abrange fontes secundárias possibilitando ao pesquisador o contato com tudo que já foi publicado em relação ao tema de estudo. Deste modo, a pesquisa com consulta a bibliografias permite ao pesquisador uma ampla cobertura de fenômenos, muito maior do que se poderia pesquisar diretamente. Além disso, esse tipo de pesquisa é indispensável aos estudos históricos, uma vez que muitas vezes não há outra maneira de se conhecer os fatos passados se não por fontes secundárias. (GIL, 2008, p. 50). Nesta fase de consulta a bibliografia, foram examinados, principalmente, relatórios de pesquisa, livros, artigos, monografias, dissertações e teses produzidas pela história, arqueologia e antropologia, que contemplam como tema de pesquisa os indígenas Laklãnõ/Xokleng, a colonização de Santa Catarina e a Colônia Grão-Pará.

De forma a complementar a pesquisa bibliográfica, realizamos uma pesquisa documental, que utiliza fontes primárias que fornecem informações sobre determinado tema (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 118). Conforme, Gil (2002, p. 46),

> Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Nesta etapa de pesquisa consultamos os documentos referentes a Colônia Grão-Pará, disponíveis no Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI), localizado no município de Orleans, o Arquivo Público e Histórico Amadio

Vittoretti, de Tubarão e relatórios da Província de Santa Catarina, disponíveis em formato digital no site do *Center for Research Libraries* (CRL).

1.1.1 Instrumentos e procedimentos utilizados para coleta de dados

Para a pesquisa bibliográfica, inicialmente foram selecionadas as obras referentes ao tema de pesquisa, para que posteriormente fossem lidas. As obras a serem estudadas foram reunidas em uma lista, feita em *excel*, na qual constaram informações sobre a obra, tais como: a referência completa de acordo com as normas da ABNT (contendo autoria, título, ano de publicação, cidade, editora, etc.), citação no formato autor data e os assuntos abordados em forma de palavras-chave. Essa organização permitiu que fossem aplicados filtros para selecionar obras de um determinado autor ou assunto.

De forma concomitante a leitura, foram feitos fichamentos, que permitem a identificação das obras lidas e análise de seu conteúdo. Nesse sentido, para cada obra foi elaborada uma ficha contendo dados referentes a autoria e transcrição de trechos considerados importantes pelo pesquisador. Finalmente as informações obtidas foram reunidas, analisadas e interpretadas para a elaboração do texto final. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 133-134; SILVA; MENEZES, 2005, p. 41-42).

Na pesquisa documental foi adotado um procedimento semelhante. Primeiramente foram consultados os documentos disponíveis no Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI) e no *Center for Research Libraries*(CRL), selecionando os que poderiam fornecer informações importantes para a pesquisa. Cada documento recebeu um número de identificação. Em seguida foi criada uma tabela em *excel* contendo informações sobre o documento, tais como: o número do documento, referência de acordo com as normas da ABNT, tipo de documento, emissor, destinatário, função, ação, data tópica, data cronológica, quantidade de páginas, localização, notação de localização, temas abordados, palavras-chave e observações. Concomitantemente, os documentos foram analisados e em uma ficha individual onde foram anotados o número do documento, a referência de acordo com as normas da ABNT, palavras-chave, resumo, comentários e citações ou transcrição do documento. Por fim, assim como na

pesquisa bibliográfica, as informações obtidas foram reunidas, analisadas e interpretadas para a elaboração do texto final.

O primeiro Arquivo a ser consultado foi o CEDOHI. A visita foi agenda por *e-mail* e realizada no dia 3 de março de 2020. Em seu acervo, estão contidos os documentos referentes a Colônia Grão-Pará, mais especificamente, da empresa que colonizou aquelas terras. São eles: cartas, livros administrativos e contábeis, documentos referentes aos indígenas que habitaram a região, a atuação dos bugreiros e diários de bordo de navios de imigrantes. Os funcionários responsáveis pelo arquivo, Valdirene Dorigon e Idemar Ghizzo, afirmaram que o acervo contém cerca de 250 mil documentos da empresa colonizadora.

> Além da documentação do início da colonização, também compõe o acervo do CEDOHI documentos do poder público municipal, Prefeitura Municipal de Orleans (1913 a 1954) e Câmara de Vereadores (1946 a 1999), Semana Cultural de Orleans (SECOR) entre outros (MUSEU AO AR LIVRE PRINCESA ISABEL, 2020).

Considerando o objetivo deste trabalho, a pesquisa se restringiu aos documentos referentes a Colônia Grão-Pará. Foram consultados documentos relacionados a presença de indígenas e a atuação de bugreiros na região, previamente selecionados pelos funcionários do arquivo, além do relatório de 1880, cartas e documentos relacionados a finanças, recibos e contas da empresa e particulares. Ao examinar o material, foram selecionados para a pesquisa 10 documentos.

Durante a visita ao arquivo, os funcionários foram questionados sobre alguns documentos transcritos por Dall'Alba (1973, 1986, 2003) e Lottin (2002), mas não puderam disponibilizar este material para a consulta pois não sabiam sua localização dentro do acervo. Para obter mais dados para a pesquisa, teria que ser realizada uma nova consulta à instituição. Contudo, devido a pandemia de Covid-19, o arquivo cessou os atendimentos ao público.

Na semana seguinte, dia 9 de março de 2020, foi realizada a consulta ao Arquivo Público e Histórico Amadio Vittoretti. O agendamento da visita foi realizado por mensagem com o historiador e funcionário do arquivo, Paulo Henrique Lúcio. Ao contrário do CEDOHI, esta instituição não tem seu acervo dividido por fundos. O acervo histórico da instituição é organizado por temas. Os jornais, por sua vez, são organizados por data, dificultando a pesquisa por tema específico.

Primeiro foram consultados os jornais compreendidos entre o período de 1879 a 1952. Dentre eles estavam: A Imprensa, Folha do Sul, Tubaronense, O Lápis, O Município – Laguna, Vanguarda, A Várzea, O Debate, O Escopro, e Jornais Diversos. Neles foi encontrada apenas uma notícia sobre a presença de índios em Anitápolis. O funcionário do arquivo informou que existia no acervo um jornal contendo uma matéria sobre os últimos indígenas encontrados na região, mas ele não foi encontrado durante a visita.

Além dos jornais foram consultadas três caixas de documentos históricos onde constavam os seguintes temas:

- Caixa 03: documentos doados por cartórios e outros, telegramas da comarca 1951, associação dos ex-combatentes, caminho da Serra (1ª Cavalgada rota tropeira);
- Caixa 17: açorianos, escravos, textos italianos, documentos históricos e extratos de livros;
- Caixa 38: Orleans e diversos.

No entanto, nenhum documento relacionado ao tema desta pesquisa foi encontrado nestas caixas.

Embora estivesse planejada a consulta apenas aos dois arquivos já citados, durante o desenvolvimento da pesquisa decidimos pesquisar acervos *online*. Nesse sentido, foram realizadas buscas no Arquivo Histórico Ultramarino - AHU e Arquivo Nacional Torre do Tombo - ANTT. Ambas instituições estão sediadas em Portugal, mas possuem parte do acervo digitalizada e disponível para consulta *online*. Além das instituições estrangeiras, citadas anteriormente, consultamos o Arquivo Nacional - AN, instituição brasileira que contém documentos públicos do Governo Brasileiro.

Tais instituições arquivísticas estão divididas por fundos que formam um vasto acervo. Considerando o grande volume de documentos no acervo e ao fato de que não foram encontrados documentos que contivessem as palavras-chave utilizadas na pesquisa, optamos por não analisar documentos destas instituições, pois não seria possível realizar uma busca aprofundada dentro do prazo de realização da pesquisa.

Além dos acervos digitais já citados, foi realizada a consulta ao *Center for Research Libraies* (CRL). Sediada nos Estados Unidos, a instituição consiste em um consócio internacional de universidades, faculdades e bibliotecas de pesquisa fundado em 1949 com o objetivo de tornar as fontes primárias raras e incomuns do mundo todo mais acessíveis aos pesquisadores nas áreas de humanidades e ciências

sociais (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2020). O arquivo contempla em seu acervo documentos digitalizados e torna possível a pesquisa por coleção, recursos, sujeito, país, língua, tipo e mídia de origem. Usando estes filtros foi possível selecionar no acervo documentos do Governo Brasileiro do período imperial ao republicano contendo relatórios de presidentes, ministérios e províncias/estados. Posteriormente, o filtro foi restringido aos relatórios da presidência das províncias, onde foi possível selecionar 146 documentos relacionados a Santa Catarina no período compreendido entre 1835 e 1930. Apesar do grande número de documentos ser um obstáculo à viabilidade da pesquisa, a possibilidade de buscar palavras-chave em seu conteúdo tornou a pesquisa neste acervo possível.

Deste modo, a pesquisa documental foi realizada em três instituições arquivísticas: o Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI), o Arquivo Público e Histórico Amadio Vittoretti e o *Center for Research Libraies* (CRL). Também foram analisados documentos da Colônia Grão-Pará que foram extraídos do livro “Colônia Imperial de Grão-Pará: 120 anos”, autoria de Jucely Lottin (LOTTIN, 2002).

1.2 ORGANIZAÇÃO CAPITULAR

Em relação a sua estrutura, o trabalho foi organizado em cinco capítulos.

No primeiro, foram apresentados os aspectos introdutórios da pesquisa, delimitando o problema e os objetivos da pesquisa, bem como sua metodologia.

No segundo capítulo é feita uma descrição do contexto de ocupação pré-histórica na encosta sul da Serra Geral de Santa Catarina através da caracterização da área de pesquisa, dos grupos humanos que a ocuparam antes da colonização e os vestígios por eles deixados. Como principais referências, neste este capítulo foram utilizados: Beber (2004), Claudino (2011), Farias (2005), Farias e Kneip (2010), Farias e Neu (2010), Farias, Neu e Rampazzo, 2015, Lavina (1994), Noelli e Souza (2017), Paula (1924), Perin (2007), Perin, Herberts e Oliveira (2019), Prous (1992, 2006), Santos (1973, 1978, 1997), Schmitz (2013), Schmitz *et al* (2010) e Silva (2016).

No capítulo 3, descrevemos o processo de colonização catarinense durante os séculos XIX e XX, relacionando o contexto estadual à legislação da época e a questão

indígena. Para isso, as principais referências utilizadas foram: Cunha (2012), Piazza (1994), Santos (1973, 2004), Selau (2006), Tonetto, Ghizzo e Pirola (2015) e Waibel (1949), além de alguns documentos da época. Ainda neste capítulo, abordamos o processo de criação e desenvolvimento da Colônia Grão-Pará, a chegada dos imigrantes e o tratamento dado a eles, utilizando como referência principais Dall'Alba (1986, 2003), Lottin (1998, 2002,2009), Selau (2006) e Piazza (1994).

O capítulo 4 foca em relatos de contatos e conflitos entre os Laklãnõ/Xokleng e os colonos na Colônia Grão-Pará, além das medidas tomadas em relação a presença dos indígenas, relacionando os fatos ocorridos na referida colônia com o contexto estadual. Como principais referências usamos documentos da época além de bibliográficas como: Dall'alba (1973, 1986, 2003), Dalmagro (2012), Laraia (1986) e Lottin (1998, 2002, 2005).

Por fim, o capítulo 5 faz uma recapitulação dos principais resultados apresentados no decorrer da monografia e reflete a respeito de possiblidades de realização de futuras pesquisas relacionadas ao tema.

2 O CONTEXTO DE OCUPAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA NA ENCOSTA SUL DA SERRA GERAL DE SANTA CATARINA

O território que pertenceu a Colônia Grão-Pará está localizado no sul do estado de Santa Catarina, de acordo com Farias (2005, p. 70) a área é zona de transição entre a Serra Geral e o litoral, denominada “encosta” (FARIAS, 2005, p. 70). Sua localização, faz com que seu relevo tenha “características bastante peculiares quanto aos dois grandes domínios que separa: as terras altas do planalto e o litoral – estreita faixa de terra que cobre toda a extensão do Estado de Santa Catarina” (FARIAS, 2005, p. 70). Portanto, sua geomorfologia é determinada por “Bacias e Coberturas Sedimentares (Depressão da Zona Carbonífera Catarinense), os Patamares da Serra Geral e a Serra Geral, elementos que configuram o relevo e a paisagem característica das áreas de encosta no Estado de Santa Catarina.” (PERIN, 2007, p. 17).

A primeira das unidades geomorfológicas, a Depressão da Zona Carbonífera Catarinense, está compreendida em faixa que acompanha a escarpa da Serra Geral, no sentido Sudoeste a Nordeste apresentando um relevo marcado por colinas, vales encaixados e vertentes íngremes, fatores favoráveis ao intemperismo e os movimentos de massa (PERIN, 2007, p. 20). A Unidade Geomorfológica Patamares da Serra Geral, representa “[...] testemunhos do recuo da linha da escarpa conhecida como Serra Geral, a qual se desenvolveu nas sequências vulcânicas e sedimentares da cobertura da Bacia Sedimentar do Paraná.” (SANTA CATARINA, 1986 *apud* PERIN, 2007, p. 20). A última unidade geomorfológica é a Serra Geral, divisa política e natural dos municípios de Rio Fortuna e Grão-Pará com Urubici, que apresenta formas abruptas no relevo que atuam como marcos na paisagem local e influenciam o clima da região (PERIN, 2007, p. 20-21).

A hidrografia do território pesquisado é formada por inúmeros rios que vão desaguar no Rio Braço do Norte, um afluente do Rio Tubarão. Portanto, a área de pesquisa faz parte da Região Hidrográfica Sul Catarinense.

A Região Hidrográfica Sul Catarinense (RH-09) apresenta como principais cursos de água as bacias dos rios Tubarão e D’Una. A bacia do rio Tubarão é a mais expressiva da região. Nasce na encosta da Serra Geral, na confluência dos rios Bonito e Rocinha. A jusante da cidade de Lauro Müller passa a denominar-se Rio Tubarão, com uma área drenada de aproximadamente 5.640 km² e uma densidade de drenagem de 1,45 km/km². Atingindo 19 municípios da região, desemboca a 120 km

de sua nascente, na Lagoa de Santo Antônio dos Anjos, município de Laguna. Esse rio possui, como principais afluentes, os rios Braço do Norte, Capivari, Laranjeiras e Congonhas (margem esquerda), e rio Palmeiras e Pedras Grandes/Azambuja pela margem direita (Santa Catarina, 1997 *apud* FARIAS, 2005, p. 67).Se tratando de vegetação, a região de encosta da Serra Geral, é marcada pela presença da Floresta Ombrófila Densa com áreas de Floresta Ombrófila Mista, podendo apresentar áreas com espécies pertencentes as duas formações caracterizando uma região de ecótono (KLEIN, 1978 *apud* PERIN, 2007, p. 38).

A Floresta Ombrófila Densa é caracterizada principalmente por vegetação densa, árvores “com copas largas, geralmente densifoliadas e perenefoliadas as árvores maiores apresentam de 25 a 35 metros de altura” (PERIN, 2007, p. 39). Dentre as espécies encontradas neste domínio estão as bromeliáceas, orquidáceas, aráceas, piperáceas, gesneriáceas, cactáceas e diversas famílias das pteridófitas, além do predomínio da canela-preta (*Ocotea catharinensis*), caxeta-amarela (*Chrysophyllum viride*) e do palmiteiro (*Euterpe edulis*) (Klein,1978 *apud* FARIAS, 2005, p. 74). Das espécies citadas, destaca-se o palmiteiro (*Euterpe edulis*), devido a sua abundância, valor nutritivo e curto ciclo de vida, fatores que faziam dele um dos alimentos que propiciavam o sustento de grupos pré-históricos (FARIAS *et al*, 2016).

A Floresta Ombrófila Mista, por sua vez, apresenta espécies como a *Myrceugenia eunosa, Drimys brasiliensis, Ilex microdanta, Nectandra megapotamica, Sloanea monosperma, Cupania vernalis* e *Matayba elaegnoides* (KLEIN, 1978 *apud* PERIN, 2007, p. 43-44). Com destaque para a Araucária angustifólia, que produz o pinhão, uma semente comestível que apresentou um papel importante na subsistência de grupos pré-históricos, e que ainda hoje é consumida pelas populações locais (CLAUDINO, 2011, p. 39). A Floresta Ombrófila Mista é encontrada, no ambiente de pesquisa, em zonas de transição com a Floresta Ombrófila Densa, em áreas que ultrapassam os 500 metros de altitude com temperatura média de15°C (PERIN, 2007, p. 42).

Além das fontes de alimento vegetais, a fauna da região também se apresenta como uma fonte de proteína tanto para os grupos pré-históricos quanto para os grupos que passaram habitar a região a partir da colonização europeia. Nela estão presentes:

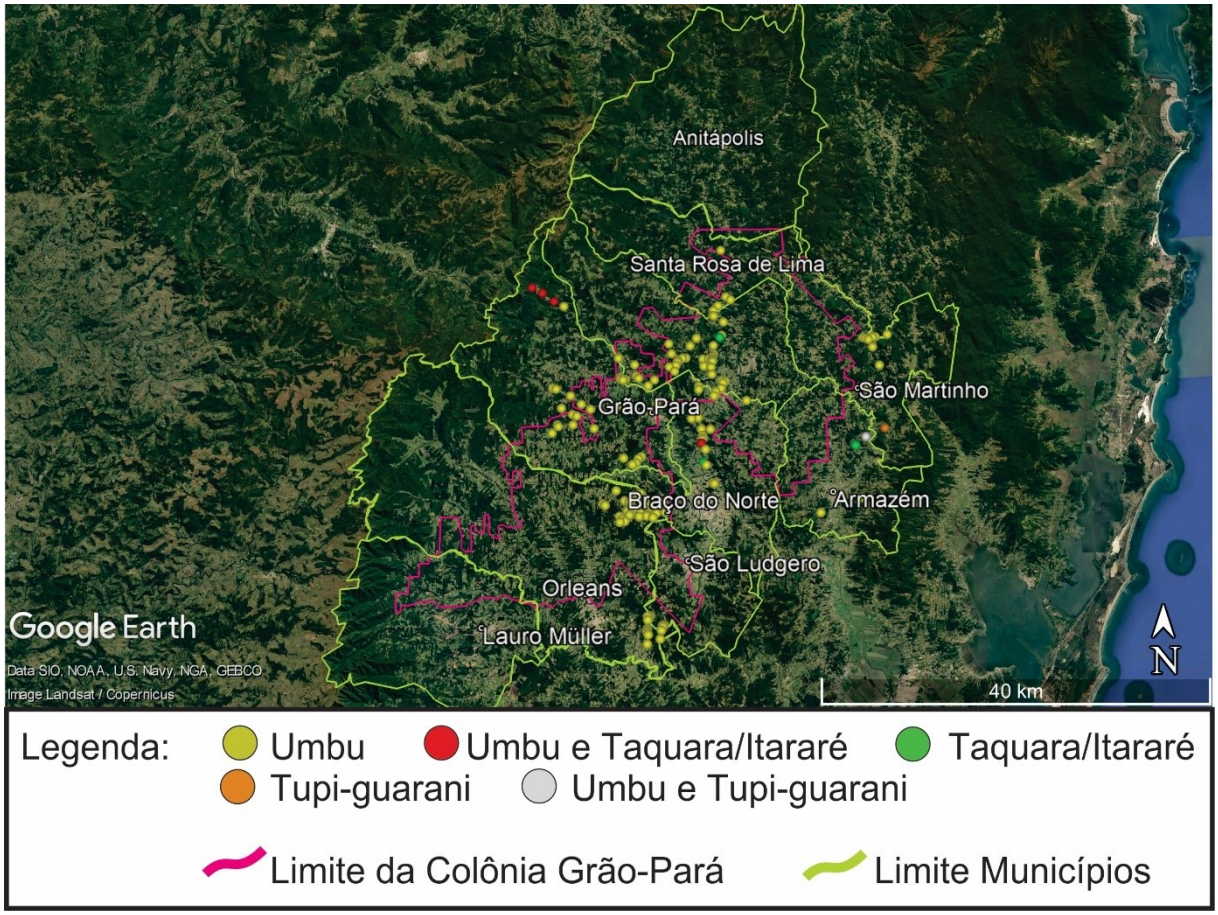
> [...] animais aquáticos, como moluscos, peixes (principalmente traíras, cascudos, jundiás e lambaris) e tartarugas, facilmente encontrados ao longo dos rios; animais terrestres, representados por gambá, cuíca e guaiquica

> (Marsupialia), tatu e tamanduá (Edentata), bugio e mico (Primatas), guará, graxaim, coati, mão-pelada, irara, furão, lontra, ariranha, gato-do-mato, puma, jaguatirica e onça (Carnivora), anta (perissodactyla), porco-do-mato e veado (Artiodactyla), ouriço-cacheiro, preá, capivara, paca, cutia (Rodentia) e tapiti (Lagomorpha); quanto às aves, verificou-se a presença de macuco, inhambu, jaó, perdiz, codorna (Tinamidae), carcará, socó e savacu (Ardeidae), cegonha (Cicomiidae), íbis (Threskiornithidae), flamingo (Phoenicopteridae), tachã (Anhimidae), cisne e marreca (Anatidae), urubu (Cathartidae), gavião (Accipitridae), falcão, caracará (Falconidae), aracuã e jacu (Cracidae), uru (Phasiamidae), carão (Aramidae), saracura e frango d'água (Relidae), seriema (Cariamidae), jaçanã (Jacanidae), pirú-pirú (Heamatopodidae), quero-quero e babuíra (Charadriidae), maçarico e narceja (Scolopacidae), periquito e papagaio (Psitacidae), pomba (Columbidae), Tucano (Ramphastidae) e gralha (Corvidae); encontrou-se ainda quelônios, répteis, anfíbios e insetos, dos quais destacam-se as abelhas que produzem o mel, importante fonte proteica para os grupos indígenas. (FARIAS, 2005 *apud* FARIAS; NEU; RAMPAZZO, 2015, p. 355).

As espécies citadas ainda são encontradas na região, mas segundo Bloemer (2008, p. 33), "Espécies como o catete, a capivara e o macuco que foram fundamentais na alimentação dos primeiros habitantes e depois dos colonos hoje estão praticamente extintas".

Com base no exposto, é possível afirmar que a região de encosta da Serra Geral apresenta inúmeros recursos ambientais, o que atraiu diversos grupos humanos para a região. Apesar de hoje não existirem mais grupos indígenas vivendo na área de pesquisa, os sítios arqueológicos e vestígios neles contidos corroboram com tal afirmação.

Figura 1: Sítios arqueológicos pré-coloniais na área de pesquisa.



Fonte: elaborado pela autora.

Como pode-se observar na figura 1 (acima), durante a pré-história, a área de pesquisa foi território de vários grupos humanos distintos, de caçadores-coletores à ceramistas, que ocuparam o território muito antes da chegada do europeu, usando os recursos ambientais de maneiras distintas.

Esses recursos englobam a matéria-prima para produção de artefatos líticos tais como: o quartzo, calcedônia, granito, gnaisse e micaxisto que, apesar de serem de baixa qualidade, podiam ser trabalhados pelo artesão (FARIAS, 2005, p.80). O solo de média qualidade, hoje usado na agricultura, principalmente para a plantação de fumo, milho e feijão se apresentou como um fator estratégico para atração de grupos forrageadores e ceramistas (DE BLASIS, 1996 *apud* FARIAS; NEU; RAMPAZZO, 2015, p.339; FARIAS, 2005, p.80-81). “A hidrografia local propiciaria ao grupo alimentos para a subsistência e matéria-prima para a produção de artefatos. (FARIAS; NEU; RAMPAZZO, 2015, p.339).

O ambiente também oferecia recursos vegetais o ano todo, podendo ser obtidos recursos do litoral e do planalto, percorrendo menos de 60 km entre um ponto

e outro (FARIAS; NEU; RAMPAZZO, 2015, p. 348). Elementos como o palmito e o cará, estavam disponíveis durante todo o ano em abundância, já no inverno podiam contar ainda com o pinhão, atraindo também espécies animais que ajudavam na dispersão de sementes, podendo servir como uma complementação alimentar para os grupos humanos (FARIAS, 2005, p.81-82; FARIAS *et al*, 2016, p.143; FARIAS; NEU; RAMPAZZO, 2015, p. 348).

Deste modo, conforme Farias (2005, p.82),

> a encosta tinha uma função estratégica na subsistência do grupo, não podendo ser descartada, ou apenas transformada em local de passagem. Por estar situada entre o litoral e o planalto, possui relevância habitacional e estratégica. Forrageadores e ceramistas, certamente, transitavam nesses três ambientes, usufruindo a diversidade da fauna e da flora, circulando livremente por toda a extensão dessa encosta, de norte a sul.

Assim, Farias (2005, p.83-84) sugere que a área de pesquisa possibilitava o estabelecimento de grupos com menor mobilidade, fazendo da encosta da Serra Geral, mais que um lugar de passagem. Por apresentar recursos diversos no decorrer do ano, um elemento que se escasseava poderia ser substituído por outro, complementando a dieta do grupo. “Com isso, a encosta deixa de ser um espaço de transição e passa a ser entendida como um local de ocupação efetiva de grupos relativamente estáveis, que teriam ali um ambiente propício para sobreviver” (FARIAS; NEU, 2009, p.102).

Um maior aproveitamento do ambiente exigia desses grupos um amplo saber ecológico, essa integração ao meio ocorre lentamente, em processos adaptativos. Os recursos estavam naturalmente disponíveis, mas exigiam conhecimento para seu melhor aproveitamento. Saber quais plantas servem para alimentação, produção de remédios e construção de moradias, bem como o período em que estão disponíveis. Além de reconhecer a qualidade do solo e a época adequada para o plantio, o ciclo reprodutivo dos animais e as reservas minerais que oferecem material propício a produção de seus artefatos (FARIAS, 2005, p.80-84).

2.1 OS CAÇADORES-COLETORES

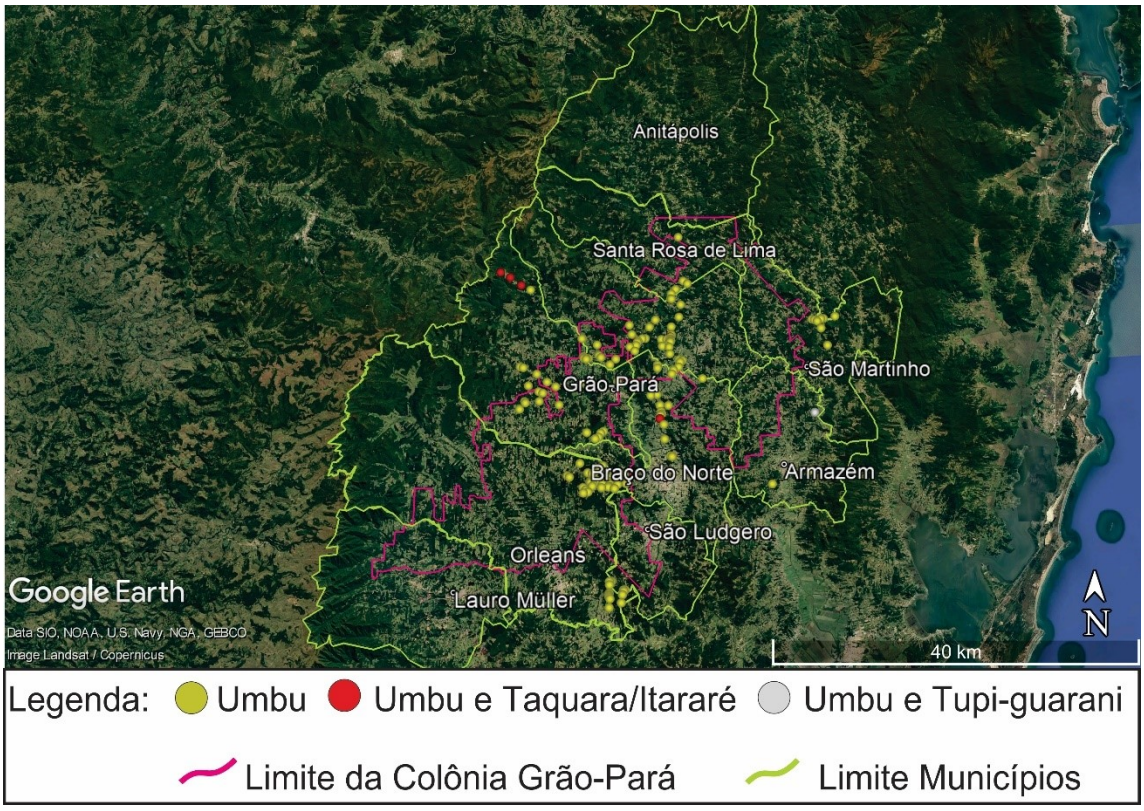
Entre 8.000 e 11.000 anos AP, grupos humanos já haviam se instalado em boa parte do território brasileiro e a partir de 5.000 anos AP, o crescimento de sítios registrados indicam um aumento populacional (PROUS, 1992, p.145). Além disso,

segundo Prous (1992, p.145), “existiram várias culturas durante esse período, caracterizadas sobretudo pelo instrumental lítico e as vezes, também, pelo nicho ecológico explorado. Várias dessas culturas foram contemporâneas, eventualmente ocupando territórios vizinhos”.

No Sul do país o início da povoação se dá por volta de 12.000 AP, quando chega a primeira leva humana de caçadores-coletores, instalando-se no interior, nas várzeas dos grandes rios, mantendo seu comportamento e estabilidade tecnológica até cerca de 1.000 AP quando supostamente desaparecem em contato com grupos ceramistas Jê e Tupi-Guarani (FARIAS, 2005, p.44; FARIAS e KNEIP, 2010, p.15; FARIAS e NEU, 2010, p.123).

Já o território da Colônia Grão-Pará, inserido na área de Encosta da Serra Geral de Santa Catarina, não apresenta datas suficientes para determinar o início da ocupação de seu território. Esta área ganhou mais visibilidade com os trabalhos de Farias (2005), que demonstrou ser a encosta uma área efetivamente ocupada na pré-história por grupos caçadores-coletores ligados a Tradição Tecnológica Umbu (PERIN, 2007, p.46).

Figura 2: Sítios arqueológicos de Tradição Umbu na área de pesquisa.



Fonte: elaborado pela autora.

Na figura 2 é possível verificar que existe um grande número de sítios de tipologia Umbu na área de estudo.

Segundo Prous (1992, p.145), as tradições tecnológicas “são baseadas na presença (ou ausência), nos componentes arqueológicos estudados, de traços distintos, particularmente tecnológicos, cujo valor como ‘fóssil-guia’ é ainda muitas vezes duvidoso”. Segundo o autor, no sul do Brasil as tradições são melhor definidas, devido a intensidade das pesquisas já realizadas (PROUS, 1992, p.148). Assim, do Rio Grande do Sul ao Paraná são conhecidas duas grandes tradições tecnológicas líticas, uma apresentando indústria feita a partir de blocos e outra a partir de lascas, podendo coexistir em uma mesma região, sucedendo-se ou alternando-se em alguns sítios (PROUS, 1992, p.148). Estas tradições líticas foram denominadas de Tradição Umbu e Tradição Humaitá pelos pesquisadores do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA, existindo manifestações culturais que não se integram em nenhuma delas (PROUS, 1992, p.148).

Nesse sentido, a Tradição Umbu, presente nos sítios mapeados na área de pesquisa, seria genericamente caracterizada

> pela presença de pontas de projétil e de uma indústria lítica com lascas retocadas. O retoque é frequentemente feito com cuidado, podendo ocupar toda a superfície de uma ou de ambas as faces da lasca. Os portadores desta indústria parecem ter ocupado as regiões menos arborizadas; realizando raras incursões nas encostas do planalto, chegaram até o litoral em pelo menos dois pontos. Tardiamente, parece que se espalharam por vários vales, influenciando no Rio Grande do Sul portadores da outra grande Tradição (Humaitá), que adotaram as pontas de flecha (PROUS, 1992, p.149).

Segundo Schmitz (2013, p.8), a presença deste grupo nas matas da encosta do planalto ao leste e nas matas do Alto Uruguai a oeste se dá a partir de 8.000 anos AP. Os caçadores-coletores portadores da Tradição Umbu formariam, conforme Prous (2006, p.35), “bandos pouco numerosos e de alta mobilidade dentro de seu território”. Estariam bastante dispersos na América do Sul, presentes em território brasileiro no sul do estado de São Paulo e em todos os estados da região sul, assentando-se em locais com bom potencial extrativo de onde retiravam alimento e matéria prima para produção de artefato (FARIAS, 2005, p.46; PERIN, 2007, p.46).

Deste modo,

> A hidrografia e a topografia eram importantes para a escolha desses locais. Encontravam-se assentamentos junto a pequenas calhas fluviais, como em

> colinas, colos e platôs mais interiorizados. Esses locais apresentavam condições ambientais favoráveis à sobrevivência, como áreas de florestas com significativo potencial alimentar através de coleta e caça, rios que além de peixes e moluscos, ofereciam seixos aproveitáveis para o lascamento e, em alguns casos, afloramentos rochosos propícios à produção de artefatos líticos. (FARIAS, 2005, p.46).

Portanto, o grupo teria ocupado áreas menos arborizadas entre o litoral e a encosta, raramente chegavam ao litoral, fazendo incursões no planalto. Utilizavam tanto abrigos como áreas abertas, que podiam apresentar pequenos aterros. Os sítios podiam ser ao mesmo tempo acampamento e oficina para produção de artefatos, localizados próximos de rios, arroios, banhados e lagoas (FARIAS, 2005, p.49-51; FARIAS; NEU, 2010, p.124-125).

Os sítios de habitação em terraço ocupam geralmente uma área de vinte a oitenta metros de diâmetro, podendo as oficinas atingir uma extensão muito maior. A camada de ocupação pode apresentar sedimento escuro e não ultrapassa vinte centímetros. A estrutura interna dos locais de moradia é desconhecida, a não ser pela presença de fogueiras circulares em breves referências (PROUS, 1992, p.150).

Segundo Perin, (2007, p.48) “Poucos abrigos foram utilizados para sepultar os mortos” na área de pesquisa.

Quanto a produção artefatual, predominava a confecção de instrumentos líticos, mas também eram utilizados ossos de animais. Na escolha de matéria prima, davam preferência a rochas mais frágeis, como o quartzo, o sílex, a calcedônia e a ágata, por serem mais propícias ao lascamento e retoques por pressão (PROUS, 1992, p.151). Segundo Farias (2005, p.23-24), além das matérias primas citadas por Prous (1992, p.151) eram utilizados o basalto, o arenito silicificado e outros disponíveis e passíveis de lascamento. Além disso, a matéria prima era coletada nos rios ou nos locais de afloramento e a técnica usada na produção de artefatos era a percussão direta (unipolar e bipolar) e nos retoques era empregado a pressão (FARIAS, 2005, p. 23-24).

Dentre os artefatos, destacam-se as pontas de projétil, encontradas em quantidade e tipos variados: foliáceas bifaciais ovais ou triangulares de corpo triangular com pendúnculo, com ou sem aletas, por vezes com os bordos serrilhados. São geralmente pequenas e usadas como flecha para arco. Outras de formato maior são consideradas armações de lança (PROUS, 1992, p.151).

Além das pontas de projétil, eram fabricados “lascas, poucas lâminas, facas bifaciais, raspadores médios ou pequenos, furadores, folhas bifaciais, bifaces, percutores, lesmas, buris, talhadores (choppers e chopping-tools), grandes bifaces, suportes de percussão, mós, bolas com ou sem sulcos, lâminas polidas de machado, polidores e picões” (FARIAS, 2005, p.54-55). Também havia furadores, espátulas, anzóis, agulhas fabricadas em osso; adornos feitos de dentes; e contas de colar feitas da carapaça de moluscos (PROUS, 2006, p.35; SCHMITZ, 1991, p.15 *apud* PERIN, 2007, p.47).

Em sua tese de doutorado, Farias (2005) mapeou vários sítios líticos vinculados a Tradição Umbu na região da AMUREL (FARIAS; NEU, 2010, p.124), que contempla boa parte do território da Colônia Grão-Pará. Além disso,

> As datas obtidas [na região] informam que ocorreu algum tipo de integração entre os grupos Jê e os caçadores-coletores. Utilizando o modelo Xokleng, Farias (2005) sugere que o tipo de assentamento apresentado pelas estruturas encontradas indica um local de utilização por grupos menores em cabanas isoladas, justificando a pouca densidade de vestígios materiais. Estabelece, então, um modelo com unidades habitacionais maiores, onde o grupo se concentraria por mais tempo e em pequenas unidades, entendidas como abrigos temporários, que os supriria durante a saída para caça ou coleta. Além desses dois tipos, contaríamos ainda com os locais de atividade específicas relacionados a produção de artefatos de atividade ritualísticas (FARIAS; KNEIP, 2010, p.24).

Desta forma, os caçadores-coletores são reconhecidos como o primeiro grupo humano a povoar a área de pesquisa. Posteriormente, com a chegada de grupos Jês, ocorre um contato de culturas distintas onde uma influência a outra, o que poderia resultar em uma integração entre os grupos.

2.2 OS CERAMISTAS JÊS MERIDIONAIS

Além dos caçadores-coletores, as evidências arqueológicas apontam para a existência de outro grupo humano habitando a encosta da Serra Geral em sua pré-história. Este grupo, segundo estudos linguísticos, teria iniciado sua migração do Planalto do Brasil central, mais especificamente de alguma área situada entre as nascentes dos rios Araguaia e São Francisco, em direção ao Sul há cerca de 3.000 anos, devido a uma seca que tornou os recursos de subsistência insuficientes para alimentar a população que ali vivia. Pouco se sabe sobre os passos destes primeiros migrantes, mas acredita-se que teriam sido poucos, móveis e dispersos, expandindo-

se em vários fluxos migratórios. Os estudos arqueológicos e datações já realizados apontam para uma migração iniciada a partir do estado de São Paulo em sentido norte-sul, seguindo a rota através da borda leste do Planalto Paulista e Paranaense em direção ao sul. Aos poucos esses migrantes Macro Jê foram se diferenciando linguisticamente, fazendo surgir deste tronco linguístico novas famílias e dialetos, como é o caso dos atuais Xokleng e Kaingang. (BEBER, 2004, p.148; NOELLI; SOUZA, 2017, p. 68; NOGUEIRA; SCHMITZ; ROGGE, 2015, p.37; PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.582; SCHMITZ, 2013, p.8; SCHMITZ; ROGGE, 2013, p.9-10; 29-30;).

A divisão linguística ocorreu a partir de dois grupos: o oriental e o ocidental. O primeiro formado pelos Kaingang e Xokleng e o segundo pelos, já extintos, Ingain e Kindá. A divergência linguística entre estes dois grupos teria ocorrido por volta de 840 AD e a separação linguística entre Kaingangs e Xokleng por volta de 1.390 AD (JOLKESKY, 2010 *apud* NOELLI; SOUZA 2017, p. 60; (JOLKESKY, 2010 *apud* CORTELETTI *et* al, 2016b, p.200; PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.582). De acordo com informações de Wiesemann (1978 *apud* PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.582) “o primeiro grupo a migrar foi o Xokleng, ocupando a encosta e a borda do planalto da Serra Geral catarinense”.

Vale ressaltar que ao mesmo tempo que os grupos Jês migravam outros grupos indígenas faziam o mesmo, como no caso dos “Guarani, pelo Mato Grosso do Sul e oeste paulista, e Tupinambá, para o sul, via litoral Atlântico, e interior, pela divisa São Paulo-Minas Gerais (CORRÊA, 2014 *apud* NOELLI; SOUZA, 2017, p. 69). Estes grupos teriam disputado territórios com os Jês, que haviam chegado primeiro para ocupar os vales de grandes rios e à beira-mar. Como resultado dessa disputa territorial, os Jês “foram empurrados para os biomas com predomínio de campo, enquanto os dois conjuntos Tupi conquistaram as áreas do bioma Mata Atlântica (BROCHADO, 1984 *apud* NOELLI; SOUZA, 2017, p. 69; NOELLI, 2004 *apud* NOELLI; SOUZA, 2017, p. 69).

Em Santa Catarina, os Jês marcaram sua presença tanto no litoral quanto no planalto, mantendo contato e associando-se as populações já existentes na região (SCHMITZ *et al*, 2009 *apud* PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.582). Como descrito anteriormente, os Guarani, a partir de 700 AP foram empurrando os grupos Jês do litoral para o interior, onde encontraram terras mais altas e frias com predomínio da floresta de araucária (NOELLI, 1999-2000 *apud* SILVA, 2016, p. 57-58;

PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.582). Segundo Bauermann *et al* (2009 *apud* SCHMITZ; ROGGE, 2013, p.11), as pesquisas arqueológicas mostram a simultaneidade da ocupação Jê no planalto e no litoral. Baseados nesta afirmação, Schmitz e Rogge (2013, p.11) alegam que:

> Em cada um desses ambientes a ocupação assumiu características próprias: no planalto, com a exploração predominante do pinhão, primeiro em acampamentos, depois com casas subterrâneas mais estáveis; no litoral, com a pesca marinha, primeiro um cemitério de grupos migrantes, depois aldeias a céu aberto.

Deste modo, em meados do primeiro milênio da era cristã começam a surgir os primeiros assentamentos com estruturas subterrâneas no planalto dos estados sulinos. Mais tarde, no século IX aparece a cerâmica com características da chamada Tradição Itararé. (SCHMITZ, 2013, p.14-15). A expansão da Floresta Mista com araucária vai invadindo áreas antes abertas com campos e vegetação herbácea (NOGUEIRA; SCHMITZ; ROGGE, 2015, p.37; SCHMITZ; ROGGE, 2013, p.30), contribuindo com a subsistência destes grupos, baseada na coleta do pinhão e na caça de animais atraídos por sua maturação.

De forma simultânea ao aparecimento dos sítios no planalto, aparecem os indícios de sua presença no litoral. Já no século IX, os Jês do litoral dominam a cerâmica e constroem aldeias e a partir delas exploram a pesca, coleta e caça de animais marinhos e terrestres. Nesse ambiente eles se associam biológica e culturalmente aos sambaquieiros, antigos moradores do litoral. Uma evidência dessa associação entre os dois grupos é a presença da cerâmica Itararé em camadas superficiais de sambaquis (BEBER, 2004, p.76-77; SCHMITZ, 2013, p.16-17). Segundo Beber (2004, p.77), há arqueólogos argumentando que

> os sítios no litoral e no interior tenham feito parte de uma rede de abastecimento que integrou movimentos migratórios sazonais, buscando a exploração dos três ambientes: o litoral – rico em recursos marinhos; o planalto – com a mata com araucária; e a Mata Atlântica.

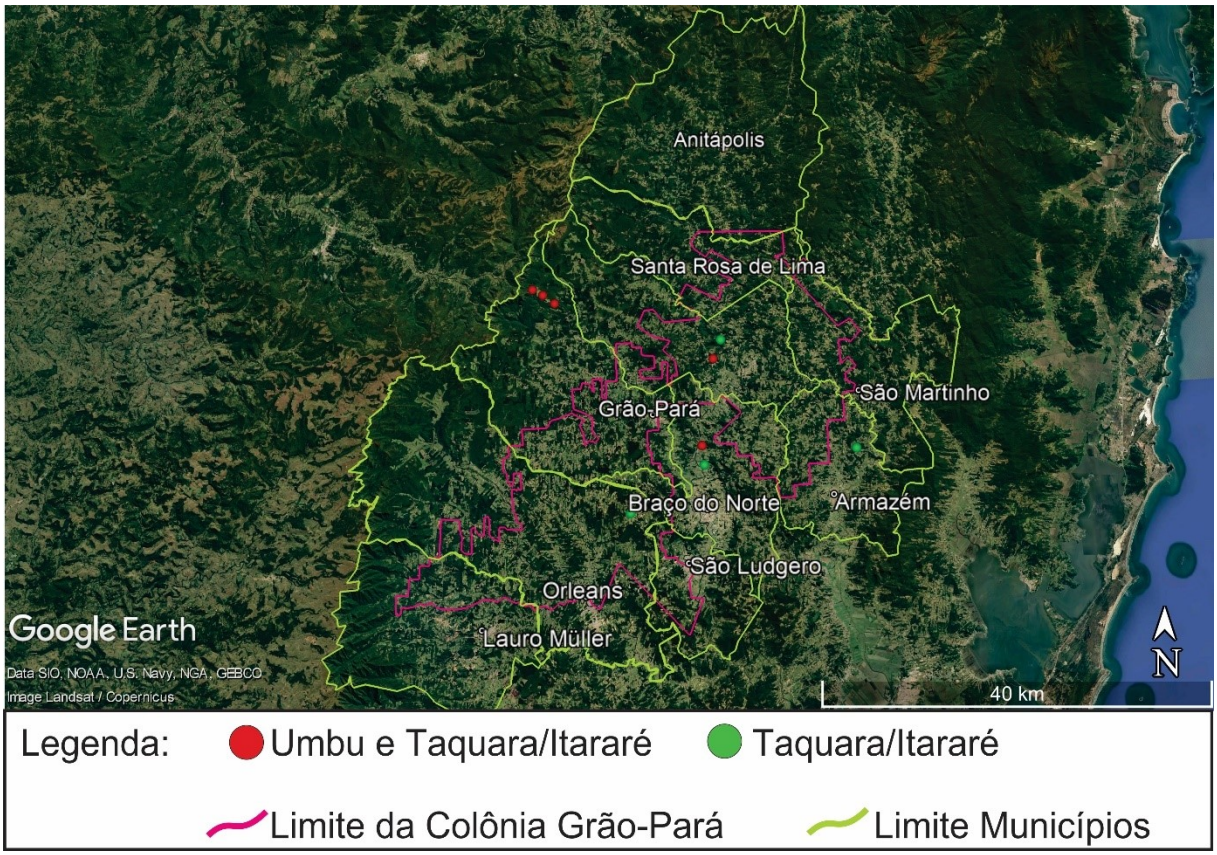
As datas citadas anteriormente mostram que existiam povoamentos simultâneos no litoral e planalto, o que serve para subsidiar a afirmação de Beber (2004, p.77).

Além disso, Schmitz (2013, p.17) alega que o avanço do Guarani pode ter eliminado ou expulsado os Jês do litoral e que o aparecimento do Laklãnõ/Xokleng na mata atlântica da encosta planáltica pode estar relacionado com esta expulsão.

Considerando que o território pertencente a Colônia Grão-Pará está localizado em uma região de encosta e que os sítios Jês mapeados na região possuem características mais semelhantes as dos sítios do planalto, tanto na sua composição quanto no local de implantação, nessa pesquisa será priorizada a descrição dos elementos ligados a estes sítios.

Na figura abaixo, é possível observar os sítios que apresentam vestígios relacionados aos ceramistas Jês.

Figura 3: Sítios arqueológicos Taquara/Itararé na área de estudo.



Fonte: elaborado pela autora.

Percebe-se que os vestígios dos ceramistas Jês aparecem nos sítios de duas formas. Na primeira, estão presentes vestígios relacionados exclusivamente a Tradição Taquara/Itararé, onde se destaca a presença de cerâmica e estruturas subterrâneas. Na segunda forma, os vestígios relacionados a Tradição Taquara/Itararé aparecem junto a elementos relacionados a Tradição Umbu, o que

poderia sugerir uma reocupação do sítio ou uma integração entre grupos caçadores-coletores e ceramistas Jês.

2.2.1 Estruturas de Habitação e Rituais

Um dos elementos mais característicos da ocupação Jê são as casas subterrâneas, encontradas desde Minas Gerais até o Rio Grande do Sul em terras altas e frias (REIS, 2007, *apud* SILVA, 2016, p.62; SCHMITZ *et al*, 2010, p.8), comumente chamadas de “buracos de bugres” (BEBER, 2004, p.23). Estas estruturas apresentam formato circular ou oval (PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.584) sendo encontradas de forma isolada, geminada, aos pares ou em agrupamentos com mais de 100 unidades (BEBER, 2004, p.218; PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.584; SCHMITZ *et al*, 2010, p.8). Para Rogger e Beber (2013, p.147),

> Tais conjuntos normalmente representam diferentes assentamentos ao longo do tempo, ou seja, suas estruturas não foram todas ocupadas simultaneamente, mas antes, representam diferentes episódios de construção e ocupação do espaço, sendo que algumas delas podem apresentar sucessivas reocupações.

Beber (2004, p.253-254) destaca que,

> Os sítios são compostos pela justaposição dessas estruturas, que não implica a sua contemporaneidade, de tal forma que os grandes conjuntos parecem ser indicadores de uma persistência temporal mais do que uma alta densidade populacional. Assim, as aldeias deveriam estar compostas, em cada período, por duas ou três habitações, podendo reocupar as que estavam abandonadas de temporadas passadas, ou especialmente construir novas.

Desta forma, um conjunto com várias estruturas subterrâneas não representam uma grande população, mas sim uma ocupação de longa duração.

Quanto à escolha dos lugares para a construção da habitação, Prous (1992, p.312) alega que

> costumam ocupar a encosta mais ou menos abrupta dos morros, raramente o topo, e sempre a algumas dezenas de metros de algum córrego pequeno não-navegável. Esta posição topográfica permite que se tenha uma boa visão e uma situação defensiva favorável, evitando-se também a ação das fortes enxurradas que afetam as partes baixas onde as águas de chuva se acumulam. A ausência de rios navegáveis dificultava também o acesso de eventuais invasores canoeiros, como os TupiGuaranis.

Sendo assim, as aldeias se instalam nas regiões mais altas, de campo aberto, submetidas a geada e vento frio no inverno, onde predomina a araucária, (PROUS, 1992, p.312; PROUS, 2006, p.36-37).

O tamanho das estruturas subterrâneas variava de 2 a 20 metros de diâmetro e de 1 a 7 de profundidade (BEBER, 2004, p.203; 218; 226-227; ROGGER; BEBER, 2013, p. 147; SCHMITZ, 2013, p.15). Beber (2004) classifica as estruturas em 3 categorias: “casas pequenas, compreendendo diâmetros até 5m; casas médias entre 5,1 e 10m e casas grandes a partir de 10m de diâmetro”. Ainda segundo Beber (2004, p.258), não existem evidências de que casas de diferentes tamanhos apresentavam diferentes funções, pelo contrário, todas apresentam vestígios relacionados aos mesmos tipos de atividades. A única consideração do autor é que “a construção de uma estrutura de grandes dimensões exige um esforço cooperativo maior que uma pequena.” (BEBER, 2004, p.258). La Sálvia (1983 *apud* BEBER, 2004, p.208), com base em sítios observados por ele em Caxias do Sul, divide as habitações de outra forma:

> Habitações grandes com um telhado apoiado sobre três esteios (que normalmente apresentam uma banqueta na base), habitações médias com o telhado apoiado sobre um esteio central (também apresentando banquetas) e habitações semi-subterrâneas que podem ou não ter uma banqueta no fundo da casa. (LA SÁLVIA, 1983 *apud* BEBER, 2004, p.208)

A estrutura com esteios estaria posicionada no centro da habitação, ou muito próximo a ele, e seria necessária para sustentar o telhado. (LA SALVIA, 1983 *apud* BEBER, 2004, p.208-209). Já as paredes da casa poderiam ser retas ou levemente inclinadas e no piso da casa poderiam existir as banquetas, acúmulos de terra contornando a parede, com medidas variáveis entre 40 e 60cm de altura por 80 e 130 de largura, dependendo do tamanho da casa (BEBER, 2004, p.209). Beber (2004, p.211) critica a proposta de La Sálvia, argumentando que o fenômeno não foi observado em outras áreas escavadas, deste modo não poderia ser tomado como regra. Para este autor, a definição de tipos poderia ser considerada apenas com a escavação total de um conjunto maior de casas subterrâneas (BEBER, 2004, p.211).

Quanto a cobertura das casas subterrâneas, não há elementos suficientes para recompô-la com precisão. Beber (2004, p.213) acredita que seriam compostas de armações de madeira apoiadas nos esteios (no caso das casas maiores) e bordas da casa sendo cobertas de palha composta por folhas de palmáceas e samambaiaçus.

A cobertura seria necessária tanto para a proteção térmica como para evitar a entrada de chuva (BEBER, 2004, p.218; 257-258; SILVA, 2016, p.62).

As pesquisas arqueológicas que tiveram estas estruturas como objeto de pesquisa evidenciaram em seu interior elementos como: estruturas de combustão, nós-de-pinho, fragmentos cerâmicos e líticos. O que aponta para a realização de atividades cotidianas como preparação de alimentos e confecção de instrumentos. Muitos arqueólogos pressupõem funções específicas para as casas, variando de acordo com seu tamanho, podendo ser consideradas habitações, depósitos de alimentos, armadilhas para animais, espaço ritual. No entanto até o momento as evidências apontam, na maior parte dos casos para a utilização como habitação. (BEBER, 2004, p.147; 224-227;258; FARIAS; KNEIP, 2010, p.35; PROUS, 2006, p.37-38; REIS, 2007, *apud* SILVA, 2016, p. 63; SCHMITZ *et al*, 2010, p.9; SILVA, 2016, p. 65).

Segundo Prous (1992, p.316), “até agora as escavações não foram suficientes para mostrar diferença de estrutura entre as ‘grandes’ e ‘pequenas’ casas”. Pensando nisso M. J. Reis teria elaborado duas hipóteses. A primeira de que as menores seriam mais antigas e constituiriam acampamentos mais numerosos. As maiores, por sua vez, seriam mais recentes, representando uma alteração na estrutura social, atribuída a um crescimento da horticultura ou da estocagem de pinhão, provocando a mudança de um sistema baseado em famílias nucleares para outro de família extensa. Esta hipótese, no entanto, não explica o porquê da mudança, visto que não houve crescimento demográfico. Na segunda hipótese seria atribuída uma função cerimonial a casa maior, que seria um ponto de encontro entre os habitantes das casas menores para a realização de atividades comuns. (PROUS, 1992, p.316).

Semelhantes as grandes estruturas subterrâneas, existem outras conhecidas como estruturas semi-subterrâneas, com proporções menores e exclusivamente associadas a estruturas de cocção. Já as estruturas maiores, por vezes são acompanhadas por outras estruturas tais como montículos, estruturas anelares e aterros usados, nesse caso, como depósitos de sedimentos retirados durante sua construção, apresentando estratigrafia invertida e volume compatível. Em outros casos, o sedimento retirado das casas teria sido usado para o nivelamento das bordas mais baixas da casa, facilitando a construção e igualando a altura das bordas (BEBER, 2004, p.254; 257).

Além das casas subterrâneas, acredita-se que os ceramistas sejam responsáveis pela construção de áreas entaipadas apresentadas como cordões de terra, com cerca de 40 a 50cm de altura, em forma circular, retangular ou elipsoide, normalmente com uma abertura em um dos lados, podendo ou não apresentar montículos com sepulturas de indivíduos cremados em seu interior. Estas estruturas são comumente nomeadas na literatura arqueológica como ‘danceiros’, ‘estruturas anelares’ e ‘pátios de aldeia’. (BEBER, 2004, p.231; SCHMITZ, 2013, p.15).

Como locais de inserção destes sítios, Beber (2004, p.231-232) fala de

> Áreas planas, na porção mais elevada dos morros mais altos da região, próximos a pequenas lagoas ou nascentes de arroios cobertos atualmente por campos e capoeiras. A posição privilegiada permite que dominem visualmente áreas extensas.

Segundo o mesmo autor (2004, p.236) há ausência de datações para estas estruturas que permitam ligá-las a cronologia da Tradição Taquara/Itararé.

Já os montículos, teriam começado a aparecer no início do último milênio (CORTELETTI, 2012 *apud* PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.585; IRIARTE *et al*., 2008 *apud* PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.585; PROUS, 2006, p.38). Estas estruturas, assim como os danceiros, poderiam adquirir formas circulares, retangulares, elípticas além de apresentar anexos que as conferiam formato próximo ao de uma fechadura (CORTELETTI *et* al, 2016a, p.168). Já seu tamanho poderia variar até 1 metro de altura por 1 a 6m de largura e diâmetro de 10 a 180 m (MENTZ RIBEIRO; RIBEIRO, 1985 *apud* PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.585; SOUZA *et al*., 2016 *apud* PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.585). Sua localização era influenciada pela função que poderia ser a de depósito de sedimentos ou de espaço funerário (BEBER, 2004, p.234-235), sendo que os sepultamentos encontrados poderiam ser secundários cremados ou primários únicos (SOUZA; COPÉ, 2010 *apud* CORTELETTI *et al*, 2016a, p.168).

No primeiro caso possuem estratigrafia inversa à de uma casa subterrânea, demonstrando que os sedimentos usados em sua construção se originaram na escavação da casa. Sua localização também está próxima a de casas subterrâneas, já que é delas que vem a matéria prima. (BEBER, 2004, p.211-212; 235). Entretanto, de acordo com Beber (2004, p.235),

> não podemos descartar que tenham exercido outras funções no contexto da aldeia. Há indícios de intencionalidade, pois acumulavam os sedimentos em um único ponto, e não espalhavam-no pelo entorno, como ocorre em alguns casos. Outro indício de intencionalidade do seu acúmulo é uma pequena depressão que se forma no seu entorno, circundando todo o montículo. Ora, se o montículo é só depósito de sedimentos, por que escavar o entorno formando uma pequena valeta ao redor? Outra questão ainda é o fato de terem sido identificadas na base de alguns desses montículos marcas de fogueiras. Assim, para identificar outras funções é necessário avançar nas pesquisas.

Os montículos funerários, por sua vez, ocorrem isolados ou então circundados por taipas, não necessariamente próximos a casas subterrâneas (BEBER, 2004, p.235). Para Prous (1992, p.321), seriam encontrados ao ar livre, próximo as habitações, representando maior integração dos mortos no mundo dos vivos.

De acordo com Müller (2008, 2011 *apud* PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.585),

> As estruturas de cremação estão localizadas na base dos montículos, indicando que sua construção ocorre após a cremação. A análise dos fragmentos ósseos identificados revelou fissuras ósseas decorrentes da ação do fogo: durante o ritual, os corpos foram cremados em alta temperatura, conferindo aos fragmentos a coloração branca, decorrente da calcinação.

Outra estrutura usada exclusivamente para rituais funerários são os abrigos sob rocha. Na encosta, estes pequenos abrigos e grutas se formariam nas imediações de quedas d'água e a escolha destes locais para sepultar os mortos ligados a questões míticas. A entrada seria vedada por uma esteira de Taquara e os corpos estendidos, cobertos por um montículo e cercados pelos pertences do morto e alimentos. (BEBER, 2004, p.236,238-239; PROUS, 1992, p.321; PROUS,2006, p.38).

Com base no exposto, podemos perceber dois padrões de sepultamento: grutas e montículos. Segundo Beber (2004, p.239), estes podem ser entendidos como diferenças sociais ou diferenças cronológicas, mas a falta de dados impede os pesquisadores de confirmar tais hipóteses.

Devido a quantidade de sepultamentos em grutas, poderia se supor que estas seriam um jazigo funerário para o grupo e o tempo gasto na construção dos montículos leva a crer que a pessoa nele sepultada tinha um status diferenciado dos demais membros do grupo. Contudo, poucos foram os montículos escavados, o que impede uma generalização. Quanto a cronologia, supõe-se que as duas formas de sepultamento caracterizam momentos distintos da história do grupo, mas a falta de

datações associadas as grutas tornam essa afirmação precipitada. (BEBER, 2004, p.240).

Pesquisas mais recentes, sugerem que os proto-Jê o Sul eram numerosos, organizados regionalmente em sociedades hierárquicas e capazes de construir paisagens variadas em diversos ambientes. Por volta de 1000 d.C. ocorreram transições culturais destes grupos, associadas a mudanças climáticas e ambientais. Nesse sentido, houve um aumento no número de sítios arqueológicos, a chegada da arquitetura funerária no planalto, desenvolvimento de solos antropogênicos na escarpa e o aparecimento de padrões funerários Jês ao longo da costa. (CORTELETTI *et al*, 2016b, p.198).

Nas áreas mais altas, Corteletti e DeBlasis (2018, p.148) acreditam que a arquitetura seria uma evidência sociocultural e econômica ligada a relações de poder. Portanto, além das funções comumente sugeridas as estruturas, elas serviriam também como marco identitário e demarcadoras de território. Para construí-las seria, então, necessária uma coesão social, o que sugere o trabalho comunal e a existência de lideranças. Nesse sentido, as estruturas anelares representariam uma forma de dizer aos estrangeiros, Guaranis que chegavam as terras altas, para manter-se longe (CORTELETTI; DEBLASIS, 2018, p.148-149). Além disso, a posição dos montículos e estruturas anelare,s em locais que podem ser vistos de outros pontos, poderia indicar uma organização familiar ou clânica do espaço e sua utilização como espaços públicos para a realização de rituais de sepultamento ou de passagem (CORTELETTI; DEBLASIS, 2018, p.154-155).

Além disso, pesquisas realizadas em Urubici, município vizinho a área de estudo, indicam um modelo diferenciado de implantação de sítios para o alto Canoas, onde as porções mais baixas são mais densamente ocupadas. De modo geral, os pesquisadores deduzem que nas áreas mais baixas e largas do vale, locais com topografia mais plana e solos mais férteis, eram preferenciais para o desenvolvimento de atividades cotidianas, enquanto as áreas de encosta mais elevada ou pouco ocupadas do fundo do vale eram locais para a realização de caçadas, rituais de morte e de contato com os espíritos. Esta organização diferenciada, em relação a outras regiões pode ser reflexo da existência de uma paisagem diferente. Contudo, a organização social e econômica permanece a mesma para diferentes regiões. (CORTELETTI; DEBLASIS, 2018, p. 139-140; 156).

2.2.2 Produção de Artefatos

Além da presença de casas subterrâneas, outros elementos caracterizam um sítio Taquara/Itararé, dentre eles a cerâmica, um fóssil guia para identificar sua cultura e população (SCHMITZ *et al*, 2010, p.8). Apesar disso, não são todos os sítios Jês Meridionais que apresentam cerâmica. Para Perin, Herberts e Oliveira (2019, p.584) “adoção da cerâmica parece estar relacionada ao processo de sedentarização, decorrente do crescimento demográfico, do manejo florestal e da adoção da horticultura”.

Segundo Prous (2006, p.38), os artefatos cerâmicos consistiam principalmente em vasilhas simples e pequenas, mas também eram fabricadas bonecas e discos perfurados. O mais comum era o uso da cerâmica como recipiente de preparo e uso doméstico para alimentos vegetais e animais (REIS, 2002 *apud* SILVA, 2016, p.65). Além disso, Prous (1992, p.322), alerta para as diferenças entre as cerâmicas Itararé (setentrional) e Taquara (meridional) do Planalto.

A cerâmica Taquara foi definida por Eurico Miller, no final dos anos 1960, dentro do contexto do PRONAPA, através da cerâmica identificada no Município de Taquara, no Rio Grande do Sul (BEBER, 2004, p.24; 45). Esta grande Tradição foi dividida em 9 fases: Guatambu, Taquara, Caí, Erveiras, Guabiju, Taquaruçu, Giruá, Xaxim e Itapiranga (BEBER, 2004) e, posteriormente, “caracterizada não apenas pela cerâmica, mas também pelos trabalhos de movimentação de terra, pela construção de depressões semicirculares ou elipsóides, montículos, espaços cerimonias e, ainda, pelos sepultamentos em grutas” (BEBER, 2004, p.45).

Quanto a suas características “a cerâmica associada é pequena, com vasilhas de não mais que 40 cm de altura; a decoração plástica, em muitos casos, é composta pela impressão de cestaria, unhas ou outros artefatos” (BEBER, 2004, p.45). Para Brochado *et al* (1969 *apud* PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.583) os objetos são pequenos, com paredes finas, consistindo em tigelas rasas e jarros cilíndricos e fundos com base arredondada ou não. Já decoração plástica pode ser ponteada, ungulada, pinçada ou incisa com elementos decorativos cobrindo toda a superfície exterior ou apenas a parte superior do objeto (PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.583).

A cerâmica da Tradição Taquara apresenta antiplástico de areia, resultando em uma cor tijolo, marrom ou cinza, com um miolo sempre reduzido. A pasta é mais fina

e homogênea do que as dos sítios Itararé. Os vasos não-decorados são modelados e os decorados fabricados a partir de roletes. O fundo interno pode ser plano, apesar da parte externa ser arredondada. Em abrigos-cemitérios foram encontrados vasos com engobo vermelho em sua face interna (PROUS, 1992, p.324).

A cerâmica Itararé, por sua vez, foi definida por Igor Chmyz em 1967, também no contexto do PRONAPA, com base em sítios a céu aberto localizados nos estados do Paraná e Santa Catarina. A grande Tradição Itararé contempla sete fases: Itararé, Açungui, Catanduva, Candói, Xagu, Cantu e Pacitá. (BEBER, 2004, p.66).

Caracterizada pela raridade da decoração, consiste em peças simples, apresentando areia com quartzo e grãos de hematita como antiplástico. Os recipientes são pequenos, apresentando entre 12 e 20 centímetros de diâmetro com espessura de 3 a 11 milímetros nas paredes. Os formatos são geralmente cônicos, hemisféricos, quase cilíndricos e com base arredondada. Sua cor é geralmente escura e a queima é boa, sugerindo que os potes eram modelados e não roletados. A decoração, quando presente, se encontra na parte superior dos vasos menores sendo exclusivamente plástica, predominantemente ungulada, havendo também incisos, ponteados e impressões de cestaria. Em raros casos foi verificada a presença de engobo vermelho. (PROUS, 1992, p.322).

Apesar das diferenças enfatizadas por Prous (1992, p.322) em dividir as Tradições, Miller (1971 *apud* PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.583-584) e Araújo (2007 *apud* PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.583-584) concordam que as diferenças morfológicas e decorativas entre as cerâmicas Taquara e Itararé não são significativas, podendo ser contempladas em uma única tradição tecnológica, denominada Taquara/Itararé.

Além da fabricação de cerâmica, os artefatos líticos são relativamente abundantes se comparados a outras culturas ceramistas brasileiras. Como matéria prima aparecem o arenito silicificado, o basalto, o sílex e raramente o quartzo. (PROUS, 1992, p.324-325). “As pedras utilizadas são batedores, bigornas e alisadores de cerâmica em arenito, além de pedras gretadas pelo fogo” (PROUS, 1992, p. 325).

Reis (2002 *apud* SILVA 2016, p.65) aponta para a existência de instrumentos líticos lascados e também instrumentos líticos polidos, materiais que após a confecção, eram utilizados para tarefas de esmagamento do pinhão, corte e transformação de madeira, edificação de buracos e trabalhos na terra.

Dentre os instrumentos polidos destacam-se os machados e as mãos-de-pilão. Prous (1992, p.325) alega que Rohr distinguiu dois tipos de machado em Santa Catarina. O primeiro roliço e alongado, com comprimento de 20 a 31 centímetros. O segundo mais largo e achatado, com comprimento entre 16 e 24 centímetros. Os instrumentos polidos mais frequentemente encontrados são as mãos-de-pilão em basalto, com comprimento variando entre 20 e 60 centímetros e diâmetro entre 4,5 e 6 centímetros. (PROUS, 1992, p.325).

Além dos artefatos polidos também são encontrados instrumentos de pedra lascada. Estes, de acordo com Prous (2006, p. 38-39), “são bastante toscos, incluindo picões de basalto com ponta triédrica, ‘talhadores’, lascas grandes de basalto com ponta triédrica, ‘talhadores’, lascas grandes de basalto e riólito, assim como lascas menores de arenito silicificado e calcedônia obtidos por esmagamento sobre bigorna”.

2.2.3 Subsistência

Os vestígios de alimentação encontrados nas casas subterrâneas consistem principalmente em pinhões carbonizados (PROUS, 1992, p.328; SCHMITZ, 2013, p.16). Este era um recurso abundante no inverno, que podia ser estocado na água ou em lugar bem seco (PROUS, 1992, p.328). Além de oferecer fonte de subsistência ao grupo, a maturação do fruto atraia aves e outros animais que eram caçados e consumidos, complementando a dieta (BEBER, 2004, p.247).

Conforme Prous (2006, p.40), acredita-se que os grupos que portavam a Tradição Taquara/Itararé sejam ancestrais dos Kaingang e Laklãnõ/Xoklengs, reduzidos no início do século XX. Segundo ele, nesse período, formavam comunidades que viviam da subsistência baseada principalmente na colheita do pinhão. Na época da colheita, grupos aparentados vinham até mesmo do território argentino. Os pinheirais eram então divididos entre as famílias e o pinhão era transformado em farinha e conservado até parte da primavera. No fim da colheita eram realizados os rituais que requeriam a presença dos parentes e então os visitantes voltavam para seu território (PROUS, 2006, p.40).

Quando as reservas de pinhão acabavam, Prous (2006, p.40) supõe que exploravam recursos das zonas de altitude menor ou que havia troca de produtos dos campos de altitude com alimentos cultivados pelos Tupiguarani. Desta forma, não se

sabe se os portadores da Tradição Taquara/Itararé eram agricultores ou essencialmente caçadores-coletores (PROUS, 2006, p.40).

No entanto, outras pesquisas, trouxeram a tona informações que indicam o cultivo de alimentos pelos Jês. Exemplo disso é

> A pesquisa de microfósseis vegetais desenvolvida por Corteletti *et al*. (2015) em fragmentos cerâmicos provenientes de uma estrutura subterrânea do sítio Bonin no alto Canoas, em Urubici, Santa Catarina, revelou o consumo de mandioca (Manihot esculenta), feijão (Phaseolus sp.), milho (Zea mays), abóbora (Cucurbita sp.) e possivelmente inhame (Dioscorea sp.). Os dados mostram que os grupos 'proto-Jê' tinham, em sua dieta, uma série de alimentos vegetais e praticaram a horticultura antes do período colonial, permitindo sua permanência nas terras altas durante o ano todo, sem a necessidade de deslocamentos para a encosta e o litoral. (PERIN; HERBERTS; OLIVEIRA, 2019, p.586).

Além destes, outros pesquisadores sugerem que os Jês não eram simplesmente caçadores-coletores. Mentz Ribeiro e Ribeiro (1985 *apud* BEBER, 2004, p.26-27) e Schmitz (1988 *apud* BEBER, 2004, p.26) afirmam que os grupos praticavam a coleta, caça e horticultura. La Sálvia (1983 *apud* BEBER, 2004, p.26-27), por sua vez, afirma que seriam caçadores-coletores até o ano de 1.500 e após essa data agricultores incipientes. Apoiado nestes autores, Beber (2004, p.247-248) sugere uma subsistência baseada no ciclo anual do pinhão, onde haveria a disponibilidade de caça o ano todo e nas épocas de menor oferta do fruto a dieta era suprida com a dispersão do grupo para melhor captação de recursos ou com alguma horticultura. Deste modo, "as bordas dos matos seriam as opções preferencias para a implantação das hortas, pois não haveria a necessidade de derrubar o mato nem tampouco implicaria a extinção do pinheiral" (BEBER, 2004, p.248).

Pesquisas mais recentes, desenvolvidas no âmbito do Projeto "Paisagens Jê do Sul do Brasil", sugerem que os Jês praticavam uma economia mista, ou seja, combinavam a caça, pesca e coleta com o cultivo de plantas domesticadas como a mandioca, o milho e a abóbora. Além de consumir alimentos possivelmente coletados como o feijão, o cará e o pinhão. A pesquisa sugere ainda que a economia adotada pelos grupos Jês permitiu que eles permanecessem em assentamentos mais estáveis durante o ano inteiro no planalto, sem a necessidade de realizar grandes migrações para adquirir recursos alimentares. Tais informações obtidas através e evidências arqueológicas apontam para o sedentarismo ou semissedentarismo e complexidade

social dos grupos proto-Jê do Sul (CORTELETTI; DEBLASIS, 2018, p.142; CORTELETTI *et al*, 2016a, p.180; CORTELETTI *et al*, 2016b, p.199).

Os resultados trazidos à tona indicam que as plantas domesticadas eram parte integrante da economia dos grupos Jês, pondo em discussão a visão tradicional de que elas teriam sido trazidas para o sul do Brasil pelos Tupi-Guarani, sendo então adotada por grupos forrageiros e adaptadas a diversidade dos ambientes. (CORTELETTI *et al*, 2016a, p.186-187).

Além disso, a paleoecologia indica uma expansão da floresta de araucária por volta de 1000 d.C., como uma resposta ao aumento da temperatura e da precipitação (BEHLING; PILAR, 2007 *apud* CORTELETTI *et al*, 2016b, p.200). O fato do pinhão ser um produto importante na dieta dos Jês e a araucária ser utilizada em festividades dos Kaingang, sugere que a rápida expansão da araucária pode estar também relacionada a atividade humana, uma vez que a expansão deste recurso era importante em esfera econômica, política e ritualística (CORTELETTI *et al*, 2016b, p.200).

2.3 OS LAKLÃNÕ/XOKLENG

Esse grupo é conhecido por várias denominações, cada qual com um significado diferente. A mais comum na literatura, usada por pesquisadores de diversas áreas é "*Xokleng*" que significa taipa de pedra. Outro nome, também comum na literatura, é "B*otocudo*" e está relacionado a um enfeite labial usado pelos homens do grupo. Pejorativamente, são chamados de "B*ugres*", uma denominação comum a todos os povos indígenas, com significado de selvagem e inimigo, um ser inferior e bárbaro, incapaz de conviver com a civilização. Acredita-se que o termo tenha origem em um grito de alerta, "P*ucri*", quando os membros do grupo avisam uns aos outros sobre a presença dos não-indígenas. "*Aweikoma*", por sua vez, foi a palavra usada por Von Ihering, por acreditar que era essa a expressão usada pelo grupo para se autonomear. No entanto essa expressão é parte de uma frase usada para convidar uma mulher para a cópula. Também foram chamados de "*Kaingang*", que significa homem. Entretanto, esse termo é usado hoje designar outro grupo indígena, aparentado linguisticamente com os Xokleng. (FARIAS, 2005, p. 92; FARIAS; NEU, 2010, p.125; SANTOS, 1973, p. 31; SELAU, 2006, p.15).

Contudo, segundo Santos (1973, p.31), nenhum dos nomes citados era utilizado para o grupo se designar. Segundo o autor, o grupo não tinha um termo de autoidentificação. Usando apenas termos como "*Ânhele*", que significa "gente", "*Angoiká*", com o significado de pessoa. Para Santos (1973, p.31), a autoclassificação foi uma necessidade da sociedade nacional, os membros do grupo não viam necessidade em se autodesignarem, usando apenas termos como "nós" e "outros" para diferenciar os membros da tribo de outros povos. Sendo assim, Xokleng é apenas uma palavra de seu vocabulário usada pelos não índios e pela literatura para designá-los (FARIAS, 2005, p. 92; SANTOS, 1997, p.16).

Segundo Fermino (2012, p.2), esses termos usados pelos não índios, não são aceitos pelo grupo, que não se reconhece através dessas denominações pois abrem espaço para confundi-los com outros grupos, como é o caso dos Kaingang, e tratá-los de forma pejorativa, principalmente com o termo "*Bugre*". Já é de conhecimento da comunidade científica que atualmente o povo se autodenomina como "*Laklãnõ*", palavra que possui vários significados, dentre eles "povo ligeiro", "povo que conhece todos os caminhos", "povo que vive onde nasce o sol" "em baixo do sol" e "gente do sol" (D'ANGELIS, 2003 *apud* CLAUDINO, 2011, p.82; PATE, 2020, p.17; SANTOS, 2003 *apud* CLAUDINO, 2011, p.82; WIICK, 2001 *apud* CLAUDINO, 2011, p.82; GAKRAN, 2005 *apud* FERMINO, 2012, p.3).

Sendo assim, para que se evite confusões, optamos por usar neste texto o termo Laklãnõ/Xokleng.

Os Laklãnõ/Xokleng pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, originário do centro Oeste do país, parte oriental e central do planalto brasileiro. Acredita-se que a cerca de 3 mil anos, os grupos hoje conhecidos como Laklãnõ/Xokleng e Kaingang teriam se separado do restante da família Jê e iniciado sua migração para o planalto do sul do país. Neste novo ambiente, teriam dado continuidade ao padrão estabelecido em seu habitat original. Até o momento, não se sabe ao certo os motivos que levaram a essa migração. Uma violenta mudança climática e um aumento demográfico são hipóteses levantadas para esclarecer a questão. (BLOEMER, 2008, p.38; CLAUDINO, 2011, p.81; FARIAS, 2005, p.90).

A questão do território ocupado pelos Xokleng no Sul do Brasil é bastante complexa,

> Os dados arqueológicos obtidos até agora, infelizmente, não elucidaram a extensão da ocupação territorial dos Xokleng. Sabe-se que eles estavam circulando numa área ampla e que em determinados períodos alguns grupos assentavam-se em espaços diferenciados (FARIAS, 2005, p. 97).

Tudo indica que seu território não tinha contornos bem definidos e que mantinham disputas de território com os Kaingang e os Guarani. O que leva a crer que o planalto catarinense já foi uma área ocupada pelo grupo. A extensão da área chegaria, ainda, até a altura do Paranaguá (PR) e ao sul até as proximidades de Porto Alegre (RS). (CLAUDINO, 2011, p.82; SANTOS, 1973, p.208; SANTOS, 1997, p.15;).

Henry (1941 *apud* FARIAS, 2005, p.94), acredita que os Xokleng viviam no planalto catarinense, realizando a coleta do pinhão no inverno e praticando uma agricultura incipiente, e que teriam migrado para a borda do planalto devido as disputas territoriais. Kempf (1947 *apud* FARIAS, 2005, p.94), por sua vez, acredita que o grupo vivia no litoral e que teria migrado para as nascentes do Rio Braço do Norte. Outros autores trazidos por Farias (2005) e Santos (1973; 1997) também divergem sobre o assunto, alegando que foram ocupados pelo grupo o litoral, a encosta e o planalto. Apesar disso, há um consenso de que ocuparam a encosta da Serra Geral, fazendo incursões no litoral e na borda do planalto, de onde tiravam recursos para sua subsistência e rituais (FARIAS, 2005, p.97; SANTOS, 1973, p.32-33; SANTOS, 1978, p.52; SANTOS, 1997, p.15).

Na época em que a colonização do estado se torna efetiva, os Laklãnõ/Xokleng que viviam na encosta catarinense estavam divididos em três grupos, um no meio e alto vale do Itajaí, outro nas cabeceias do Rio Negro e o terceiro nos vales do Capivari e Braço do Norte, fator que levou os colonizadores a crerem que sua população era maior do que realmente era (SANTOS, 1973, p.32-33; SANTOS, 1978, p.52;).

2.3.1 Padrão de Assentamento

Acredita-se que existem dois tipos de habitação construídas pelos Laklãnõ/Xokleng de acordo com suas necessidades e momentos de sua vida ou ainda de acordo com a ocupação estacional. (FARIAS, 2005, p.126; FARIAS; NEU, 2010, p.138; LAVINA, 1994, p.106).

A primeira, descrita por vários autores durante o século XX e por colonos que viveram na região, consiste em uma grande estrutura retangular que podia chegar até 35 metros de comprimento por 7 de largura. Para sua construção seriam usadas

árvores disponíveis na área, arcando-as de modo que formassem um teto abobadado que era coberto por folhas de palmeira, coqueiro ou xaxim. Também podiam ser fincadas varas no chão. A cobertura descia pelas paredes até chegar próximo a base. O chão, por sua vez, era coberto por folhas de xaxim, impedindo a entrada de umidade. Deste modo, a estrutura toda tornava-se impermeável. Nas grandes cabanas ainda eram acesas fogueiras para aquecer o ambiente. Essas cabanas encontravam-se entre 50 e 100 metros de distância umas das outras e nelas poderiam viver de 50 a 300 pessoas, podendo somar um conjunto de até 9 cabanas. (BLOEMER, 2008, p.41; CLAUDINO, 2011, p.108; DALL'ALBA, 2003, p.168; FARIAS, 2005, p.100; FARIAS; NEU, 2010, p.138; LAVINA, 1994, p.52-53; PAULA, 1924, p. 121-122).

O outro tipo de habitação é menor e formado por um teto em meia água, possivelmente usado para pernoites de grupos em expedições de caça e coleta. Da mesma forma que a cabana maior, esta era coberta por folhas de palmeira, xaxim ou coqueiro e possuía um chão revestido por folhas de xaxim. A fogueira por sua vez, era acessa na entrada da cabana. (FARIAS, 2005, p.126; LAVINA, 1994, p.106).

Segundo Claudino (2011, p.108), "as aldeias estariam implantadas sempre em locais próximos a água corrente". Além disso, segundo a mesma autora, ao redor do acampamento podia ser construída uma cerca alta com varas cortadas e amarradas com cipó, que possivelmente seria um muro de proteção. Outros autores, por sua vez, afirmam que os Laklãnõ/Xokleng construíam fossos com até 2 metros ao redor do acampamento, e que estes seriam crivados de madeiras pontiagudas (DALL'ALBA, 1973, p.379; PAULA, 1924 *apud* FARIAS, 2005, p.102). O acampamento central ainda contaria com diversas fogueiras fora do espaço habitacional, que se manteriam sempre acessas, além de fornos subterrâneos para preparação de caças (FARIAS, 2005, p. 102). Lavina (1994, p.53) afirma que durante os preparativos para rituais importantes, como o de perfuração dos lábios dos meninos, o acampamento era ampliado e novas estruturas eram construídas.

Segundo Farias (2005, p.125),

> as mudanças de acampamento não ocorreriam simplesmente por esgotamento dos recursos, mas também por motivações culturais (rituais, casamentos exogâmicos, guerras) ou ainda no momento do contato, devido à forte pressão demográfica exercida pelo colonizador.

O acampamento central, formado por até 9 cabanas maiores, seria ligado a outras cabanas por diversas trilhas. As trilhas por sua vez, também levariam a lugares distantes, com cabanas menos elaboradas, provavelmente usadas em incursões de caça e coleta, ou deslocamento para outras partes do território. Essas cabanas poderiam estar a horas ou até mesmo dias de distância umas das outras. A distribuição de trilhas e cabanas pelo território pode significar mais que uma estratégia para captação de recursos, indicando um contato entre diversos grupos da região. (FARIAS, 2005; FARIAS; NEU, 2010, p.135-139).

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região, dentre as quais destacam-se aqui Farias (2005) e Lavina (1994), indicam que durante o outono e inverno grupos se dirigiam a borda do planalto, áreas mais altas, onde coletavam o pinhão que posteriormente seria consumido por toda a tribo. No verão e na primavera, por sua vez, voltavam-se para a floresta ombrófila densa, que oferecia recursos em abundância o ano todo, e para o litoral, onde realizavam rituais como o da perfuração dos lábios dos meninos.

Apesar das semelhanças em suas propostas para a ocupação da encosta, Farias (2005) e Lavina (1994) divergem a respeito da mobilidade do grupo. Ambos os autores, baseiam-se em autores do século XX, tais como Dall'Alba (1973), Paula (1924), Santos (1973, 1978, 1997) e Shaden (1958), que afirmam ser os Laklãnõ/Xokleng um grupo nômade. Lavina (1994, p.99) concorda com esses autores, afirmando que o grupo migrava de acordo com os recursos oferecidos na região a cada momento. Farias (2005), baseada nas mesmas bibliografias que Lavina (1994) bem como em suas pesquisas arqueológicas realizadas em vários municípios da encosta, caracteriza o grupo como seminômade, atribuindo a ele médio grau de mobilidade. Para a autora, o grupo migraria não somente devido a disponibilidade de alimentos, mas também devido a fatores socioculturais. Desde sua publicação, a tese de Farias (2005) vem sendo aceita pelos arqueólogos que tem a encosta como área de pesquisa.

2.3.2 Subsistência

Ao contrário dos Guarani, não praticavam agricultura, vivendo essencialmente da caça e da coleta. Por dominar um amplo território com grande diversidade animal e vegetal, os Laklãnõ/Xokleng tinham recursos alimentares disponíveis o ano todo. A

Mata Atlântica com vegetação típica da floresta Ombrófila Mista e da Floresta Ombrófila Densa apresenta áreas de ecótono, possibilitando o acesso a recursos diversificados em poucas horas de caminhada. Os resultados obtidos a partir das pesquisas arqueológicas realizadas na encosta levam a crer que os Laklãnõ/Xokleng conheciam bem o ambiente em que viviam, sabendo aproveitar os recursos que ele oferecia para satisfazer suas necessidades alimentares e culturais (BLOEMER, 2008; FARIAS, 2005).

Lavina (1994, p.108) afirma que o grupo tinha na coleta sua principal fonte de alimento, complementando sua dieta com a caça. Além disso, segundo o autor, as atividades eram realizadas simultaneamente por um mesmo grupo.

Tradicionalmente, os Laklãnõ/Xokleng teriam no pinhão e no palmito sua principal fonte vegetal de alimento, deslocando-se para o planalto no outono e inverno, época de maturação do pinhão. Nesta época, homens e mulheres se dedicariam a colheita do fruto, caçando também os animais atraídos pela estação, como o caso da anta. Já na primavera e verão, tinham a sua disposição o palmito, que além de alimento, fornecia material para construção das cabanas e outros bens da cultura material (BLOEMER, 2008; FARIAS, 2005; LAVINA, 1994; LAVINA, 2007; SANTOS, 1973).

Mesmo que a caça e a coleta fossem realizadas por um pequeno grupo, os alimentos obtidos eram partilhados igualmente. Desta forma, uma escassez natural era partilhada por todo o grupo (FARIAS, 2005, p.125; SANTOS, 1973, p.210).

Conforme Santos (1973), o avanço da colonização no sul do Brasil foi encurralando os Laklãnõ/Xokleng na encosta, forçando-os a mudar seus hábitos para sobreviver.

Durante os meses de abril, maio e junho, os Laklãnõ/Xokleng tinham como principal fonte de alimento o pinhão. A coleta deste era uma atividade comunitária, da qual participavam ambos os sexos, onde cada família era responsável por uma parte da colheita. O trabalho dos homens seria escalar o pinheiro e derrubar as pinhas, enquanto as mulheres as coletavam, fazendo seu transporte e preparação. (LAVINA, 1994, p.109; PAULA, 1924, p.120-121).

A preparação desse alimento poderia ocorrer de várias formas. Em uma delas, o pinhão é tostado ao fogo e depois triturado, formando uma massa que pode ser transformada em bolos achatados que são assados sobre brasas, ou em uma espécie de sopa. Outro modo de preparação consiste em mascar a polpa crua do pinhão e

misturá-la com água para ser cozida. A maneira mais usual seria simplesmente consumir a semente assada em brasas (HENRY, 1964 *apud* LAVINA, 1994, p.60-61; PAULA, 1924, p.121).

Para conservar o pinhão por mais tempo, era comum submergir balaios com o fruto em água corrente, onde ficava por um mês e meio. Depois de retirado da água o pinhão exala um cheiro forte e desagradável e pode ser conservado por mais dois meses. (KEMPF, 1947 *apud* CLAUDINO, 2011, p.86; LAVINA, 1994, p.110; PAULA, 1924, p.121;).

Pouco se sabe a respeito da coleta do palmito, mas acredita-se que a extração fosse função masculina, visto que a tarefa demanda a derrubada do palmiteiro, enquanto a mulher seria responsável pelo preparo do alimento. Ele poderia ser consumido cru ou cozido na forma de ensopado. (CLAUDINO, 2011, p.86; FARIAS, 2005; LAVINA, 1994).

Outro alimento indispensável era o mel. Não há um consenso se sua extração seria uma atividade masculina ou de ambos os sexos, de forma individual ou comunitária. Para extraí-lo, o indivíduo subia na árvore com o auxílio de um cipó ou cordas de Taquara trançada, inçado por outros membros do grupo. Das abelheiras tudo era aproveitado, desde o mel, para alimentação e fabricação de bebidas, até a cera para impermeabilização de cestos. (LAVINA, 1994, p.57-58, 109-110; PAULA, 1924 *apud* CLAUDINO, 2011, p.87; SCHADEN, 1937 *apud* CLAUDINO, 2011, p.87).

O mel era o principal ingrediente de uma bebida, chamada "*Móng-ma*", consumida nos rituais mais importantes, tais como o ritual de perfuração dos lábios dos meninos. Para sua fabricação, o mel era misturado a água com seiva de xaxim e do caule de coqueiros novos. Em seguida, o líquido era posto para fermentar em grandes cochos de madeira. Para acelerar o processo, eram colocadas nos cochos pedras aquecidas na fogueira, até que o líquido ficasse bastante quente. (DALL'ALBA, 1973, p.385; LAVINA, 1994, p.61; PAULA, 1924, p.128; SANTOS,1973, p.212).

Alguns autores, como Schaden (1937, p.27 *apud* Claudino, 2011, p.87) e Paula (1924, p.121) alegam que a escassez de alimento, causada pela redução do território Laklãnõ/Xokleng como reflexo do avanço da colonização, levou o grupo a procurar novas formas de saciar a fome, dentre elas o consumo de diversos tipos de larvas, principalmente o conhecido bicho do pau podre. Este hábito alimentar é descrito pelo bugreiro Ireno Pinheiro a Dall'Alba (1973, p.385)

> Quando derruba esses coqueiros, de certo no crescente, porque a gente já pode pensar, aí comem o palmito. Deixam apodrecer. Aí vem, rachom aqueles coqueiros. Tem aqueles baitas daqueles corós. Botom numa peneirinha, porque eles tem uma peneira baixinha assim. Aquilo é a tal da bóia pra eles.

Segundo a bibliografia consultada, a coleta desse alimento podia ser comunitária ou individual eseu consumo podia ser ao natural, cozidas ou assadas. (LAVINA, 1994, p.58, 109-110; PAULA, 1924, p.121; SCHADEN, 1937 *apud* CLAUDINO, 2011, p.87).

De forma a complementar a coleta, também era realizada a caça, principalmente de mamíferos de médio e grande porte e aves. A caça era uma tarefa masculina realizada em grupo, mas em caso de ausência de homens, as mulheres também a praticavam, preparando armadilhas para capturar animais de pequeno porte (LAVINA, 1994, p.109; PAULA, 1924, p.121; SANTOS,1973, p.210).

Dentre os animais caçados destacava-se a anta, devido a quantidade e sabor de sua carne (PAULA, 1924, p.119). No entanto também caçavam bugios, jacutingas, aves (exceto as aquáticas), veados, o caititu, o queixada e outros animais (DALL'ALBA, 1973, p.385; LAVINA, 1994, p.56). Há também relatos de animais que não eram consumidos pelos Laklãnõ/Xokleng. Em entrevista concedida a Dall'Alba (1973, p.385), o bugreiro Ireno afirmou que o grupo não se alimenta do tatu. Segundo Kempf (1947 *apud* CLAUDINO, 2011, p.86) também não consumiam carne de capivara, atribuindo esse comportamento ao fato do animal viver muito embaixo d'água.

Para Lavina (1994, p.109), "a captura de indivíduos jovens, de fêmeas em gestação, ou de machos adultos era indiferente, existindo inclusive uma preferência por fêmeas em avançado grau de gestação devido à menor dificuldade existente na captura".

Eram várias as técnicas usadas para capturar o animal. Estas variavam de acordo com as circunstâncias e espécie. A mais comum, de acordo com Henry (1964 *apud* LAVINA, 19994, p.57), "era perseguir a caça até acuá-la, sendo então abatida a flechadas ou, mais raramente, a golpes de lanças ou bordunas". Segundo Schaden (1937 *apud* CLAUDINO, 2011, p.85), também poderiam ficar imóveis por tempo indeterminado esperando o momento certo para flechar a caça que posteriormente seria morta com pedaços de madeira. Além disso, eram cavados fossos de 2 a 3

metros de profundidade onde erram fincados espetos de madeira, que eram cobertos por ramos, folhas e ervas (KEMPF, 1947 *apud* CLAUDINO, 2011, p.85).

Paula (1924, p.19) descreve que para capturar antas

> procuram rastro fresco no qual soltam os seus cães, acompanhando-os na carreira até o levante da anta. Orientando-se em seguida da direção tomada pela mesma, que sempre segue seus habituaes carreiros, por eles conhecidos, atalham pela floresta, esperando adiante a sua passagem. Atropelada pelos cães vem a anta em vertiginosa corrida, sendo então atacada e morta a lançaços.

Segundo Paula (1924, p.119), a mesma técnica era usada para capturar veados.

Outra estratégia usada para pegar antas e outros animais de médio e grande porte foi denominada por Entres (1929 *apud* LAVINA, 1994, p.56) como “tranqueira de anta”, que consistia na derrubada de árvores nas margens dos rios. Ao ser acuada pelos caçadores, anta fugia para a água, mas era impedida de mergulhar pelos galhos das árvores, sendo então ferida mortalmente com flechas e lanças. (ENTRES, 1929 *apud* LAVINA, 1994, p.56).

Outro animal muito apreciado por sua carne era o porco do mato. Devido ao fato de andarem em bando, os animais dessa espécie podiam ser capturados em grande número. Quando encontram o rastro da porcada, o grupo de caçadores pode segui-la por semanas, cercando e matando o máximo que podem (PAULA, 1924, p.119).

Micos e bugios eram caçados com flechas (LAVINA, 1994, p.57). As aves, por sua vez, “eram abatidas com flechas-virote, que matam por impacto e oferecem menos risco de prenderem-se na copa das árvores” (LAVINA, 1994, p.109).

Após a captura, os animais podiam ser preparados de várias maneiras. Segundo Lavina (1994, p.110) “animais de médio e grande porte seriam assados em fornos subterrâneos, enquanto que animais menores podiam ser moqueados ou assados em espetos”.

Os fornos subterrâneos são descritos de duas formas. A primeira consiste em um buraco de 2 metros de comprimento e 1 de largura que era preenchido por madeiras secas que eram queimadas. Em cima eram colocadas madeiras verdes e sobre elas a carne com pele que depois era coberta com folhas verdes e terra (SCHADEN, 1953 *apud* CLAUDINO, 2011, p.86). Outra descrição caracteriza essa

estrutura “como um buraco aberto no solo com duas pedras antecipadamente aquecidas sobre as quais a caça é posta, sendo depois recobertas de terra e uma fogueira acendida sobre o conjunto” (AUBÉ, 1947 *apud* LAVINA, 1994, p.59).

Além de ser assada em forno subterrâneo, a carne poderia ser assada em espetos de madeira (DALL’ALBA, 1973, p.385; SCHADEN, 1953 *apud* CLAUDINO, 2011, p.86) ou em uma estrutura de ramos onde a carne é posta para assar (HENRY, 1964 *apud* LAVINA, 1994, p.60).

Ireno Pinheiro relata em sua entrevista a Dall’Alba (1973, p.376) que, a carne preparada pelos Laklãno/Xokleng era temperada com algum tipo de erva, mas que não usavam sal, deixando na carne um gosto de charque.

2.3.3 Cultura Material

Como mencionado anteriormente, os Laklãno/Xokleng conheciam muito bem o território que dominavam e sabiam aproveitar os recursos que este oferecia. Além de retirar dali seu alimento, também obtinham meios para a fabricação de instrumentos usados no seu dia a dia. O bugreiro Ireno Pinheiro relata em entrevista a Dall’Alba (1973) que aproveitavam pedras, madeiras, argilas, fibras vegetais e depois o ferro trazido pelo colonizador com os quais fabricavam armas, cestarias, cerâmicas, objetos de uso domésticos, objetos de uso ritualístico, vestimentas e adornos.

Dentre os artefatos mais característicos do grupo estão as armas utilizadas para a caça. Eram inicialmente confeccionadas em osso, pedra e madeira. Mais tarde, com o avanço da colonização passaram a ser produzidas também em ferro trabalhado a frio com seixos, apesar do tempo de produção de artefatos de ferro ser maior do que com outro material. (FARIAS, 2005, p.137; FARIAS; NEU, 2010, p.148; PAULA, 1924, p.124).

Os artefatos de caça mais usados estão a lança, o arco e a flecha, que juntos formam um ‘kit caça” (SCHADEN, 1937 *apud* CLAUDINO, 2011, p.88). O arco chegava a medir 2 metros e era fabricado com cerne de cabreava e sua corda com fibra de ticu (KEMPF, 1947 *apud* CLAUDINO, 2011, p.88). Simonian (1975 *apud* FARIAS, 2005, p.108-109) descreve a fabricação com outro material, “cotia ou pau d’arco com tiras de cipó Imbé”. Mas é Henry (1964 *apud* LAVINA, 1994, p.73) quem traz uma descrição mais detalhada. Segundo ele o arco era fabricado

> de madeira de "cablejuna" (Cabriúva, Myrocarpus frondosus), cortada e aberta em pedaços com cunhas. O pedaço escolhido era desbastado com um machado e ambas as extremidades apontadas à faca. Depois, a madeira era aquecida no fogo, encerada e novamente aquecida, sendo a curvatura das pontas obtida prendendo-se o arco em forquilhas e estacas de madeira na posição apropriada. Depois de o arco tomar a forma desjada com a fricção de folhas de embaúba (HENRY,1964, p.166 *apud* LAVINA, 1994, p.73).

Chiara (1986 *apud* LAVINA, 1994, p.88) afirma que o arco possuía pouca elasticidade, o que proporcionava o disparo da flecha com maior velocidade, e que poderia ser decorado com apliques de casca de Imbé. O Bugreiro Ireno relata que o arco era difícil de ser manuseado, sendo que alguns indígenas o calçavam com o pé. Os não-índigenas, segundo relata, mal conseguiam abri-lo (DALL'ALBA, 1973, p.372).

As pontas de flecha eram fabricadas em pedra, madeira farpada, ferro, dente e osso (DALL'ALBA, 1973, p.366; DALL'ALBA, 2003, p.167-168; KEMPF, 1947 *apud* CLAUDINO, 2011, p.88; PAULA, 1924, p.123; SIMONIAN, 1975 *apud* FARIAS, 2005, p.107-109). Ireno Pinheiro descreve que a flecha de madeira era a maior, podendo atingir 30 centímetros, sendo assada ao fogo (DALL'ALBA, 1973, p.366). Essa informação é confirmada por Henry (1964 *apud* LAVINA, 1994, p.74).

Segundo Simonian (1975 *apud* FARIAS, 2005, p. 108-109)

> As farpas ou dentes podiam ser tanto de um lado da ponta da flecha como dos dois lados. Era mais usada para a caça e possuía, em média, 30 cm de comprimento por 2 cm de largura. Constituía-se de três partes distintas: a ponta com 10 cm de comprimento, normalmente tostada no fogo para ficar mais dura, afinada uns 15 cm de farpas e o pedúnculo que seria amarrado à cana.

Além da ponta de madeira existe ainda a ponta lítica, como menciona Simonian (1975 *apud* FARIAS, 2005, p.108-109). Segundo Lavina, (1994, p.74-75),

> Existem algumas referências ao uso, pelos Xokleng, de flechas com pontas líticas: Entres (1927), Schaden, E. (1937) e Dall'Alba (1973). Devido à precariedade destas informações, não sabemos afirmar se a técnica de lascamento, porventura existente no grupo antes do contato, tenha desaparecido com a introdução de artefatos de metal ou se os observadores associaram de maneira aleatória a presença de pontas líticas. A que nós encontramos nas coleções pesquisadas sugere, mas não confirma, a primeira hipótese.

Existe ainda a ponta confeccionada em osso, "normalmente fêmur de macaco, possuía forma triangular, media numa média de 6 cm de comprimento por três e meio

de largura (na parte central e base), apresentando aletas laterais afinadas" (SIMONIAN, 1975 *apud* FARIAS, 2005, p.108-109).

Outro material mencionado para confecção de flecha é o ferro, obtido por meio de assalto a propriedades dos colonos e moldado com o auxílio de pedras e outros pedaços de aço (SANTOS,1973, p.210; SIMONIAN, 1975 *apud* FARIAS, p.108-109). Paula (1924, p.123) descreve que as pontas de ferro eram usadas para a guerra e as demais pontas para a caça.

Depois de prontas, as pontas eram fixadas em hastes de graveto leve com cipó e cera de abelha.Em seguida eram emplumadas com pena de jacutinga para a decoração (DALL'ALBA, 1973, p.389-390; HENRY, 1964 *apud* LAVINA, 1994, p.74).

Semelhante eram os virotes, flechas de madeira com ponta arredondada usados para matar aves, causando sua morte pelo choque e não pelo ferimento (DALL'ALBA, 1973, p.389-390; PAULA, 1924, p.123). Estes possuíam em média 6 centímetros de diâmetro por 5,5 de altura. Sua ponta media aproximadamente 2,5 centímetros de altura por 1,5 de diâmetro. Eram presas a haste de taquara com cera de abelha e fio de ticum (SIMONIAN, 1975 *apud* FARIAS, 2005, p. 108-109).

Para a caça de animais de grande porte e defesa pessoal eram utilizadas as lanças (LAVINA, 2007, p.9). A partir do contato com o europeu, a lâmina deste artefato passa a ser fabricada principalmente em ferro, (DALL'ALBA, 1973, p.389). Segundo Henry (1964 *apud* LAVINA, 1994, p.75),

> a lâmina é feita aquecendo-se e martelando-se o ferro com pedras, sendo, depois de afiada, fixada em um cabo de madeira com seção prismática com as mesmas técnicas de fixação usadas para as pontas de flecha de ferro. Sua confecção é atividade masculina, geralmente comunitária.

Para Paula (1924, p.123), a lâmina possuía entre 30 e 40 centímetros de comprimento e 10 a 12 de largura e era fixada em uma haste que podia ou não ser decorada.

Semelhantes a estas eram as bordunas, que possuíam 1,5 metros de comprimento com corpo, mais largo em uma das extremidades, que ia afinando progressivamente até a empunhadura. Assim como as lanças, estes podiam ser decorados. (PAULA, 1924, p.123).

Fabricavam também artefatos líticos, como flechas e machados (FARIAS, 2005, p. 106-108).

Enquanto os artefatos de caça eram usados principalmente pelos homens, responsáveis por realizar tais atividades, as mulheres desenvolviam tarefas domésticas, para as quais utilizavam objetos fabricados em fibras vegetais, argila e madeira. No entanto, nem todos eram confeccionados por elas. (VIEIRA, 2004 *apud* CLAUDINO, 2011, p.89).

Dentre os objetos de uso doméstico destacam-se as mãos-de-pilão e pilão, que podiam ser fabricadas em pedra ou madeira. Geralmente eram fabricados pelos homens, o que não impedia as mulheres de confeccionarem em pequenos tamanhos. Para a confecção do pilão em madeira, geralmente usavam uma árvore caída ou derrubavam uma para este fim. Depois a madeira era esculpida com o auxílio do fogo. Eram usados para moer e macerar, sendo descartados ao mudar de acampamento. (HENRY, 1964 *apud* LAVINA, 1994, p.69-70; KEMPF 1947 *apud* CLAUDINO, 2011, p.90; LAVINA, 1994, p.86; SIMONIAN, 1975 *apud* FARIAS, 2005, p. 109-110; VIEIRA, 2009 *apud* CLAUDINO, 2011, p.90).

De forma semelhante aos pilões, eram confeccionados os cochos para fabricação de bebida. Para fazê-lo derrubavam troncos de árvores grossos e o escavavam na horizontal para que ficasse oco. Esse trabalho era feito com o auxílio do fogo e de formões. Depois de pronto suas pontas eram revestidas de cera quente para evitar vazamentos e um buraco era feito no chão para acomodá-lo. (CLAUDINO, 2011, p.92; LAVINA, 1994, p.71-72; SIMONIAN, 1975 *apud* FARIAS, 2005, p. 109-110).

Para obter fogo usavam a fricção a partir de dois artefatos. O primeiro é o pau ignífero, composto por uma base de madeira mole com um desgaste circular em sua superfície e uma haste móvel que era encaixada no círculo da base e girada rapidamente provocando uma combustão por fricção. (LAVINA, 1994, p.86; PAULA, 1924, p.124). O artefato e seu uso são descritos mais detalhadamente por Henry (1964 *apud* LAVINA, 1994, p.70),

> ...cortam um pedaço de canela branca seca de 2,54 cm de espessura, 5,8 cm de largura e 60,96 cm de comprimento e fazem um buraco no meio, com 2,54 cm de profundidade, com um corte raso em um dos lados (...) que chega até um dos lados do bastão. Eles também cortam um ramo pequeno de 0,63 cm de espessura e 45,72 cm de comprimento; esta é a broca. O índio cospe nas mãos, põe a broca no buraco e começa a girá-la rapidamente entre as duas palmas (...) Após 10 minutos, ainda não há fogo, então ele chama outro índio e se alternam a girar a broca. Com cinco minutos mais, um pouco de fumaça do buraco ergue suas esperanças. Ele retira a broca e olha: não há brasa. Por cinco minutos mais ele atrita, e a brasa surge. Algumas vezes a brasa

> aparece na ponta da broca, em outras surge na face do buraco. Então a broca é coberta com algumas folhas secas de palmeira e ele sopra até que as folhas se inflamem.

O outro instrumento usado para o mesmo fim é descrito por Ireno Pinheiro à Dall'Alba (1973, p.390), "era um pilãozinho quadrado, escavadinho, com paredes recobertas de um "mistro"de cêra (sic) de abelhas e outra coisa, quase que nem um "mistro de fosfre". Esfregavam a mãozinha do pilão nessa parede, até pegar fogo".

De madeira rígida ou taquara eram feitas as pinças usadas para retirar alimentos do fogo (PAULA, 1924, p.125; LAVINA, 1994, p.86). Elas consistiam em "uma vareta de madeira dobrada de maneira a formar uma articulação e dois dáctilos de mesmo comprimento" (LAVINA, 1994, p.86).

Também eram fabricadas cordas com tucum, esteiras para dormir com embirra branca, tipoias de líber ou Imbé, bigornas de machado em pedra, uma espécie de balsa de taquara para carregar crianças ao atravessar rios e extratores de dente em madeira (DALL'ALBA, 1973, p.390; FARIAS, 2005, p. 116; KEMPF, 1947 *apud* CLAUDINO, 2011, p.90; LAVINA, 1994, p.81,96)

Além das esteiras, outras cestarias eram confeccionadas pelos homens e possuíam várias funções. Os maiores, com 60 centímetros de altura e 50 centímetros de diâmetro, eram usados como cargueiros e para o acondicionamento de lenha, pinhão e outros alimentos. Também poderiam ser vedados com cera e usados para armazenar e carregar água e mel. Outros ainda menores, com 10 centímetros de diâmetro e 15 de altura, eram usados como canecos. A matéria usada para a fabricação era a taquara mansa. (CLAUDINO, 2011, p.89; DALL'ALBA, 2003, p.167-168; FARIAS, 2005, p.114-115; FARIAS; NEU, 2010, p.147-148; LAVINA, 1994, p.83; PAULA, 1924, p.125; SANTOS, 1973, p.214).

Para atividades cotidianas também eram fabricadas as cerâmicas. Estas eram elaboradas pelas mulheres a partir de a argila de cor branca ou cinza era coletada nos córregos e usadas no preparo e cocção dos alimentos. Os Laklãnõ/Xokleng acreditavam que o arco-íris indicaria as jazidas da matéria-prima. Posteriormente a argila era lavada e amassada para retirar suas impurezas. Em seguida era acrescentado carvão. Para a cerâmica a forma de meia-calota ou cônica de variados tamanhos, era utilizada a técnica do roletado. Dada a forma, ela era alisada com um seixo molhado e posta para secar ao sol por dois dias. Para assar, era coberta e cercada de lenha de todos os lados. Depois de assada, a peça era lustrada com folhas

de samambaia, musgo ou cera de abelha. O resultado era uma peça de cor preta, geralmente sem decoração. (DALL'ALBA, 1973, p.382-383, 390; FARIAS, 2005; FARIAS; NEU, 2010, p.139; LAVINA, 1994, p.72; LAVINA, 2007, p.9; PAULA, 1924, p.127-128; SANTOS,1973, p.214).

Além de objetos usados no cotidiano, existiam artefatos usados exclusivamente em rituais da tribo. Um dos mais importantes nesta categoria é o perfurador de lábio, usado para a perfuração dos lábios dos meninos, feito de madeira endurecida ao fogo (PAULA, 1924, p.129). Sullivan e Moore (1990 *apud* LAVINA, 1994, p.78) o descrevem como um "artefato é feito de bambu, sendo decorado com pirogravuras semelhantes aos motivos de cestaria fixados nos cabos das lanças. A terminação destes perfuradores era em ponta afiada". Outro artefato usado neste ritual era um cinto cerimonial, com pendentes de líber desfiada, usado pelos homens em torno da cintura (LAVINA, 1994, p.81). No ritual também são usados ornamentos de dança. O primeiro, ornamento de dança "Lú", consiste em "uma esfera feita em cestaria, inserida na ponta de uma haste de cerca de 125 centímetros. Logo abaixo desta esfera é inserida uma peça de cestaria plana. O conjunto é coberto com plumas de águia, fixadas com resina" (LAVINA, 1994, p.80). O outro, Ornamento de dança "*Kõñañ*", "é composto por uma vara de cerca de 185 centímetros com penas de águia fixadas com líber na extremidade superior. Logo abaixo das penas é inserida uma seção discoidal de cestaria. O conjunto é coberto com plumas de águia" (LAVINA, 1994, p.80). Terminado o ritual, os participantes praticavam um jogo onde o objetivo era aparar ou rebater uma bola de cestaria (PAULA, 1924, p.129).

Já para os rituais funerários, eram utilizados chocalhos feitos de cabaça com cabo de bambu. Dentro dela eram inseridas sementes de caeté. Sua decoração era feita com anéis de penas amarrados com casca de Imbé. (LAVINA, 1994, p.79-80).

Instrumentos musicais eram fabricados em gomo de taquara (DALL'ALBA, 1973, p.390).

Eram poucas as vestimentas usadas pelos Laklãnõ/Xokleng. Os homens usavam apenas uma tanga de imbira ou urtiga que era confeccionada pela mulher e podia ser adornada com penas. Usavam ainda pulseiras e tornozeleiras fabricada com o mesmo material. (DALL'ALBA, 1973, p.371; PAULA, 1924, p.122; SIMONIAN, 1975 *apud* FARIAS, 2005, p. 113). Segundo Lavina (1994, p.77),

> As crianças recebiam seus cintos fiados por seus pais, após a cerimônia de perfuração dos lábios. Para evitar que os cintos de cordões apodrecessem e rompessem, eram retirados durante o banho e, em caso de chuva, eram enrolados em folhas e levados pendurados às costas.

Outro importante adorno usado pelos homens era o tembetá (também chamado de lambrete e botoque). Podia ser feito através da raspagem e do lascamento de madeira, osso ou pedra e em formatos diferentes que eram ligados a filiação do indivíduo em uma família extensa. O artefato seria usado pelos meninos a partir dos 3 anos sendo substituído por um maior até atingir a idade adulta (LAVINA, 1994, p.77-78; SANTOS,1973, p.214-216; SIMONIAN, 1975 *apud* FARIAS, 2005, p.114;).

Durante rituais, os homens usavam cocares de penas coloridas amaradas em fios de ticum (SIMONIAN, 1975 *apud* FARIAS, 2005, p. 113-114).

A mulher, por sua vez, usava uma espécie de saia/cobertor de urtiga brava que cobria seu corpo desde abaixo dos seios até os joelhos e em noites frias eram usadas como cobertor para aquecer a família. Para usar a urtiga, batiam nela com cacetetes até que se eliminem as folhas e os maiores espinhos e em seguida a planta e descascada. Após o processamento inicial o material era posto em molho por vários dias e depois batida até que restasse apenas a fibra, sem a parte lenhosa. A fase final é trançar os fios, com a ajuda de uma espécie de tear, até obter o tecido. Deste modo, uma saia podia levar até um mês para ser fabricada. (LAVINA, 1994, p.78-79; PAULA, 1924, p.122,125; SANTOS,1973, p.214; SIMONIAN, 1975 *apud* FARIAS, 2005, p. 113-114).

Além da saia/cobertor, “a mulher costumava usar também colares, feitos de sementes ou dentes de animais” (SANTOS,1973, p.214).

2.3.4 Rituais

Os fatos mais marcantes da vida Laklãnõ/Xokleng era celebrados por meio de rituais que poderiam envolver o grupo familiar e até a totalidade da tribo. Dentre eles estão: o de gestação, o de nascimento, perfuração dos lábios dos meninos, incisão nas pernas das meninas, casamento e cremação dos mortos. (CLAUDINO, 2011, p.91; LAVINA, 1994, p.63).

O primeiro ritual, pelo qual passa o indivíduo Laklãnõ/Xokleng é o da gestação e do nascimento que consiste em um ritual de passagem envolvendo os pais e a criança (CLAUDINO, 2011, p.91). Segundo Vieira (2004 *apud* CLAUDINO, 2011,

p.91), a partir do momento em que a gravidez era confirmada, os pais da criança eram postos em um estado de cuidado e mantidos separados até o nascimento da criança e sua incorporação pela comunidade Laklãnõ/Xokleng (CLAUDINO, 2011, p.91; Vieira, 2004 *apud* SILVA, 2016, p.73). Além disso, os pais escolhiam uma mulher para fazer o parto (SILVA, 2016, p.73).

Henry (1994 *apud* LAVINA, 1994, p.63-64) descreve que após o nascimento da criança,

> a placenta e o cordão umbilical eram esfregados com ervas e postos em um cesto, que seria colocado ocultamente pelo irmão da mãe dentro de um curso d'água. O irmão da mãe e sua esposa tornavam-se, neste momento, os pais cerimoniais da criança. A seguir, os tornozelos desta eram envolvidos com vinte voltas de cordel, que serão conservados por cerca de duas semanas, quando então a criança receberá seu primeiro alimento cozido. Para esta cerimônia, o pai da criança sai à caça com seu cunhado (pai cerimonial da criança) por vários dias, até conseguir uma quantidade adequada de caça para a realização de uma festa. Para esta festa, a mãe cerimonial convida parentes e conhecidos que estejam próximos. Durante a festa, enquanto os convidados comem, o pai da criança retira os cordéis que envolviam os tornozelos desta que, envolvidos com o cordão umbilical que restava aderido à mãe e com ervas, são lançados em um curso d'água. É neste momento que a criança recebe seu nome, durando a cerimônia, de acordo com a quantidade de alimento, de meia a uma hora.

Kluge (2020, p.29), por sua vez, descreve o ritual tradicional de batismo de outra forma. Para ele,

> O batizado dava-se logo após o nascimento da criança entre vinte quatro luas cheias (aproximadamente três meses). A cerimônia era realizada por quatro anciãos anciães, mas o ritual só era feito por mulheres. Para a realização do batizado os anciãos preparavam-se espiritualmente, faziam um cordão de embira, o qual seria colocado na perna da criança enquanto era enrolado esse cordão, era feito uma oração abençoando e assim mostrando qual caminho a criança iria seguir durante sua vida preparando seu espírito (KLUGE, 2020, p.29).

Para Silva (2016, p.74), essa cerimônia era necessária para agregar novamente os pais a vida social e apresentar o novo membro da família. Por fim, segundo Vieira (2002 *apud* SILVA, 2016, p.74), os pais escolhiam o nome da criança sendo que os meninos recebiam o sobrenome do pai e as meninas o da mãe. Kluge (2020, p. 16), por sua vez, afirma que “[...] o novo membro do povo recebia o nome dado pelos padrinhos, parentes ou familiares, o nome escolhido fazia parte de uma crença onde o espírito de um ente querido que estava retornando para a família e para o grupo [...]”.

Existe ainda o *Kynhkynh*, um ritual de passagem do menino para sua vida quase adulta. Os detalhes do ritual são descritos à Tschucambang (2020, p.31) por sua entrevistada, Neli Ndilli.

> [...] o pai da criança tinha que cortar uma árvore, chamada de "*kámby*", a madeira de baga de macaco, tem esse nome porque tem as folhas os galhos descem até o chão enrolados, como se fosse um rabo de macaco. Dona Neli relata conforme sua mãe a ensinou: *tem que cortar a árvore e queimar e com o carvão que fica, amassa, formando um pó. E esse pó é colocado dentro de um corte bem pequeno que é feito no braço principal da criança, se é com o direito que ele mexe as coisas faz nesse braço, se é canhoto faz se nesse braço. O corte é feito de comprido, dois cortezinhos. Com risos diz minha mãe tinha a marca do ritual ainda em sua perna, e eu quando eu era pequena, era muito curiosa e fazia muitas perguntas pra minha mãe, daí que sei muitas coisas. Ela conta que sua mãe lhe ensinava que a marca da menina era feita na perna direita ao lado do joelho, feito também um corte e preenchido com o mesmo pó do* KÁMBY*, para resistência da mulher na hora da colheita* (TSCHUCAMBANG, 2020, p.31-32).

Um dos rituais mais importante, descrito por vários autores, é a perfuração dos lábios dos meninos, que marca sua passagem para a vida adulta (SCHADEN, 1958, p.111). Esta cerimônia atraia pessoas de vários lugares que permaneciam até um mês no local, o que demandava um amplo espaço, cabanas reforçadas e artefatos específicos (FARIAS, 2005; HENRY, 1964 *apud* LAVINA, 1994, p.64; LAVINA, 1994, p.105; PERES, 2009 *apud* CLAUDINO, 2011, p.92;). Durante o ritual, era consumida uma bebida alcoólica a base de mel, fabricada dias antes da cerimônia (VIEIRA, 2004 *apud* CLAUDINO, 2011, p.92). Para isso extraiam madeira, com a qual fabricavam cochos onde era produzido a bebida (CLAUDINO, 2011, p.92; LAVINA, 1994, p.105). Durante a realização da cerimônia em si,

> é acesa uma fogueira, em torno da qual os homens iniciam uma dança, percutindo os cabos das lanças no solo. As mulheres os seguem, acompanhando o ritmo com chocalhos. Durante estas danças, é consumida grande quantidade de bebida alcoólica, sendo também as crianças obrigadas a beber até a insensibilidade. Para aumentar o efeito da bebida, estas são ainda sacudidas e arremessadas de uma pessoa a outra. É neste estágio que os lábios são perfurados, sendo introduzido no orifício um pequeno labrete de madeira. (PAULA, 1924, p.129 *apud* LAVINA, 1994, p.64-65).

Os botoques eram de formas diversas que serviam de identificação dos grupos familiares (HENRY, 1964 *apud* CLAUDINO, 2011, p.92). "Após a perfuração dos lábios o consumo de bebidas continuava realizando-se também jogos e danças" (PAULA, 1924 *apud* LAVINA, 1994, p.64-65).

As meninas com idade entre 8 e 10 anos, por sua vez, recebiam uma marca logo acima dos joelhos, também com a função de identificação (CLAUDINO, 2011, p.93).

A respeito das relações conjugais não há um consenso entre os pesquisadores. Portanto não é possível afirmar, com base na bibliografia consultada, se os Laklãno/Xokleng eram monogâmicos ou poligâmicos. Sobre o casamento, sabe-se que “os jovens a partir dos 18 anos podiam escolher uma noiva, mas não parente. As mulheres podiam procurar um marido em qualquer grupo de sua tribo (KEMPF, 1947 *apud* CLAUDINO, 2011, p.83).

> Em geral, constroem um rancho para si, para o qual levam a moça que escolhem para casar, e que então vive com eles maritalmente. Algumas vezes, quando a família da moça é pouco numerosa, o jovem guerreiro fica morando com a esposa no mesmo rancho dos parentes desta. Não há entre eles o incesto, pois que é vedado o casamento entre os parentes mais próximos. E habito da tribu respeitar o casamento, o só raras vezes há o adultério, que é unanimemente reprovado (PAULA, 1924, p.126).

Ainda sobre o ritual de casamento, Ireno Pinheiro descreve à Dall’Alba (1973, p.376) que os Laklãnõ/Xokleng “fazem um buraco e botom fogo, esquentom. Depois forram de folhas de palmito, botam o noivo e a noiva ali dentro. Os outros dançam em roda. Quando acaba a farra, estão casados”. O bugreiro relata ainda que antes do casamento o noivo era submetido a uma espécie de teste onde “Batem o camarada, derrubam, levam a lança em cima, apertam... Se ele der um gemido, é criança, não casa” (DALL’ALBA, 1973, p.376).

Além disso, o matrimônio não era indissolúvel. Ambos os cônjuges tinham direito de separação. O adultério por sua vez, era punido com a exclusão do indivíduo da tribo por três meses. (KEMPF, 1947 *apud* CLAUDINO, 2011, p.83).

Na época chamada pelos não-indígenas de pacificação, que será detalhada no capítulo seguinte, Santos (1973, p.218-219) descreve que os Laklãnõ/Xokleng praticavam todas as formas possíveis de matrimonio, sendo elas a monogamia, a poligamia e a poliandria, tornando possível a ocorrência de casamento conjunto. Segundo o mesmo autor,

> não tinham regras explícitas quanto a fixação de residência ou claros princípios de descendência. Tudo isto, evidentemente, porque o grupo estava vivendo sob condições excepcionais. E na luta pela sobrevivência física parece que somente o indispensável era mantido em termos culturais (SANTOS,1973, p.218-219).

Quando um membro da aldeia morria, seu corpo era mantido na cabana em que vivia até que o odor causado pela decomposição ficasse insuportável. Em seguida era erguida uma pilha de lenha com 90 centímetros onde era depositado o corpo do morto e seus pertences. O corpo era coberto com mais lenha e incendiado. Os restos mortais que sobraram depois da queima eram colocados em um algum tipo de cestaria e enterrados, ou então carregado durante as mudanças de acampamento. Esse era o ritual praticado com os indivíduos adultos. Crianças menores de 10 anos eram apenas enterradas pois acreditavam que assim ela voltaria para o ventre na mãe e renasceria. (CLAUDINO, 2011, p.93; FARIAS, 2005, p.98-99, 135; FARIAS; NEU, 2010, p.147; LAVINA, 1994, p.65-66; PAULA, 1924, p.126; SCHADEN, 1958, p.112; VIEIRA, 2004 *apud* SILVA, 2016, p.90).

Um ritual funerário diferente é descrito por Kempf (1947, p.34 *apud* CLAUDINO, 2011, p.93). De acordo com o autor, os Laklãnõ/Xokleng

> colocavam o corpo de cócoras e o amarravam com cipó de todos os lados. Em seguida juntavam-lhe o arco quebrado além de outros utensílios utilizados pelo morto, por fim ateavam fogo. Por último, toda a cinza era depositada numa cova sobre a qual levantavam uma grande bola de barro. Diante desse túmulo, de quinze em quinze dias, por quase um ano iam chorar e reclamar o morto. Ficavam cerca de 30 dias de luto, que era identificado pelos riscos e pontos de carvão no rosto.

Além da cremação, Henry (1924 *apud* LAVINA, 1994, p.67) descreve que eram realizados rituais de purificação do grupo a fim de afastar a ameaça do espírito do morto. Desta forma,

> O cônjuge tinha que se afastar do acampamento e se alimentar unicamente de mel e vegetais, evitando carne e alimentos cozidos. Ao fim de cerca de três semanas poderia voltar ao acampamento, sendo então realizada uma cerimônia com consumo de carne e bebida alcoólica, ao fim da qual o cabelo e as unhas do cônjuge eram cortados (LAVINA, 1994, p.67).

Kluge (2020, p.28), descreve com mais detalhes esse ritual de luto da mulher Laklãnõ/Xokleng denominado *Vânhkomã*. O autor explica que após a morte do marido, a mulher, considerada impura devido aos sentimentos negativos que carregava em decorrência da perda do ente querido, se distanciava cerca de 50 metros do acampamento para seu isolamento. O período de afastamento poderia variar entre 45 dias e 6 meses, de acordo com a marca familiar. Durante o período, o

homem mais próximo do falecido marido cuidava da mulher. Caso conseguisse cuidá-la durante o *Vãnhkomã* poderia tomá-la como esposa após o período de afastamento. Deste modo, o homem poderia casar-se com mais de uma mulher, dependendo de sua condição econômica e prestígio dentro da comunidade. Caso o parente do falecido não se casasse com a viúva, ela estaria livre para se casar com outro membro da comunidade (KLUGE, 2020, p.27-28).

Estes são os principais rituais que marcam a vida dos Laklãnõ/Xokleng observados na análise de pesquisas desenvolvidas acerca dos grupos.

3 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO EM SANTA CATARINA DURANTE OS SÉCULOS XIX E XX

É fato que a colonização em Santa Catarina se deu de forma distinta das demais terras brasileiras. Sua localização, no limite sul do território pertencente à Portugal, fez com que o estado ficasse de fora dos grandes ciclos econômicos brasileiros. Deste modo, até o século XIX, boa parte do que hoje compreende o Estado de Santa Catarina não conhecia a povoação não-indígena.

No princípio da colonização do Brasil, por portugueses e espanhóis, os índigenas eram considerados parte integrante de seus domínios, sem direito territorial assegurado (ARAÚJO, 2004 *apud* SILVA, 2012, p.18). Já no século XIX, a questão indígena deixa de ser uma questão de mão-de-obra, voltando-se para a terra e a postura adotada em relação aos povos originários, se branda ou violenta, uma vez que sua mão-de-obra se torna cada vez menos essencial (CUNHA, 2012, p.56-57).

A Guerra ofensiva é então desencadeada em 1808 por D. João VI que extingue a proibição da posse de terras por estrangeiros e declara devolutas as terras conquistadas dos índios no que foram denominadas “Guerras Justas”, travadas contra os povos que não se submeteram. A carta régia de 1808, trata da presença dos indígenas na Capitania de Minas Gerais e descreve os “índios botocudos” como selvagens antropófagos, destituindo-os de sua humanidade e considerando-os impossíveis de “civilizar”. Justificava-se assim os atos de violência contra o grupo. Dentre as ações autorizadas pelo decreto está a criação de uma Companhia de Pedestres com o objetivo de percorrer as matas para capturar os indígenas, que seriam considerados prisioneiros de guerra. O objetivo maior do documento e das ações por ele autorizadas era tornar a colonização viável. A terra conquistada através destas guerras era então concedida pela coroa a quem quisesse colonizá-las (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020; CUNHA, 2012, p.63; MOTTA, 2011, p.29; SILVA, 2012, p.18).

Segundo Waibel (1949, p. 165), quando o Brasil se tornou independente percebeu-se a necessidade de dar mais atenção a colonização das províncias mais ao sul do território, até então, sujeitas a ataques dos argentinos. Outro motivo para a colonização destas áreas de mata, era fazer retroceder ou eliminar os indígenas que nela viviam. Para a empreitada seria necessário um novo tipo de colono, que

apresentasse características de soldado e de agricultor, o europeu (WAIBEL, 1949, p.165-166).

O Governo brasileiro decide então estimular a imigração europeia para satisfazer a necessidade de mão de obra nas fazendas de café e ocupar os “vazios demográficos” no sul do país (SANTOS, 2004, p.68; SELAU, 2006, p.13). Para Caruso e Caruso (2007), no período, a economia brasileira de subsistência encontrava-se desestabilizada, de modo que os produtos começaram a se tornar escassos e os preços começaram a subir. Deste modo, as províncias brasileiras sentiram a necessidade de trazer imigrantes para cultivar tais alimento.

Acreditava-se ainda que a imigração europeia possibilitaria o desenvolvimento do povo brasileiro através do que os intelectuais – a partir de uma visão eurocêntrica e xenofóbica – do país chamavam de “branqueamento da população”, visto que o Brasil saia de um sistema escravocrata, com mão de obra escrava para o trabalho livre e assalariado (DE LUCA, 1999 *apud* SELAU, 2006, p.13).

Nesse sentido,

> De acordo com estas concepções racistas, os africanos eram considerados sem iniciativas para o trabalho assalariado e o indígena um ser indolente e sem disposição, como preconizado pela sociedade capitalista. Portanto acreditava-se que a vinda dos imigrantes resolveria por um lado à questão da livre iniciativa, concedendo por meio das colônias pequenas propriedades de terras para que os colonos as cultivassem, ou mesmo oportunizando a instalação destes nas terras dos fazendeiros de café, para que com seu exemplo inspirassem os demais a trabalhar de modo semelhante, visando a produção de riquezas e sua conseqüente acumulação (SELAU, 2006, p.13).

Paralelo a isso, a Europa, desde o fim da chamada Idade Média vinha passando por inúmeras transformações e instabilidades. Com a Idade Moderna surgiam o individualismo, o espírito burguês e a possibilidade da ascensão social. O trabalho livre se fortalecia, impulsionado pela Revolução Industrial, e somado ao crescimento demográfico alteravam-se as estruturas econômicas e sociais. O acesso a terras cultiváveis era cada vez mais difícil, forçando as pessoas a procurar trabalho no meio urbano e gerando fome e desemprego. Ao mesmo tempo, guerras de unificação aconteciam em muitas partes da Europa. As pessoas que não se adaptavam a este novo contexto, principalmente ao trabalho industrial, viam na emigração uma expectativa de sobrevivência. (BLOEMER, 2008, p.22-26; CARUSO; CARUSO, 2007, p. 130-134; SANTOS, 2004, p.67; SELAU, 2006, p.12).

Ao olhar individualmente para cada país europeu vemos ainda particularidades que impulsionaram a imigração para o Brasil.

Na Alemanha os principais fatores eram demográficos, políticos e religiosos somados as frequentes revoluções e ao processo de unificação dos estados germânicos que forçaram a fuga de militantes liberais da Áustria e da Alemanha (BLOEMER, 2008, p.26). O norte da Itália encontrava-se desorganizado pelas guerras contínuas, passando do domínio do Império Napoleônico para o Austro-húngaro e a Itália unida, somado ao crescimento populacional, fome, desemprego, monopólio das manufaturas e ao inverno vigoroso que impossibilitava a agricultura (DALL'ALBA, 2003, p.130). A Polônia, por sua vez, era uma planície cobiçada pelos impérios russo e prussiano, o que tornava seu território uma zona pobre e de guerra contínua (DALL'ALBA, 2003, p.149).

Apesar de existir uma ideia necessidade da colonização europeia, a independência do Brasil pouco mudou a legislação. No Primeiro Império, o país não contava com medidas de regulamentação e ação colonizadora, consequência do domínio português que se estendeu até 1822 (PIAZZA, 1994, p.86).

No contexto de elaboração da constituição de um Brasil independente, José Bonifácio tentou tratar a questão indígena dentro de um projeto mais amplo, com o objetivo de chamá-los a sociedade civil como cidadãos livres para incorporá-los ao povo que se desejava criar. No entanto, os planos de Bonifácio para a nova constituição foram dissolvidos por Dom Pedro I e a carta outorgada nem se quer mencionava a existência dos povos indígenas. (CUNHA, 2012, p.63, 67; MELATTI, 1993 *apud* BLOEMER, 2008, p.44).

A respeito da criação de colônias nos primeiros anos da independência até o período regencial (1831-1840), Waibel (1949, p.168) aponta que,

> As três primeiras colônias eram "colônias federais", fundadas com grande despesa pelo govêrno imperial. Devido a uma súbita mudança na política imigratória em setembro de 1830, foi baixada uma lei proibindo qualquer despesa governamental que se relacionasse com a colonização de estrangeiros em qualquer das províncias do Império. Isto pôs têrmo à imigração alemã, fonte dêsses primeiros colonos, e eliminou pràticamente a imigração e a colonização, até que em 1834 as províncias receberam a tarefa de promover a colonização.

O período regencial, foi então marcado pela xenofobia e os estrangeiros não eram bem vistos nem se quer como imigrantes (VIANA, 1970 *apud* PIAZZA, 1994,

p.99). No entanto, alguns legisladores viam na venda de terras governamentais a preços moderados uma alternativa para incentivar a imigração e a consequente criação de colônias no interior do país (BROWNE, 1972 *apud* PIAZZA, 1994, p.99). Em contrapartida o governo da então Província de Santa Catarina entendia que o crescimento social e econômico da Província apenas se daria através da intensificação da colonização (PIAZZA, 1994, p.89).

> O primeiro, e até 1840 o único governo provincial a iniciar um programa de imigração, foi Santa Catariana. E o fez baseado na Provisão de 08 de abril de 1823, que lhe permitiu dar terras para agricultores. Assim, deu-se princípio, em Santa Catarina, às atividades de colonização, com elementos europeus, não portugueses. (BROWNE, 1972 *apud* PIAZZA, 1994, p.89).

Nesse sentido, foram criadas as colônias Nova Ericeira (1817), São Pedro de Alcântara (1929), Nova Itália (1835), Itajaí (1835) e Vargem Grande (1837). Estas iniciativas de colonização europeia, no território catarinense vão conduzir cada uma das colônias a individualização (PIAZZA, 1994, p.109).

É importante ressaltar que desde o século XVIII, com a abertura da estrada das tropas, já havia sido confirmada a presença dos Laklãnõ/Xokleng e dos Kaingang nas serras catarinense. Para afugentá-los, evitando ataques aos tropeiros, foi criada a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lajes. Contudo, nesta época, apenas o litoral e os campos do planalto estavam ocupados pelos não-índigenas. De modo que os Laklãnõ/Xokleng ainda tinham um amplo território para circular e as incursões sobre as propriedades dos colonos eram raras. Mesmo assim, até a primeira metade do século XIX, sua presença na encosta da serra foi minimizada. Por vezes os índigenas davam sinal de sua presença, mas não chegavam a despertar preocupação nos responsáveis pelas povoações já existentes no estado. Apenas foram criadas povoações ao longo das rotas percorridas pelos tropeiros. (SANTOS, 1973, p.52-55; WAIBEL, 1949, p.166).

A posse de Dom Pedro II, em 1840, inicia um novo ciclo no processo colonizador brasileiro. Embora ainda tímidas, no período compreendido entre 1840 e 1850, são tomadas medidas de grande importância com relação a colonização. Uma delas é a Lei de Terras Devolutas, Lei nº 514, de 18 de outubro de 1848, que estabelece a concessão de seis léguas em quadra de terras devolutas para a colonização à cada uma das províncias do Império (PIAZZA, 1994, p.113).

Na Província de Santa Catarina, no mesmo período, a colonização é de pouca expressão, contando com a ação de particulares apoiados pelo Governo Imperial, e não pela Província (PIAZZA, 1994, p.115). São criadas no Estado as colônias: Industrial do Saí (1841), Belga (1842), Piedade (1847), Santa Isabel (1847) e Blumenau (1850).

Santos (1973, p.50), considera que as grandes concessões de terras e as iniciativas mais importantes de colonização aparecem por volta de 1850, destacando as colônias Blumenau e Joinville como mais representativas destas iniciativas. De tais concessões de terras surgiam as Empresas colonizadoras, companhias que recebiam uma concessão de terras do Estado e se encarregavam de colonizá-las. Dentre suas ações estava a demarcação dos lotes a serem vendidos aos colonos, além do recrutamento de imigrantes na Europa e seu transporte até as colônias. As empresas de Colonização atuavam de forma semelhante, adaptando seus projetos à topografia e vias de acesso à colônia, de modo que os lotes se distribuíssem ao longo de rios e córregos subindo as encostas e que o núcleo urbano ficasse situado no centro da área (SANTOS, 1973, p.52).

Waibel (1949, p. 172) ressalta que

> Para uma companhia particular, colonização quer dizer negócio; ela quer ganhar dinheiro e é certo que o ganhará se conseguir uma boa qualidade de terra e gente também de boa qualidade. A administração se baseia estritamente em princípios econômicos e, em circunstâncias normais, não é prejudicada por interferência política. Esta é a razão pela qual as companhias particulares foram tão bem sucedidas na colonização do sul do Brasil, e Santa Catarina foi a região em que o princípio foi aplicado pela primeira vez em larga escala.

Na década seguinte, acontecem grandes transformações na política colonizadora do país. O Decreto nº 537, de 15 de maio de 1850 aprova o contrato com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo para a fundação de uma colônia agrícola em terras pertencentes ao dote da Princesa Dona Francisca, localizadas na Província de Santa Catarina. (DEMORO, 1960 *apud* PIAZZA, 1994, p.133).

Porém, o grande trunfo da época é a Lei de Terras, que regulariza o regime de propriedade territorial. A partir de sua promulgação, a compra passa a ser o único meio de acesso à terra. Com isso somente as antigas posses e sesmarias que possuíssem seus respectivos títulos de propriedade seriam reconhecidas. Apesar da Lei deixar claro que as terras dos índigenas não poderiam ser tratadas como devolutas

e que o título sobre elas é originário, não existia um documento comprovando a titularidade das terras aos povos indígenas que as ocupavam, o que abria brechas para desviar o direito assegurado. (CUNHA, 2012, p.72; SELAU, 2006, p.25; SILVA, 2012, p.18).

Para os Laklãnõ/Xokleng, através da Lei de Terras

> [...] o extermínio foi legalizado no Brasil para aquelas pessoas ou grupo que interferisse no desenvolvimento do país e as pessoas e grupos que foram afetadas por esta lei foram principalmente as populações indígenas, que eram mortas por batedores de mato, também conhecidos por bugreiros, que eram contratados pelo governo e pelos fazendeiros e outras pessoas que estavam chegando para colonizar as terras ditas "devolutas". Como a região do vale do Itajaí estava sendo colonizada e o progresso do brasileiro não podia parar, muitos Laklãnõ/Xokleng foram mortos pelos bugreiros e o mais conhecido pelos indígenas, que causou muitas mortes para a sua comunidade são os bugreiros Martin Bugreiro e Ireno Pinheiro (PATE, 2020, p.20-21).

De modo complementar a Lei de Terras , o Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, cria a “Repartição Geral das Terras Públicas”. O decreto tratava:

> da medição das terras públicas, da revalidação e legitimação das terras, do modo de extremar o domínio público do particular por qualquer título legítimo da venda das terras públicas, das terras reservadas, das terras devolutas situadas nos limites do Império com países estrangeiros, da conservação das terras devolutas e alheias e do registo das terras possuídas (PIAZZA, 1994, p.134).

O texto da Lei ainda deixa claro o desejo, por parte do governo, de colonizar terras ocupadas por indígenas. Os artigos abaixo, extraídos a referida lei, garantiram a possibilidade de retirada dos indígenas destes locais que desejavam colonizar:

> Art. 72. Serão reservadas terras devolutas para colonização, e aldeamento de indígenas nos distritos, onde existirem hordas selvagens.
> Art. 73. Os Inspetores, e Agrimensores, tendo noticia da existência de tais hordas nas terras devolutas, que tiverem de medir, procurarão instruir-se de seu gênio e índole, do número provável de almas, que elas contêm, e da facilidade, ou dificuldade, que houver para o seu aldeamento; e de tudo informarão o Diretor Geral das Terras Públicas, por intermedio dos Delegados, indicando o lugar mais azado para o estabelecimento do aldeamento, e os meios de o obter; bem como a extensão de terra para isso necessária.
> Art. 74. À vista de tais informações, o Diretor Geral proporá ao Governo Imperial a reserva das terras necessárias para o aldeamento, e todas as providências para que este se obtenha.
> Art. 75. As terras reservadas para colonização de indígenas, e por eles distribuídas, são destinadas ao seu usufruto; e não poderão ser alienadas, enquanto o Governo Imperial, por ato especial, não lhes conceder o pleno

> gozo delas, por assim o permitir o seu estado de civilização (DECRETO Nº1.318 de 30 de janeiro de 1854 *apud* SELAU, 2006, p.31).

Esta Lei demonstra que o governo pouco se preocupava em garantir o direito originário destas terras aos indígenas. Queriam destiná-las a colonização a qualquer custo, podendo ou não destinar uma parcela de terras a eles. Vale ressaltar que nem todos os povos indígenas aceitavam essa tentativa de aldeamento do governo. Na prática, os índios estavam sendo destituídos do direito a sua terra, cultura e modo de vida, uma vez que para garantir uma parcela de terras deveriam acatar a imposição dos não-indígenas e integrar-se a "civilização nacional".

Ao tratar do assunto, Selau (2006, p.33), afirma que pouco se fez pela organização de aldeamentos, pois os contatos entre os Laklãnõ/Xokleng e os não-indígenas eram raramente amistosos. "Em 1869, a Presidência da Província de Santa Catarina envia uma circular as câmaras municipais questionando sobre a existência de aldeamentos nos respectivos municípios" (SELAU, 2006, p.31). A resposta obtida da câmara de Laguna na época foi de que não havia aldeamentos no município, sem menção a possíveis grupos contatados ou grupos conhecidos, mas não contatados (SELAU, 2006, p.31-33).

Na prática, não foram criados aldeamentos. O território ocupado pela colonização foi se expandindo, derrubando florestas e impossibilitando a sobrevivência dos Laklãnõ/Xokleng. Os conflitos foram se intensificando e a alternativa escolhida pelas autoridades para resolver a questão foi o extermínio do grupo indígena. (SELAU, 2006, p.33).

> Esta discussão sobre a impossibilidade de se conviver pacificamente com os indígenas do interior, entre os quais os Xokleng, irá permanecer durante todo o período imperial, sobretudo na elaboração das leis que procuravam regulamentar o acesso às terras e as condições para a importação de imigrantes europeus para trabalharem como mão-de-obra livre no país, seja nas grandes propriedades ou na forma de pequenos proprietários rurais. Na formulação desta legislação, aos indígenas do interior, com destaque para os botocudos, era reservado um tratamento hostil, que não respeitava suas práticas culturais e que procurou gradativamente espoliar suas terras para ocupá-las na expansão da lavoura cafeeira no oeste paulista e com a colonização com estrangeiros nas províncias do Sul (SILVA, 1998 *apud* SELAU, 2006, p.25).

A minimização da presença indígena continuou enquanto era planejada e efetivada a colonização por imigrantes europeus. O governo e as autoridades provinciais sabiam da existência destes grupos, pois vez ou outra aconteciam

confrontos com os tropeiros e demais viajantes, mas acreditavam que à medida que a colonização avançasse o indígena se afastaria pacificamente. Deste modo, a partir de 1850 se inicia efetivamente a colonização e o território Laklãnõ/Xokleng vai sendo limitado rapidamente. Ao mesmo tempo, aumentam as notícias de ataques dos indígenas aos colonos, tropeiros e moradores. Para acalmar os colonos, o governo cria medidas para extermina-los da região oficializando o dito popular "índio somente é bom morto" (SANTOS, 1973, p.55-65; SANTOS, 2004, p.74).

Após as mudanças legislativas, iniciadas com a promulgação da "Lei de Terras", ocorre um surto colonizador bem estruturado (PIAZZA, 1994, p.135). A respeito disso, Waibel (1949, p.173) afirma que:

> Na segunda metade do século XIX, a província e estado de Santa Catarina, assim como o govêrno central, estabeleceram algumas colônias alemãs e italianas nos vales menores da serra, ao sul do rio Itajaí. Apertados por vales estreitos e afastados das principais vias de comunicação, nenhuma dessas colônias pôde expandir-se e prosperar.

As colônias criadas nesse contexto foram: Dona Francisca (1850), Leopoldina (1852), Colônia Militar Santa Tereza (1853), Itajaí-Brusque (1860) e a Colônia Nacional Angelina (1860).

Em 17 de junho de 1874, o decreto nº 5.663 autoriza Joaquim Caetano Pinto Júnior a introduzir 100.000 imigrantes europeus nas Províncias do estado brasileiro, exceto no Rio Grande do Sul (PIAZZA, 1994, p.181).

> Em virtude desse contrato, esse conhecido arrolador estava autorizado a prometer, nos seus folhetos de propaganda, que assim que desembarcassem no Brasil, os imigrantes teriam, além da passagem gratuita do porto de desembarque à sede da residência escolhida, terra, sementes, alimentos por mais de seis meses e poderiam tornar-se proprietários assim que tivessem dado provas de estabelecimento fixo (ALVIM, 1986 *apud* CARUSO; CARUSO, 2007, p.135).

Nesse contexto, um grande número de Colonos italianos e poloneses é inserido em Santa Catarina. Parte deles foi direcionada as colônias já existentes e o excedente direcionado a formação de novas colônias nos vales do Urussanga, do Mãe Luzia e do Araranguá (PIAZZA, 1994, p.196-128). Nesse sentido surgem as Colônias Luís Alves (1877), Azambuja (1877), Jaraguá (1879) e Grão-Pará (1882).

Além destas, outras correntes migratórias participaram da colonização de Santa Catarina. Dentre elas, Motta (2011, p.32) destaca:

> **francesas** (por volta de 1840, em São Francisco do Sul, com a organização do Falanstério do Saí ou da Colônia Industrial do Saí); **belga** (em 1844, ocuparam Ilhota, nas margens do Rio Itajaí-Açu e Flor da Silva em Santa Isabel, no Vale do Rio Tijucas); no final do século XIX os **gregos** se concentraram na Ilha de Santa Catarina; na década de 1910, imigrantes **árabes**, a maior parte vinda do Líbano e da Síria, com experiência no comércio povoou as regiões portuárias (São Francisco do Sul, Porto Belo, Tijucas, Florianópolis, Itajaí, Laguna) e anteportos (Joinville) e depois espalharam-se pelas regiões servidas por ferrovias (Blumenau, Jaraguá do Sul, Mafra, Porto União, Caçador, Canoinhas, Tubarão, Criciúma, Araranguá e outras cidades); os **austríacos** chegaram em 1933, sendo a maioria colonos pobre ("sem terras"), e instalaram-se na região onde hoje está o município de Treze Tílias, meio-oeste catarinense; em 1961, os **japoneses** fixaram-se na cidade de Frei Rogério, região do Planalto e depois nas cidades de Caçador, Curitibanos e São Joaquim. Como atividades econômicas desenvolveram basicamente a agricultura (alho, feijão e frutas como maçã, ameixa e Kiwi) e o cultivo de flores (crisântemos e cravos).

Apenas no último quartel do século XIX o quadro territorial de Santa Catarina vai apresentar os contornos atuais. Até a época havia terras contestadas em âmbito nacional e internacional. É o caso de Missiones/Palmas, que gerou disputa com os argentinos e do território que disputado entre Paraná e Santa Catarina, que gerou a Questão do Contestado (PIAZZA, 1994, p.206).

No Oeste a colonização consistiu em uma expansão agrícola do Rio Grande do Sul, realizada principalmente por descendentes de imigrantes italianos. Resolvida a Questão do Contestado, alguns empresários obtiveram do governo a concessão de terras para a colonização. Ao longo do Rio do Peixe a Brazil Railway Co. passa a comercializar as terras que recebeu como pagamento pela construção da Ferrovia Rio Grande do Sul – São Paulo. A fertilidade do solo aliada a garantia de escoamento da produção pela ferrovia impulsionou o afluxo de pessoas na região. Como consequência, a população indígena Kaingang, em sua maior parte, foi destribalizada e os sertanejos que serviram de base para a guerra do contestado também se diluíram. (SANTOS, 2004, p.92-93).

Na região, predominantemente aberta, surgiram grandes fazendas de gado. Mais ao norte, ao longo dos rios Iguaçu e Negro, uma área caracterizada por mata, foram estabelecidas colônias menores por alemães de Joinville. A colonização em larga escala da parte ocidental do estado começou a partir do Sul, por colonos alemães e italianos e companhias de colonização do Rio Grande do Sul. (WAIBEL, 1949, p.174).

A experiência colonizadora no Oeste, embora diferente do contexto dos vales litorâneos de Santa Catarina, apresenta um ponto em comum: o desprezo pelo indígena que habitava a região. Assim como aconteceu com os Laklãnõ/Xokleng, os Kaingang foram vistos como um obstáculo a ser eliminado, caso não pudesse ser integrado a sociedade nacional.

Durante os primeiros anos da república brasileira, o governo passa a incentivar a colonização oficial através da criação de colônias nacionais (PIAZZA, 1994, p.237). A constituição republicana de 1891 fazia parte do projeto nacional da classe dominante, que se preocupava com o progresso, desconsiderando a diversidade cultural dos povos indígenas, que sequer eram mencionados na constituição (SILVA, 2012, p.20).

Segundo Piazza (1994, p.237), ao tornar-se um estado federativo, Santa Catarina passa a ser gerida sob uma nova mentalidade, que vai interferir também na colonização, em especial com o investimento em propaganda para imigração. Ainda em 1891, são criadas as Colônias Lucena e Nova Veneza. O ano de 1895, por sua vez, é marcado por várias ações que visavam a demarcação de terras e estabelecimento de núcleos coloniais em várias regiões do estado (PIAZZA, 1994, p.239).

Ainda em 1895, Carlos Fabri assina um contrato com o Governo de Santa Catarina para, durante 20 anos, introduzir anualmente no estado até 6 mil imigrantes. Para este fim, o governo de Santa Catarina se comprometia em vender 600 mil hectares de terras devolutas. Nesse sentido, foi criada a Sociedade Colonizadora Hanseática, a quem foi transferida os direitos do contrato. A partir de 1917 coube a Sociedade a colonização de uma grande área no vale do Itajaí do Norte, efetuada com imigrantes alemães, poloneses e russos. (PIAZZA, 1994, p.244-246).

No Alto Vale do Itajaí a colonização acontece de forma conflituosa. Por um lado, os colonizadores se chocam com os posseiros e por outro o processo revolucionário de 1930 faz uma revisão político-administrativa incluindo as concessões territoriais (PIAZZA, 1994, p.269). No Alto curso do Itajaí-mirim, por sua vez, Constâncio Krumel requereu uma concessão de 6.000 hectares e tem seu pedido deferido em 1923 (PIAZZA, 1994, p.295). A partir de então, são encaminhados à concessão os descendentes de imigrantes alemães e italianos, nascidos em outras áreas do estado. (PIAZZA, 1994, p.296).

No mesmo período, a legislação relacionada a questão indígena é marcada por decretos fundamentais.

> O primeiro decreto nº 4.956 de 1903, oficializava a desapropriação das terras de necessidade pública. Em 1906, outro decreto, criava uma secretaria de estado, denominado de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, que deveria estabelecer a proteção aos indígenas e aos seus territórios. (LAROQUE, 2006 *apud* SILVA, 2012, p.20-21).

Nos relatórios dos presidentes da Província, durante todo o século XIX, é possível observar o tratamento que os indígenas recebiam do governo. Constatada a presença dos Laklãnõ/Xokleng em determinada região, eram abertas estradas e picadas, geralmente com patrulhas ou postos de vigilância, com intuito de proteger os viajantes. Quando relatada alguma incursão dos indígenas nas colônias, o governo respondia com o envio de tropas. Entre 1835 e 1858, os documentos das províncias revelam a atuação das Tropas de Pedestres, uma companhia criada especificamente para afugentar os indígenas, protegendo as colônias. Segundo o decreto que a criou, Lei nº28, de 25/4/1836, a Companhia de Pedestre deveria:

> 1 – Guarnecer presídios ou guardas que se houverem de estabelecer em diferentes pontos da província; 2 - explorar e correr os matos, nos oito meses que decorrerem de setembro a abril, inclusivamente; 3 – fazer picadas de comunicação; os acampamentos e quaisquer obras precisas para o desempenho de suas obrigações; 4 – proteger, auxiliar e defender os moradores de qualquer assalto do gentio, malfeitores e fugitivos, perseguindo-os até seus alojamentos, quilombos ou arranchamentos, fazendo todo o possível por aprendê-los e, no caso extremo de resistência, destruí-los (...) (SANTOS,1973, p.59).

Nos relatórios, quando cessa a atuação da Companhia, aparecem os Batedores do Mato. Este grupo, era vinculado a Companhia de Pedestres, com o objetivo de dizimar a população indígena (BLOEMER, 2008, p.47; SANTOS,1973, p.67-70).

Contudo, a iniciativa governamental pouco adiantou. Os Laklãnõ/Xokleng ocupavam um amplo território e seus encontros com os não-indígenas eram ocasionais. Deste modo, uma pequena tropa era incapaz de assegurar a tranquilidade aos colonos. Percebendo isso, o governo dissolveu a tropa em 1879, alegando falta de verba para mantê-las. Junto com a Companhia, também foram extintos os batedores do mato, que se transformaram e bugreiros. (SANTOS, 1973, p.76; SANTOS 1997, p.23-25).

Em contraposição ao autor supracitado, observamos nos relatórios provinciais que os batedores atuaram entre 1877 e 1905, cessando suas atividades na mesma época em que começam a se intensificar os debates sobre o tratamento dado aos povos indígenas no contexto da colonização.

Nos mesmos relatórios provinciais, observamos que além das ações para afugentar ou eliminar os Laklãnõ/Xokleng, houveram ações que visavam integrá-los a sociedade nacional. Ao todo, sete documentos dos documentos consultados relatam a captura de crianças indígenas, ocorridas entre 1842 e 1905 em vários pontos do estado. Dentre as crianças tiradas de suas famílias pelos não-indígenas, algumas morreram por doenças desconhecidas por seu grupo, enquanto outras foram adotadas, inclusive por diretores das colônias e presidentes da Província/Estado. Houveram ainda, casos em que estas crianças foram usadas para tentar atrair outros indígenas e servir como intérpretes da língua Laklãnõ/Xokleng.

A catequese era outra alternativa para integrar os indígenas a sociedade nacional, e durante o período estudado foi tema de discussão e opiniões controversas quanto a sua eficácia e viabilidade. A catequese é mencionada em 22 documentos no período de 1835 a 1926, o que demonstra uma preocupação com o tema por parte dos governantes. Alguns presidentes/governadores consideravam os Laklãnõ/Xokleng selvagens demais para serem civilizados, enquanto outros consideravam a catequese uma alternativa viável se houvesse missionários e intérpretes para o seu desenvolvimento. Algumas colônias do estado tentaram executar a ação, mas não obtiveram sucesso por não conseguir atrair os indígenas.

Segundo consta nos relatórios consultados, também houveram tentativas de atrair os Laklãnõ/Xokleng para formar aldeamentos, geralmente relacionado com ações de catequese. A criação destes locais para concentrar os indígenas passa a ser cogitada em 1849 (PINTO, 30 de novembro de 1849, p.24) e é efetivada em 1868 através da criação de dois aldeamentos nas proximidades das colônias de Itajaí e Blumenau (OLIVEIRA, 4 de agosto de 1868, p.8). Em 1887, o presidente da província reclama da ausência de aldeamentos fixos para levar os indígenas que fossem catequisados (ROCHA, 11 de outubro de 1887, p.344).

Com a chegada do século XX, intensificaram-se os debates a respeito da situação dos povos indígenas, até que em 1906 é fundada em Florianópolis a “Liga Patriótica para a Catechese dos Selvícolas” (SANTOS, 1997, p.30). Três anos depois, em 1908, no XVI Congresso Internacional de Americanistas, em Viena, Alberto

Vojtěch Frič denuncia que a “colonização se processava sobre os cadáveres de centenas de índios, mortos sem compaixão pelos bugreiros, atendendo os interesses de companhias de colonização, de comerciantes de terras e do governo” (STAFFER, 1960 *apud* SANTOS, 1997, p.31).

Como resultado de tais ações, em 1910, é criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), visto por muitos intelectuais brasileiros como uma esperança de salvar os indígenas do genocídio que caminhava junto com a colonização (SANTOS, 1997, p.31).

Nesse sentido, em 1911 falava-se da necessidade de policiar os aldeamentos para evitar que os “bugres semi-mansos” realizem incursões nas colônias (RAMOS, 23 de julho de 1911, p. 19). Em 1913, foram criados postos para a atração de indígenas nas margens dos Rios Pombas e Plate, onde foram criados ranchos e roças (RAMOS, 24 de julho de 1913, p.54). Por fim, em 1925 e 1926 são descritos os avanços do aldeamento dirigido por Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, no que diz respeito ao estabelecimento de limites nas terras reservadas aos indígenas e ao desenvolvimento da agricultura juntos aos indígenas por ele contatados(OLIVEIRA, 22 de julho de 1925, p.44; VIANNA, 21 de agosto de 1926, p.55).

A atuação de Hoerhann se deu a partir de 1914 no Posto Indígena de Duque de Caxias, atual terra indígena em Ibirama. A história oficial conta que após várias tentativas de contato, em 22 de setembro de 1914 o sertanista consegue a “façanha” que ficou conhecida como “pacificação”. O termo foi escolhido por acreditarem que estavam trazendo paz a um povo selvagem. No entanto, o termo não é reconhecido pelos Laklãnõ/Xokleng, que consideram tal acontecimento o início de uma nova forma de violência (TSCHUCAMBANG, 2020, p.9).

Para os indígenas, o contato com Hoerhann se deu após tentativas fracassadas, que culminaram na morte de muitos de seus ancestrais. Para evitar mais mortes, tendo em vista que muitas crianças já haviam perdido seus pais nas matanças realizadas pelos bugreiros, os anciãos decidiram pelo contato. Para os Laklãnõ/Xokleng, a decisão dos anciãos do grupo e a participação dos Kaingang, que ajudaram Hoerhann a se comunicar com seus ancestrais foram essenciais para o contato (PATE, 2020; TSCHUCAMBANG, 2020, p.19).

Considerados por muitos como um herói, Eduardo Hoerhan imaginou a pacificação de uma forma romântica e aventureira. Na realidade, o SPI e Hoerhann não tinham ideia do que fazer após o contato pacífico de um grupo indígena com as

turmas de atração. Não havia verba suficiente para concretizar as obras de infraestrutura que desejavam realizar e para alimentar os indígenas da reserva. Além disso, descreve-se a dificuldade em fazer os indígenas consumirem os alimentos que eram oferecidos e as doenças que assolavam o aldeamento (SANTOS, 1973, p.153).

As medidas tomadas para proteger os Laklãnõ/Xokleng se converteram em uma nova forma de violência. Ao ingressar no aldeamento, os indígenas deveriam seguir regras estabelecidas pelos não-indígenas. Exemplo disso foi o regime de "contato controlado", imposto para evitar a proliferação de doenças, pois ninguém na diretoria aceitava vacinar os indígenas. Nesse sentido, os indígenas também foram proibidos de praticar rituais que causavam maior concentração de pessoas, como o de perfuração dos lábios dos meninos e a cremação dos mortos. As mudanças na alimentação do grupo, por sua vez, causaram problemas quanto a manutenção do corpo e da saúde. Além disso, os indígenas eram levados a aprender a cultura dos não-indígenas, tornando-se cada vez mais dependentes dos "civilizados". (KLUGE (2020, p.24; SANTOS, 1973, p.176-186).

Conforme relatos coletados por Pate (2020, p.39), os indígenas que viviam dentro do Posto eram obrigados a trabalhar sem remuneração. Insatisfeitos com a situação, o grupo envia um representante, de nome Basílio, para resolver a situação na sede do SPI, no Rio de Janeiro. Quando Basílio retorna com a ordem de afastamento de Hoerhann é assassinado, fato que desperta ainda mais medo entre os indígenas (PATE, 2020, p.39-42).

Contudo, para quase todos os imigrantes, o SPI promovia a valorização do indígena em detrimento da população que realmente trabalhava e fazia crescer o país. Por outro lado, não havia um modelo para seguir e aos poucos constatava-se que pouco se sabia a respeito dos indígenas que desejavam pacificar. A instalação da inspetoria, em 1910, naturalmente fez diminuir a liberdade de atuação dos bugreiros, mas não lhes diminuiu o ânimo. No sul do estado continuavam as ações contra os Laklãnõ/Xokleng e cada vez mais diminuía o território e os recursos alimentícios que o grupo necessitava para sua sobrevivência (SANTOS,1973, p.127-162).

Em um contexto amplo, ao invés de desempenhar sua função de protetor, o Serviço de Proteção ao Índio agia de acordo com os interesses do capital, desapropriando terras indígenas e destinando-as a colonização. Após inúmeras acusações de corrupção, este órgão é extinto em 1966 e substituído em 1967 pela

Fundação Nacional do Índio (Funai) (ARAÚJO, 2004 *apud* SILVA, 2012, p.18; CUNHA, 2012, p.2).

No que tange a colonização, a Revolução de 1930 provoca novas mudanças na legislação. Nesse sentido, é imposta uma severa fiscalização na entrada de estrangeiros e sua localização no território brasileiro, além de modificações no regime político e administrativo das colônias. Como consequência do período, o processo de ocupação do solo, em especial do oeste catarinense, é retardado (PIAZZA, 1994, p.307).

A partir de 1945, as políticas de colonização voltam-se "para a ocupação do solo nacional por migrantes nacionais, saídos de áreas de excedentes populacionais e voltados para o elevado propósito da verdadeira integração brasileira, não só em laços físicos, mas, também, culturais." (PIAZZA, 1994, p.351).

Terminava assim, no Estado de Santa Catarina, a colonização baseada na imigração europeia e junto com ela eram extintos os grupos Laklãnõ/Xokleng que ainda viviam livremente pelas matas. A contrandição das leis, apresentadas no decorrer deste capítulo, deixaram os povos indígenas desprotegidos, de forma que ao mesmo tempo que acontecia a colonização das terras por elementos europeus, tribos inteiras eram dizimadas, inclusive com a participação do Estado.

Para avaliar os fatores envolvidos no genocídio dos indígenas Laklãnõ/Xokleng na Colônia Grão-Pará é necessário aprofundar a discussão no processo que levou a sua criação e colonização daquelas terras. Desta forma, nas secções seguintes, serão abordadas as medições de terras para a implantação das colônias no Sul do estado, a criação e do desenvolvimento da Colônia Grão-Pará bem como a imigração europeia e o tratamento dado aos colonos.

3.1 MEDIÇÕES DE TERRAS PARA A IMPLANTAÇÃO DAS COLÔNIAS NO SUL DO ESTADO

Em 1854, foi promulgado um regulamento orientando a medição das terras públicas, a começar pelas consideradas devolutas para que somassem um território de aproximadamente 13 quilômetros quadrados a serem divididos em lotes coloniais (Decreto N.º 1.318 de 30 de janeiro de 1854 *apud* SELAU, 2006, p.37).

Nesse sentido, em julho de 1867, o engenheiro Manoel da Cunha Sampaio inicia a medição de terrenos, começando pelas terras devolutas. O objetivo era

levantar uma planta topográfica determinando a posição das terras em relação à cidade de Laguna (TONETTO; GHIZZO; PIROLA, 2015, p.31).

Neste momento, foi cogitada a hipótese de utilizarem as terras do Vale do Braço do Norte. No entanto, a navegabilidade perigosa do rio e a pequena quantidade de terras devolutas foram usadas como justificativa para classificar a região como imprópria. Argumentos estes posteriormente classificados como equivocados quando, na década de 1870, foram medidas, através do decreto Lei n.º 1904 de 17 de outubro de 1870, 24 léguas para formar o Patrimônio Dotal da Princesa Isabel (SELAU, 2006, p.37; LOCH, 1978 *apud* SELAU, 2006, p.52; TONETTO; GHIZZO; PIROLA, 2015, p.32).

As medições realizadas em 1867 aparecem em relatório destinado a Assembleia Legislativa da Província de Santa Catarina, onde o Presidente da Província, Adolpho de Barros Cavalcanti Lacerda, destaca:

> Foi nomeada pelo ministério da agricultura, commercio e obras publicas, e acha-se em exercício desde o mez de junho do anno passado, uma comissão composta do engenheiro Manoel da Cunha Sampaio, do sjudsnte João Carlos Greehalgh, e do agrimensor José Adolpho Plinio Pacca, para medir e demarcar terras devolutas nos vales do Araranguá e do Tubarão, destinadas as serem vendidas á sociedades ou emprezários de immigração e colonização, ou a imigrantes isolados, bem como ao estabelecimento de uma colônia do Estado (LACERDA, 1 de março de 1868, p.13).

O texto do relatório deixa clara a intenção de colonizar as terras dos Vales do Araranguá e do Tubarão. Segundo Tonetto, Ghizzo e Pirola (2015, p.34), “inicialmente, a ocupação seria realizada com a colonização de imigrantes nesses dois pontos distintos e, aos poucos, essas terras se encontrariam e formariam uma grande área colonial como eram outras regiões”. Para que isso fosse viabilizado, a comissão de medição de terras considerava as vias de comunicação, para que o futuro transporte de imigrantes e o escoamento da produção fosse possível (TONETTO; GHIZZO; PIROLA, 2015, p.34).

Em 1869, após dois anos de trabalhos, a comissão foi dissolvida. Apesar disso, já haviam sido discriminadas as terras devolutas do vale do Tubarão até o Rio Mampituba, favorecendo a implantação de colônias nesse território. Na época havia um grande número de solicitações, principalmente de luso-brasileiros, que desejavam adquirir terrenos na região. Entretanto, o Governo Imperial não os atendeu, seguindo a política de imigração oficial (TONETTO; GHIZZO; PIROLA, 2015, p.35-36).

Na década de 1870 foram realizadas novas medições. Visando o cumprimento da lei que garantia o dote da Princesa Isabel e do Conde d'Eu, João Carlos Greenhalgh e Manoel da Cunha Sampaio foram contratados para medir 12 léguas quadradas nos vales do Tubarão e do Araranguá respectivamente (TONETTO; GHIZZO; PIROLA, 2015, p.36). Dall'Alba (2003, p.35) afirma que, ao escolher o terreno para compor o Patrimônio Dotal, as terras do Araranguá foram preteridas sob a justificativa de que apresentava solo de baixa qualidade e falta de vias de comunicação. Desta forma, foram escolhidas as terras do Vale do Rio Tubarão. Para Selau (2006, p.53), a escolha das terras sofreu influência política da Vila de Tubarão. Mais tarde, em 1874, foram medidas na margem esquerda do Rio Tubarão, as terras que completariam o dote e posteriormente seriam chamadas de parte meridional do patrimônio. A posse destas terras se deu em 1875 (SELAU, 2006, p.53).

Em 1877, por sua vez, Carlos Othon Schlappal é nomeado pelo ministério da agricultura para verificar as medições dos lotes existentes nos vales do Braço do Norte e do Capivari, discriminando as terras públicas e particulares, legalizando os lotes dos 52 colonos que se estabeleceram em Braço do Norte vindos do ex-núcleo de Theresópolis (ARAUJO, 14 de fevereiro de 1878, p.24-25).

Deste modo, ficaram demarcadas as terras onde seriam estabelecidas as colônias no sul de Santa Catarina.

Sobre as medições de terras no sul de Santa Catarina, é importante ressaltar que na primeira etapa da medição dos territórios a serem anexos ao Patrimônio Dotal, o engenheiro responsável, João Carlos Greenhalgh, não relata a presença de indígenas. Contudo, o mesmo engenheiro havia participado, entre 1867 e 1869, de medições no sul catarinense, sob a coordenação de Manoel da Cunha Sampaio, onde foi apontada uma ocorrência de contato com indígenas (SELAU, 2006, p.109).

Sobre os trabalhos realizados entre 1867 e 1869, Tonetto, Ghizzo e Pirola (2015, p.34) destacam que

> em seu discurso o chefe da comissão cita que não havia uma política de aproximação com esses nativos, sendo, assim, um problema para a vinda de outras populações. A estratégia era ocupar a região com colonos imigrantes e integrá-la economicamente na sociedade nacional, independentemente de uma população anterior na região.

Deste modo, é possível deduzir que Greenhalgh estava ciente da possibilidade de encontrar indígenas nas terras em que realizava suas medições.

Segundo Dall'Alba (1986, p.101), "em 1881 uma comissão percorre essas terras. Em seu relatório pode declarar: não há nenhum morador nos territórios do Patrimônio Dotal de SS.AA. Só índios e a natureza intacta".

Depois de aproximadamente 20 anos que é registrado, pelos agrimensores Gallois e Stawiarsky, o primeiro contato com indígenas durante as medições de terras. Os agrimensores relatam que os índios realizaram um ataque ao grupo que realizava as medições, deixando todos assustados. (SELAU, 2006, p.110-111).

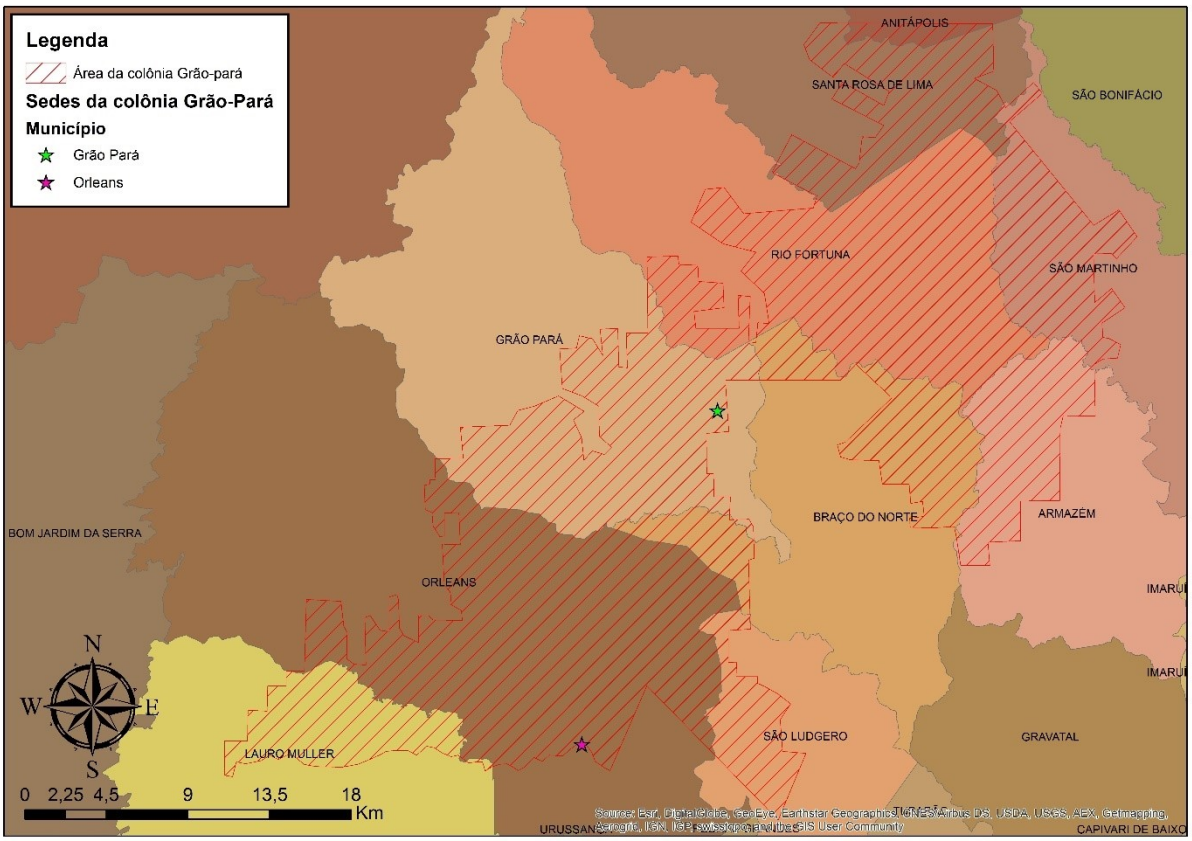
Selau (2006, p.112), atribui a reação dos indígenas ao avanço da colonização e a área em que Gallois e Starwiarski realizavam as medições, bem próximo a Serra Geral, onde os Laklãnõ/Xokleng circulariam com maior frequência. Para Selau (2006, p.113), os relatos dos agrimensores deixam transparecer que estes reconheciam que estavam invadindo um território tradicional dos Laklãnõ/Xokleng e revela a postura que adotariam em relação a eles, convocando pessoal e resistindo.

3.2 A COLÔNIA GRÃO-PARÁ

A Colônia Imperial Grão-Pará nasce no contexto de um Brasil monarquista, governado por Dom Pedro II. Por ocasião do casamento da Princesa Isabel com o Conde D'Eu, ocorrido em 15 de outubro de 1864, o pai da noiva, Dom Pedro II determina que sejam medidas 98 léguas de terras a ser entregue aos noivos como Patrimônio Dotal (LOTTIN, 2009, p.29).

Desta forma, em 17 de outubro de 1870, seis anos após o casamento, Dom Pedro II sanciona a Lei nº 1.904, determinando em seu artigo primeiro que o Patrimônio Dotal compreenderia duas porções de terras, uma na Província de Santa Catarina e outra na de Sergipe, contendo 49 léguas quadradas cada. Sendo que a parte selecionada em Santa Catarina correspondente a porções dos atuais municípios de Lauro Müller, Orleans, São Ludgero, Grão-Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Armazém, São Martinho, e Braço do Norte.

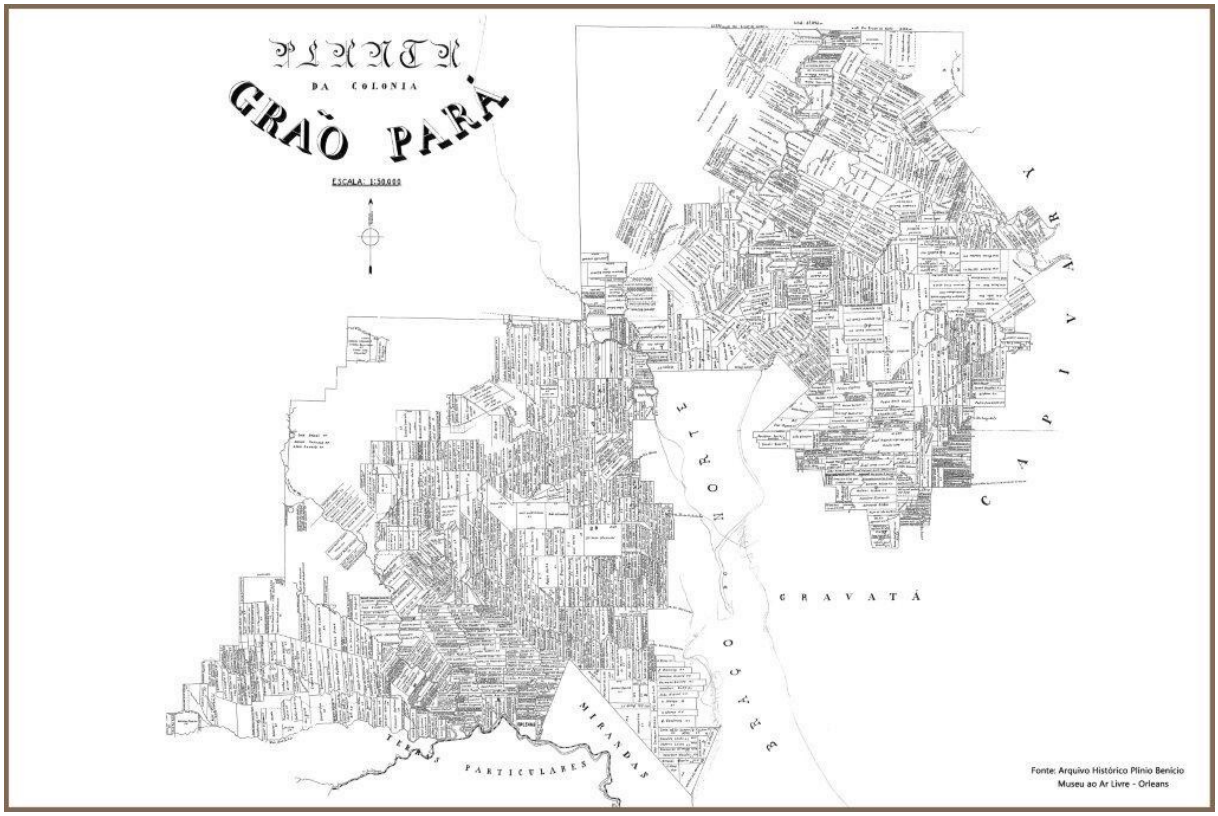
Figura 4: Território abrangido pela Colônia Grão-Pará.



Fonte: elaborado por Geovan Martins Guimarães.

Além disso, a lei permitia a venda de metade das terras para fins de colonização, revertendo o lucro em apólices da dívida pública do Império no patrimônio dos príncipes. A medição das terras, por sua vez, seria custeada pelo Tesouro Nacional. A construção de estradas igrejas e escolas na área do patrimônio também seria responsabilidade do governo (DALL'ALBA, 2003, p.25; LOCH, 1978 *apud* SELAU, 2006, p.81; LOTTIN, 2002, p.18; LOTTIN, 2009, p.29; PIAZZA, 1994, p.229).

Figura 5: Mapa histórico da área da Colônia Grão-Pará com demarcação dos lotes.



Fonte: Centro de Documentação Plinio Benicio- CEDOHI. Museu ao Ar Livre Princesa Isabel. Orleans/SC.

O passo seguinte é a sociedade entre SS.AA.II e o Comendador Caetano Pinto Júnior, aprovada pelo Ministério do Império de Pedro II, em 15 de janeiro de 1882 (DALL'ALBA, 2003, p.58; LOCH, 1978 *apud* SELAU, 2006, p.82; LOTTIN, 2002, p.20; MICHELS, 2009, p.18; PIAZZA, 1994, p.229). O contrato assinado por ambas as partes determinava:

> Art. I – No que se refere a colônias, a partir indicada em seu patrimônio, SS.AA reservam para este fim, uma extensão de 12 léguas quadradas que estarão à disposição do Comendador Joaquim Caetano Pinto Junior, para ser vendida, por seu intermédio a colonos (LOTTIN, 2002, p.20).

Estas terras destinadas a colonização deveriam ser vendidas a colonos estrangeiros e nacionais, sendo que o número de lotes vendidos a nacionais não poderia ultrapassar o número de lotes vendidos a estrangeiros (LOTTIN, 2002, p.20). A partir desta determinação, é possível deduzir que o governo desejava o aumento da imigração europeia para o Brasil.

Além disso, no artigo terceiro da lei,

> Suas Altezas reservam como sua propriedade, uma extensão de 50 hectares a fixar por acordo mútuo, em cada uma das localidades que Joaquim Caetano Pinto Júnior destinar a servir de cidade ou centro de colonização. Estes lotes de 50 hectares serão compensados por uma quantidade igual tomada num dos lados da colônia. (LOTTIN, 2002, p.20).

Esse contrato teria duração de dois anos, podendo ser prorrogado caso houvesse interesse de ambas as partes, mas para isso o comendador deveria cumprir à risca as determinações do acordo, dentre elas o estabelecimento de 50 famílias por ano na colônia (LOTTIN, 2002, p.23-24; SELAU, 2006, p.83).

Com o acordo fechado, iniciaram-se os preparativos para a efetivação da colonização. Enquanto o comendador recrutava imigrantes na Europa (MICHELS, 2009, p.18), o diretor da Colônia no Brasil, o Charles Mitchel Leslie cuidava dos preparativos para receber os colonos e estabelecia uma sede provisória em Braço do Norte (DALL'ALBA, 1986, p.17; DALL'ALBA, 2003, p.123).

Em 1882 é construída a sede da empresa colonizadora, que vai receber o nome de "Grão-Pará" em homenagem a D. Pedro de Alcântara Luiz Felipe Maria Gaston, Príncipe do Grão-Pará e primeiro filho da Princesa Isabel com o Conde D'Eu (DALL'ALBA, 1986, p.17, 101). "Para sede da colônia abre-se uma clareira na parte central do Patrimônio Dotal, constroem-se rústicos galpões de pau-a-pique, cobertos de palha e dá-se-lhe o nome de 'Colônia Grão Pará'" (DALL'ALBA, 1986, p.17). No dia 18 de julho de 1882 a colônia é instalada oficialmente, tendo como localização da sede um lugar na época chamado de "forcada", formado através do encontro dos braços direito e esquerdo do Rio Pequeno (LOTTIN, 2002, p.41-42). A justificativa para a implantação da sede naquele local era de que:

> convém para o estabelecimento da colônia que a Sede Central esteja próxima aos caminhos e comunicações abertos naquele lugar, que assim dão animação ao colono que procura estabelecer-se na dita colônia e mesmo não há outro lugar mais conveniente para a Sede Central, sendo no centro das terras do Patrimônio, e para dali desenvolver-se os estabelecimentos da colônia, sendo assim o lugar central de onde devem seguir as vias de comunicação para todos os pontos dos estabelecimentos de colonos e outros lugares comerciais na proximidade (LOTTIN, 2002, p.42).

Nos primeiros dias de janeiro de 1883 foram vendidos os primeiros lotes. Os responsáveis pela empresa calculavam que haveria espaço para acomodar 2.000 famílias na colônia e esperavam alcançar um número de 400 ainda naquele ano. No entanto, a meta é atingida somente em 1886 (DALL'ALBA, 2003, p.123).

Mais tarde, em 1888 a sede é transferida para a Orleans e no ano seguinte a administração passa a ser responsabilidade do agrimensor polonês Etienne Gaudenty Starwiaski (LOTTIN, 2009, p.29-30). Em 1889, com a Proclamação da República e banimento da família imperial, os Condes decidem vender as terras do patrimônio que são transferidas à Empresa Industrial e Colonizadora do Brasil em 08 de novembro de 1890 (PIAZZA, 1994, p.229). Por fim, o Decreto nº 1.050, de 21 de novembro de 1890, incorpora o Patrimônio Dotal da princesa ao Estado (DALL'ALBA, 1978 *apud* SELAU, 2006, p.94). Apesar desta reviravolta,

> a colônia Grão Pará continuou a ser povoada sob a responsabilidade da empresa, que se limitava nesta época à venda de terras e aproveitou-se da imigração de russos e poloneses dos anos de 1891 e 1892 favorecidas pela lei Glicério, para ampliar seus negócios" (SELAU, 2006, p.94).

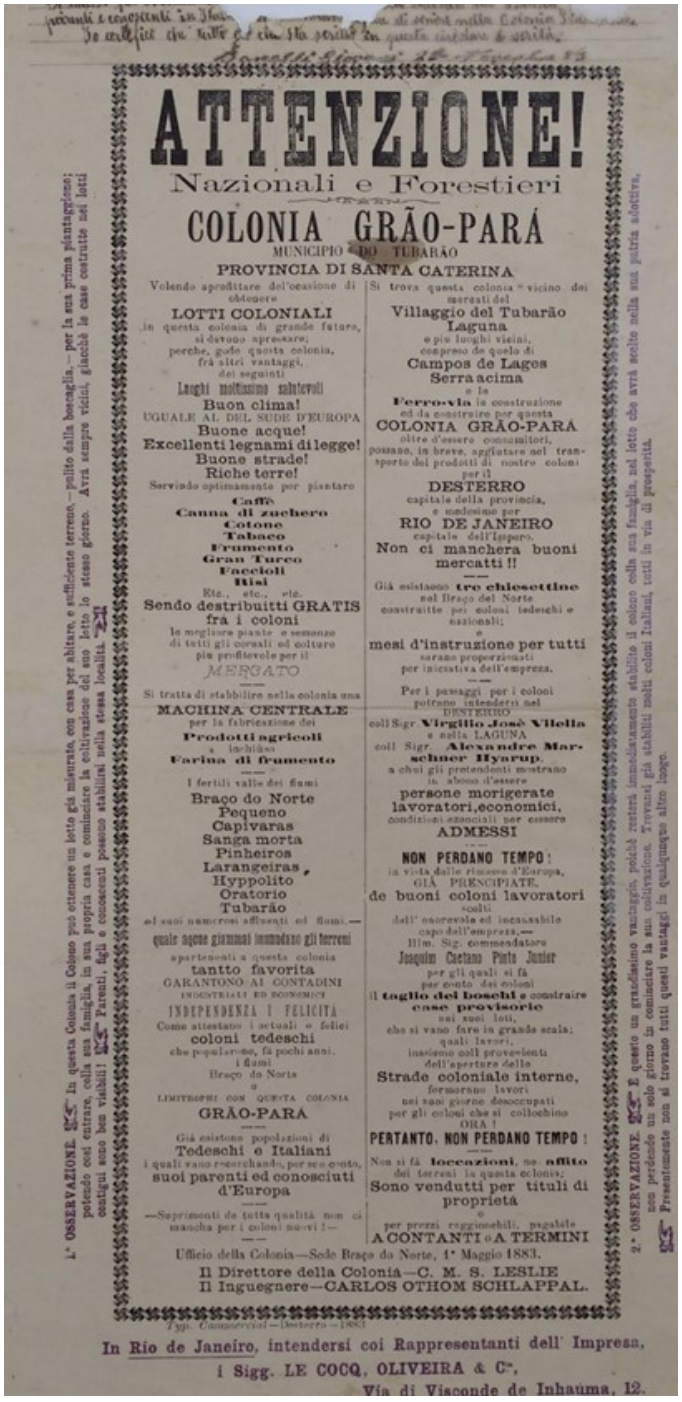
Após permanecer na direção da Empresa por cerca de meio século, Starwiarski é substituído por Plinio Benício da Silva. Em seguida, a Empresa é adquirida pelo grupo Catão e atinge seu centenário. Por fim, em 1984 a empresa se extingue quando seus bens são transferidos ao último diretor em compensação de direitos sociais que lhe eram devidos (DALL'ALBA, 1986, p.20-21).

3.3 IMIGRANTES EUROPEUS NA COLÔNIA GRÃO-PARÁ

A Colônia Grão-Pará foi um dos destinos brasileiros que recebeu os imigrantes europeus vindos da Alemanha, Itália e Polônia.

> Através de editais espalhados por toda a Europa, publicados em jornais e outros meios, a Empresa, através de seu dirigente Comendador Caetano Pinto Júnior, se encarregava de oferecer condições ao imigrante desde o Porto de embarque na Europa, até a Colônia Grão-Pará, no município de Tubarão, (LOTTIN, 1998, p.37-38).

Figura 6: Propaganda da Colônia Grão-Pará veiculada na Europa em 1883.



ATTENZIONE!

Nazionali e Forestieri

COLONIA GRÃO-PARÁ

MUNICIPIO DO TUBARÃO

PROVINCIA DI SANTA CATERINA

Volendo aproffittare dell'occasione di ottenere

LOTTI COLONIALI

in questa colonia di grande futuro, si devono apressare; perche, godo questa colonia, frà altri vantaggi, dei seguinti

Luoghi notissimo salubri

Buon clima!

UGUALE AL DEL SUDE D'EUROPA

Buone acque!

Excellenti legnami di legge!

Buone strade!

Riche terre!

Serviado optimamente per piantare

Caffè

Canna di zuchero

Cotone

Tabaco

Frumento

Gran Turco

Faccioli

Risi

Etc., etc., etc.

Sendo destribuitti GRATIS fra i coloni

le migliore piante o semenze di tutti gli cereali ed coltare più profitevole per il

MERCATO

Si tratta di stabbilire nella colonia una

MACHINA CENTRALE

per la fabricazione dei

Prodotti agricoli

e in-ispecie

Farina di frumento

I fertili valle dei fiumi

Braço do Norte

Pequeno

Capivaras

Sanga morta

Pinheiros

Larangeiras,

Hyppolito

Oratorio

Tubarão

ed suoi numerosi affluenti ed fiumi.—

quale ogone giornai inondano gli terreni

apartenenti a questa colonia

tantto favorita

GARANTONO AI CONTADINI

INDUSTRIALI ED ECONOMICI

INDIPENDENZA E FELICITÀ

Come attestano i actuali e felici

coloni tedeschi

che popolarono, fà pochi anni, i fiumi

Braço do Norte

e

LIMITROFI CON QUESTA COLONIA

GRÃO-PARÁ

Già esistono popolazioni di

Tedeschi e Italiani

i quali vano ricercchando, per ogni evento, suoi parenti ed conosciuti d'Europa

—Suprimenti di tutta qualità non ci manchi per i coloni nuovi!—

Si trova questa colonia vicino dei mercati del

Villaggio del Tubarão

Laguna

e più luoghi vicini, compreso da quelo di

Campos de Lages

Serra acima

e la

Ferrovia in costruzione

ed da costruire por questa

COLONIA GRÃO-PARÁ

oltre d'essere consumitori, possano, in breve, aggiutare nel transporto dei prodotti di nostro coloni per il

DESTERRO

capitale della provincia,

e medesimo per

RIO DE JANEIRO

capitale dell'Impero.

Non ci manchera buoni mercatti !!

Già esistano tre chiesettine nel Braço del Norte costruitte pei coloni tedeschi e nazionali;

e

mesi d'instruzione per tutti serano proporzionati per iniciativa dell'empreza.

Per i passaggi per i coloni potrano intendersi nel DESTERRO coll Sigr. Virgilio José Vilella e nella LAGUNA coll Sigr. Alexandre Marschner Hyarup, a chui gli pretendenti mostrano in abono d'essere

persone morigerate lavoratori, economici, condizioni essenciali per essere

ADMESSI

NON PERDANO TEMPO!

la vista delle rimesse d'Europa, GIÀ PRINCIPIATE, de buoni coloni lavoratori scelti dall' onorevole ed incassabile capo dell'empreza,— Illm. Sig. commendatore Joaquim Caetano Pinto Junior per gli quali si fà per conto dei coloni il taglio dei boschi e costruire case provisorie nei suoi loti, che si vano fare in grande scala; quali lavori, insieme coll provenienta dell'apertura delle Strade coloniale interne, formerano lavori nei suoi giorne desoccupati por gli coloni che si collochino ORA!

PERTANTO. NON PERDANO TEMPO!

Non si fà locazioni, ne affito dei terreni in questa colonia; Sono vendutti per tituli di proprietà e per prezzi raggionevoli, pagabile A CONTANTI o A TERMINI

1.° OSSERVAZIONE. In questa Colonia il Colono può ottenere un lotto già misurato, con casa per abitare, e sufficiente terreno, — pulito dalla boscaglia, — per la sua prima piantagione; potendo così entrare, colla sua famiglia, in sua propria casa e cominciare la cultivazione del suo lotto lo stesso giorno. Avrà sempre vicini, giacchè le case costruitte nei lotti costigui sono ben visibili! Parenti, figli e conoscenti possono stabilirsi nella stessa località.

2.° OSSERVAZIONE. E' questo un grandissimo vantaggio, poichè potrete immediatamente stabilire il colono colla sua famiglia, nel lotto che avrà scelto nella sua patria adottiva, non perdendo un solo giorno in cominciare la sua cultivazione. Troverà già stabiliti molti coloni Italiani, tutti in via di prosperità. Presentemente non si trovano tutti questi vantaggi in qualunque altro luogo.

Ufficio della Colonia—Sede Braça do Norte, 1° Maggio 1883.

Il Direttore della Colonia—C. M. S. LESLIE

Il Inguegnere—CARLOS OTHOM SCHLAPPAL.

Typ. Commerciel—Desterro—1883

In Rio de Janeiro, intendersi coi Rappresentanti dell' Impresa, i Sigg. LE COCQ, OLIVEIRA & C.ª, Via di Visconde de Inhaúma, 12.

Fonte: Centro de Documentação Plinio Benicio- CEDOHI. Museu ao Ar Livre Princesa Isabel. Orleans/SC.

Uma das promessas usadas para atrair imigrantes era a naturalização como cidadão brasileiro a todo estrangeiro maior de 21 anos que residisse no país por mais de dois anos. O processo seria facilitado a quem viesse a adquirir terras em alguma colônia do estado brasileiro. Além disso, o cidadão naturalizado gozaria de todos os

direitos civis e políticos que competiam aos nascidos no país (LOTTIN, 2002, p.107-108).

Durante esse processo de recrutamento surgiram dificuldades. Conforme consta nos relatórios do Comendador Caetano Pinto Júnior, referentes a segunda metade de 1883, houveram campanhas na imprensa europeia, em especial da italiana, difamando a colonização do Brasil (LOTTIN, 1998, p.39).

Visando cumprir o compromisso de assentar 100 famílias no primeiro ano de colonização, o Comendador teve que tomar medidas para que a colonização não fosse inviabilizada. Dentre elas a visita do Cônsul italiano no Brasil, para verificar *in loco* as informações propagadas na Itália e o recrutamento de colonos em outras regiões da Europa (LOTTIN, 1998, p.39).

Segundo Lottin (1998, p.38), a viagem da Europa até o Brasil era realizada de forma terceirizada sendo utilizados: o Porto de Gênova, para o embarque dos italianos; o Porto da Antuérpia para o embarque dos imigrantes Alemães; poloneses e letos embarcavam em algum porto da França.

O desembarque, ao chegar no Brasil, era feito no Rio de Janeiro, então capital do Império. Ali os imigrantes já eram recepcionados por alguém da Empresa, que tomava as medidas necessárias para encaminhá-los até a colônia (LOTTIN, 1998, p.38).

> Os colonos vindos da Europa em vapor para o Rio de Janeiro, tomaram passagem em outros vapores costeiros para a cidade do Desterro, Capital da Província de Santa Catarina, e dali embarcaram em iates para o Porto de Laguna, e a Vila do Tubarão, que se acha na vizinhança do Patrimônio. (LOTTIN, 2002, p.66).

Segundo Lottin (1998, p.38), chegando ao Município de Laguna a empresa “Alexandre Marchner Hyarup se encarregava do desembarque e acomodações com alimentação paga pela empresa, até o reembarque nos barcos que os levariam pelos rios Tubarão e Capivary até o Porto de Gravatá”. Do Porto de Gravatá até Braço do Norte, o trajeto era feito a pé com o auxílio de carros de boi parra carregar a bagagem. Ao chegar ao destino, os imigrantes ficavam hospedados no hotel de Francisco de Oliveira Souza (LOTTIN, 1998, p.38).

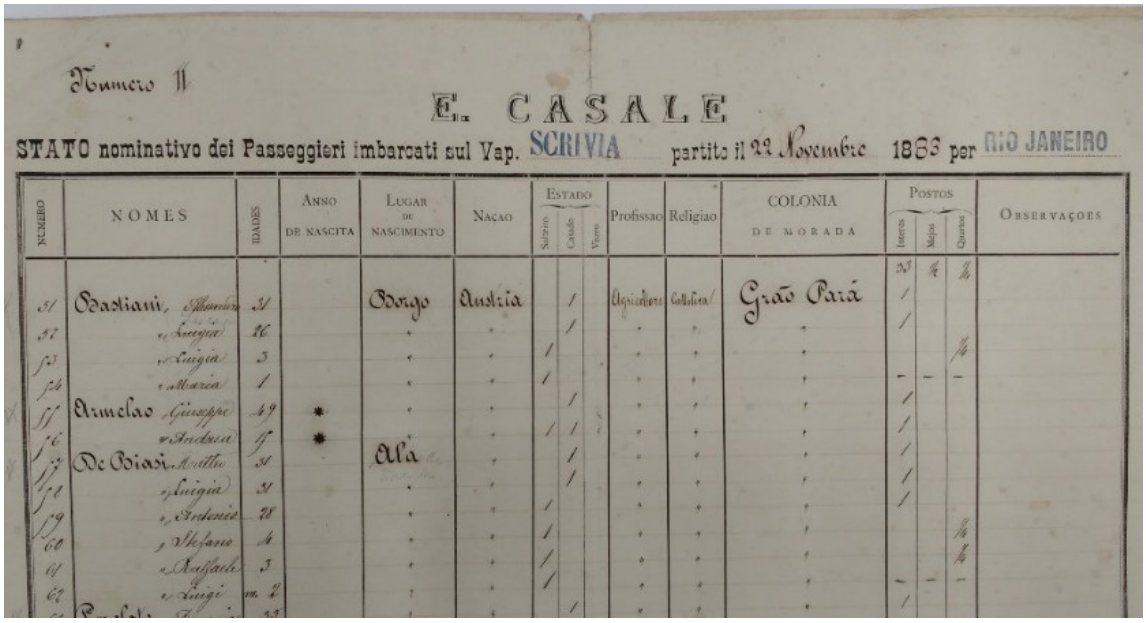
Com a criação da estrada de ferro, o transporte passou a ser feito através dela, levando os imigrantes de Laguna até Orleans, quando esta abrigava a sede da

colônia. A viagem de Desterro até a sede da empresa podia durar até 3 dias (LOTTIN, 1998, p.39).

No que diz respeito a imigração em si, Lottin (1998, p.40), através de sua pesquisa documental, traz informações referentes a vinda do navio “Scrivia”, que trouxe um grande número de colonos destinados especificamente as terras da colônia.

> um acompanhamento muito especial neste navio, talvez por ser a primeira viagem que permitiu a remessa de um grupo considerável para a Colônia Grão-Pará, ainda em 1883. Conseguiu-se um grupo de 30 famílias com 117 pessoas, ditas austríacas, vindas do Tirol italiano, que era dominado na época pela Áustria (LOTTIN, 1998, p.40).

Figura 7: Lista de passageiros do navio Scrivia.



Numero 11

E. CASALE

STATO nominativo dei Passeggieri imbarcati sul Vap. SCRIVIA partito il 22 Novembre 1883 per RIO JANEIRO

NUMERO	NOMES	IDADES	ANNO DE NASCITA	LUGAR DE NASCIMENTO	NACAO	ESTADO Solteiro	ESTADO Casado	ESTADO Viuvo	Profissao	Religiao	COLONIA DE MORADA	POSTOS Interos	POSTOS Meios	POSTOS Quartos	OBSERVAÇOES
51	Sastiani	31		Borgo	Austria		/		Agricultori	Cattolici	Grão Pará	/			
52	» Luigia	26		»	»		/		»	»	»	/			
53	» Luigia	3		»	»	/			»	»	»			½	
54	» Maria	1		»	»	/			»	»	»	–	–	–	
55	Armelao Giuseppe	49	*	»	»		/		»	»	»	/			
56	» Andreu	17	*	»	»	/	/		»	»	»	/			
57	De Biasi Attilio	31		Ala	»		/		»	»	»	/			
58	» Luigia	31		»	»		/		»	»	»	/			
59	» Antonio	28		»	»	/			»	»	»				
60	» Stefano	4		»	»	/			»	»	»			½	
61	» Raffaele	3		»	»	/			»	»	»			½	
62	» Luigi	m. 2		»	»	/			»	»	»	–	–	–	
							/					/			

Fonte: Centro de Documentação Plinio Benicio- CEDOHI. Museu ao Ar Livre Princesa Isabel. Orleans/SC.

Além destes imigrantes vieram outros. “Já no final de 1882 e durante 1883 começaram a chegar os primeiros imigrantes iniciando o trajeto pioneiro – porto de Gênova – Rio de Janeiro- Desterro – Laguna – Gravatá – Grão-Pará” (LOTTIN, 1998, p.54). Tratava-se de famílias vindas da região do Vêneto, norte da Itália, que passava por uma forte crise econômica no meio rural (LOTTIN, 1998, p.54-55).

Em 1877, chega um novo contingente de imigrantes italianos em Azambuja para a formação do núcleo de Urussanga. No entanto, com o passar dos anos, boa parte desse contingente de pessoas e suas respectivas famílias foram migrando para outras localidades, dentre elas Orleans, na colônia Grão-Pará (LOTTIN, 1998, p.55-56).

Além dos italianos, vieram também os alemães, que encaminhados inicialmente para Grão-Pará, em sua maioria migraram para Orleans antes da virada para o século XX. Conforme descrito por Dall'Alba (2003, p.144), eram agricultores de maioria católica.

> Além dos que imigraram para a colônia Grão-Pará, permaneceram no hoje território de Orleans, também aqueles que faziam parte da colônia espontânea de Braço do Norte, na margem direita do rio, desde o Lado da União até a Barra do Norte. Todo o São Ludgero, desmembrado de Orleans, margem direita, permaneceu até junho de 1963 a Orleans (LOTTIN, 1998, p.56).

Os Letos, também chamados de "russos" vieram de Riga, capital da Letônia.

> Ao contrário da maioria dos imigrantes estes não exerciam atividades agrícolas em seu país de origem. Quase todos eram preparados, de boa formação escolar e religiosa. Aqui chegando em 1890 e 1891 traziam em suas bagagens muitos livros e instrumentos musicais. Aqui se vincularam a Igreja Evangélica Batista construindo um templo na localidade de Rio Novo, onde também abriram uma escola. (LOTTIN, 1998, p.64).

Por serem mais adaptados a vida urbana do que a rural, Dall"Alba (2003, p.152) afirma a que aos poucos vão retornando a sua terra natal ou fixam residência na cidade de São Paulo. Os poucos que permaneceram na colônia se dedicaram as serrarias e engenhos de açúcar e farinha de mandioca (DALL'ALBA, 2003, p.154).

Quanto aos poloneses, alguns vieram para Orleans via Cocal, pois lá existia um núcleo de imigrantes desta origem. No entanto, também vieram poloneses diretamente para a colônia Grão-Pará, fato que se deu entre março e maio de 1892. Com o desenvolvimento da colonização eles foram se concentrando nas comunidades de Chapadão, Morro da Palha, Braço Esquerdo e Linha Antunes Braga. Muitos não se adaptaram ao novo lar, seja pelas terras seja por conflitos com os italianos, e acabaram migrando para o estado do Paraná (LOTTIN, 1998, p.65). Segundo Dall'Alba (2003, p.151), para estes pioneiros da colonização "negros e bugres eram bichos. Com os bugres só guerra".

Havia ainda os descendentes de portugueses, já nascidos em território brasileiro (LOTTIN, 1998, p.68). Apesar da maior parte dos lotes serem reservados a imigrantes europeus, era permitido e até estimulado o assentamento destes. Segundo Lottin (1998, p.68)

> Havia um certo interesse dos colonizadores em mesclar a colônia com descendentes das diversas origens e os brasileiros, medida esta bastante correta porque permitia a homogeneização dos costumes e cultura enfim. Aqueles que vieram para a colônia e se vincularam ao programa da Empresa Colonizadora distribuíram-se principalmente pela região do Rio Laranjeiras, Rio Hipólito, Brusque do Sul e Rio Pinheiros.

No contexto da colonização, havia uma espécie de comparação entre os colonos destas diversas etnias. Através de documentos da Empresa colonizadora, Lottin (2002, p.82) demonstra que existia uma preferência da empresa pelos colonos de origem alemã, sob a alegação de que

> o alemão é o elemento mais persistente e feliz na lavoura, base primordial de uma Colônia feliz. Desenvolvendo-se a agricultura, principalmente em uma zona tão rica como a nossa, o comércio e as manufaturas e mais indústrias vão aparecendo em seu turno para suprir as necessidades dos agricultores e fundar e povoar novas vilas e cidades. O alemão tem até hoje mostrado maior predileção para a lavoura da terra; enquanto os italianos e portugueses tem-se dedicado mais ao comércio e às indústrias inclusive construções.

Além da aptidão para a agricultura, também foram levantados como argumentos para essa preferência o fator religioso e dedicação ao trabalho em comparação com as demais etnias, este segundo ponto descrito no seguinte trecho: “Os alemães sem contestação, sobressaem, comparados com os outros estrangeiros; e a diferença torna-se enorme comparados com os nacionais” (LOTTIN, 2002, p.83).

As comparações entre os colonos de diferentes nacionalidades, realizada pelo representante da Empresa Colonizadora e reproduzida por Lottin (2002, p.82-83) soa um tanto etnocêntrica, pois cria distinções entre os grupos de europeus. Na execução do projeto de colonização, esta postura etnocêntrica reflete no tratamento dado pela Empresa aos colonos e também na relação entre os indivíduos de diferentes nacionalidades. Além do obstáculo representado pelo idioma de seus respectivos países de origem, os colonos ainda teriam que conviver com pessoas de culturas diferentes da sua, o que poderia gerar ainda mais conflitos. Desta forma, a Empresa ainda adotou a prática de estabelecer colonos de uma mesma nacionalidade no mesmo ponto da colônia, formando núcleos de colonização baseados em uma divisão étnica, fortalecendo a convivência pacífica de um grupo étnico e distanciando-o de outros. Tal divisão pode ser vista em alguns pontos da antiga colônia ainda hoje.

Lottin (2002, p.83-84) prossegue narrando os documentos da época, mostrando que os encarregados colonização das terras e administração da empresa

estavam contaminados por um determinismo geográfico, usando o clima como fator para destaque de uma etnia em detrimento de outra.

> Sem dúvidas há bons italianos, há bons portugueses e há bons nacionais; porém a porcentagem dos bons alemães é maior que a dos outros estrangeiros; e entre os nacionais encontram-se poucos que trabalham como os bons estrangeiros, mormente os vindos das zonas frias e temperadas. Como seja qual os nacionais são temerosos, doentes e relaxados, devido seu estado doentio aos seus hábitos de vida desde sua infância, falta do devido agasalho e alimentação, andar descalço, habitar casas úmidas e debilitação de sangue transmitido dos pais para seus filhos; e devido seu relaxamento em seu trabalho à falta de ambição, resultado natural de seus padecimentos e da enervação de corpo e espírito provocada pelo clima. Pode –se dizer eu o estado do sítio do nacional é, com poucas exceções o inverso dos do alemão (LOTTIN, 2002, p.83-84).

Ao Chegarem nas terras do patrimônio, Dall”Alba (1986, p.314) descreve que as famílias imigrantes eram hospedadas em galpões cobertos de palha e registrados. Enquanto isso, os homens adentravam pelas picadas com os agrimensores para escolher seus terrenos e construir seu primeiro rancho de pau-a-pique (DALL’ALBA, 1986, p.314).

Segundo Lottin (2002, p.89), cada colono poderia adquirir um lote com área de 48,4 hectares. Pelas regras da Empresa, depois de pagas, as terras poderiam ser exploradas da forma que o colono bem intendesse. No entanto, até a quitação da dívida com a Empresa colonizadora, o colono poderia desmatar apenas partes da terra que seriam destinadas a plantações e edificação de moradia, moinhos e demais instalações para o desenvolvimento da atividade agrícola (LOTTIN, 2002, p.89-90).

No início da colonização, cada lote de 48,4 hectares era vendido por quatrocentos mil réis. No entanto, estava prevista a elevação dos preços de tempos em tempos (LOTTIN, 2002, p.90).

O pagamento poderia ser efetuado à vista ou em duas ou três parcelas anuais “acompanhado pelo juro, a razão de seis por cento ao ano, pago semestralmente, e calculando, sempre sobre a quantia do capital que se fique por pagar” (LOTTIN, 2002, p.92). Assim que o contrato entre empresa e colono era efetivado, o segundo recebia um título provisório contendo todas as informações referentes a negociação de compra. Ao concluir o pagamento da terra este documento era substituído pelo título definitivo da posse das terras (LOTTIN, 2002, p.93).

Nos anos de implantação da colônia, 1884 até 1889, momento em que chegaram os primeiros colonizadores, a empresa demonstrava cuidado e

preocupação com os imigrantes. Sempre que possível agrupavam colonos de um mesmo país de origem em uma só comunidade, lhes oferecendo uma plantação com cereais de primeira necessidade para facilitar sua vida no primeiro ano de colonização (LOTTIN, 1998, p.40-42).

> Nos primeiros tempos a Empresa os visitava quinzenalmente para distribuir sementes, pagar um auxílio em dinheiro para a compra das principais necessidades e fazer uma avaliação do estado de saúde do pessoal. Quanto às sementes eram acompanhadas de instruções sobre o plantio e feito o seu acompanhamento até a colheita. Além das culturas temporárias como milho, feijão, batata, cana-de-açúcar, arroz e outros, incentivavam o plantio de frutas com a distribuição de videiras, laranjeiras e outras. Relatórios existentes demonstram que eram os colonos orientados e fiscalizados apontando aqueles que não se interessavam pelo trabalho (LOTTIN, 1998, p.42).

Além disso, “logo no primeiro ano a empresa já tinha uma casa comercial através da qual abastecia os colonos com produtos indispensáveis à sobrevivência” (LOTTIN, 1998, p.42). Estes, eram fornecidos para serem pagos posteriormente, com o lucro da produção agrícola a ser desenvolvida, ou somado ao valor do lote para ser pago futuramente (LOTTIN, 1998, p.42).

> No tocante a saúde existia um médico, pelo menos assim se intitulava nos relatórios, o Dr. Antônio Garcia da Rosa Terra. Ele e alguns farmacêuticos visitavam os colonos examinando-os e indicando o tratamento com a distribuição de remédios ou recomendação de chás caseiros (LOTTIN, 1998, p.42).

Essa assistência durava até os colonos estabilizarem sua situação na colônia, com a quitação das terras e estabelecimento de uma produção agrícola. Após a Proclamação da República, em 1889, e devido a venda da empresa, a situação mudou (LOTTIN, 1998, p.42).

Lottin (1998, p.43) afirma que houve desistências por parte dos colonos, mas que isso não seria atribuído a falta de assistência por parte da empresa, mas sim por dificuldade de adaptação por parte dos colonos e também devido aos confrontos com os indígenas, que geravam medo na população da colônia.

Segundo consta no relatório de Etiene Stawiarski, datado de 24 de agosto de 1900:

> Os primeiros colonos estabeleceram-se no ano de 1882, eu creio. A maior parte dos colonos Italianos vieram entre os anos 1883 e 1886. A maior parte dos polacos vieram de 1891 a 1892. Poucos alemães vieram diretamente

> pela empresa. Quase todos os colonos alemães são provenientes das próximas colônias do governo: Braço do Norte, Capivari, Teresópolis ou São Pedro de Alcântara. Os colonos das outras nacionalidades sendo em número muito diminuto não carecem ser historiados (STAWIARSKI, 24 de agosto de 1900 *apud* LOTTIN, 2002, p.142-143).

Ainda segundo este documento dirigido ao Cônsul da Itália em Florianópolis,

> O recenseamento em 1896/97 apurou 3.140 brasileiros, 450 italianos, 112 alemães, 2 espanhóis, 160 lettos, 202 polacos, 22 austríacos (angoleses), 2 franceses, 2 paraguaios, 3 holandeses e 8 ingleses. Os filhos nascidos no Brasil eram considerados como brasileiros, desta data até 1900 entraram algumas 15 ou 20 famílias italianas. Dela pode-se deduzir que a atual população italiana (sendo incluídos os filhos deles nascidos aqui) será superior a 1.000 almas (STAWIARSKI, 24 de agosto de 1900 *apud* LOTTIN, 2002, p.143).

Com base no exposto, é perceptível a preocupação por parte do Governo e da Empresa Colonizadora em colonizar as áreas da Província de Santa Catarina, em especial a Colônia Grão-Pará, até então consideradas despovoadas. Em contraposição a ação colonizadora, também é perceptível o descaso com as populações Laklãnõ/Xokleng que viviam no território. Sua presença foi ignorada enquanto possível, mas a intensificação da ocupação não-indígena motiva uma reação dos Laklãnõ/Xokleng, desencadeando os acontecimentos que serão descritos no capítulo seguinte desta monografia.

4 INDÍGENAS LAKLÃNÕ/XOKLENG E COLONOS NA COLÔNIA GRÃO-PARÁ

Como descrito no capítulo anterior, os encontros de indígenas com os tropeiros e as comissões contratadas para a medição de terras não eram raros, de modo que o governo e as companhias de colonização sabiam da existência dos Laklãnõ/Xokleng no território catarinense. No entanto, sua presença não foi empecilho à colonização. Com a chegada dos colonos, imaginava-se que eles simplesmente se afastariam.

Dall'Alba (2003, p.64), relata que os índios acompanhavam os colonos em seus afazeres a distância e que estes, apesar de sentir medo, admiravam sua índole pacífica no início da colonização. Para o pesquisador, os primeiros colonos nem mesmo acreditavam na sua existência (DALL'ALBA, 2003, p.167). Dall'Alba (1986, p.104) e Santos (1973, p.103) afirmam que houveram contatos amistosos entre indígenas e colonizadores. Segundo Bernardo Heidemann, em entrevista concedida a Dall'Alba (1973, p.105), os Laklãnõ/Xokleng "não eram agressivos, mas vingativos. Não lhes fazendo mal, também não faziam". Seu Francisco Willemann, de Santa Rosa de Lima, concorda com a afirmação de Bernardo Heidemann. Em entrevista a Dalmagro (2012, p.58) ele afirma que

> Era uma guerra, mas bem contada, era injusto aquilo, não é? Porque os colonos entravam e eles (os índios) eram obrigados a se afastar. E não tinham armas. Os colonos tinham. Meu pai nunca atacou eles e talvez por isso nunca atacaram nossa família. Se não mexiam com eles, era difícil os índios mexer com alguém.

Figura 8: Indígena Laklãnõ/Xokleng com arco e flechas, nos primeiros momentos do contato.



Fonte: Foto provável de E. Hoerhan. Acervo Silvio Coelho dos Santos. Os Índios Xokleng – Memória Visual. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/avisc/7993849086/in/album-72157631552809908/

Santos (2004, p.75), por sua vez, acredita que os índios tiveram curiosidade em conhecer os estranhos que chegavam, algumas vezes até demonstrando sua presença, mas os imigrantes não demonstraram interesse em tal contato. Para estes, a presença do índio representava perigo e insegurança, por isso deveriam ser afugentados (SANTOS, 2004, p.75). Conforme Santos (1973, p.103), houveram casos em que a mera desconfiança da presença indígena fazia com que os colonos organizassem medidas preventivas, como caçadas e tiros de alerta, o que fazia que os Laklãnõ/Xokleng revidassem.

> Mesmo assim, nos primeiros cinquenta anos do século XIX a presença indígena no bolsão, formado pelas terras localizadas entre o litoral e o planalto, foi minimizada. Os índios vez ou outra davam sinal de sua presença, mas não chegavam a preocupar os responsáveis pela segurança das povoações e habitantes. Falava-se em índios-viajantes que vindo do mais longíqüo sertão davam sinal de sua presença e logo retornavam. E para se evitar essas incômodas incursões, especialmente as que colocavam em

> insegurança os caminhos do sertão, procurou-se estabelecer povoações ao longo dessas rotas. (SANTOS,1973, p.55).

Santos (1973, p.55), atribui a minimização desta presença ao desejo de se estabelecer colônias na região. Segundo ele, o governo e autoridades provinciais sabiam da presença dos Laklãnõ/Xokleng naquela região, mas não se preocuparam, acreditando que o avanço da colonização os faria recuar. Prova disto é um documento escrito em 1884 pelo então diretor da Colônia Charles Mitchel Smith Leslie, orientando os colonos sobre os indígenas.

> Sobre os indígenas na colônia. Durante o tempo em que os bugres estão andando pelo mato, e não estão atirando flechas contra os colonos, o colono deve ficar quieto e não fazer nada, nesse caso não descarregar a pistola (arma de fogo) contra eles, porque o bugre tem todo o direito de andar no mato, porque o mato é sua casa, eles tem todo direito de caçar no mato, porque a caça é sua vida e sustento, por isso é aconselhável do colono não caçar, porque com isso pode prejudicar a vida dos bugres, se o colono andando pelo mato de vez em quando abater um porco selvagem, será de bem que a metade seja deixada em uma árvore, assim, os bugres verão que os colonos não estão retirando seus sustento mas deixando para a sobrevivência.
> Quando encontrar um bugre pelo mato, ou pelo caminho, não perda o colono o seu bom senso, não atirem contra eles, porque em tal caso eles, os bugres, podem ficarem revoltados, e também, se ferir um bugre é ainda pior, porque um dia poderá que ele retorne e retornará com outros bugres.
> Quando um colono sai de sua casa para viajar ou procurar suas coisas ou andar nas estradas deve sempre ter uma arma a vista na cintura para fazer os outros (bugres) verem que o colono está armado, então os bugres terão medo da pistola, observar também se a arma não esteja descarregada, e sim carregada com pólvora e chumbo.
> Os bugres não atacam os colonos por somente atacar, mas se eles verem que não tem arma vão roubar a enxada, a foice o machado, porém, todos os objetos de ferro, metal e zinco, etc. etc. cuide para que estes objetos que estão em trabalho escapem (não sejam roubados). Porem nenhum colono deve estar fora de casa sem uma pistola (arma de fogo) na cintura, sempre pronta para poder usar, poderá encontrar também um bugre, não deve atirar atrás dele sua arma por duas razões:
> 1ª (primeira), se for ferido um bugre com pólvora e chumbo, ele também não esquecerá, ele vira cedo ou tarde a atirar sua flecha no colono.
> 2ª (Segunda) razão, se o colono atirar para o ar, o bugre é esperto e saberá que o colono descarregou sua arma, então é fácil que o colono venha a ser atingido por uma flecha.
> Porém, exaltado os bugres estão sabendo que não tem carregada sua pistola (arma de fogo). Então o colono não deve atirar a não ser de extrema

> necessidade e ser obrigado, também o bugre vendo que o colono tem uma arma de fogo terão medo de chegar perto.
> Então enfim, o colono vendo um bugre não perca o seu bom censo, como já falei, e mostrasse corajoso até o ponto onde observar que vem manejando o bugre com sua flecha, e seja corajoso com sua arma, porque o colono não deve ter medo dos bugres, mas esses, tem medo dos colonos.
> E se também gritando, cantando, e fazendo barulho os bugres não fazem mal, você não faça mal, porque eles chegaram a um ponto de acostumar e não fazer mal.
> Observação:
> No mato se encontra macacos que fazem barulho, porém, não se deve acreditar que tudo sejam os bugres.
> Escritório da Colônia Grão-Pará.
> Braço do Norte, 30 de setembro de 1884.
> C. M. S. Leslie (LESLIE, 30 de setembro de 1884).[1]

O documento mostra que a orientação inicial da Empresa era de não atacar primeiro, mas estar sempre preparado caso precisasse revidar, o que não oferece garantias de que os colonos seguissem tal determinação. Outra maneira de evitar o conflito seria evitando a caça ou então partilhando a carne obtida com os indígenas. No entanto, durante os primeiros anos da colonização os imigrantes encontravam-se isolados em meio a mata, de modo que sua única forma de obter alimento era através da caça e da agricultura. A caça realizada pelos dois grupos provocou, então, uma diminuição na população de animais da região, ao mesmo tempo que para as plantações era necessária derrubada de árvores, restringindo ainda mais a variedade e a quantidade de alimentos disponível para os nativos.

Pensando nisso, Santos (2004 *apud* FERMINO, 2012, p. 5) constata que com a "fixação do imigrante, portanto, acabou dando-se um quadro de competição, onde os dois tipos de população [indígena e não indígena] disputavam um fator decisivo para a sobrevivência, que era a terra".

Conforme Dall'Alba (1973, p.292-293),

> Chegando os primeiros moradores desta região, ao começarem as derrubadas, os índios manifestaram-se por sinais contra as mesmas. Como por exemplo, impedindo as picadas por galhos de espinhos, pedras ou outras tramoias. Aqueles, porém, não dando importância aos sinais deles, continuaram as suas derrubadas. Os índios aos poucos começaram a perseguí-los. Era mais ou menos 1890.

1-O texto original do documento (Anexo C) está em italiano. Para facilitar a leitura e compreensão do texto pelo leitor optamos por usar a tradução de Idemar Ghizzo disponível em Tonetto, Ghizzo e Pirola (2015, p.43-44).

A limitação do território causava a escassez de alimentos, o que motivava os ataques as propriedades dos colonos com assalto as plantações e abate de animais (CLAUDINO, 2011, p.98; SANTOS, 2004, p.75). Devido a tais formas diferentes de ver o mundo ocorreram enfrentamentos armados que culminaram, em menos de um século, no extermínio e na fuga dos índios que viviam na região (DALL'ALBA, 1986).

Lottin (2005, p.66-67; 1998, p.18) atribui isso à "ausência completa de pessoas ou religiosos especializados em contatos e aproximações com indígenas". Ainda segundo o autor, "o terror causado por atos dos bugres, a principal causa do abandono das terras pelos imigrantes" (LOTTIN, 2005, p.67).

O conflito se dá, dentre outros motivos, através do choque de duas culturas distintas e do direto a terra. O indígena, que tirava da natureza o necessário para sua subsistência, encontra o europeu, que usa a terra para extrair seu sustento e lucro.

Além disso, houve um encontro de diferentes crenças, línguas, modos de pensar e de agir. Como descrito por Laraia (1986, p.72-73).

> O fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Tal tendência, denominada etnocentrismo é responsável em seus casos extremos pela ocorrência de numerosos conflitos sociais.

Durante a colonização, são inúmeros os contatos amistosos e conflitos entre os Laklãnõ/Xokleng e os colonizadores, sendo que muitos deles sequer foram registrados nas bibliografias e documentos existentes sobre o tema, existindo apenas nos relatos e memórias de quem viveu. A seguir serão descritos os contatos e conflitos entre colonos e indígenas na Colônia Grão-Pará, bem como as medidas tomadas em relação a sua presença na referida colônia.

4.1 CONTATOS AMISTOSOS

São comuns nos livros que narram a história da Colônia Grão-Pará e dos municípios que fizeram parte dela os casos de conflitos entre os Laklãnõ/Xokleng e

os colonos. Em contrapartida, poucas vezes são mencionados os contatos amistosos. Eles são mais raros ainda quando se trata de documentos oficiais do Estado e da Empresa Colonizadora. Entretanto, é preciso considerar estes relatos para mostrar que a convivência entre os dois grupos era possível e que o extermínio dos Laklãnõ/Xokleng não foi motivado por sua “selvageria”, mas sim por ideais etnocêntricos e capitalistas.

Deste modo, serão apresentados os relatos de contatos ocorridos na Colônia Grão-Pará. Considerando que em muitos não consta a data dos acontecimentos, eles serão organizados de acordo com a local onde os fatos ocorreram.

Segundo Dall’Alba (1973, p.105), com a chegada dos colonizadores

> parece que os índios logo se retiraram da região de S. Ludgero e B. do Norte. Em 1878 ainda havia umas famílias de índios um tanto civilizados em Sta. Augusta. Mas esses também desapareceram. Foram retirando-se para as bandas dos costões da Serra. Será no interior de Rio Fortuna e Santa Rosa que os pioneiros irão ter encontros sangrentos com os primeiros senhores das terras.

Considerando a afirmação do autor de que o avanço da colonização fez com que os Laklãnõ/Xokleng se retirassem para a encosta da Serra Geral, é possível deduzir que esta foi a área da Colônia onde ocorreu maior interação entre o grupo e os colonos. No entanto, ocorreram interações em outras regiões da colônia localizadas em áreas mais distante da Serra Geral, incluindo os territórios que hoje correspondem aos municípios de São Ludgero e Braço do Norte. Apesar dos documentos e bibliografias consultadas não relatarem contatos amistosos nestas localidades, não se exclui a possibilidade de que tenham ocorrido. Vale ressaltar, mais uma vez, que os livros de história destes municípios focam na relação conflituosa entre os dois grupos ou são superficiais em relação ao tema, e é exatamente isso que acontece quando se fala de São Ludgero, Braço do Norte e também de Grão-Pará e Lauro Müller.

Em Orleans, por sua vez, foram encontrados dois relatos. O primeiro, de autoria indeterminada, é mencionado por Dall’Alba (1986, p.257) e se refere a Pedro Rinaldi, um dos primeiros moradores da localidade de Rio Hipólito. Conforme o autor, “o velho Rinaldi entendia-se bem com os índios, por isso não houve lutas, apesar de eles

roubarem muito das roças dos colonos.” (DALL’ALBA, 1986, p.257). Ao contrário do ocorrido em Rio Hipólito, em outras colônias do estado, assaltos como o descrito anteriormente serviam como pretexto para a realização de incursões contra os indígenas, realizadas tanto por iniciativa dos colonos como por determinação do Governo de Santa Catarina.

Outro testemunho de convívio pacífico é o de Chiquinha e José Cachoeira, moradores da localidade de Rio Belo. Em entrevista concedida a Dall’Alba (2003, p.162-163), Dona Chiquinha narra:

> Bugres? Não, não vimos. Era tudo mato. Não vimos bugres, mas um bugre rondou nossa casa por muito tempo. Numa noite, já escuro, voltávamos para casa eu e uma amiga. O marido estava fora. Quando vimos uma pedra na nossa frente, “bufe”! “É o Zeca prá assustar nóis”, expliquei sem convicção. Mas era bugre. Pois muitas vezes quando passávamos fazia barulho no mato. Aí o Zé gritava: “Parem que estão assustando as crianças”.

Dona Chiquinha, mais adiante, narra outra história a Dall’Alba (2003, p.162-163):

> Uma vez, um deve ter entrado na casa. Havia uma panela de feijão fervendo no fogo, com toucinho. Saí um pouco, e quando voltei vi que faltava alguma comida. Pensei num gato. Mas olho na panela. Estranhei que houvesse um pedaço de toucinho bem branco, cortado de recente. “Come que não garro tinta de feijão?” Mas não desconfiei. Na mesa quando lá tínhamos acabado quase de comer, contei o sucedido ao Zeca- Olhamos. Havia outros sinais. “Foi o bugre”. disse ele. “Vai vê que o nojento pôs a mão na sopa!” E não comemos mais nada. Mas não vimos. Outros viram. Devia ser um bugre velho perdido, sozinho.

Estes relatos demonstram tentativas de aproximação por parte dos Laklãnõ/Xokleng. No segundo acontecimento descrito por Dona Chiquinha, em especial, a ação do indígena parece ter sido motivada pela fome, o que é compreensível considerando que o avanço da colonização limitava seu território e fonte de alimento. Na fala, fica claro que os moradores daquela localidade não tiveram interesse em estabelecer contato para um convívio pacífico com os nativos das terras colonizadas.

Em Rio Fortuna, conhecido como uma das localidades onde mais ocorreram enfrentamentos entre os Laklãnõ/Xokleng e os colonos, também houveram casos de

interações pacíficas. Ana Rohling Wiggers conta a Dall"Alba (1986, p.105) que no início da colonização, na localidade de Rio do Meio, havia índios, mas que nunca fizeram mal a sua família. Bernardo Heidemann, por sua vez, afirma era comum que os indígenas roubassem caça e a comida levada pelos imigrantes para o trabalho na lavoura. Ele ainda prossegue afirmando que os "bugres"

> Nunca nos fizeram mal. Só roubavam. O que achavam era deles. Mas se explica pela diferença de cultura. Nós é que temos o sentido de propriedade particular. Eles não. A gente não temia. Mesmo sabendo que os bugres rondavam, íam para a roça munidos unicamente do facão comum" (DALL'ALBA, 1973, p.357).

Bernando Heidemann, portanto, reconhece que ocorreu um encontro de culturas distintas, como mencionado anteriormente, e afirma ainda que não havia medo dos colonos a respeito da presença dos indígenas.

O território hoje pertencente a Santa Rosa de Lima foi o que mais apresentou relatos de contatos amistosos, apesar de, assim como Rio Fortuna, ter sido palco de inúmeros conflitos. Na localidade de Mata Verde, Augusta Becker Vandresen relata a Dalmagro (2012, p.55) que

> Às vezes o pai saía pra vender banha, de cargueiro, e ficava até dois dias fora. A mãe ficava sozinha com os pequeninhos. Meu irmão mais velho era deficiente e chorava muito, gritava, e o barulho atraía os índios, que vinham até pertinho, mas como a gente tinha cachorro brabo, os índios não entravam na casa, mas vinham até pertinho.

Outro depoimento que mostra a aproximação dos indígenas é o de Maria da Silva.

> Quando viemos pra cá de Rio dos Índios, já tinha poucos bugres. Quando o pai saía de casa e eu ficava sozinha com meus irmãos, ele dizia. 'Se aparecer algum bugre aí, não se mexa com eles. Dê um pedaço de pão", conta Dona Maria. (DALMAGRO, 2012, p.58).

Segundo Dalmagro (2012, p.59), durante sua pesquisa foram comuns os relatos de pessoas que deixavam alimentos para os nativos na tentativa de evitar que suas propriedades fossem saqueadas. Considerando as hostilidades dirigidas aos indígenas na época, não só na Colônia Grão-Pará, mas em todas as colônias que

abrangiam o território tradicional dos Laklãnõ/Xokleng em Santa Catarina, esta pode ser considerada uma maneira dos colonos demonstrarem que buscavam um convívio pacífico.

Ainda em Santa Rosa de Lima, Dicionei Schmoeller conta uma história envolvendo o interesse dos indígenas por ferramentas de metal.

> Contam por aqui que certa vez um agricultor tava cortando lenha, no pasto, do lado da casa. Parou pra descansar um pouquinho. De repente, por trás dele, sem que percebesse, surgiu um índio e rapidinho pegou o machado dele e correu pro mato. Depois de um tempo, meia hora, uma hora, não se sabe quanto, o mesmo índio voltou com as duas mãos juntas, abertas, em forma de concha, cheia de corós; aqueles bichos que dá na madeira, normalmente debaixo da casca da madeira. Essa pessoa interpretou como se fosse um agradecimento pelo machado que o índio tinha tomado dele. (DALMAGRO, 2012, p.59).

Como mencionado anteriormente, os Laklãnõ/Xokleng possuíam uma cultura bastante distinta da europeia. Trocas como a descrita por Dicionei Schmoeller não eram praticadas entre o grupo, que possuía uma ideia de coletividade e vivia em uma comunidade colaborativa. As relações de troca, então, poderiam ter sido aprendidas ao observarem os estranhos que chegavam em seu território. No início da colonização o acesso aos centros comerciais era precário de modo que uma viagem para o escoamento da produção poderia levar dias. Era, então, vantajoso que os colonos realizassem trocas entre si, criando um comércio local que satisfizesse as necessidades básicas de suas famílias. Nesse sentido, ao observar que os colonos trocaram bens que consideravam valiosos entre si, o indígena poderia ter pensado em fazer o mesmo, oferecendo os “corós”, que eram considerados alimento pelos Laklãnõ/Xokleng, em troca de um machado, considerado por ambos os grupos uma ferramenta necessária no dia a dia.

Outra forma dos Laklãnõ/Xokleng obterem as ferramentas de metal e a mais comum em todo estado, conforme observado nos documentos e na bibliografia consultada, era através do roubo. Dalmagro (2012, p.50) traz vários casos de roubos cometidos no território que hoje corresponde a Santa Rosa de Lima. Assim, como em outras partes da colônia também era comum o roubo de caça e o saque as plantações. Sobre isso o autor reflete que da mesma forma que roubavam a caça dos colonos, os

indígenas poderiam matar os caçadores se quisessem e não fazer isso mostrava que não eram tão violentos como os colonos acreditavam (DALMAGRO, 2012, p.51).

Para Henrique Becker, haviam sinais que alertavam os colonos de possíveis ameaças. Conforme seu relato, “quando estavam na roça e os índios começavam a bater em algum pau, com muita força a ponto de se ouvir de longe, podia correr pra se escapar. E por que eles *tavam* de má intenção.” (DALMAGRO, 2012, p.55).

Em Anitápolis são apenas três os casos envolvendo questões relacionadas aos indígenas. No primeiro, Agostinho Wiggers conta a Dall’Alba (1973, p.357) sobre a relação de seu pai com os Laklãnõ/Xokleng.

> Meu pai, em Anitápolis, serrava madeira para a comissão, na época da chegada dos imigrantes. Nunca fez nada contra os índios. Pelo contrário. Encarregado de caçar para os operários, ao matar uma anta, e matou muitas, deixava um quarto pendurado num galho. Era certo: Depois de pouco tempo o quarto desaparecia.

O mesmo entrevistado, ainda fala a Dall”Alba (1973, p.358) sobre a abertura das primeiras estradas.

> Ao se trabalhar na estrada de Anitápolis, para retirar alguma pedra ou algum toco mais pesado reuniram-se quatro ou cinco homens ajudando-se com gritos de hip! Hip! Diversas vezes no meio da mata os bugres arremedavam com o mesmo grito.

Por fim, José Hilzendeger, morador de Anitápolis, relata suas experiências.

> Ah! No começo vimos muito bugre. Em Vargem Grande um velho colono nos dissera: “Tiro, nunca”. Assim fizemos. Quando derrubávamos paus, eles vinham olhar e imitavam o machado batendo nos tocos. Não fim da raia, no morro, os bugres tinham um rancho. A gente via eles tomando banho no rio. Nunca fomos incomodados. (DALL’ALBA, 1973, p.327).

Em São Martinho, Helmann (2010, p.42-43) traz duas situações de contato sem conflitos. No primeiro, Silvestre Hoepers relembra histórias de seu avô, Geraldo Hoepers, morador de São Martinho Alto.

> Ele e seus companheiros estavam na roça quando, de repente, escutaram a taquara estralando no mato. Pegaram as espingardas e foram para junto do rio onde havia uma praiazinha, perceberam que aquele barulho provinha de

> uma anta tapir que tentava escapar dos bugres. O animal, para escapar, procurava o rio. Quando a anta apareceu, a mataram, tiraram o couro e penduraram a metade em uma árvore porque sabiam que os bugres estavam atrás dela e que estavam escondidos no mato espiando. (HELMANN, 2010, p.42).

O relato mostra, de certa forma, uma tentativa de evitar conflito. A anta escapava dos indígenas e foi abatida pelos colonos que deixaram parte da caça para o grupo que a caçava.

José Alvim, por sua vez, relata um fato vivido por Augusto Buckmann. Conforme o entrevistado, “no canto dos Canudos, entrada para Santo Antônio, o Augusto Buckmann tinha um campo onde criava gado. Um dia, quando foi ver seu rebanho, os bugres estavam do lado da picada, mas não fizeram nada” (HELMANN, 2010, p.43). José segue seu depoimento contando o que aconteceu quando Augusto mudou-se para o Paraná e encontrou os mesmos indivíduos que viviam próximo de sua propriedade em São Martinho.

> Numa venda encontrou alguns índios que lhe perguntaram: - você é do Paraná? Desconfiado respondeu que sim. Mas, os índios retrucaram: - Nós conhecemos você! Cada vez que ia no campo olhar o gado, nós lhe víamos. Estávamos escondidos na mata, ao lado da picada. Nunca fizemos nada, porque você também nunca fez nada de mal para os nossos. Dias depois, Augusto fez um churrasco para os índios em agradecimento pela tolerância mútua. (HELMANN, 2010, p.43).

Relato como estes demonstram que durante algum tempo houve uma convivência pacífica entre os Laklãnõ/Xokleng e os colonos. Apesar do medo e da disputa por terra e alimento, existiram esforços dos dois lados para se manter a paz. No entanto, com o avanço da colonização os ideais capitalistas prevaleceram e os indígenas passaram a ser vistos apenas como uma ameaça a ação colonizadora. Agravaram-se então os conflitos, que serão descritos a seguir.

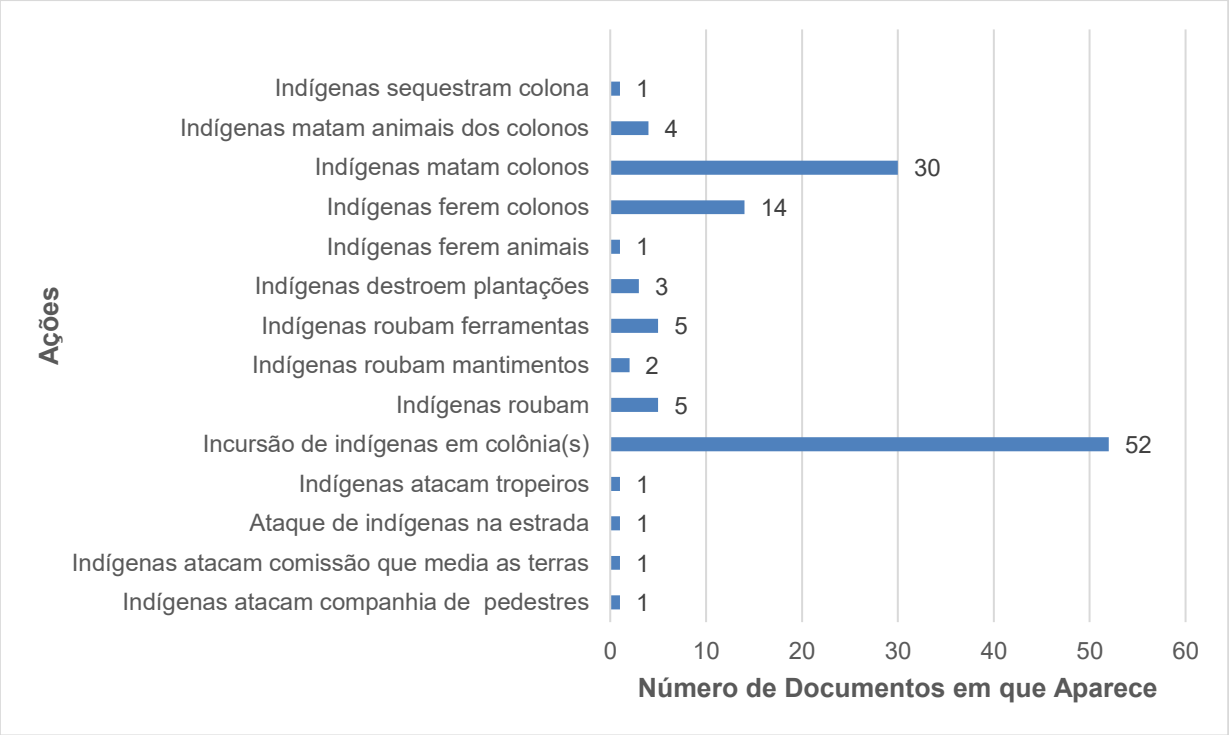
4.2 A RELAÇÃO CONFLITUOSA

Do encontro de duas culturas distintas surgem os conflitos. Segundo Laraia (1986, p.67-68), os indivíduos são influenciados por sua herança cultural, que além de distinguir seu grupo dos demais, através de características próprias relacionadas a seu modo de agir, vestir, comer, etc., os condiciona a reagir depreciativamente em relação a comportamentos que não se enquadram nos padrões de sua comunidade. Além disso, a influência exercida pelo etnocentrismo faz com que os indivíduos acreditem sua sociedade é o centro da humanidade ou superior as demais, gerando racismo e intolerância, além de servir como justificativa para ações violentas praticadas contra os que são diferentes (LARAIA, 1986, p.73). Tais fatores influenciaram as relações estabelecidas entre imigrantes, vindos de diversas regiões da Europa, e os indígenas na Colônia Grão-Pará e demais colônias do estado.

Em contexto estadual, é possível afirmar que avanço da colonização e trânsito de pessoas não-índias em um território historicamente ocupado pelos Laklãnõ/Xokleng foi visto por eles como uma invasão ao seu espaço e ameaça ao seu modo de vida. Deste modo, não eram raros os casos de ataques a viajante, colonos e outros, presentes nos documentos oficiais durante todo o século XIX. Segundo Pate (2020, 19), “pelo ponto de vista indígena estes ataques não eram feitos por maldade, mas sim pelo fato de seus territórios tradicionais estarem sendo ocupados por pessoas estranhas, com a ocupação dos territórios tradicionais Laklãnõ/Xokleng”.

Ao realizar uma análise quali-quantitativa de documentos da Colônia Grão-Pará e relatórios presidenciais da Província/Estado de Santa Catarina, no período compreendido entre 1835 e 1942, evidenciamos várias ações do Laklãnõ/Xokleng em reação a presença dos colonizadores, que vão desde o roubo de alimentos e ferramentas até a morte de colonos. No gráfico a seguir, estão listadas as ações dos indígenas contra os não-indígenas, localizadas em trechos dos documentos onde eram descritos os obstáculos ao avanço da colonização em diversos pontos do estado.

Gráfico 1: Ações dos indígenas Laklãnõ/Xokleng contra os não-índios.



Fonte: Elaborado pela autora.

Existem relatos de ataques de indígenas a tropas de pedestres, trabalhadores responsáveis pela medição de terras, tropeiros e demais viajantes. Em 1845, o presidente da província relata que durante o deslocamento de pedestres para Araranguá, a tropa foi atacada por um grupo de quarenta indivíduos (BRITO, 1 de março de 1845, p.1). O confronto teria durado algumas horas e terminou sem vítimas entre os não-indígenas (BRITO, 1 de março de 1845, p.1). Em 1854, outro relatório menciona o ataque a tropeiros que transitavam na estrada de Lages (COUTINHO, 19 de abril de 1854, p.7). Em 16 de abril de 1887, teriam sido atacados os trabalhadores encarregados da medição de lotes no Tubarão, vitimando o italiano Ubaldino Floriano (ROCHA, 11 de outubro de 1887, p.347). Por fim, em um relatório de 1888, ao discorrer sobre o estado de conservação e segurança na estrada de Lages, o presidente da província menciona que nela ocorrem ataques de indígenas (SOUZA, 1 de setembro de 1888, p.26).

No gráfico de ações dos indígenas contra os não-indígenas, é perceptível que as incursões dos Laklãnõ/Xokleng as colônias eram frequentes, pois 52 documentos falam de ações deste tipo, que ocorreram nas colônias: Brusque, São Pedro de

Alcântara, Itajaí, Santa Isabel, Blumemau, Brusque, Azambuja, Santa Tereza e Grão-Pará. Durante estas incursões, os Laklãnõ/Xokleng interferiam na propriedade dos colonos e atentavam contra suas vidas.

Dentre os documentos analisados, cinco falavam de roubos realizados pelos indígenas, sem detalhar as ações e mencionar o que era roubado. Outros dois documentos mencionam o roubo de mantimentos e em cinco são mencionados os roubos de ferramentas, estas geralmente em metal e usadas por colonos na lavoura. Além dos roubos, há relatos onde plantações foram destruídas em três documentos. Animais dos colonos também eram mortos pelos indígenas, fato mencionado em quatro documentos. Em outro, animais dos colonos são feridos.

Durante as incursões, quatorze documentos mencionam que colonos foram feridos. Em trinta colonos são mortos por indígenas.

Em 28 de fevereiro de 1942, uma matéria de jornal noticia o rapto de uma colona pelos Laklãnõ/Xokleng em Anitápolis. O jornal apresenta uma carta como fonte, mas não diz quem a escreveu, de forma que não se sabe quem relata o ocorrido. A matéria também não é assinada por nenhum autor. Pela descrição dos fatos, a mulher raptada conversou com seus sequestradores, o que leva a crer que os indígenas aprenderam a língua dos colonos ou os colonos aprenderam a língua indígena. O jornal também informa que os indígenas ofereceram a mulher carne de tatu crua. Entretanto, Ireno Pinheiro afirma, em entrevista ao Dall'alba (1973, p.385), que os Laklãnõ/Xokleng não comiam carne de tatu. Além disso, informações etnohistóricas não mencionam o consumo de carne crua pelo grupo em nenhum momento, e sim que ela era assada no espeto ou em fornos subterrâneos. ([S.I.], 28 de fevereiro de 1942, p.4).

Já na Colônia Grão-Pará, apesar da afirmação de Dall'Alba (1973, p.105), de que logo no início da colonização os indígenas que viviam em São Ludgero e Braço do Norte se retiraram em direção a Serra Geral, o mesmo autor traz relatos de conflitos ocorridos nestas áreas da colônia.

Logo nos primeiros anos de colonização, Pedro Italiano e sua esposa arrendaram terras no atual município de São Ludgero. Uma noite, enquanto jantavam foram atacados pelos nativos. Para proteger-se do ataque, a filha mais velha do casal escapou pela porta dos fundos para esconder-se. Na manhã seguinte, a menina foi

descoberta pelos indígenas e levada. No percurso de sua casa até o acampamento dos Laklãnõ/Xokleng a ela deixava sinais nos troncos das árvores. Enquanto isso, a notícia do ataque a casa de Pedro Italiano se espalhava entre os colonos, que organizaram buscas pela floresta. Seguindo os sinais deixados pela menina, os homens encontraram o acampamento, libertando-a e matando seus raptores. (DALL'ALBA, 2003, p.175).

Mais numerosos, são os casos na Comunidade de São Maurício, no atual município de Braço do Norte , onde Dall'Alba (1973, p.292-293) descreve dois ataques. O autor informa que os indígenas invadiram a propriedade de Antônio Warmiling, que conseguiu fugir com sua família. No entanto, ao retornarem à propriedade, viram que eles haviam matado toda a criação e se apoderado de outros bens da família (DALL'ALBA, 1973, p.292-293).

O segundo ataque narrado por Dall'Alba (1973, p.292-293) teria ocorrido no mesmo ano. Aqui a terra invadida era propriedade de Germano Jasper que, assim como Antônio Warmiling, teve seus animais mortos e bens roubados. O fato curioso narrado por Dall'Alba (1973, p.292-293) a respeito deste episódio é que "o proprietário, fugindo com sua família, recordou-se que havia ficado dormindo uma criança no berço, voltou apressadamente para salvá-la. Ao voltar com a criança foi atingido por uma flecha no crânio, mas não morreu".

Ainda em Braço do Norte, Guilherme Oenning relata:

> Não cheguei a conhecer os bugres. Mas me contavam muita história deles. Por aqui tudo, havia muitos, porque tinha muita caça. Na margem esquerda do rio. Na margem direita não. Quanto corridão ganharam os primeiros. Até mataram ali do outro lado um Eising. (DALL'ALBA, 1973, p.237).

No ponto mais ao norte da Colônia Grão-Pará, hoje pertencente ao atual município de Anitápolis, um entrevistado identificado apenas como Pergentino conta a Dall'Alba (1973, p.330):

> De pessoas mortas pelos bugres só sei de um causo que bem pode ter sido anterior a colonização de Anitápolis, pois foi na divisa da Empresa de Terras de Orleans, no Rio Ladeia. Trata-se de um certo Barduíno, já participante de muitas caçadas de índios, às ordens do bugreiro Martinho Marcelino.

Na localidade de Rio Ladeia, Dall'Alba (1973, p.331) conta que um homem estava de cama, doente, quando os filhos pequenos vieram avisá-lo da presença de estranhos. Ao levantar, o colono avistou indígenas tentando assaltar a propriedade. Para impedi-los, atirou por uma fresta ferindo um dos indivíduos que foi carregado pelos outros que o acompanhavam (DALL'ALBA, 1973, p.331).

Em Rio do Meio, Salvio Rodrigues Brasil, descreve que derrubava madeira com um companheiro e ao derrubar um tronco grosso ouviram um grito vindo da árvore caída. Em seguida vieram as flechas e um grupo de 8 a 10 pessoas foi descendo pela coivara. Com medo, Salvio e seu companheiro fugiram, enquanto os indígenas levaram tudo que puderam do rancho que estava próximo dali (DALL'ALBA, 1973, p.331-332).

Já em Santa Rosa de Lima, o número de relatos aumenta. Em Rio dos Índios, Antônio Schmidt e sua esposa, Joana Assing, falam do ataque sofrido por seu vizinho.

> Um dia os índios atacaram. A mulher escondeu-se com um filhinho embaixo de um monte de lenha. Para a criança não gritar amarrou-lhe a boca com o lenço da cabeça. Não mataram ninguém, mas tiraram tudo, tudo." (DALL'ALBA, 1973, p.312-313).

Teodoro Vandresen, por sua vez, afirma que os indígenas atiraram uma flecha, que passou por cima de seu irmão, enquanto cortavam palha para cobrir um galpão. Além disso, seu cunhado foi flechado e para salvá-lo tiveram que buscar um médico em Orleans (DALL'ALBA, 1973, p.315).

Fatos semelhantes são descritos por Carlos Schneider. Segundo ele, na localidade de Rio do Meio um homem foi flechado. Para salvá-lo, levaram-no para Braço do Norte, onde um pastor protestante retirou a flecha (DALL'ALBA, 1973, p.316).

Carlos ainda traz informações de seu primo, que afirma ter matado dois indígenas.

> Um primo irmão meu diz que matou dois bugres. O primeiro estava dentro do rio negaceando uns macacos que vinham tomar água ali. De fato conseguiu matar um a pedradas. Foi ai que meu primo atirou. Noutra vez o cachorro ficou ladrando muito tempo. Foi lá. Um bugre deu uma lambada no cachorro. Foi a última, porque o parabelo velho cantou, e deixou buraco na testa da grossura de um sabugo. (DALL'ALBA, 1973, p.316).

Por fim, Pergentino, traz um novo relato a Dall'Alba (1973, p.331),

> Eu era o último morador, Rio do Meio acima. Depois de mim só os bugres. Mais tarde vieram dois colonos que iniciaram a derrubada, para construir casas mais acima da minha. Os índios apareceram na coivara e eles fugiram para minha casa. Aí damos logo uns tiros para afugentá-los caso estivessem seguindo e quisessem nos atacar. Os dois pousaram lá em casa. Na manhã seguinte fomos ver, com muita cautela, o que sucedera. Haviam limpado o rancho, levando mantimentos, roupas de cama, instrumentos. Mas lá ficaram cinco flechas. Talvez o susto dos tiros que demos, os tenha levado a uma fuga precipitada. (DALL'ALBA, 1973, p.331).

Em Rio Fortuna, mais especificamente na comunidade de Rio Facão, em 1893, os indígenas invadiram a casa de Germano Hermesmayer que "usando um revólver, defendeu-se contra a invasão. Houve uma grande remessa de flechas contra balas. Após este ataque, os índios não tentaram mais invadir esta propriedade" (DALL'ALBA, 1973, p.292).

Na mesma Comunidade, em 1913, Geraldo Eising fazia uma derrubada com seu filho quando foram atacados. O pai foi atingido por uma flecha no peito, mas ainda tentou escapar. No entanto, os índios o encontraram e o feriram novamente, matando-o. O filho conseguiu escapar, e escondido assistiu a morte do pai (DALL'ALBA, 1973, p.293).

Dalmagro (2012, p.56) afirma que o caso de Geraldo Eising foi o que apresentou maior repercussão. Isso se dá por ser este o fato que supostamente teria motivado o bugreiro Ireno Pinheiro, na época noivo da filha de Geraldo, a caçar indígenas.

Outra versão do fato, é descrita pelo próprio Ireno em entrevista concedida a Dall'Alba (1973). Segundo Ireno, uma filha de Geraldo Einsing caçava com seu irmão mais novo quando atirou em direção aos indígenas, imaginando que fossem algum animal. Com raiva eles teriam buscado vingança matando o pai da moça (DALL'ALBA, 1973, p.366-367).

Também em Rio Fortuna, João Roberto Tenfen conta:

> Recordo a família Pallmann que morava nas redondezas de Rio Fortuna. Estavam derrubando a mata para as lavouras. Havia ali uma tribo de índios, eram bons. Nunca tinham se manifestado como inimigos. Mas quando viram

> que sua floresta ia sendo derrubada, agrediram os homens com flechadas. O pai e o filho estavam armados. Conseguiram não só defender-se, mas atacar e matar toda a tribo, só salvando um bugrinho de cinco ou seis anos, que foram carregando. Mas era brabo, reagia arranhando, beliscando e mordendo de tanta raiva. Enjaularam o coitadinho. Não aceitou nem comida, nem bebida. Ao cabo de dez dias morreu de fome e de sede. Este fato me marcou profundamente." (DALL'ALBA, 1986, p.105-106).

Em Grão-Pará, Lottin (2002, p.142-143; 2005, p.66-67; 1998, p.19) e Dall'Alba (2003, p.152-153; 1986, p.50) narram um fato ocorrido na comunidade de Ilha Grande no início da colonização, mais especificamente em 1887. Teria sido este o primeiro caso de morte de colono por indígenas nas terras da colônia. O ataque teria sido motivado pelo fato da família Meneghetti ter levado para casa um veado que encontraram ferido (DALL'ALBA, 2003, p.172-173; LOTTIN, 1998, p.19; LOTTIN, 2005, p.66-67). À tarde, quando retornavam ao trabalho na lavoura, a família é atacada por um grupo de 10 a 15 indivíduos que ferem mortamente o pai (DALL'ALBA, 2003, p.172-173). A morte desse colono gerou grande pânico na Colônia, provocando a saída de 40 famílias italianas e a mobilização de forças para a caça aos indígenas (LOTTIN, 2005, p.67; LOTTIN, 1998, p.19).

Na comunidade de Rio Cachoeirinhas, também conhecida como Rio Cachorrinhos, em 1893, foi morta pelos indígenas uma moça polonesa de 20 anos que estava desarmada. Em decorrência deste fato, 15 famílias polonesas teriam migrado para o Rio Grande do Sul (DALL'ALBA, 1986, p.50; LOTTIN, 1998, p.19; LOTTIN, 2002, p.142-143; LOTTIN, 2005, p.67;).

Além deste, tem-se notícia de outro ataque nesta comunidade. Desta vez em 1923. A vítima, da mesma forma que a da fatalidade anterior, era de origem polonesa e trabalhava isoladamente quando foi atacada. Os índios a mataram e cortaram seus seios em sinal de vingança (DALL'ALBA, 1973, p.292-293). Tal fato gerou fúria entre os colonos que convocaram os bugreiros para perseguir os responsáveis pelo ato. "Na zona de Brusque conseguiram localizá-los, cercando-os durante a noite. Ao amanhecer executaram a mais cruel matança, não poupando sequer as crianças inocentes, jogando-as para cima e aparando-as na ponta da espada" (DALL'ALBA, 1973, p.292-293).

Dall'Alba (1986, p.104) relata, ainda em Rio Cachoeirinhas, a morte de uma jovem polonesa, morta enquanto levava comida aos familiares que trabalhavam na

lavoura. O autor revela que o ocorrido fez com que cerca de 30 famílias polonesas abandonassem a colônia e a Empresa colonizadora organizasse uma expedição punitiva contra os índios.

A falta de detalhes sobre estes três ocorridos deixam dúvidas a respeito dos mesmos. A princípio, levando em consideração as semelhanças entre os três relatos de ataques nesta comunidade, pode ser levantada a hipótese de que os autores estejam descrevendo o mesmo episódio de formas diferentes e nenhum deles aponta em seus respectivos textos a fonte das informações que trazem ao leitor. O fato de que em todos os casos as vítimas são jovens de etnia polonesa pode ser atribuído ao fato de a comunidade ter sido um núcleo de colonização polonesa.

Nas proximidades do Rio Morto, entre as comunidades de Braço Esquerdo e Linha Antunes Braga, Dall'Alba (1986, p.104-105) traz um relato de Augusto Brandt.

> Uma mulher estava lavando roupa e vê uma vaca correndo com uma flecha cravada no corpo. Pega a criança que tinha consigo e corre pela picada até os vizinhos a uns quinhentos metros de distância. Lá estavam também os "Barbaquás", tirando erva-mate. Reuniram-se todos, bem armados. Ainda viram os índios tentando apoderar-se da vaca. Atirando sempre, afugentaram-nos. Os moradores que eram alemães protestantes, charquearam o animal (DALL'ALBA, 1986, p.104-105).

Já em São Camilo, Dall'Alba (1986, p.321) afirma que os índios flecharam um burro e assaltaram a casa do colono Simão Badjaki.

Assim como Grão-Pará, Orleans também apresenta um grande número de conflitos registrados. Segundo Dall'Alba (1986, p.50), em 1888 os índios mataram um velho italiano Baschiroto no Rio Pinheiros. Já no Rio Novo, foram mortos três imigrantes, o que teria motivado a primeira expedição contra os Laklãnõ/Xokleng na Colônia Grão-Pará, comandada por Martinho Bugreiro (DALL'ALBA, 1973, p.36).

Isaias Orbem conta a Dall'Alba (1986, p.106):

> Os índios não eram maus, mas roubavam muito aqui no Rio Hipólito. Até dentro de casa. Mantimentos, instrumento, roupas. Assustavam as mulheres com flechadas. Certa vez houve quase um combate. Os índios esperavam que os colonos começassem atirar, mas sendo poucos, pediram paz. o velho Rinaldi é que conseguiu a paz. ele sabia falar a língua dos índios (DALL'ALBA, 1986, p.106).

Cipriano Volpato descreve dois ocorridos, na Região de Rio das Furnas, que resultaram em uma expedição contra os indígenas por volta de 1897. No primeiro,

> os índios deram em atirar pedras na família dos Meneghetti. O velho e dois filhos estavam a beira do mato. Os índios provocaram tanto que o velho avançou com a enxada e feriu a bugra no ombro. Os dois filhos dispararam suas armas e os índios se retiraram. Dias após o velho foi ver suas plantações, com um dos filhos, de 14 anos. Os índios espreitavam. Vendo-o desarmado avançaram nele. Tentou imitar tiros com a boca para ver se acuava os índios em vão. Foi vítima de sua própria enxada. Mataram-no a cacetadas. O filho conseguiu se esconder sob um tronco. Os índios passaram mais vezes por ali, mas não puderam encontra-lo. Correndo para casa, chamou os vizinhos, que armados, chegaram na roça e encontraram o velho Meneghetti com o crânio esmagado. (DALL'ALBA, 1986, p.106).

No segundo ocorrido, os alvos são dois irmãos. Um deles é atingido por uma pedra e se lança no rio para tentar escapar. Quando chega a outra margem, os indígenas o atacam. O outro irmão, havia fugido para casa voltando armado para salvá-lo (DALL'ALBA, 1986, p.106).

Hermínia Meurer alega que em certa noite trabalhava na cozinha quando uma flecha atingiu sua mão. Ouvindo seu grito, o pai pega a espingarda e dá três tiros na direção de onde veio a flecha. Na manhã seguinte, encontraram um indígena morto (DALL'ALBA, 2003, p.148).

Em Rio Carlota, mataram vacas, e nas casas quebraram tudo que puderam. Os moradores conseguiram fugir, deixando para traz um rapaz aleijado. Os indígenas pularam e dançaram ao redor dele e depois se retiraram sem machucá-lo (DALL'ALBA, 2003, p.177).

Em Lauro Müller é mencionado que na localidade de Rio Amaral Gruta, os nativos furtavam alimentos dos colonos e que raramente eram vistos (LOPES, 2008, p. 27).

Na localidade de Rio Capivaras Alto, hoje pertencente a Lauro Müller, Augusto Brandt conta a Dall'Alba (1986, p.105) que

> havia índios por lá e tigres também. Por isso tinham comprado uma carabina de longo alcance, dos imigrantes de Anitápolis, mais uma espingarda e uma pistola. Pois estavam amassando e botando argila nas fôrmas quando começaram ver e ouvir flechas sibilando. Uma atravessou o telhado de palha e foi cravar-se um palmo no chão. Correram, pegaram as armas e começaram a atirar. Mas as flechas eram muitas e calcularam que os atacantes também

> eram. Resolveram correr até os primeiros moradores. Foi um susto grande logo foram organizando uma expedição. Reuniram muitos voluntários. Haviam um bugreiro apelidado de “Papa-arroz”, um serrano, por sinal pouco trabalhador. Armaram-se de revolveres Mauser “Probbig”, da Bélgica, de oito tiros, pistolas, espingardas, num total de mais de trezentos cartuchos. Partiram. Encontraram muitos ranchos pelo costão, abandonados de recente. Num certo momento começaram a ouvir um rumor estranho, bem ao longe. Pum, pum, pum... O valentão mandou parar os expedicionários, limpou o chão, encostou o ouvido: - “São demais. Não podemos com eles”. Mas os colonos estavam era para a luta, não para fugir. Tomando precauções, o coração aos pulos, foram se aproximando. Era um banhado de sapos. Na volta passaram pelos ranchos, colocaram cartuchos sob as cinzas, enrolados em palha de milho. Não ficaram para ver o efeito quando os botocudos acendessem o fogo.

Em um relatório do presidente da Província de Santa Catarina, datado de 1899, é relatado uma incursão de indígenas na colônia, fato que teria vitimado um homem. Tal evento motivou a reunião de alguns colonos para buscar vingança (SOUZA, 6 de março de 1889, p.20).

No documento, o presidente da Província ainda alega que os indígenas “sempre que procuram as habitações dos colonos, vão dispostos a tacal-os por sorpresa, com a mira no roubo do gado e do que costitue a fortuna do proprietário, não lhes poupando a vida, quando o podem fazer sem perigo.” (SOUZA, 6 de março de 1889, p.20-21).

Com os fatos aqui expostos, percebe-se que em toda a colônia houveram conflitos causados quando os nativos invadem o espaço que o colonizador considera como sua propriedade privada. Em toda a bibliografia consultada, apenas um relato de conflito se refere ao colonizador invadindo o espaço de habitação dos Laklãnõ/Xokleng. Segundo Dall’Alba (2003, p.173),

> Conta o Senhor Giacondo Crozetta que seus tios Carlos e João Bogo foram caçar com outros doze ou treze companheiros. Encontram um rancho com mulheres e crianças, que fogem espavoridas. Entram, carregam tudo que acham útil: Balaios com mel, balaios com peixe, instrumentos de música, instrumentos roubados dos colonos... Não estavam longe quando apareceram os bugres homens, uns cinquenta. Os caçadores largaram tudo e correm. Mas Carlos Bogo é ferido e fica atrás. Só por um caso de heroísmo de um tal Crema, é que pôde ser salvo.

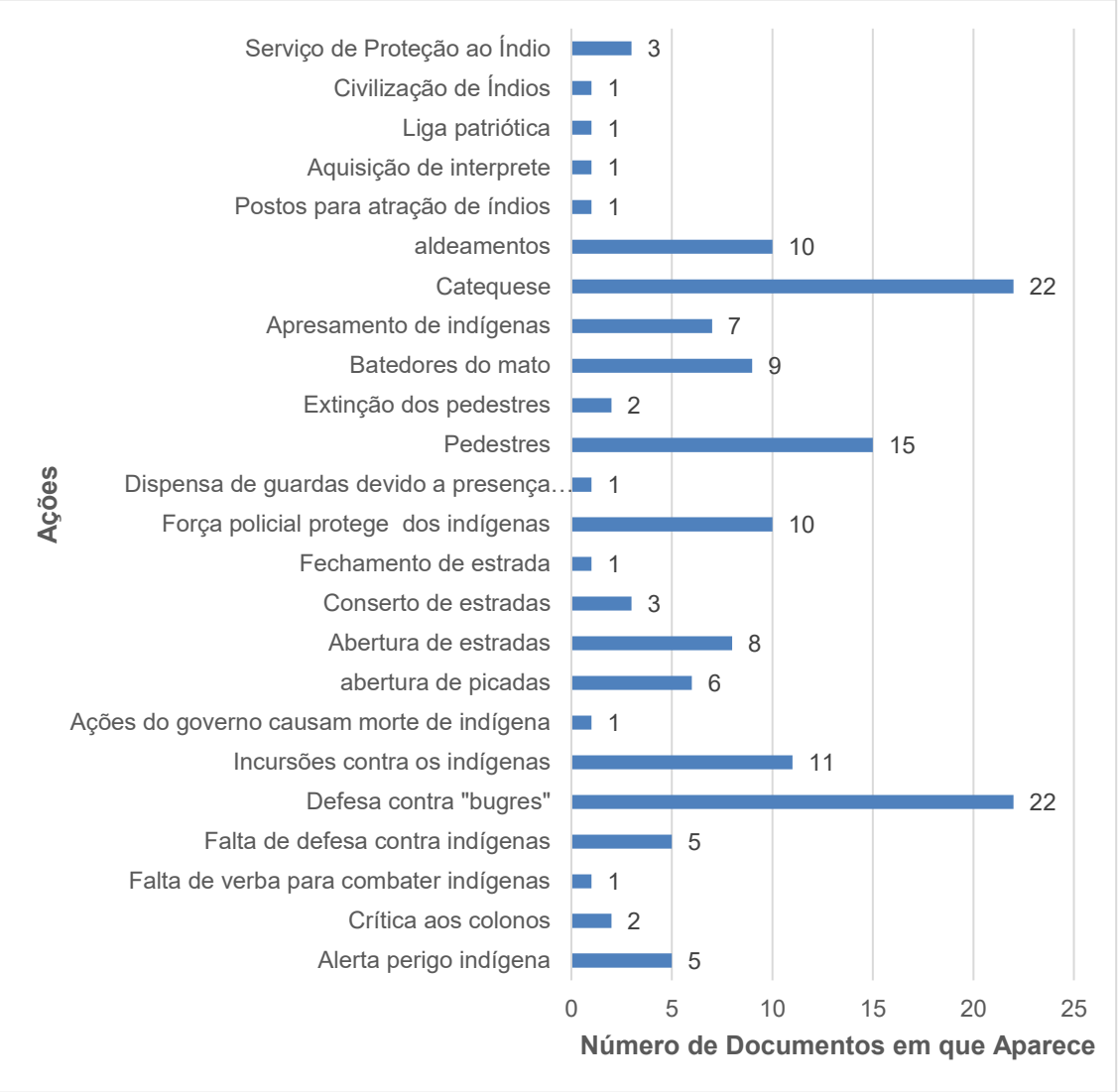
Tal fato teria acontecido em 1910, no atual município de Grão-Pará (DALL’ALBA, 2003, p.173).

Assim, como nos demais territórios de Santa Catarina colonizados por elementos europeus, na Colônia Grão-Pará os conflitos motivaram ações violentas como resposta. Vale ressaltar que a bibliografia e documentos referentes a colonização descrevem os acontecimentos históricos ressaltando ações dos Laklãnõ/Xokleng contra os colonos, raros são os relatos de colonos invadindo o espaço de habitação dos indígenas e motivando os conflitos. Tal discurso serviu para caracterizar os indígenas como selvagens e como justificativa para as ações dos bugreiros como veremos a seguir.

4.3 AS MEDIDAS TOMADAS CONTRA OS LAKLÃNÕ/XOKLENG

Os conflitos nas colônias do estado, já mencionadas anteriormente, causavam medo e prejuízo aos colonos. Desta forma, para que a colonização não fosse inviabilizada, o Estado, Empresas Colonizadoras e colonos tomaram medidas contra os Laklãnõ/Xokleng. Algumas consideradas brandas, na época, outras extremamente violentas. No gráfico 2 podemos observar os relatos de ações adotadas contra os povos indígenas que habitavam a região e suas falhas.

Gráfico 2:Relatos nos documentos consultados acerca de ações do Estado, bem como as falhas para a defesa dos colonos contra ações dos indígenas Laklãnõ/Xokleng.



Fonte: elaborado pela autora.

Observa-se no gráfico que em cinco documentos, seus respectivos autores alertam para o perigo representado pelos indígenas. Esse perigo serviu, nos documentos, para justificar ações para afugentá-los. Além disso, dois documentos criticam a postura dos colonos em relação a eles, principalmente os que viviam em áreas com maior ocorrência incursões, taxando-os de imprudentes e desleixados. Um documento fala dos gastos para defender as colônias das incursões e alerta sobre a falta de verba para combater os indígenas. Outros cinco falam da falta de defesa

contra os indígenas, no sentido de que há um amplo território a ser defendido e inúmeras incursões, sendo que há pouca verba para destinar a defesa dos colonos.

Em vinte e dois documentos fala-se de defesa contra “bugres”, geralmente após alguma ação destes contra os colonos. No entanto, estes documentos não especificam quais medidas foram tomadas em relação aos Laklãnõ/Xokleng. As incursões contra os indígenas são mencionadas em onze documentos. Elas eram realizadas sempre após alguma incursão dos nativos nas colônias ou ataques nas estradas e eram executadas pela força policial, Companhia de Pedestres ou Batedores do Mato. Em um destes documentos, é relatada a morte de um indígena idoso durante um confronto ocorrido quando um grupo realizava assaltos na região de Lages (COUTINNHO, 19 de abril de 1854, p.7).

O conteúdo dos documentos mostra a crença do estado de que a intensidade da circulação de não-índios nos territórios da Província/estado faria com que os Laklãnõ/Xokleng se afastassem. Desta forma, a criação de estradas e picadas foi vista como um meio de estabelecer uma circulação segura dentro do território. Corroborando com esta afirmação, seis documentos falam da abertura de picadas e oito da abertura de estradas com o objetivo principal de afastar os indígenas e oferecer segurança aos viajantes. Ao longo dos caminhos, ainda eram criados postos de segurança, com guardas que monitoravam a circulação de pessoas. Três documentos mencionam o concerto de estradas com o mesmo objetivo das aberturas. Por fim, um documento menciona o fechamento de uma estrada devido ao perigo de ataque de bugres e má conservação (COUTINHO, 23 de setembro de 1859, p.11).

O uso de força policial aparece em dez documentos através do deslocamento de guardas para a proteção de colônias e estradas contra o ataque dos indígenas. Em contradição com esta ação, em um documento guardas são dispensados de seus serviços devido a ameaça representada pela presença de indígenas. Ainda nas ações do Estado para a defesa dos colonos, está a Companhia de Pedestres. Os dados referentes aos recursos, a força humana e deslocamento de tropas e ações dos Pedestres aparecem em quinze documentos compreendidos no período entre 1835 e 1858. Em dois documentos, um datado de 1839 e outro de 1840, é mencionada a extinção de tropas de Pedestres devido a sua insubordinação. Quando cessa a atuação da Companhia, surgem os batedores do mato, que aparecem em nove

documentos datados de 1877 a 1905, atuando nas colônias geralmente após ataques dos indígenas com o intuito de localizá-los e proteger os colonos de novas incursões.

Além das ações para afugentar ou eliminar os Laklãnõ/Xokleng, houveram ações que visavam integrá-los a sociedade nacional. Ao todo são sete documentos relatando estas ações, ocorridas entre 1842 e 1905 em várias localidades. Ao todo cinco crianças foram aprisionadas na Colônia Grão-Pará e entregues ao diretor da Colônia; outras seis crianças foram pegas no município de São Francisco, sendo que cinco delas morreram por doenças; nas proximidades de Lages foram presos três meninos; sob a guarda do missionário capuchinho Frei Luiz de Cimitile estavam cinco crianças, das quais uma morreu; por fim, os batedores do mato foram responsáveis pelo apresamento de dez crianças em local desconhecido.

A catequese, como descrito no capítulo 3, era outra forma de integrar os indígenas a sociedade, mas que não obteve sucesso. Tal ação foi mencionada em vinte e dois documentos em um período de 1835 a 1926. Relacionada a tentativas de catequese, foram formados aldeamentos, mencionados em dez documentos.

Um documento fala da criação de postos de atração. Estes postos foram criados nas margens dos Rios Pombas e Plate onde foram criados ranchos e roças (RAMOS, 24 de julho de 1913, p.54). Outro documento fala da aquisição de um intérprete que conheça a língua falada pelos nativos e ajude a atraí-los.

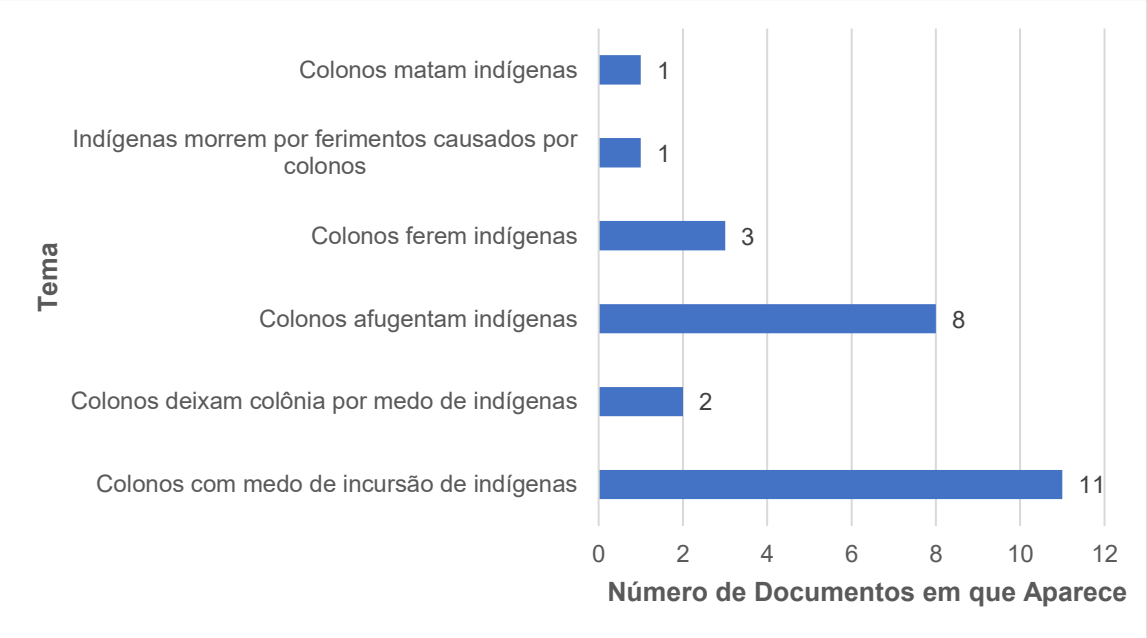
Outras tentativas de integrar os Laklãnõ/Xokleng a sociedade nacional partira da liga patriótica, citada em um documento. Seu objetivo, segundo o documento, era a catequese dos selvícolas com o apoio do estado (RICHARD, 5 de agosto de 1907, p.24). A civilização de indígenas, de forma genérica, aparece em um documento. Por fim, o Serviço de Proteção aos Índios aparece em três documentos a partir de 1911. Conforme descrito nos documentos, as ações do Serviço de Proteção aos Índios são basicamente as mesmas que vinham sendo realizadas: catequese e aldeamentos.

Podemos concluir, com base na discussão dos dados do gráfico referente as ações do estado para a proteção dos colonos contra ações dos Laklãnõ/Xokleng, que o estado tinha a intenção de defender os colonos, usando a violência se necessário. No entanto, também houveram ações que podem ser consideradas mais pacíficas para aquela época, dentre elas o aldeamento e a catequese. Dentre os principais obstáculos para a defesa, usados como argumento pelo estado, estão a falta de verba,

a falta de pessoal especializado para a realização da catequese e a extensão do território a ser defendido. Além disso, foram pouquíssimas as ações que chegaram a ter efeito na Colônia Grão-Pará, de modo que a Empresa colonizadora se viu obrigada a interferir para que o desenvolvimento da colônia não fosse afetado pela presença indígena.

Ainda em âmbito estadual, as ações do Estado para proteger os colonos e viajantes não eram suficientes, de modo que os próprios colonos se viram obrigados a adotar algumas medidas para proteger suas famílias e propriedades.

Gráfico 3: Ações dos colonos para sua defesa contra ações dos indígenas Laklãnõ/Xokleng na Colônia Grão-Pará.



Fonte: elaborado pela autora.

São onze os documentos que mencionam o medo dos colonos em relação as incursões de indígenas. Em dois, há relatos de colonos que abandonam a colônia que viviam por medo. Durante incursões ou após alguma delas, oito documentos relatam que os colonos afugentaram os indígenas. Esta ação era mais comum quando os Laklãnõ/Xokleng deixavam alguma vítima entre os colonos. São três os documentos que mencionam indígenas feridos em confrontos com os colonos. Em um documento,

indígenas morrem em decorrência de ferimentos. Por fim, também em um documento, colonos matam indígenas durante confrontos entre os dois grupos.

Como descrito anteriormente, as ações do Estado para a proteção dos colonos não afetaram a Colônia Grão-Pará de forma significativa. Deste modo, quando os conflitos entre colonos e indígenas começam a se intensificar, medidas contra os Laklãnõ/Xokleng partem da Empresa Colonizadora e dos próprios colonos, sendo concretizadas na atuação dos bugreiros.

Segundo Motta (2011, p.31), o bugreiro era

> uma espécie de jagunço que se especializou na caça, aprisionamento e assassinato dos Bugres. Geralmente eram contratados pelas companhias de colonização com a finalidade de eliminar qualquer indígena (ou “limpar o terreno”), que pudesse atrapalhar a fixação de colonos europeus em seu próprio território.

Figura 9: Bugreiros e suas vítimas.



Fonte: Acervo Silvio Coelho dos Santos. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/avisc/7993800953/in/album-72157631552809908/

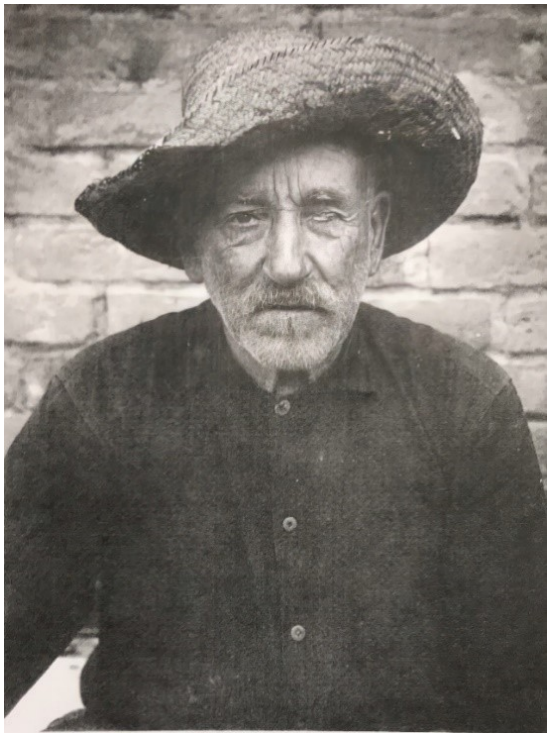
Os grupos bugreiros se organizavam em tropas de 8 a 15 homens sob o comando de um líder e agiam tanto por iniciativa particular quanto pela oficial (PAULA, 1924, p.117; SANTOS,1973, p.83; SANTOS, 1997, p.27; SELAU, 2006, p.133; SOUZA, 2008, p.158). Muitos agiam motivados por acontecimentos pessoais, vingando a morte de um membro da família (SELAU, 2006, p.126).

Na região Sul os bugreiros mais atuantes foram Bartolomeu Rocha, Nicolau Veríssimo, Natal Coral, João Domingos, Zé Domingos, Ireno Pinheiro, Idalino, Martinho Bugreiro, Henrique Vandresen, Nicolau Bugreiro, Serafim Bugreiro, Manuel Roque, João Tomás, Joaquim Felisbino, Martinhão, Viliça, Mané Joaquim, Manuel Alberto Rocha e Juca Rocha (CLAUDINO, 2011, p.96; DALL'ALBA, 1973, p.356; SELAU, 2006, p.139-140). Na região de Orleans, Dall'Alba (1986, p.106) afirma que atuaram Leandro Demétrio, Cipriano Volpato, José Meneghetti, Manuel Delfino, Manuel Nunes, Pio Bússulo e outros. Em Grão-Pará, por sua vez, atuaram Wandresen, os Leandro, o Brito e os famosos João e José Bugreiros (DALL'ALBA, 1986, p.318). Além destes famosos, haviam colonos que participavam esporadicamente (DALL'ALBA, 1973, p.356).

Na entrevista concedida a Dall'Alba (1973, p.379), quando questionado a respeito dos principais bugreiros da região, Ireno Pinheiro afirma que ele, Zé Domingos e Henrique Vandresen eram os três que "mais enfrentavam".

Ireno Pinheiro, começou a participar as caçadas devido a morte de seu sogro (DALL'ALBA, 1973, p.387), descrita anteriormente, e parou quando perdeu a visão de um olho devido a um acidente com sua arma enquanto caçavam passarinhos (DALMAGRO, 2012, p.54). Durante seus anos de atuação, conheceu Martin Bugreiro, Martinhão, Viliça, Mané Joaquim, Zé Domingos e Henrique Vandresen, participando de caçadas principalmente com Zé Domingos (DALL'ALBA, 1973, p.389). Em toda a bibliografia consultada, é descrito como um homem cruel. Pedro Philippi conta à Dall'Alba (1973, p.362) que Ireno "pegava as criancinhas penduradas nos balaios, atirava ao alto e aparava com o facão, transpassando-as".

Figura 10: Ireno Pinheiro em 1972.



Fonte: Santos (1997).

Bernardo Roecker alega que Zé Domingos e seus irmãos tornaram-se bugreiros depois que os indígenas mataram um Bloemer em São José (DALL'ALBA, 1973, p.357). Durante o período em que atuou, dizia ter matado mais de mil indivíduos, cerca de quarenta por ataque (DALL'ALBA, 1973, p.359). Em um número tão grande de vítimas não era impossível escapar alguém com vida, o que de fato aconteceu, segundo Dall'Alba (1973, p.356).

> Do Zé Domingos conta-se que, aí por 1950, foi ver um filho no Paraná, na cidade de Manoel Ribas. Pois, uns bugres mansos que haviam fugido daqui, o reconheceram e quiseram vingar-se do tremendo inimigo. Quem salvou o bugreiro foi o João Beckler, dono de venda, que o escondeu num caixão e carregou-o num caminhão.

Zé Domingos era descrito por Ireno como um homem perigoso, que matava até colonos por dinheiro (DALL'ALBA, 1973, p.389). Nesse sentido, Roldão de Freitas concorda e afirma que durante uma caçada, Zé Domingos encontrou uma moça que havia sido raptada pelos indígenas. Para evitar que ela contasse às autoridades sobre a maneira como foi salva, Zé Domingos a matou (DALL'ALBA, 1973, p.358-359).

Henrique Vandresen, por sua vez, morava em São Bonifácio e lá foi atacado pelos nativos. Sentindo-se perseguido, mudou-se para São Maurício, tornando-se um dos bugreiros que aturam na região (DALL'ALBA, 1973, p.356).

Por sua atuação, os bugreiros eram admirados e respeitados, tratados como verdadeiros heróis. Muitas vezes, eram chamados para falar sobre suas atividades em rodas de família e locais públicos. Além disso, nenhum deles foi punido judicialmente por seus atos (SELAU, 2006, p.134,139-140).

Para caçar os Laklãnõ/Xokleng, os bugreiros perseguiam seu rastro localizando a aldeia. O ataque era realizado ao entardecer, enquanto os índios dormiam, ou ao amanhecer. Para isso, cercavam as cabanas, cortavam os arcos para impedir a resistência e entravam atacando, primeiro com as armas e depoiscom o facão (CLAUDINO, 2011, p.107; DALL'ALBA, 1973, p.373-381; SELAU, 2006, p.133).

Ireno Pinheiro, em entrevista a Dall'Alba (1973, p.363-393), descreve com mais detalhes o funcionamento das caçadas. Ele revela que podiam durar vários dias, portanto, o grupo se preparava para dormir na mata, levando barracas e comida. Além disso, não podiam fazer fogueiras, para que sua presença não fosse notada. O primeiro sinal de que havia indígenas por perto eram as trilhas e conforme se aproximavam da aldeia conseguiam ouví-los cantar e assoviar. O melhor momento para atacar era quando o sol estava baixo, pois então as vítimas estariam reunidas nas cabanas e desarmadas. Então os bugreiros buscavam atacar assim que surgisse uma oportunidade e antes que sua presença fosse percebida. Geralmente, o grupo cercava a cabana por ambos os lados, para que os indígenas não pudessem fugir, algo que nem sempre era possível considerando que as vezes suas vítimas estavam acordadas. O ataque iniciava com tiros de Winchester, e então eles "se esparramavam" sendo mortos com o facão. Os corpos e a cabana eram então deixados para trás, sem que nada fosse feito para apagar seus rastros (DALL'ALBA, 1973, p. 363-393).

Em entrevista concedida ao antropólogo Silvio Coelho dos Santos, em 1972, Ireno Pinheiro afirma que "o corpo é que nem bananeira, corta macio. Cortavam-se as orelhas. Cada par tinha preço. Às vezes, para mostrar, a gente trazia algumas mulheres e crianças. Tinha que matar todos. Se não algum sobrevivente fazia vingança" (SANTOS, 1997, p. 27-28). Para Claudino (2011, p.98), era comum os

bugreiros trazerem, além dos pares de orelha e objetos, sobreviventes da matança, principalmente crianças que eram destinadas à adoção (CLAUDINO, 2011, p.98). Já Dall'Alba (1973, p.362) traz a informação de que as crianças eram atiradas para o alto e aparadas no facão.

Figura 11: Vítimas dos bugreiros.



Fonte: Acervo Silvio Coelho dos Santos. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/avisc/7993800953/in/album-72157631552809908/

Foram muitas as "batidas" realizadas no território da Colônia Grão-Pará. Na bibliografia consultada, elas são registradas nos atuais municípios de Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, Grão-Pará e Orleans. Não foram encontrados registros da atuação de bugreiros nos territórios dos municípios de Anitápolis, Lauro Müller, São Ludgero, Braço do Norte e Armazém, que foram parte da Colônia Grão-Pará. Um provável motivo para isso é a falta de pesquisas realizadas a respeito da história destes municípios que se tornam mais raras ainda quando se fala na participação dos indígenas no processo histórico. Desta forma, a maior quantidade de registros compreende os municípios mais próximos da Serra Geral, frequentemente apontados como local de refúgio dos Laklãnõ/Xokleng e de atuação dos bugreiros.

Em Santa Rosa de Lima, na localidade de Rio dos Índios, Ireno Pinheiro participou de sua primeira batida. Motivados pelo roubo realizado em uma roça de milho, Zé Domingos, Artur Brito e Ireno Pinheiro saíram a procura da tribo. Durante a noite, Ireno teria sonhado que encontrariam os indígenas na noite seguinte e assim aconteceu. Ao anoitecer os encontraram e então atacaram. Zé Domingos de um lado, Ireno e Artur de outro. Atiraram primeiro em quem estava de pé, enquanto outros ficaram paralisados de medo. Depois, Ireno e Artur terminavam a matança e Zé Domingos caçava os que conseguiam fugir (DALL'ALBA, 1973, p.388).

Em outra batida, nas proximidades de Rio Caeté, Ireno e Zé Domingos se desentenderam. Depois de dias na mata, os bugreiros haviam encontrado o rancho. Chegando lá, havia uma espécie de trincheira. Ao tentar pular para chegar as vítimas, Zé Domingos acaba caindo e Ireno, que havia pulado logo depois, cai por cima dele. Nesse momento os dois discutem e com o barulho os indígenas percebem sua presença e fogem (DALL'ALBA, 1973, p.379).

Na última batida de Ireno, também em Rio Caeté, participaram cerca de dez homens, pagos por fazendeiros para ajudar na caçada. Chegaram até os indígenas somente Ireno e Zé Domingos, os demais ficaram para trás, por medo. Quando começaram a atirar, os que fugiam corriam em direção aos dez homens que ficaram para trás e acabavam sendo mortos (DALMAGRO, 2012, p.54).

Durante as caçadas em Santa Rosa de Lima, Dall'Alba (1973, p.313) relata ainda que foi pega uma criança para ser adotada pelo negociante Pedro Zappelini, mas ela acabou morrendo pouco tempo depois. Pedro Antônio Antunes afirma que viu o "bugrinho", segundo ele, "com botoque nos beiços, tinha uma corda de tucum amarradas em muitas voltas nos tornozelos" (DALL'ALBA, 1973, p.161). Tal fato aconteceu em 1920.

Guilherme Oenning, fala sobre as batidas em Rio Fortuna.

> Lá pelo rio dos Bugres mataram muitos deles. Eu ainda estive no Rancho deles, 14 dias depois de um ataque. Mas não achamos mais nada. Nem sinal dos cadáveres. Isto há 50 e mais anos, pois eu era solteiro. Aqui ninguém matou bugre, eles se afastaram por si (DALL'ALBA, 1973, p.237).

Em Grão-Pará, são descritas, várias batidas. Dall”Alba (1986, p.24), traz vários excertos de documentos da Colônia Grão-Pará. Em um deles, datado de 1894, é descrita uma caçada ao Presidente da Empresa Colonizadora, JJ Antunes Braga.

> Muito maior prejuízo fizeram os indígenas ferindo primeiramente dois homens, e matando, outra vez, no Rio Cachorrinhos uma moça. Eles ficaram castigados. Eu mesmo dirigi uma expedição composta de onze homens. Ao quarto dia de minuciosa procura e marchas forçadas achamos os selvagens e fizemos o assalto. Evaluo a 6 ou 7 mortos ou feridos, e duas crianças aprisionadas. O Sr. Ettore me pediu os objetos que trouxemos do mato, arcos, flechas, etc., para mandar a V. Exa., o que naturalmente foi aceito com gratidão. Os efeitos, apesar de serem castigados, foram todavia desastrosos. Um pânico se tem produzido entre os colonos, impressionados, que não se deixam acalmar, e muitos entre eles emigraram quer ao Rio Grande do Sul, quer ao Paraná. A maior parte de nossa colônia era ameaçada de ser reduzida a um deserto. (DALL’ALBA, 1986, p.33).

Apesar de Dall’Alba (1986, p.33) não deixar claro de quem é o autor do documento, seu conteúdo, data e destinatário permitem supor que foi escrita pelo diretor da Colônia Grão-Pará.

Lauro Bússolo narra uma segunda caçada, ocasionada pelo rapto de uma menina indígena por colonos. Em resposta, os Laklãnõ/Xokleng atacaram e feriram três pessoas. Da mesma forma do documento exposto anteriormente, não se sabe a data nem o local exato deste ocorrido (DALL’ALBA, 1986, p.109).

A ocorrência mais conhecida pelos atuais moradores de Grão-Pará, é descrita por Dall’Alba (1986, p.317-318) e Oenning (2010, p.6-7). Segundo os autores, os primeiros colonos da comunidade de Aiurê, chamada de Forcadinha no início da colonização, tiveram seu rancho destruído pelos indígenas e reclamaram as autoridades da Colônia Grão-Pará, que enviou uma tropa ao local. Durante a caçada, foi localizada uma tribo que conseguiu fugir, deixando para trás um menino e uma menina. Os bugreiros decidiram então levar as crianças para Pedro Zapelini no município de Tubarão. Entretanto, a menina resistiu a captura, arranhando e mordendo as mãos e braços do homem que a carregava. Este, por sua vez, atirou a menina no chão e a matou com um golpe de facão. O menino, assistindo a morte da irmã, gritava seu nome, “Aiurê”, e o repetia enquanto era levado para Tubarão. Ao chegar ao destino o menino foi batizado pelo pai adotivo como Ercílio Aiurê. Alguns

anos depois do ocorrido o menino morreu, ainda chamando pela irmã, Aiurê (DALL'ALBA, 1986, p.317-318; OENNING, 2010, p.6-7).

Figura 12: Estátua em homenagem a indiazinha Aiurê, localizada no distrito de Aiurê - Grão-Pará.



Fonte: Imagem da autora.

Oenning (2010, p.8) explica que

> com a construção da primeira igreja, formou-se a primeira comunidade e como o nome de Forcadinha não estava registrado, os que tinham influência sobre a Igreja Católica resolveram dar outro nome, em homenagem a indiazinha martirizada que o irmão a chamava de Aiurê até a sua morte (OENNING, 2010, p.8).

Aiurê foi um dos poucos nomes, dentre milhares de vítimas, que foi conservado (DALL'ALBA, 1986, p.318).

Segundo o relato de Augusto Brant, a última grande caçada aconteceu em 1917, também em Aiurê. O episódio teria se desencadeado quando o bugreiro João Meurer saiu para caçar e teve sua caça furtada pelos índios. Pensando no perigo a

que esteve exposto, decidiu reunir uma tropa para atacar. Muitos juntaram-se ele, mas o único nome citado, além de João Meurer, é Teodoro Albino. (DALL'ALBA, 1986, p.109-110).

Localizados os indígenas iniciaram o ataque,

> João Meurer enfiou a pistola na boca de um e o matou, mas antes este lhe tinha rasgado a camisa e a pele. O outro foi degolado com um golpe de espada. Foi um tiroteio único. Os índios não tiveram tempo de reagir. Eram umas três horas da tarde. Foram mortos onze. Um fugiu. Salvaram um bugrinho que o João Meurer queria criar. Ali mesmo comemoraram a vitória com muita cachaça. Mataram o resto dos cachorros. A baderna foi tanta que chegaram a jogar os corpos das crianças mortas ao alto e apara-las na ponta do facão. Uma das índias mortas estava grávida. Abriram o ventre, tinham gêmeos. Acamparam ali mesmo. Encontraram muita coisa que os bugres roubavam dos colonos de Anitápolis. Muitos cobertores, panelas, instrumentos. A criança prisioneira foi morta no dia seguinte (DALL'ALBA, 1986, p.109-110).

Em Orleans, do mesmo modo, acontecerem várias batidas. Com base em suas descrições, é possível afirmar que as batidas realizadas no território deste município foram as que mais tiveram participação da Empresa Colonizadora, seja fornecendo munição, autorização ou até mesmo com a participação do diretor da Colônia.

Na bibliografia consultada, o primeiro relato da atuação de bugreiros e da participação da Empresa Colonizadora aparece em um documento, datado de 1894, transcrito por Dall'Alba (1986, p.31).

> No dia 25 de outubro, ao meio-dia, um grande grupo de bugres invadiu a propriedade de um colono nacional nosso, localizado no rio Laranjeiras – Rio Minador, matando-lhe cinco mulas, das quais levaram a carne de duas. Uma mula escapou-se, o corpo atravessado por uma flecha, apareceu em casa, onde morreu, denunciando o destino dos outros animais. O lugar da carnificina é perto da casa. O prejudicado veio avisar-me, pedindo ao mesmo tempo que o Diretor desse providências. Este (Ettore), em viagem, não se acha aqui, e devido àquele caso e mais outro, não me posso permitir de dar os passos que o caso exige. Limitei-me a mandar munição. Ontem entraram quinze homens, colonos, com chefes José Huna e Jacob Askel, no mato, em persegação aos indígenas. Resolveram entre si este passo, e quanto a mim, o aprovo, ainda mais não havendo outra despesa, se não a munição que dei por conta da Empresa. Parecendo, pelo que soube, que, visto os vestígios, os bugres vieram das cabeceiras do rio Braço Esquerdo e imedições e para lá se retiraram. Neste ponto, há pouco, foram atropelados pelos Serranos. Não achei bom mandar ali uma turma de reconhecimento para assim cair na vanguarda dos "perseguidos" pela turma do Rio Laranjeiras" (DALL'ALBA, 1986, p.31).

No mesmo ano, no mês de dezembro, os indígenas voltam a aparecer em Rio Laranjeiras e novamente são perseguidos pelos bugreiros. (DALL'ALBA, 1986, p.40).

Por ocasião dos ataques à família Meneghetti e aos irmãos Crema, descritos anteriormente, Cipriano Volpato enumera três caçadas realizadas por volta de 1897. Na primeira, liderada por Leandro Demétrio, participaram José Meneghetti, Manuel Delfino, Manoel Nunes, Pio Bússulo (sogro de Etienne Stawiarski), o próprio Cipriano Volpato e outros. Após localizarem o rancho, esperaram a madrugada e avançaram com cautela. Mataram um dos vigias, mas outro escapou, avisando os outros. Com a fuga dos indígenas, sete foram mortos. Ao amanhecer revidaram, ferindo dois dos bugreiros e logo depois fugiram (DALL'ALBA, 1986, p.106-107).

A segunda expedição foi organizada pela Empresa e liderada por João Demétrio. Ao localizar o rancho, a tropa seguiu a mesma estratégia da caçada anterior, porém, desta vez conseguiram matar os dois vigias e o restante do grupo. Terminado o massacre, incendiaram o rancho e levaram tudo que puderam (DALL'ALBA, 1986, p.107).

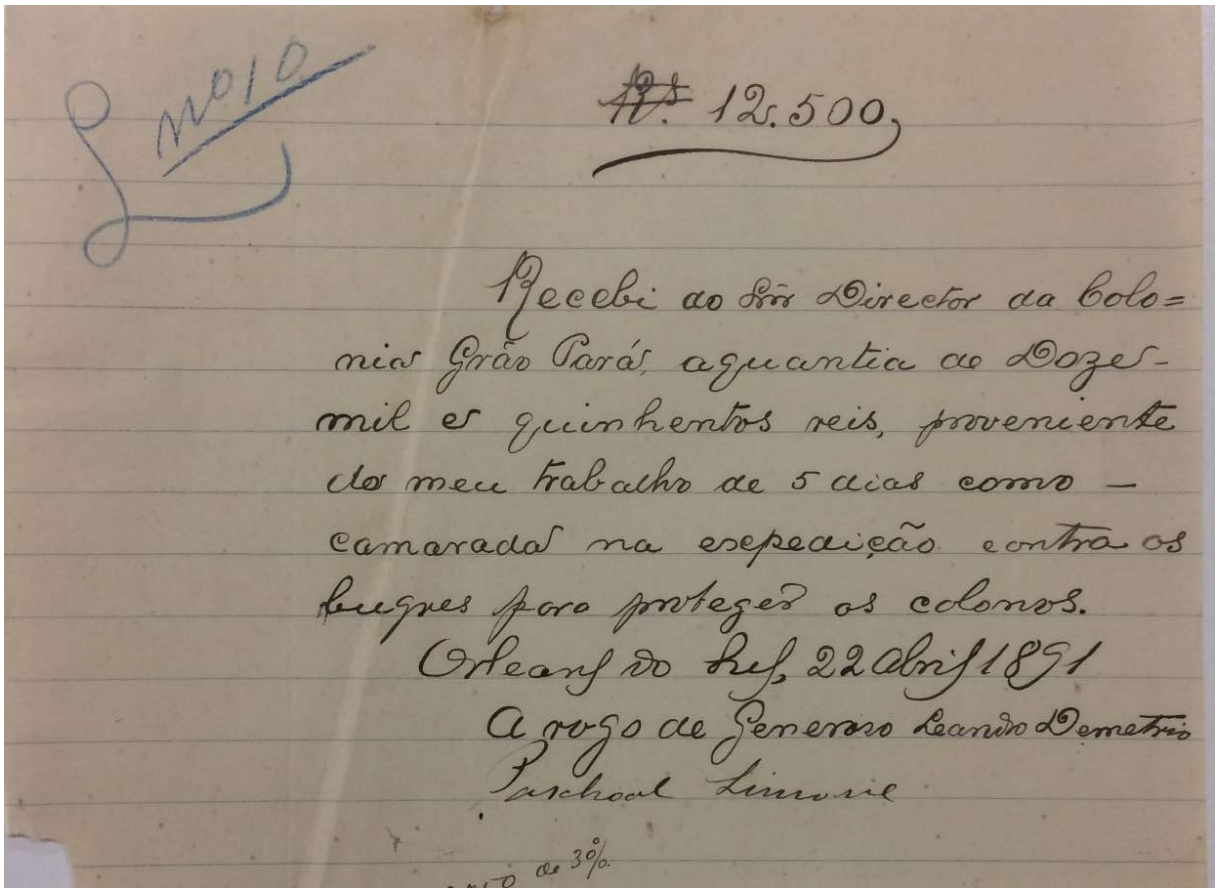
Quatro meses depois, foi realizada a terceira expedição, desta vez liderada pelo próprio diretor da Colônia, Etienne Stawiarski. O objetivo era capturar crianças indígenas para a adoção. Localizaram a tribo enquanto colhiam mel. Cercaram o rancho e capturaram duas moças e seis crianças. Devido à resistência dos prisioneiros, as duas moças e duas crianças foram mortas. As quatro crianças restantes foram, na concepção dos colonizadores, "civilizadas" (DALL'ALBA, 1986, p.107).

Cipriano Volpato conta ainda que "desta caçada foi aberto inquérito processando todos os caçadores. A empresa mandou que se retirasse para o Rio Hipólito. Lá ficaram escondidos por seis meses. Depois desse tempo a Empresa consegiu-lhes perdão" (DALL'ALBA, 1986, p.107).

Como prova do envolvimento da Empresa Colonizadora na atuação dos bugreiros, existem ainda recibos que comprovam o pagamento de pessoas para "afugentar bugres", termo usado para designar as chacinas realizadas. Nesse sentido, por seus serviços, em 22 de abril de 1891, Generoso Demétrio recebeu da Empresa Colonizadora a quantia de 12 500 mil réis (RECIBO..., 22 de abril de 1891). Em 9 de novembro de 1893, por sua vez, José Caetano recebe 18 mil réis (RECIBO..., 30 de

outubro de 1893). No mês seguinte, são registrados dois recibos de pagamento a Domingo Dias, um no valor de 21 mil réis (RECIBO..., 9 de novembro de 1893 a) e outro no valor de 28 mil réis (RECIBO..., 9 de novembro de 1893 b). Já em 23 de dezembro de 1893, Domingos Dias recebe outro pagamento da Empresa no valor de 21 mil réis (RECIBO..., 23 de dezembro de 1893).

Figura 13: Recibo de pagamento à Bugreiros.



Fonte: Centro de Documentação Plinio Benicio- CEDOHI. Museu ao Ar Livre Princesa Isabel. Orleans/SC.

Segundo Dall'Alba (1973, p.18) e Lottin (1998, p.19), houve sim participação da Empresa e do governo no extermínio dos Laklãnõ/Xokleng através do financiamento das ações de bugreiros. Fato que comprovam através de relatos de pessoas que viveram nessa época.

Lottin (2002, p.146-147) transcreve uma carta de Etiene Stawiarski, então diretor da empresa, à JJ. Antunes Braga na qual é mencionada a presença indígena

e o desconforto que sua presença causava aos colonos. Na carta, Etienne escreve que

> Os efeitos dos índios, apesar de castigados, todavia foram desastrosos. Um pânico foi produzido entre os colonos impressionados que não se deixaram acalmar, e muitos entre eles emigraram para o Rio Grande do Sul e Paraná. A maior parte de nossa colônia era ameaçada de ser reduzida num deserto. Os efeitos mágicos, porém, produzidos pela esplêndida estrada "Antunes Braga" construída por ordem da diretoria em consequência, salvaram admiravelmente a situação. Os lugares dos colonos covardes e pouco ativos foram tomados por outros mais corajosos, pagando muitos parcialmente ou totalmente seus terrenos ou se sujeitando aos trabalhos nos caminhos (LOTTIN, 2002, p.146-147).

O trecho da carta deixa transparecer o medo que os colonos sentiam dos indígenas, e que devido a ele muitos abandonaram a região. Nele Etienne menciona que os índios foram "castigados", mas não diz o que de fato ocorreu e se realmente foi uma ação da empresa contra eles. Fala também que a construção de uma estrada foi o fator determinante para "salvar a situação".

Passando para os relatos orais, trazidos em grande número por Dall'Alba (1973), chegamos a histórias que se contradizem. Em uma fala a respeito da relação entre o Zé Domingos e a Empresa colonizadora José Dryll afirma que

> A Empresa nunca prometeu terras aos bugreiros por serviços prestados em seu ofício tremendo. Prometeu, sim, dois lotes de terras ao Zé Domingos, se impedisse a invasão das terras da Empresa, lá no Faxinal de Anitápolis, cabeceiras do Rio Bravo. Não devia permitir que se derrubasse madeira de lei. Junto com o seu Guilherme Elbert, fui o mediador desta promessa. O Zé se instalou naquele sertão, e com ele toda uma parentagem de não acabar. As madeiras que eles levavam para as serrarias foi um desperdício. Daí pela falta de cumprimento da cláusula, não se lhe ter passado escritura" (DALL'ALBA, 1973, p.360-361).

A fala deixa claro que havia um acordo entre Zé Domingos e a Empresa, onde o primeiro deveria impedir a invasão das terras, mas não menciona os indígenas como invasores. Vale lembrar que José Dryll foi funcionário da Empresa colonizadora e na época em que concedeu a entrevista a postura da sociedade em relação aos indígenas havia mudado. Existiam leis que impediam o extermínio dos poucos que sobraram e a postura oficial do Estado era protegê-los. Portanto, ao considerar o contexto da época e sua atuação na Empresa é possível que José tenha negado o

envolvimento da Empresa com os bugreiros para que ele não fosse apontado como cúmplice. No entanto, ao entrevistar Ireno Pinheiro, Dall'Alba (1973) obteve uma informação diferente.

> -O senhor trabalhou para a Empresa de Orleans? A empresa contratou o senhor para algum trabalho?
> -Eu aqui, porque não me importei, mas a Empresa deu dois lotes para o Zé Domingos. Por causa da limpeza né. Isto tudo era dela. Isso aqui não entrava ninguém quase. Os da empresa também não entravam, porque tinham medo. Ali foi espantado, foi espantado, até eles se arretirá. O povo fecharam. Aí a Empresa deu dois lotes.
> "Mas pra mim também, todo mundo dizendo: "Mas seu Ireno, o que é que você está fazendo! Eles dão esse terreno onde você quiser. "Mas eu dizia: "Eu pra ir lá incomodar o governo, eu não quero". Mas seu Ireno! Até onde tem morador. Aí o governo paga o morador que se arretire. Você ta decretado a ter dois lotes também". Mas eu, não quis. O Zé Domingos ganhou ca no rio dos Bugres. (DALL'ALBA, 1973, p.382).

Além dessa informação sobre o pagamento pela atuação de Zé Domingos, na entrevista com o Ireno, Dall'Alba (1973) obteve informações a respeito do papel que a polícia desempenhou neste contexto.

> - Nóis quase não ia sem ordem, ordem da polícia. Viraram carneá, viraram mata gente, né. Era obrigado algum ter...
> -A justiça dava ordem?
> - Dava. Nóis ia com ordem. Quer dizer, não de matar, de espantar (DALL'ALBA, 1973, p.371-372).

Aqui Ireno afirma que os bugreiros tinham permissão apenas para afugentar os indígenas da região e não os matar. Em outro trecho, fala a respeito de uma denúncia feita por um inspetor da colônia de Anitápolis e da reação da população ao saber do ocorrido.

> Por causa de uma caçada de índios daqui, deu-se uma revolta por causa de mim. Eles foram para uma caçada e eu fui junto. E teve um tal que era inspetor na sede (Anitápolis), facilitou, viu certas coisas e foi dar parte. Me mandaram chamar. Fui. Embaixo de ordem. Preso, não. De um dia, até outra manhã. Mas olha, quando o pessoal souberam disto, porque contaram que eu estava preso, olha, veio gente que nem formiga. Tudo gente armada (DALL'ALBA, 1973, p.374-375).

Nesta fala, torna-se perceptível a visão que a população tinha dos bugreiros. De acordo com a afirmação de Ireno, havia junto a população muito apoiadores e

simpatizantes das caçadas aos indígenas. Mais adiante, na mesma entrevista, Ireno aponta a postura da polícia em relação ao ocorrido.

> Fui intimidado. Estive sob ordens um dia e uma noite. Preso, não. Veio um tenente e oito policias de Florianópolis, investigar o caso. Foi o inspetor Tomé Ferreira que me traiu. Pedro Rodolfo era o admisnistrador do núcleo. Aí o tenente até me defendeu: “Podem dar graças a Deus se tem homens que arriscam a vida para salvar a dos outros”. Poussei no hotel. Noite alta, o delegado me acordou e me disse que era preciso que mostrasse o rancho dos bugres para as autoridades. Ai me ensinou que deveria indicar não aquele, mas outro rancho. Eu conhecia uns dez. aí na manhã seguinte o tenente obrigou o inspetor, que me havia atraiçoado, a vir conosco. Aí foi ele que ao entrar no mato, morrendo de medo, me disse: “Bota-le bala para matar. (DALL’ALBA, 1973, p.388).

Em outra entrevista, concedida a Santos (1997), Ireno conta que

> Quando foram acabando, o governo deixou de pagar a gente. A tropa já não tinha como manter as despesas. As companhias de colonização e os colonos pagavam menos. As tropas foram terminando. Ficaram só uns poucos homens, que iam em dois ou três pro mato, caçando e matando esses índios extraviados. (SANTOS, 1997, p.28).

Dalmagro (2012, p.53) relata que durante sua pesquisa não pode comprovar com documentos a participação do governo nas ações dos bugreiros. Todavia, os depoimentos de pessoas que conviveram com eles mostram que havia uma autorização subentendida. Além do aval governamental, os caçadores de índios eram patrocinados por agricultores e pecuaristas prejudicados pelas ações dos indígenas (DALMAGRO, 2012, p.54).

Deste modo, diversos segmentos sociais participaram do genocídio dos Laklãnõ/Xokleng. Os bugreiros, como descrito no decorrer do capítulo, eram os responsáveis diretos da matança, mas sua atuação foi possível porque contava com o apoio dos demais segmentos.

Não foram encontradas durante a pesquisa provas de que o Estado interferiu diretamente na Colônia Grão-Pará, como ocorreu em outras colônias catarinenses, através do envio de pedestre, batedores ou financiando as batidas dos bugreiros. Da mesma forma, não houveram ações para impedir a atuação dos bugreiros. Considerando a frequência das chacinas realizadas não somente na Colônia Grão-Pará, mas em outras regiões do estado e a fama conquistada pelos bugreiros seria

ingenuidade acreditar que o Estado não tinha conhecimento das ações conta os indígenas.

A bibliografia consultada e os recibos encontrados no CEDOHI mostram que houveram ocasiões em que a Empresa Colonizadora participou diretamente do genocídio, fornecendo munições, pagando bugreiros pelos serviços prestados e protegendo-os da justiça. Além disso, não se pode deixar de lado os relatos de que os próprios diretores da Colônia, Ettore Parente e Etienne Stawiarski, lideraram batidas contra os Laklãnõ/Xokleng. Contudo, as provas encontradas a respeito destas ações não são suficientes para estabelecer um padrão na Colônia Grão-Pará ou nas demais colônias do estado. É necessária uma pesquisa mais aprofundada no CEDOHI e em outras instituições arquivísticas para reforçar a tese da participação da Empresa colonizadora no genocídio. No entanto, da mesma forma que o Estado, a Empresa manteve sua omissão em relação a atuação dos bugreiros. Além disso, o discurso presente nos documentos da Empresa leva a crer que seus dirigentes compactuavam com a ideia de que a presença do indígena era um empecilho à colonização.

Os relatos da participação da polícia são poucos, mas suficientes para concluir que ela apoiava o genocídio, uma vez que nenhuma ação com o objetivo de impedir os bugreiros partiu deste segmento.

Os colonos por sua vez, motivados pelo medo e por ideias etnocêntricas, não só apoiavam as ações dos bugreiros como solicitavam seus trabalhos, forneciam mantimentos e munições e participavam das batidas. Uma vez que eram os principais afetados pela presença dos indígenas e suas ações, os colonos acreditavam ser a realização de batidas a forma mais eficaz de defender suas famílias e propriedade. Desta forma, além do apoio aos bugreiros, muitos colonos participavam esporadicamente das caçadas, geralmente motivados por algum acontecimento pessoal.

Apesar dos bugreiros serem, geralmente, colonos nem todo colono que participou de batidas pode ser chamado de bugreiro. Enquanto os colonos participavam esporadicamente das caçadas, os bugreiros as tinham como atividade relacionada a sua profissão. Deste modo, enquanto o colono agia na região em que morava, para proteger sua propriedade e família, o bugreiro era chamado para liderar batidas em diversas regiões da colônia. Mesmo agindo muitas vezes sem

remuneração, os bugreiros eram considerados heróis, figuras respeitadas por toda a sociedade.

Comprovada a participação da Empresa colonizadora, do Estado, da polícia e dos colonos nas chacinas realizadas pelos bugreiros, seja apoiando, financiando ou participando, é necessário ressaltar que, assim como ocorreu em outras colônias do estado, na Colônia Grão-Pará também houveram ações consideradas brandas na época. Como ações brandas, aqui serão consideradas as tentativas de integrar os Laklãnõ/Xokleng a sociedade nacional.

Como descrito no decorrer deste capítulo, houveram vários casos onde crianças indígenas foram poupadas dos massacres para serem adotadas por colonos. Contudo, na maior parte dos casos, as crianças acabavam morrendo pouco tempo depois, por doenças para as quais não possuíam anticorpos ou então pelo que Laraia (1986, p.75) denomina como apatia, uma reação oposta ao etnocentrismo onde

> Em lugar da superestima dos valores de sua própria sociedade, numa dada situação de crise os membros de uma cultura abandonam a crença nesses valores e, consequentemente, perdem a motivação que os mantém unidos e vivos.

No caso específico das crianças Laklãnõ/Xokleng que foram adotadas por não-índios, ocorre que elas foram violentamente retiradas de sua tribo e forçadas a adotar costumes, língua e modo de vida que não eram seus. Em decorrência desta apatia, que lhes causava saudade da vida que lhes foi tirada, as crianças simplesmente se deixavam morrer.

Outra tentativa de integrar os Laklãnõ/Xokleng a sociedade se deu através da catequização, e partiu do padre Augusto Schwirling. Dall'Alba (1973, p.330-330) descreve dois episódios envolvendo o padre e suas tentativas de se aproximar dos indígenas.

Na primeira, nas imediações de Anitápolis, ele conseguiu localizar uma tribo e com a ajuda de um sertanista do Governo e uma escolta de colonos armados aproximou-se oferecendo presentes. De início, os nativos aceitaram, mas de repente eles atacaram. O padre correu e despencou perau abaixo, o que lhe causou um

ferimento no rosto. Enquanto isso, os colonos atiravam contra os indígenas (DALL'ALBA, 1973, p.330).

Em outra ocasião, o padre entra na mata para encontrar uma tribo e acaba se perdendo. Depois de dias perdido e com fome, foi seguindo um curso de água e acabou encontrando um habitante em Aiurê. Depois do ocorrido nunca mais falou em evangelizar os Lakãnõ/Xokleng (DALL'ALBA, 1973, p.330-331).

Roberto da Silva conta a Dalmagro (2012, p.56-57) que em certa ocasião, seu pai, Ireno Pinheiro, foi se confessar com o padre Schwirling. "'Meu pai no confessionário: 'Óia, eu matei uns índio por aí. Posso me confessar mesmo assim?' Então o padre disse: 'não dá bola, não. Isso nem gente é'. Pra tu ver como era", diz Roberto." (DALMAGRO, 2012, p.56-57). Isso demonstra que após suas tentativas frustradas de catequização, o padre desistiu de "salvar" os nativos e passou a adotar a mesma postura dos colonos, Governo e Empresa Colonizadora.

Em 1954, foram encontrados os últimos indígenas, na localidade de Três Barras, município de Orleans (Lottin, 2005, p.67).

Eram os últimos sobreviventes de uma chacina realizada 70 anos antes no Morro da Igreja. Na ocasião, dos quarenta indivíduos 36 foram mortos, escapando apenas um casal com duas crianças. Os sobreviventes então fugiram e por anos levaram uma vida longe dos colonos. Do Morro da Igreja foram para além da Serra de Nova Veneza, onde uma das crianças faleceu. Aos poucos, a caça se escasseava. Decidiram então voltar para suas antigas terras (DALL'ALBA, 2003, p.178-182).

Durante seu retorno, foram percebidos várias vezes em diferentes localidades. Quando os colonos pensavam que não haviam mais indígenas no território que fazia parte da Colônia Grão-Pará, começaram os desaparecimentos de animais nas propriedades e a fumaça nos Costões da Serra. Logo decidiram verificar. Localizaram o grupo e logo a notícia se espalhou, atraindo vários curiosos. Quase um ano depois, chega à região um Inspetor Dioclesiano com dois indígenas, já integrados a sociedade nacional, para estabelecer contato. Depois de conquistar a confiança dos indígenas recém contatados, os convidaram para morar fora do mato o que foi aceito pelo grupo (DALL'ALBA, 2003, p.178-182).

A Velhinha tinha cerca de 90 anos e se chamava Gapen, o velhinho se chapava Japru e aparentava ter 70 anos e o Jovem beirava os 40 anos e se chamava Canharam. Junto com eles, estava uma cachorra chamada Guapita.

Figura 14: Gapen, Japrun e Canharam, os últimos Laklãnõ/Xokleng encontrados no território da Colônia Grão-Pará.



Fonte: Centro de Documentação Plinio Benicio- CEDOHI. Museu ao Ar Livre Princesa Isabel. Orleans/SC.

Depois de três ou quatro semanas morando no rancho que foi construído para eles, os indígenas começaram a adoecer, haviam contraído gripe das pessoas que vinham visitá-los. Logo Gapen morreu e foi enterrada dentro do rancho com todos os seus pertences. Oito dias depois morreu Japru. Canharam o enterrou e depois fugiu para a mata, pois pensava que os “brancos” haviam envenenado seus pais. Quando foi encontrado também estava gripado e foi salvo com medicamentos. Ficou morando mais seis meses na região e então foi levado para uma reserva no município de Matos Costa (DALL’ALBA, 2003, p.183-185).

Figura 15: Canharam depois do contato com os não-indígenas.



Fonte: Acervo Silvio Coelho dos Santos. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/avisc/8001419690/in/album-72157631552809908/

Estes três indivíduos, foram os últimos Laklãnõ/Xokleng encontrados no território da Colônia Grão-Pará. Após décadas de matança, os indígenas da região haviam sido exterminados sob a justificativa de que eram um empecilho para o avanço da colonização. Os pouco que sobreviveram foram confinados no Posto Indígena Duque de Caxias, onde foram submetidos a novas formas de violência. Após perder a maior parte de seu território tradicional, enfrentar as doenças trazidas pelos não indígenas e o impacto cultural em seu modo de vida, os Laklãnõ/Xokleng quase foram extintos, sendo contados apenas 100 indivíduos no início do século XX.

A partir da Constituição de 1988 e o Estatuto dos Povos indígenas, o movimento indígena se fortalece nacionalmente. Nesse sentido, entre os Laklãnõ/Xokleng inicia um movimento de retorno de muitas famílias para a Terra indígena, a retomada da língua e práticas culturais. Em 2014 contabilizava-se 2.000 indivíduos (MACHADO, 2017, p.91). A demarcação da terra continua ainda hoje, sendo que apenas 14 mil hectares se encontram homologados e ocupados, outros 23 mil ainda estão em processo de homologação (TSCHUCAMBANG, 2020, p.16).

No campo cultural, a maior ameaça enfrentada pelo grupo consiste na presença do cristianismo na Terra Indígena desde a década de 1950. O povo Laklãnõ/Xokleng passa então a seguir a doutrina que condena suas crenças tradicionais (KLUGE, 2020, p.26; TSCHUCAMBANG, 2020, p.35).

Apesar dos avanços na questão indígenas, estes povos enfrentam ainda hoje muitas dificuldades, por vezes motivada pelo preconceito étnico-racial, herança de uma trajetória histórica de extrema violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território da encosta sul da Serra Geral, que fez parte da Colônia Grão-Pará, possui inúmeras características que atraíram diversos grupos humanos para a região, cada qual interagido com o ambiente a seu modo, retirando da natureza o necessário para sua subsistência e cultura material. Os vestígios dessa ocupação pré-colonial estão presentes ainda hoje nos sítios arqueológicos mapeados na área de pesquisa.

Com base nos vestígios, identificou-se que a área foi habitada, primeiramente, por grupos caçadores-coletores portadores da Tradição Umbu. Esta Tradição tecnológica está relacionada a produção de artefatos líticos bastante elaborados obtidos através do lascamento e retoques por pressão. O grupo utilizava abrigos e áreas abertas, geralmente próximos a algum curso d'água.

Posteriormente, o território foi habitado pelos ceramistas Jês Meridionais, apontados como antepassados dos Kaingang e dos Laklãnõ/Xokleng, que teriam migrado do Planalto do Brasil Central em direção ao Sul a cerca de 3000 anos. Em Santa Catarina, os Jês aparecem tanto no litoral quanto no planalto em meados do primeiro milênio da era cristã. Os sítios arqueológicos da encosta e do planalto, relacionados a este grupo, possuem características bastante semelhantes. Um dos elementos mais característicos são as estruturas subterrâneas, encontradas de forma isolada, geminada ou em agrupamento, apresentando medidas que variam entre 2 a 20 metros de diâmetro e 1 a 7 de profundidade. O artefato mais característico desta ocupação é a cerâmica Taquara/Itararé, peças em geral pequenas e finas com decoração plástica.

Os Laklãnõ/Xokleng, possíveis descendentes dos ceramistas Jês Meridionais, ocuparam áreas da encosta, realizando incursões no planalto e litoral. Assim como os demais grupos, seus assentamentos estavam localizados próximo a algum curso d'água. O acampamento, por sua vez, era formado por várias cabanas e ligados a cabanas menores por trilhas que se estendiam por um amplo território. Durante o inverno, o grupo se voltava para a floresta de araucária, de onde extraiam o pinhão e caçavam os animais atraídos pela maturação do fruto. Em outras épocas do ano voltavam-se para a floresta ombrófila densa, onde tinham o palmito como principal fonte de nutrientes. A cultura material do grupo, apresenta uma infinidade de

elementos, fabricados a partir de vários materiais retirados da natureza. Com o avanço da colonização, o modo de vida Laklãnõ/Xokleng vai sofrendo alterações, até que a maior parte dos indivíduos acaba sendo exterminada antes da segunda metade do século XX.

O processo de colonização em Santa Catarina se dá de forma distinta das demais terras brasileiras. Boa parte do território passa a ser colonizada por não-indígenas apenas a partir do século XIX, o que inclui a área de pesquisa. Conforme vão sendo instaladas as colônias catarinenses, os Laklãnõ/Xokleng vão dando sinais de sua presença, que durante muito tempo é ignorada pelas autoridades, até que o aumento dos casos de conflitos entre indígenas e colonos para a despertar a preocupação do estado, empresas colonizadoras e colonos. São criadas, então, várias medidas para a proteção das colônias, dentre elas a abertura de estradas e picadas e monitoramento das mesmas, criação da Companhia de Pedestres e Batedores do Mato, incursões dos próprios colonos contra os indígenas e outras medidas que colaboram com o genocídio ocorrido. Em meados do século XX, aparecem os movimentos humanistas e acentuam-se os debates referentes a questão indígena. Os órgãos nacionais e federais decidem então adotar medidas “mais brandas”, dentre as quais destacam-se a catequese e a criação de aldeamentos. No entanto, o genocídio não foi evitado.

Nas terras do sul do estado, que fizeram parte da Colônia Grão-Pará, sabia-se da presença dos indígenas desde a demarcação das terras a serem colonizadas. Contudo, pensava-se que o avanço da colonização os faria recuar. Quando foram chegando os primeiros imigrantes, ocorreram contatos amistosos entre indígenas e não-indígenas, mas o avanço da colonização e a disputa por terra e alimento entre os dois grupos vai acentuando os conflitos. Em toda a colônia são registrados relatos de incursões dos indígenas que resultam em roubos ou até mesmo em morte, quase sempre de colonos. Para defender a propriedade dos colonos surgem os bugreiros, homens especializados em localizar os indígenas e assassiná-los. São várias as “batidas” realizadas pelos bugreiros entre o final do século XIX e início do século XX, que acabam por exterminar os indígenas que viviam no território da Colônia Grão-Pará.

Participou do genocídio a Empresa Colonizadora, através do pagamento aos bugreiros, comprovado através de recibos. Além disso, os documentos da época mostram a participação de Ettore Parente e Etienne Stawiarski, diretores da Empresa colonizadora, em algumas “batidas”. Os bugreiros também tinham o aval do governo e da polícia, além do apoio e simpatia dos colonos e fazendeiros, que em algumas ocasiões participavam das incursões. Deste modo, pode-se afirmar que o genocídio dos Laklãnõ/Xokleng não partiu apenas de determinado segmento social, contando com um amplo apoio e participação da Empresa Colonizadora, governo, polícia e colonos. O extermínio foi então legitimado, deixando os indígenas sem qualquer chance de sobrevivência.

O genocídio dos Laklãnõ/Xokleng representa, ainda hoje, uma mancha na história da Colônia Grão-Pará. Passado menos de um século dos fatos descritos no decorrer desta monografia, ainda há uma dificuldade em se reconhecer a participação dos diversos segmentos sociais em tal genocídio. Prova disso são os livros que contam a história da Colônia Grão-Pará e dos municípios que foram parte dela. Poucas vezes são mencionados os povos indígenas, ou então, fala-se apenas dos conflitos, uma forma de justificar seu extermínio para o avanço da colonização. Por muito tempo permaneceu a ideia de que os bugreiros foram heróis, que defenderam os colonos e suas propriedades. Mesmo os autores que tacham tais personagens como vilões, abordam os Laklãnõ/Xokleng de forma superficial, o que leva a interpretá-los como um povo culturalmente inferior em relação aos europeus ou até mesmo destituindo-os de sua humanidade. Em contrapartida, a história da colonização está registrada em vários livros que descrevem a vinda dos imigrantes e sua vida durante os primeiros anos de colonização. A cultura europeia implantada na colônia é descrita com riqueza de detalhes, enquanto a cultura indígena é simplesmente excluída.

Durante a pesquisa, foi necessário recorrer a literatura arqueológica e antropológica proveniente de estudos relacionados especialmente aos povos indígenas para que fosse possível descrever seu modo de vida e cultura, pois a história pouco trazia sobre o assunto. Vale ressaltar que antes da chegada dos imigrantes europeus, os Laklãnõ/Xokleng não registravam sua história e cultura de forma escrita, portanto, as informações referentes a sua vida antes do extermínio e da integração dos sobreviventes a sociedade nacional são obtidas através da

arqueologia ou dos estudos de alguns antropólogos da época. Algumas descrições do modo de vida dos indígenas foram obtidas, ainda, através de entrevista com os bugreiros, que os observavam esperando o melhor momento para a atacar. Deste modo, o que se sabe sobre o grupo, inclusive muitas das informações levantadas durante esta pesquisa, são interpretações de não-indígenas a respeito do grupo, carregadas muitas vezes de uma visão eurocêntrica.

Na história escrita, quando se fala do contato e do conflito entre os Laklãnõ/Xokleng e os colonos, as informações, na maioria das vezes, também são superficiais. As tentativas de contar a história da colonização através da memória dos que participaram dela focam apenas nos colonizadores. Nesse sentido, os autores da história dos municípios trazem informações importantíssimas obtidas através de entrevistas, mas poucos deles abordam a questão indígena. Passados mais de 70 anos do aparecimento dos últimos Laklãnõ/Xokleng no território da Colônia Grão-Pará, dificilmente encontraremos alguém que de fato estabeleceu contato com os indígenas na colônia, restando apenas as informações já registradas em documentos e bibliografia, muitas vezes de difícil acesso, e os relatos passados de geração em geração. Aos poucos as informações sobre o contato, os conflitos e a atuação dos bugreiros vão se tornando escassas, o que dificulta ainda mais a realização de pesquisas futuras.

A falta de informações referentes aos povos indígenas na Colônia Grão-Pará não se deve apenas a falta de pesquisa sobre o tema. Acontece que foram realizadas pesquisas sobre o período da colonização, mas nem sempre foram abordados os povos indígenas. O que ocorreu foi uma exclusão, uma tentativa de silenciamento presente ainda hoje. Portanto são necessárias ações que deem visibilidade e valorizem a participação dos Laklãnõ/Xokleng e demais povos indígenas no processo histórico.

É preciso que futuras pesquisas sobre o território que pertenceu a Colônia Grão-Pará considerem os povos indígenas e não seja contada apenas a partir da colonização. Deve-se ainda buscar informações em fontes primárias tais como documentos e entrevistas. Embora não sejam encontradas hoje testemunhas de tais acontecimentos, suas memórias foram muitas vezes transmitidas de geração para geração, podendo proporcionar ao historiador uma rica fonte de pesquisa. Existem

ainda os documentos da Empresa Colonizadora, disponíveis para consulta no Centro de Documentação Histórica Plínio Benício, que formam um vasto acervo ainda pouco explorado. Além da pesquisa em si, são necessárias ações para organização do acervo, tornando as informações mais acessíveis aos pesquisadores. A arqueologia também deve colaborar através da realização de novas pesquisas que vissem o estudo dos sítios arqueológicos já mapeados na região e descoberta de novos vestígios. Tais ações devem ser realizadas de forma colaborativa, com a participação da comunidade, para que as pessoas se sensibilizem a respeito da participação dos povos indígenas no processo histórico.

Além da realização de novas pesquisas, é preciso que as informações obtidas cheguem à população. Nesse sentido, devem ser publicados livros, material audiovisual e outros materiais que sirvam para este fim. A educação patrimonial pode contribuir através de ações que contribuam para a valorização da história e cultura indígena, que podem ser realizadas com a população em geral, mas especialmente nas escolas. Deste modo, desde a infância os indivíduos estarão familiarizados com a história do lugar onde vivem, tornando-se cidadãos críticos e conscientes.

O turismo também pode ser um aliado na preservação da história e do patrimônio Cultural referente aos povos indígenas, quando realizado de forma sustentável. Assim, além de contribuir para que a comunidade detentora do patrimônio o conheça e valorize, o turismo permite que pessoas de vários lugares conheçam e se sensibilizem acerca do patrimônio, gerando também uma renda que colabore na preservação dos bens e na economia do lugar.

Com base no exposto, concluímos que a presente pesquisa não tem o objetivo de esgotar o tema mas, a partir de um recorte da história dos Laklãnõ/Xokleng e sua relação com os não-indígenas, contribuir com o avanço das pesquisas sobre o tema, abrindo caminho para a realização de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Jose Bento de. **relatorio com que ao Exm. Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho 1o vice-presidente passou a administração da provincia de Santa Catharina o Exm. Sr. Dr. Jose Bento de Araujo em 14 de fevereiro de 1878**. 14 de fevereiro de 1878. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5317#?c=0&m=71&s=0&cv=1&r=0&xywh=-452%2C599%2C2800%2C3322.

BEBER, Marcus Vinícius. **O Sistema De Assentamento Dos Grupos Ceramistas Do Planalto Sul-Brasileiro**: O Caso Da Tradição Taquara / Itararé. Tese de doutorado. Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos, 2004.

BLOEMER, Mateus. **Oralidade, Imagem e Conflito**: a visão do colonizador sobre os índios Xokleng em Santa Catarina. 2008. Monografia de graduação - Curso de História, Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, Tubarão, 2008.

BRITO, Antero Jozé Ferreira de. **Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina, o marechal de campo graduado Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assemblea Legislativa da mesma provincia na abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1845**. 1 de março de 1845. Disponível em:http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5247#?c=4&m=11&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1182%2C-1%2C4282%2C3021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Informatizada - Carta Régia de 13 de maio de 1808 - Publicação Original** . Camara.leg.br. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html>. Acesso em: 6 Dec. 2020.
CARUSO, Mariléa Martins Leal; CARUSO, Raimundo C.. **Imigrantes 1748-1900**: Viagens que descobriram Santa Catarina. Tubarão: Ed. Unisul, 2007.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. **About CRL**. Disponível em: https://www.crl.edu/about. Acesso em: 18 nov. 2020.

CLAUDINO, Daniela da Costa. **Arqueologia na encosta catarinense**: em busca dos vestígios materiais Xokleng. 2011. 182 f. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, São Leopoldo, 2011.

CORTELETTI, Rafael *et al*. Análises de grãos de amido e fitólitos nas terras altas do sul do Brasil: repensando a economia e mobilidade dos grupos proto-jê meridionais. **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, v. 13, n. 25, p. 163-196, 2016.

CORTELETTI, Rafael *et al*. News from the field ou como um projeto internacional começa a sair do papel. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, [S. l.], n. 27, p. 197-212, 2016. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2016.137304.

Disponível em: http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/137304. Acesso em: 8 dez. 2020.

CORTELETTI, Rafael; DEBLASIS, Paulo. Arqueologia Jê do Sul do Brasil: ambiente, sistema, poder e experiência na paisagem de urubici, santa satarina. **Revista Memorare**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 132-164, 14 ago. 2018. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. http://dx.doi.org/10.19177/memorare.v5e22018132-164.

COUTINHO, **João José. Relatorio do presidente da provincia de Santa Catharina em 19 de abril de 1854**. 19 de abril de 1854. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=0&m=23&s=0&cv=43&r=0&xywh=-955%2C0%2C3509%2C2476.

COUTINHO, João José. **Relatorio apresentado ao Exm. Vice Presidente da Provincia de Santa Catharina o doutor Speridião Eloy de Barros Pimentel Pelo Presidente o Doutor João José Coutinho por ocasião de passar-lhe a administração da mesma provincia em 23 de setembro de 1859**. 23 de setembro de 1859. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5294#?c=0&m=29&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1204%2C-131%2C3702%2C2612.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DALL'ALBA, João. Leonir. **O Vale do Braço do Norte**. Orleans: Edição do Autor, 1973.

DALL'ALBA, João. Leonir. **Colonos E Mineiros No Grande Orleans**. Florianópolis: Edição do Autor, 1986.

DALL'ALBA, João. Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes**. 2. ed. Orleans: Gráfica do Lelo, 2003.

DALMAGRO, Álvaro. **Santa Rosa de Lima**: história e memória: da colonização à emancipação. Tubarão: Ed. Copiart, 2012.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de *et al*. Ecologias culturais na Mata Atlântica pré-colonial de Santa Catarina. In: **Metamorfoses Florestais**: Culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica. Curitiba: Editora Prismas, 2016. p. 124–148.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de; KNEIP, A. **Panorama Arqueológico de Santa Catarina**. Palhoça: Editora Unisul, 2010.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **Distribuição E Padrão De Assentamento - Propostas Para Os Sítios Da Tradição Umbu Na Encosta De Santa Catarina**. 2005. 370 f. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul: Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp020552.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de; NEU, Marcia Fernandes Rosa. AMA - Arqueologia na Mata Atlântica: os sítios arqueológicos do rio Facão, Rio Fortuna - SC. In: MULLER, Max José; RAUEN, Fábio José; SÁ, Jussara Bitrtencourt de (Org.). **Anais do II encontro de estudos sobre a Imigração Alemã**: os vales dos Rios Braço do Norte e Capivari. Palhoça: Unisul, 2010. p. 121-150.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy; NEU, Márcia Fernandes Rosa; RAMPAZZO, Sônia Elisete. **O Padrão De Assentamento E O Aproveitamento Do Ambiente Pelos Grupos Pré-Históricos Na Região Da Amu: Projeto Arqueologia Na Mata Atlântica – AMA**. Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, [s.l.], v. 4, n. 1, p.332-365, 1 jun. 2015. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL.

FARIAS, Deisi Scunderlick; NEU, Márcia Fernandes Rosa. **AMA – Arqueologia na Mata Atlântica - padrão de assentamento e aproveitamento do ambiente pelos grupos pré-históricos na região da AMUREL**. Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão-SC: Relatório Final, 2009.

FERMINO, Antonio Luis. **Histórias, Conflitos E Contatos Entre Os Laklãnõ / Xokleng**. XXVII Simpósio Nacional de História, p. 1–16, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HELLMNN, Josefina. **Colonização, cultura e tradições de Vargem do Cedro**: 1880 – 2010. Blumenau: Nova Letra, 2010.
KLUGE, Anderson Rodrigo. **Minhas Crenças, Minha Religião**. 2020. 40 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Universidade Federal de Santa Catarina - Ufsc, Florianópolis, 2020.

LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque. **Relatorios apresentados á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina, na sua sessão ordinaria, e ao 1.o vice-presidente, commendador Francisco José de Oliveira, por occasião de passar-lhe a administração o presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no anno de 1868**. 1 de março de 1868. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5269#?c=4&m=43&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1173%2C0%2C4024%2C2838.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LAVINA, Rodrigo. **Relatório do Projeto arqueológico lavra da linha Antunes Braga – Grão-Pará – SC**. Relatório de Pesquisa. Florianópolis: 2007.

LAVINA, Rodrigo. **Os xokleng de Santa Catarina**: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1994.

LESLIE, Charles Mitchel Smith. **Orientações aos colonos sobre indígenas na colônia**. Coleção Colônia Grão-Pará - CGP (Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI, Orleans). 30 de setembro de 1884.

LOPES, Arnaldo. **Lauro Müller:** a história. Orleans: Gráfica do Lelo, 2008.

LOTTIN, Jucely. **Orleans 2000**: História e desenvolvimento. Elbert: Florianópolis, 1998.

LOTTIN, Jucely. **Colônia Imperial Grão-Pará**: 120 anos. Grão Pará: Prefeitura Municipal, 2002.

LOTTIN, Jucely. **Crônicas e Retratos de Orleans**. [S.l.]: Copiart editora, 2005.

LOTTIN, Jucely. **O verde Vale do Rio Braço do Norte**. Tubarão: Copiart Editora, 2009.

MACHADO, Juliana Salles. Arqueologias Indígenas, os Laklãnõ Xokleng e os objetos do pensar. Revista de Arqueologia, [S.L.], v. 30, n. 1, p. 89-119, 3 jul. 2017. **Revista de Arqueologia da SAB**. http://dx.doi.org/10.24885/sab.v30i1.504.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MICHELS, Gabriela Heidemann. **Colônia Imperial Grão-Pará**: Uma época de esplendor regional. 2009. 61 f. Monografia de Graduação - Curso de História, Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, Tubarão, 2009.

MOTTA, Alexandre de Medeiros. **Viajando Pelas Fronteiras De Santa Catarina**: Da gênese à atualidade. Tubarão: Copiart editora, 2011.

MUSEU AO AR LIVRE. **Museuaoarlivre.com.br**. Disponível em: <https://www.museuaoarlivre.com.br/documentacao.php>. Acesso em: 4 Nov. 2020.

NOELLI, Francisco Silva; DE SOUZA, Jonas Gregório. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**:Ciencias Humanas, v. 12, n. 1, p. 57–84, 2017.

NOGUEIRA, Rafaela Vieira.; SCHMITZ, Pedro Ignácio.; ROGGE, Jairo Henrique. CO-EVOLUÇÃO DE CULTURA E AMBIENTE NA FORMAÇÃO DO JÊ MERIDIONAL**. Revista Tecnologia e Ambiente**, v. 21, p. 35–44, 2015.

OENNING, José Fabre. **Aiurê 100 anos de colonização**: seu povo sua histórica. Braço do Norte: Perin Indústria Gráfica LTDA, 2010.

OLIVEIRA, Antonio Pereira da Silva e. **mensagem apresentada ao congresso representativo, em 22 de julho de 1925, pelo coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, vice-governador no exercicio do cargo de governador do estado de Santa Catharina.** 22 de julho de 1925. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=128&s=0&cv=1&r=0&xywh=-355%2C674%2C2300%2C2720.

OLIVEIRA, Francisco José de. **Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Vice presidente da Provincia de Santa Catharina commendador João Francisco de Souza Coutinho pelo vice-presidente o commendador Francisco José de Oliveira no acto de passar-lhe a administração da mesma província em 4 de agosto de 1868**. 4 de agosto de 1868. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5269#?c=0&m=44&s=0&cv=9&r=0&xywh=-380%2C584%2C1758%2C1240.

PATE, Osiel Kuita. **Contato Descrito Pelos Laklãnõ Xokleng, Os Descendentes De Kaingang E As Trocas De Costumes E Saberes**. 2020. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Universidade Federal de Santa Catarina - Ufsc, Florianópolis, 2020.

PAULA, José Maria de. Memória sobre os Botocudos do Paraná e Santa Catarina organizado pelo Serviço de Proteção aos Índios sob a inspeção do Dr. José M. de Paula. **Anaes do XX Congresso Internacional de Americanistas**. (Rio de Janeiro 1922), Rio de Janeiro, v. I, p. 117-137, 1924.

PERIN, Edenir Bagio; HERBERTS, Ana Lúcia; OLIVEIRA, Marcelo Accioly Teixeira de. A cronologia Jê meridional e os novos dados para o alto curso do Arroio Cará, Coxilha Rica, Lages, Santa Catarina. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 14, n. 2, p. 581–609, 2019.

PERIN, Edenir Bagio. **Análise Espacial Dos Sítios Líticos Do Alto Curso Do Vale Do Rio Tubarão**: municípios de Grão-Pará e Rio Fortuna - SC. 2007. 105 f. Monografia de graduação - Curso de Geografia, Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, Tubarão, 2007.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1994.

PINTO. Antonio Pereira. **Relatorio com que o exellentissino doutor antonio Pereira Pinto, entregou a presidencia da provincia de Santa Catharina ao Exm.**

Snr. Doutor Severo Amorim Do Valle, terceiro vice presidente della. 30 de novembro de 1839. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5292#?c=4&m=17&s=0&cv=0&r=0&xywh=0%2C-112%2C2799%2C1975.

PROVDANOV, Cléber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**: a pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

RAMOS, Vidal José de Oliveira. **Mensagem apresentada ao congresso representativo do estado em 23 de julho de 1911 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos.** 23 de julho de 1911. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=113&s=0&cv=1&r=0&xywh=-104%2C477%2C1713%2C2025.

RAMOS, Vidal José de Oliveira. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1913 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos**. 24 de julho de 1913. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=4&m=115&s=0&cv=1&r=0&xywh=-372%2C308%2C2075%2C2332.

Recibo...**Recibo de pagamento à Generoso Demétrio**. Coleção Colônia Grão-Pará - CGP. Finanças, recibos e contas da empresa e particulares. Caixa 15. (Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI, Orleans). 22 de abril de 1891.

Recibo...**Recibo de pagamento à José Caetano**. Coleção Colônia Grão-Pará - CGP (Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI, Orleans). 30 de outubro de 1893.

Recibo...**Recibo de pagamento à Domingos Dias**. Coleção Colônia Grão-Pará - CGP (Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI, Orleans). 9 de novembro de 1893.

Recibo...**Recibo de pagamento à Domingos Dias**. Coleção Colônia Grão-Pará - CGP (Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI, Orleans). 9 de novembro de 1893.

Recibo...**Recibo de pagamento à Domingos Dias**. Coleção Colônia Grão-Pará - CGP (Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI, Orleans). 23 de dezembro de 1893.

RICHARD, Gustavo. **Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard governador do estado na sessão de abertura do congresso representativo em 5 de agosto de 1907**. 5 de agosto de 1907. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=109&s=0&cv=1&r=0&xywh=-592%2C-503%2C2953%2C3492.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, Francisco José. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na 2.a sessão de sua 26.a legislatura, pelo presidente, Francisco José da Rocha, em 11 de outubro de 1887**. 11 de outubro de 1887. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5286#?c=4&m=89&s=0&cv=0&r=0&xywh=-261%2C-84%2C2361%2C1665.

ROGGE, Jairo Henrique; BEBER, Marcus Vinicius. Arqueologia das estruturas subterrâneas do sul do Brasil. **Tempos Acadêmicos**, v. 11, p. 146–162, 2013.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no Sul do Brasil**: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **O homem índio sobrevivente do sul**. Porto Alegre: Editora Garatuja, 1978.

SANTOS, Silvio Coelho dos**. Os indios xokleng**: memória visual. Itajaí: Editora da UFSC; Editora da Univali, 1997.

SCHADEN, Francisco S. G. **Revista de Antropologia**. Xokléng e Kaingáng (Notas para um estudo comparativo), p. 105–112, 1958.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. A Ocupação Pré-Histórica do Estado De Santa Catarina. **Tempos Acadêmicos**, v. Dossiê Arq, n. 11, p. 6–24, 2013.

SCHMITZ, Pedro Ignácio *et al*. CASAS SUBTERRÂNEAS NO PLANALTO DE SANTA CATARINA: SÃO JOSÉ DO CERRITO. **Pesquisas, Antropologia**, p. 7–78, 2010.

SCHMITZ, Pedro Ignácio.; ROGGE, Jairo Henrique. Pesquisando a trajetória do jê meridional. **Pesquisas, Antropologia**, p. 7–33, 2013.

SELAU, Maurício da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925)**: Resistência e Extermínio. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2006.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Milene Félix da. **Práticas rituais laklãnõ/xokleng**: no “tempo do mato. Monografia de Graduação – curso de história. Universidade federal de santa catarina, 2016.

SILVA, Osvaldo Paulino da. **Programa de Levantamento Prospectivo e Monitoramento Arqueológicos na Área de Pavimentação da Rodovia estadual SC-370: Trecho: Urubici-Grão Pará.** Relatório de Pesquisa. Florianópolis: 2012.

[S.I.]. **Uma Mulher Raptada Pelos Bugres**. A Imprensa. Tubarão, p. 4-4. 28 fev. 1942.

SOUZA, Augusto Fausto de. **Relatorio com que o exm. sr. coronel dr. Augusto Fausto de Souza abrio a 1.a sessão da 27.a legislatura da Assembléa Provincial em 1.o de setembro de 1888.** 1 de setembro de 1888. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5286#?c=0&m=90&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1321%2C-551%2C4192%2C2957.

SOUZA, Augusto Ferreira de**. Relatorio com que ao Exm. Sr. José Ferreira de Mello passou a administração da Provincia de Santa Catharina o doutor Coronel Augusto Fausto de Souza em 13 de novembro de 1889 e offcio com que ao Exm Sr. Conego Joaquim Eloy de Medeiros passou a a administração da provincia o Dr. José Ferreira de Mello em 6 de março de 1889**. 6 de março de 1899. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5286#?c=0&m=92&s=0&cv=1&r=0&xywh=-445%2C-147%2C2473%2C2924.

SOUZA, Celso de Oliveira. **Santa Catarina, Estado de Graça**. Orleans: Gráfica do Lelo, 2008.

TSCHUCAMBANG, Josiane de Lima. **Ouvir Os Velhos, Aprender Com Eles**: memórias, histórias e conhecimentos dos anciões da terra indígena xokleng/laklanõ. 2020. 40 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Universidade Federal de Santa Catarina - Ufsc, Florianópolis, 2020.

TONETTO, Eusébio Pasini; GHIZZO, Idemar; PIROLA, Lenir. **Colônia Azambuja**: A imigração italiana no sul de Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 2015.

WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia**, [S.l], v. [], n. 2, p. 159-222, jun. 1949.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabela de Análise dos documentos

Observação: os documentos destacados em vermelho apresentaram as palavras-chave buscadas no documento, mas ao analisa-los mais a fundo percebemos que não possuíam relação com o tema de pesquisa, desta forma foram descartados.

Número do documento	Referência bibliográfica	Tipo de documento	Emissor	Destinatário	Função	Ação	Data tópica	Data cronológica	Quantidade de Páginas	Localização	Notação de localização	Temas	Observações	Palavras-chave buscadas no documento
001	BITENCOURT, Anacleto Elias de. **Resposta a um Telegrama**. Coleção Colônia Grão-Pará - CGP (Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI, Orleans). 21 de janeiro de 1895.	-	Anacleto Elias de Bitencourt (Juiz de direito)	cidadão (?)	orientar	Medidas a serem tomadas após um ataque de bugres na colônia de Brusque	Tubarão	21 de janeiro de 1895	1	CEDOHI	caixa amarela onde estão separados documentos relacionados aos índios	incursão de bugres, defesa contra bugres	não está claro o tipo de documento nem o destinatário	colono, bugres,
002	LECORG OLIVEIRA. **Carta a Charles Mitchel Smith Leslie**. Coleção Colônia Grão-Pará - CGP. Comunicação - Cartas. Caixa 76 (Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI, Orleans). 24 de maio de 1882.	Carta	Le Corg Oliveira	C. M. S Leslie	informar	informar o recebimento de uma carta, fala de uma publicação de matéria relacionada aos índios do Capivary	Rio de Janeiro	24 de maio de 1882	1	CEDOHI	caixa 76 (azul) comunicação (cartas)	incursão de bugres, capivari	apenas uma frase menciona os índios do capivary	colonos, índios
003		relatório	quesitos propostos pelo comendador	J C Coelho Cintra	informar	descrição da população	-	1880	1	CEDOHI	-	população da região	não menciona a presença de índios na colônia	-

			Caetano Pinto Júnior											
004	Recibo...**Recibo de pagamento à Domingos Dias**. Coleção Colônia Grão-Pará - CGP (Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI, Orleans). 23 de dezendo de 1893.	recibo	assinado por domingos dias	-	remunerar	pagamento	Orleans	23 de dezembro de 1893	1	CEDOHI	caixa amarela onde estão separados documentos relacionados aos índios	pagamento de bugreiros		Grão-Pará, afugentar, bugres
005	Recibo...**Recibo de pagamento à Generoso Demétrio**. Coleção Colônia Grão-Pará - CGP. Finanças, recibos e contas da empresa e particulares. Caixa 15. (Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI, Orleans). 22 de abril de 1891.	recibo	Paschoal Limone assina por Generoso Demétrio	-	remunerar	pagamento	Orleans do sul	22 de abril de 1891	1	CEDOHI	caixa (14 e 15)15 finanças, recibos e contas da empresa e particular	pagamento de bugreiros		Grão-Pará, bugres, colonos
006	BRAGA, JJ Antunes. **Carta a Etienne Stawiarski**. Coleção Colônia Grão-Pará - CGP. (Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI, Orleans). 17 de maio de 1895.	Carta	JJ Antunes Braga	Etienne Starwiaski	informar	envio de mercadorias	Rio de Janeiro	17 de maio de 1895	1	CEDOHI	caixa amarela onde estão separados documentos relacionados aos índios		descartado por não mencionar índios	-
007	Recibo...**Recibo de pagamento à Domingos Dia**s. Coleção Colônia Grão-Pará - CGP (Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI, Orleans). 9 de novembro de 1893.	recibo	assinado por domingos dias	-	remunerar	pagamento	Orleans	9 de novembro de 1893	1	CEDOHI	caixa amarela onde estão separados documentos relacionados aos índios	pagamento de bugreiros		Grão-Pará, afugentar, bugres

008	Recibo...**Recibo de pagamento à Domingos Dias**. Coleção Colônia Grão-Pará - CGP (Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI, Orleans). 9 de novembro de 1893.	recibo	assinado por domingos dias	-	remunerar	pagamento	Orleans	9 de novembro de 1893	1	CEDOHI	caixa amarela onde estão separados documentos relacionados aos índios	pagamento de bugreiros		Grão-Pará, afugentar, bugres
009	Recibo...**Recibo de pagamento à José Caetano**. Coleção Colônia Grão-Pará - CGP (Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI, Orleans). 30 de outubro de 1893.	recibo	José Cordini em nome de José Caetano	-	remunerar	pagamento	Orleans	30 de outubro de 1893	1	CEDOHI	caixa amarela onde estão separados documentos relacionados aos índios	pagamento de bugreiros		Grão-Pará, afugentar, bugres
010	LESLIE, Charles Mitchel Smith. **Orientações aos colonos sobre indígenas na colônia**. Coleção Colônia Grão-Pará - CGP (Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI, Orleans). 30 de setembro de 1884.	-	C. M. S. Leslie	colonos em geral	orientar	orientar	Braço do Norte	30 de setembro de 1884	3	CEDOHI	caixa amarela onde estão separados documentos relacionados aos índios	orientação para o contato com bugres		Grão-Pará, colono, bugre, mato,
011	[S.I.]. **Uma Mulher Raptada Pelos Bugres**. A Imprensa. Tubarão, p. 4-4. 28 fev. 1942	jornal			informar	noticiar o rapto de uma mulher pelos bugres	Tubarão	28 de fevereiro de 1942	4	APHAV	livro com compilação dos jornais Imprensa de 1942	bugres sequestram colona, Anitápolis		índio, bugre, mato, indígena, selvagem

012	PIRES, Feliciano Nunes. **Falla que o exelentíssimo Presidente da Província dirige a assembleia legislativa Províncial de Santa Catarina**. 1 de março de 1835. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=528	Falla que o exelentíssimo Presidente da Província dirige a assembleia legislativa Províncial de Santa Catarina	Feliciano Nunes Pires (presidente da província de Santa Catarina)	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1835	9	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5288	pedestres, cateques e, incursão de bugres		colônia
013	CAVALCANTE, José Mariano Albuquerque. **Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina na abertura da 2.a sessão da 1.a Legislatura Províncial. 5 de abril de 1836**. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5239#?c=4&m=1&s=0&cv=0&r=0&xywh=-204%2C-113%2C3191%2C2251	Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina na abertura da 2.a sessão da 1.a Legislatura Províncial em 5 de abril de 1836	José Mariano Albuquerque Cavalcante (presidente da província de Santa Catarina)	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	5 de abril de 1836	16	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5239#?c=4&m=1&s=0&cv=0&r=0&xywh=-204%2C-113%2C3191%2C2251	abertura de estrada, pedestres, colonos afugentam bugres, incursão de bugres		colônia, colonos, gentio, companhia

014	OLIVEIRA,José Joaquim Machado de. **Falla do illustrissimo e excellentissimo senhor José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da Província de Santa Catharina na abertura da terceira sessão da primeira legislatura Províncial em o primeiro de março de 1837, decimo sexto da independencia e do imperio. Cidade do Desterro, Typ. Províncial, 1837**. 1 de março de 1837. Disponível em : http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5240#?c=4&m=2&s=0&cv=1&r=0&xywh=-879%2C356%2C3756%2C2649	Falla do illustrissimo e excellentissimo senhor José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da Província de Santa Catharina na abertura da terceira sessão da primeira legislatura Províncial em o primeiro de março de 1837, decimo sexto da independencia e do imperio. Cidade do Desterro, Typ. Províncial, 1837.	José Joaquim Machado de Oliveira (presidente da província de Santa Catarina)	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1837	18	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5240#?c=4&m=2&s=0&cv=1&r=0&xywh=-879%2C356%2C3756%2C2649	pedestres, cateques e, incursões de bugres,		colônia, colono, bugre, gentio, companhia, pedestres
015	BRITO, Antero Jozé Ferreira de**. Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assemblea Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinaria, em o 1.o de março de 1843. 1 de março de 1843**. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/title	Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assemblea Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinaria, em o 1.o de março de 1843.	Antero Jozé Ferreira de Brito (presidente da província de Santa Catarina)	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1843	43	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5245#?c=4&m=9&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1180%2C-1%2C4326%2C3052	guardas protegem contra bugres, alerta perigo indígena, falta de verba para combater os indígenas		colônia, colonos, bugre, gentio, companhia

	s/189?terms&item_id=5245#?c=4&m=9&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1180%2C-1%2C4326%2C3052													
016	PARDAL, João Carlos. **Discurso pronunciado na abertura da Assembléa Legislativa da Província de Santa Catharina na segunda sessão ordinaria da segunda legislatura Províncial em 1839 pelo respectivo presidente, o brigadeiro João Carlos Pardal**. 1 de março de 1839. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5242#?c=4&m=4&s=0&cv=0&r=0&xywh=330%2C486%2C1888%2C1332	Discurso pronunciado na abertura da Assembléa Legislativa da Província de Santa Catharina na segunda sessão ordinaria da segunda legislatura Províncial em 1839 pelo respectivo presidente, o brigadeiro João Carlos Pardal.	João Carlos Pardal	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1839	27	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5242#?c=4&m=4&s=0&cv=0&r=0&xywh=330%2C486%2C1888%2C1332	catequese, incursões de bugres, bugres matam colonos, abertura de estradas, pedestres, extinção dos pedestres		colônia, colonos, bugre, gentio, pedestre

017	D'ANDREA, Francisco Joze de Souza Soares. **Discurso pronunciado pelo presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea, na sessão ordinaria do anno de 1840 aberta no primeiro dia do mez de março**. 1 de março de 1840. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5243#?c=4&m=5&s=0&cv=0&r=0&xywh=0%2C-63%2C2656%2C1873	Discurso pronunciado pelo presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea, na sessão ordinaria do anno de 1840 aberta no primeiro dia do mez de março.	Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1840	86	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5243#?c=4&m=5&s=0&cv=0&r=0&xywh=0%2C-63%2C2656%2C1873	extinção dos pedestres, incursões de bugres, bugres matam colonos, abertura de estradas, guardas protegem contra bugres, antropofagia	presidente da província diz que os butocudos praticam antropofagia, construção de estrada	colônia, colono, índio, bugre, botocudo, companhia, pedestres, matto,
018	D'ANDREA, Francisco Joze de Souza Soares. **Expozição feita pelo Marechal de Campo Francisco Jose de Souza Soares D'Andrea, no acto de entregar a presidencia da Província de Santa Catarina, ao Seu successor o Exm. Sr. Brigadeiro Antero Joze Ferreira de Brito. 26 de junho de 1840**. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5289#?c=4&m=6&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1163%2C417%2C4533%2C3198	Expozição feita pelo Marechal de Campo Francisco Jose de Souza Soares D'Andrea, no acto de entregar a presidencia da Província de Santa Catarina, ao Seu successor o Exm. Sr. Brigadeiro Antero Joze Ferreira de Brito	Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea		informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	26 de junho de 1840	5	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5289#?c=4&m=6&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1163%2C417%2C4533%2C3198	abertura de estrada, falta de defesa contra bugres,		índio, bugre, selvagens,

019	BRITO, Jozé Ferreira de Brito. **Falla que o presidente da Província de Santa Catharina o Brigadeiro Antero Jozé Ferreira de Brito dirigio a Assembleia Legislativa da mesma Província Na abertura da sua Sessão ordinaria em 1 de março de 1841**. 1 de março de 1841. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5290#?c=4&m=7&s=0&cv=0&r=0&xywh=-11%2C0%2C2469%2C1741	Falla que o presidente da Província de Santa Catharina o Brigadeiro Antero Jozé Ferreira de Brito dirigio a Assembleia Legislativa da mesma Província Na abertura da sua Sessão ordinaria em 1 de março de 1841	Antero Jozé Ferreira de Brito	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1841	60	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5290#?c=4&m=7&s=0&cv=0&r=0&xywh=-11%2C0%2C2469%2C1741	abertura de estradas, incursões de bugres (governo), guardas protegem contra bugres, incursões contra bugres		colônia, colonos, bugre, companhia, mato, selvagens,
020	BRITO, Antero Jozé Ferreira de**. Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo graduado Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assemblea Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1842**. 1 de março de 1842. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5244#?c=4&m=8&s=0&cv=0&r=0&xywh=-143%2C4%2C2903%2C2047	Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo graduado Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assemblea Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1842	Antero Jozé Ferreira de Brito	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1842	59	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5244#?c=4&m=8&s=0&cv=0&r=0&xywh=-143%2C4%2C2903%2C2047	incursões contra bugres (governo), incursões de bugres, bugres matam colonos, apresamento de bugres,		colônia, colonos, bugre, gentio, companhia, tribus, selvagens

021	BRITO, Antero Jozé Ferreira de. **Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo graduado Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assemblea Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1843**. 1 de março de 1843. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5245#?c=4&m=9&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1180%2C-1%2C4326%2C3052	Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assemblea Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinaria, em o 1.o de março de 1843	Antero Jozé Ferreira de Brito	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1843	45	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5245#?c=4&m=9&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1180%2C-1%2C4326%2C3052	incursões de bugres, guardas protegem contra bugres		colônia, colonos, bugre, gentio, companhia,
022	BRITO, Antero Jozé Ferreira de**. Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo graduado Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assemblea Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1844**. 1 de março de 1844. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5246#?c=4&m=10&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1123%2C-1%2C4197%2C2961	Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinaria, em o 1.o de março de 1844	Antero Jozé Ferreira de Brito	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1844	58	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5246#?c=4&m=10&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1123%2C-1%2C4197%2C2961	incursões de bugres, colonos bugres matam colonos, incursões contra bugres (governo), matam bugres, pedestres,		colônia, colonos, bugre, gentio, companhia, pedestres, mato,

023	BRITO, Antero Jozé Ferreira de. **Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo graduado Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assemblea Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1845**. 1 de março de 1845. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5247#?c=4&m=11&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1182%2C-1%2C4282%2C3021	Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinaria, em o 1.o de março de 1845.	Antero Jozé Ferreira de Brito	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1845	45	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5247#?c=4&m=11&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1182%2C-1%2C4282%2C3021	pedestres, bugres atacam pedestres, patrimônio dotal, defesa contra bugres,		colônia, colonos, bugre, pedestres,
024	BRITO, Antero Jozé Ferreira de**. Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo graduado Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assemblea Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1846**. 1 de março de 1846. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5248#?c=4&m=12&s=0&cv=0&r=0&xywh=-177%2C-1%2C3376%2C2382	Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo Antero José Ferreira de Brito dirigio á Assemblea Legislativa da mesma Província no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1846	Antero Jozé Ferreira de Brito	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1846	25	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5248#?c=4&m=12&s=0&cv=0&r=0&xywh=-177%2C-1%2C3376%2C2382	ausência de incursões de bugres		colônia, colonos, gentio, companhia,

025	BRITO, Antero Jozé Ferreira de**. Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito dirigio á Assemblea Legislativa da mesma Província no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1847**. Santa Catharina. 1 de março de 1847. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5249#?c=4&m=13&s=0&cv=0&r=0&xywh=-10%2C-1%2C3203%2C2260	Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito dirigio á Assemblea Legislativa da mesma Província no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1847. Santa Catharina.	Antero Jozé Ferreira de Brito	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1847	30	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5249#?c=4&m=13&s=0&cv=0&r=0&xywh=-10%2C-1%2C3203%2C2260	incursões de bugres, bugres matam colonos, bugres ferem colonos, guardas protegem contra bugres, pedestres,		pedestres, mato
026	BRITO, Antero Jozé Ferreira**. Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito dirigio á Assembléa Legislativa da mesma Província, no acto de abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1848**. 1 de março de 1848. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5250#?c=4&m=14&s=0&cv=0&r=0&xywh=0%2C-104%2C3151%2C2223	Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito dirigio á Assembléa Legislativa da mesma Província, no acto de abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1848	Antero Jozé Ferreira de Brito	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1848	12	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5250#?c=4&m=14&s=0&cv=0&r=0&xywh=0%2C-104%2C3151%2C2223	defesa contra bugres		colônia, companhia, selvagens,

027	BRITO, Antero Jozé Ferreira de. **Relatorio 1848**. 26 de dezembro de 1848. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5291#?c=4&m=15&s=0&cv=0&r=0&xywh=97%2C4%2C2093%2C1476	Relatorio 1848	Antero Jozé Ferreira de Brito	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	26 de dezembro de 1848	15	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5291#?c=4&m=15&s=0&cv=0&r=0&xywh=97%2C4%2C2093%2C1476	incursões de bugres, bugres matam colonos, defesa contra bugres		colônia, colonos, companhia
028	VALLE, Severo Amorim do. **Falla que o exm. 3.o vice-presidente da Província de Santa Catharina, o doutor Severo Amorim do Valle, dirigio á Assemblea Legislativa Províncial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março 1849**. 1 de março de 1849. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5251#?c=4&m=16&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1260%2C-1%2C4455%2C3143	Falla que o exm. 3.o vice-presidente da Província de Santa Catharina, o doutor Severo Amorim do Valle, dirigio á Assemblea Legislativa Províncial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março 1849	Severo Amorim do Valle	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1849	73	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5251#?c=4&m=16&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1260%2C-1%2C4455%2C3143	incursão de bugres, bugres matam colonos, colonos afugentam bugres, incursões contra bugres (estado), pedestres,		colônia, colonos, bugre, gentio, companhia, pedestres, mato, selvagens

029	PINTO. Antonio Pereira. **Relatorio com que o exellentissino doutor antonio Pereira Pinto, entregou a presidencia da Província de Santa Catharina ao Exm. Snr. Doutor Severo Amorim Do Valle, terceiro vice presidente della**. 30 de novembro de 1839. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5292#?c=4&m=17&s=0&cv=0&r=0&xywh=0%2C-112%2C2799%2C1975	(Relatorio 1849) Relatorio com que o exellentissino doutor antonio Pereira Pinto, entregou a presidencia da Província de Santa Catharina ao Exm. Snr. Doutor Severo Amorim Do Valle, terceiro vice presidente della	Antonio Pereira Pinto	Severo Amorim do Valle	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	30 de novembro de 1849	26	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5292#?c=4&m=17&s=0&cv=0&r=0&xywh=0%2C-112%2C2799%2C1975	aldeamentos, incursões de bugres		colônia, colonos, índio, gentio, pedestres, batedores
030	PINTO. Antonio Pereira. **Relatorio com que o exellentissino doutor antonio Pereira Pinto, entregou a presidencia da Província de Santa Catharina ao Exm. Snr. Doutor Severo Amorim Do Valle, terceiro vice presidente della**. 30 de novembro de 1839. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5292#?c=4&m=17&s=0&cv=0&r=0&xywh=0%2C-112%2C2799%2C1975	(relatorio 1849) relatorio com que o excellentissimo snr. Dooctor Antonio Pereira Pinto, entregou a presidencia da Província de Santa Catharina ao Exm. Snr. Doutor Severo Amorim Do Valle, terceiro vice presidente della	Antonio Pereira Pinto	Severo Amorim do Valle	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	30 de novembro de 1849	26	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5292#?c=4&m=17&s=0&cv=0&r=0&xywh=0%2C-112%2C2799%2C1975	aldeamentos, incursões de bugres, pedestres		colônia, colonos, índio, gentio, pedestres, batedores

031	COUTINHO, João José. **Falla que o presidente da Província, o ex.mo snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma Província, por occasião da abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1850**. 1 de março de 1850. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5252#?c=4&m=18&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1130%2C0%2C4402%2C3105	Falla que o presidente da Província, o ex.mo snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma Província, por occasião da abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1850	João José Coutinho	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1850	36	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5252#?c=4&m=18&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1130%2C0%2C4402%2C3105	pedestres, incursão de bugres, bugres matam colonos, abertura de estradas		colônia, colonos, bugre, gentio, companhia, pedestres, mato
032	VALLE, Severo Amorim do. **Relatorio de 1850**. 24 de janeiro de 1850. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5293#?c=4&m=19&s=0&cv=1&r=0&xywh=45%2C127%2C1844%2C1301	relatorio 1850	Severo Amorim do Valle	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	24 de janeiro de 1850	24	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5293#?c=4&m=19&s=0&cv=1&r=0&xywh=45%2C127%2C1844%2C1301	pedestres		colônia, colonos, companhia, pedestres,

033	COUTINHO, João José. **Falla que o presidente da Província, o exm. snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma Província, por occasião da abertura da sua sessão ordinaria, em o 1.o de março de 1851**. 1 de março de 1851. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=4&m=20&s=0&cv=30&r=0&xywh=-1327%2C0%2C4541%2C3203	Falla que o presidente da Província, o exm. snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma Província, por occasião da abertura da sua sessão ordinaria, em o 1.o de março de 1851	João José Coutinho	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1851	44	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=4&m=20&s=0&cv=30&r=0&xywh=-1327%2C0%2C4541%2C3203	pedestres, incursões de bugres, bugres matam colonos, abertura de picadas, colonos com medo de incursões de bugres,		colônia, colono, bugre, gentio, companhia, pedestres
034	COUTINHO, João José**.Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o ex.mo snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma Província, por occasião da abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1852**. 1 de março de 1852.Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=0&m=21&s=0&cv=27&r=0&xywh=124%2C-22%2C2613%2C1843	Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o ex.mo snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma Província, por occasião da abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1852	João José Coutinho	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1852	35	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=0&m=21&s=0&cv=27&r=0&xywh=124%2C-22%2C2613%2C1843	incursão de bugres, bugres matam colonos, bugres ferem colonos, bugres roubam mantimentos, bugres roubam ferramentas, abertura de picadas		colônia, colono, gentio, companhia, pedestres

035	COUTINHO, João José. **Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o exm. snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma Província, por occasião da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1853**. 1 de março de 1853. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=0&m=22&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1271%2C1009%2C4541%2C3203	Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, o exm. snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma Província, por occasião da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1853	João José Coutinho	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1853	45	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=0&m=22&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1271%2C1009%2C4541%2C3203	incursão de bugres, colonos ferem bugres, bugres morrem por ferimentos causados por colonos, falta de defesa contra bugres, abertura de picadas, pedestres, colonos com medo de incursões de bugres, alerta perigo indígena,		colônia, colono, índio, bugre, gentio, pedestres
036	COUTINHO, João José. **Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina em 19 de abril de 1854. 19 de abril de 1854.** Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=0&m=23&s=0&cv	Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina em 19 de abril de 1854.	João José Coutinho	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	19 de abril de 1854	60	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=0&m=23&s=0&cv=43&r=0&xywh=-955%2C0	bugres atacam tropeiros, bugres matam colonos, incursão contra bugres, incursão		colônia, colono, bugre, companhia, selvagens

	=43&r=0&xywh=-955%2C0%2C3509%2C2476										%2C3509%2C2476	de bugres, bugres roubam mantimentos,Açõ es do governo matam bugres, guardam protege m contra bugres, homem acusado de acompanhar os bugres,		
037	COUTINHO, João José. **Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina em 1.o de março de 1855**. 1 de março de 1855. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=0&m=24&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1193%2C-113%2C3857%2C2721	Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina em 1.o de março de 1855	João José Coutinho	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1855	56	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=0&m=24&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1193%2C-113%2C3857%2C2721	incursão de bugres, bugres matam colonos, critica aos colonos,		colônia, colono, índio, bugre, pedestres,

038	Coutinho, João José. **Falla que o presidente da Província de Santa Catharina dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Províncial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1856**. 1 de março de 1856. http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=0&m=25&s=0&cv=0&r=0&xywh=-69%2C812%2C1347%2C950	Falla que o presidente da Província de Santa Catharina dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Províncial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1856	João José Coutinho	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1856	49	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=0&m=25&s=0&cv=0&r=0&xywh=-69%2C812%2C1347%2C950	bugres matam colonos, bugres ferem colonos		colônia, colono, bugre
039	COUTINHO, João José. **Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Províncial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1857**. 1 de março de 1857. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=0&m=26&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1082%2C0%2C3346%2C2360	Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Províncial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1857	João José Coutinho	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1857	86	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=0&m=26&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1082%2C0%2C3346%2C2360	pedestres, falta de defesa contra bugres, bugres matam colonos, incursões de bugres, bugres roubam, bugres matam animais dos colonos, incursões contra bugres (estado), apresam		colônia, colono, bugre, companhia, pedestres, barbaros, selvagens

												ento de bugres, cateques e, alerta do perigo indígena,		
040	COUTINHO, João José. **Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Províncial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1858**. 1 de março de 1858. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=0&m=27&s=0&cv=0&r=0&xywh=-961%2C-165%2C3521%2C2484	Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Províncial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1858	João José Coutinho	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1858	35	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5253#?c=0&m=27&s=0&cv=0&r=0&xywh=-961%2C-165%2C3521%2C2484	pedestres, incursão de bugres, bugres matam colonos,		colônia, colono, bugre, companhia, pedestres, mato, indigena, selvagens

041	COUTINHO, João José.**Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Províncial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1859**. 1 de março de 1859. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5294#?c=4&m=28&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1026%2C0%2C3346%2C2360	Falla que o presidente da Província de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Províncial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1859	João José Coutinho	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1859	110	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5294#?c=4&m=28&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1026%2C0%2C3346%2C2360		apareceram algumas palavras chaves mas nada que mencionasse coisas relacionadas a índios	colônia, colono, companhia
042	COUTINHO, João José. **Relatorio apresentado ao Exm. Vice Presidente da Província de Santa Catharina o doutor Speridião Eloy de Barros Pimentel Pelo Presidente o Doutor João José Coutinho por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 23 de setembro de 1859. 23 de setembro de 1859**. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5294#?c=0&m=29&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1204%2C-131%2C3702%2C2612	Relatorio apresentado ao Exm. Vice Presidente da Província de Santa Catharina o doutor Speridião Eloy de Barros Pimentel Pelo Presidente o Doutor João José Coutinho por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 23 de setembro de 1859	João José Coutinho	Speridião Eloy de Barros Pimentel	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	23 de setembro de 1859	31	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5294#?c=0&m=29&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1204%2C-131%2C3702%2C2612	pesdestres, fechamento de estrada,		colônia, colono, índio, bugre, companhia, pedestres, selvagens

043	BRUSQUE, Francisco Carlos de Araujo. **Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Províncial na 1a sessão da 10a legislatura**. 1 de abril de 1860. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5295#?c=0&m=30&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1104%2C-1%2C4127%2C2912	Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Províncial na 1a sessão da 10a legislatura	Francisco Carlos de Araujo Brusque	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de abril de 1860	81	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5295#?c=0&m=30&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1104%2C-1%2C4127%2C2912	colonos deixam colônia por medo de bugres,		colônia, colono, bugre, companhia, mato, selvagens
044	BRUSQUE, Francisco Carlos de Araujo. **Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Províncial na 2.a sessão da 10.a legislatura**. 5 de março de 1861. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=4&m=31&s=0&cv=0&r=0&xywh=-855%2C-1%2C3420%2C2413	Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Províncial na 2.a sessão da 10.a legislatura	Francisco Carlos de Araujo Brusque	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	5 de março de 1861	143	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=4&m=31&s=0&cv=0&r=0&xywh=-855%2C-1%2C3420%2C2413		apareceram algumas palavras chaves mas nada que mencionasse coisas relacionadas a índios	colônia, colono, bugre, companhia

045	BRUSQUE, Francisco Carlos de Araujo. **Relatorio apresentado ao EXM. Vice-presidente da Província de Santa Catharina. O Doutor João José de Andrade Pinto Pelo Presidente o Doutor Francisco Carlos de Araujo Brusque Por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 17 de abril de 1861**. 17 de novembro de 1861. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=32&s=0&cv=1&r=0&xywh=-881%2C1117%2C2506%2C1768	Relatorio apresentado ao EXM. Vice-presidente da Província de Santa Catharina. O Doutor João José de Andrade Pinto Pelo Presidente o Doutor Francisco Carlos de Araujo Brusque Por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 17 de abril de 1861	Francisco Carlos de Araujo Brusque	João José de Andrade Pinto	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	17 de abril de 1861	12	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=32&s=0&cv=1&r=0&xywh=-881%2C1117%2C2506%2C1768		apareceram algumas palavras chaves mas nada que mencionasse coisas relacionadas a índios	colônia, colono, companhia
046	PINTO, João José de Andrade. **Relatorio apresentado ao EXM. Presidente da Província de Santa Catharina. O doutor Ignacio da Cunha Galvão pelo vice-presidente o doutor João José de Andrade Pinto por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 26 de abril de 1861**. 26 de abril de 1861. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/title	Relatorio apresentado ao EXM. Presidente da Província de Santa Catharina. O doutor Ignacio da Cunha Galvão pelo vice-presidente o doutor João José de Andrade Pinto por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 26 de abril de 1861	João José de Andrade Pinto	Ignacio da Cunha Galvão	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	26 de abril de 1861	12	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=32&s=0&cv=13&r=0&xywh=-1042%2C-304%2C3554%2C2507	guardas protegem contra bugres		colônia, colono, companhia, selvagens

	s/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=32&s=0&cv=13&r=0&xywh=-1042%2C-304%2C3554%2C2507													
047	GALVÂO, Ignacio da Cunha. **Relatorio apresentado ao Exm presidente da Província de Santa Catharina o sonselheiro Vicente Pires da Motta por seu antecessor o Doutor Ignacio da Cunha Galvão por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 17 de novembro de 1861**. 17 de novembro de 1861. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=32&s=0&cv=26&r=0&xywh=-483%2C-157%2C2629%2C3120	Relatorio apresentado ao Exm presidente da Província de Santa Catharina o sonselheiro Vicente Pires da Motta por seu antecessor o Doutor Ignacio da Cunha Galvão por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 17 de novembro de 1861	Ignacio da Cunha Galvão	Vicente Pires da Motta	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	17 de novembro de 1861	9	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=32&s=0&cv=26&r=0&xywh=-483%2C-157%2C2629%2C3120		apareceram algumas palavras chaves mas nada que mencionasse coisas relacionadas a índios	colônia, colono, bugre, companhia

048	MOTTA, Vicente Pires da**. Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina, o conselheiro Vicente Pires da Mota, apresentado á Assembléa Legislativa Províncial na 1.a sessão da 11.a legislatura**. 2 de março de 1862. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=33&s=0&cv=27&r=0&xywh=-582%2C1111%2C2554%2C1802	Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina, o conselheiro Vicente Pires da Mota, apresentado á Assembléa Legislativa Províncial na 1.a sessão da 11.a legislatura	Vicente Pires da Motta	assemblei a legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	2 de março de 1862	33	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=33&s=0&cv=27&r=0&xywh=-582%2C1111%2C2554%2C1802		apareceram algumas palavras chaves mas nada que mencionasse coisas relacionadas a índios	colônia, colono, companhia
049	MOTTA, Vicente Pires da. **Relatorio apresentado ao EXM. 1o Vice presidente da Província de Santa Catharina o Comendador João Francisco de Souza Coutinho pelo Presidente o conselheiro Vicente Pires da Mota por occasião de passar-lhe a administração da mesma Província**. 25 de setembro de 1862. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=34&s=0&cv=1&r=0&xywh=-664%2C411%2C2695%2C1901	Relatorio apresentado ao EXM. 1o Vice presidente da Província de Santa Catharina o Comendador João Francisco de Souza Coutinho pelo Presidente o conselheiro Vicente Pires da Mota por occasião de passar-lhe a administração da mesma Província	Vicente Pires da Motta	João Francisco de Souza Coutinho	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	25 de setembro de 1862	14	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=34&s=0&cv=1&r=0&xywh=-664%2C411%2C2695%2C1901	incursão de bugres, bugres matam colonos, guardas protegem contra bugres,		colônia, colono, gentio, companhia, mato, selvagens

050	COUTINHO, João Francisco de Souza. **Relatorio apresentado ao EXM. Presidente da Província de Santa Catharina o Capitão Tenente Pedro Leitão do Cunha pelo Cice presidente o commendador Joãoo Francisco de Souza Coutinho por occasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 26 de dezembro de 1862**. 26 de dezembro de 1862. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=34&s=0&cv=13&r=0&xywh=-448%2C-132%2C2222%2C2636	Relatorio apresentado ao EXM. Presidente da Província de Santa Catharina o Capitão Tenente Pedro Leitão do Cunha pelo Cice presidente o commendador Joãoo Francisco de Souza Coutinho por occasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 26 de dezembro de 1862	João Francisco de Souza Coutinho	Pedro Leitão da Cunha	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	26 de dezembro de 1862	27	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=34&s=0&cv=13&r=0&xywh=-448%2C-132%2C2222%2C2636	incursão de bugres, bugres roubam ferramentas, colonos ferem bugres, defesa contra bugres,		colônia, colono, bugre, companhia
051	CUNHA, Pedro Leitão da. **Relatorio apresentado á o exm. 1.o vice-presidente da Província de Santa Catharina, o commendador Francisco José d'Oliveira pelo exm. presidente, Pedro Leitão da Cunha por occasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 19 de dezembro de 1863**. 19 de dezembro de 1863. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/title	Relatorio apresentado á o exm. 1.o vice-presidente da Província de Santa Catharina, o commendador Francisco José d'Oliveira pelo exm. presidente, Pedro Leitão da Cunha por occasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 19 de dezembro de 1863	Pedro Leitão da Cunha	Francisco José d'Oliveira	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	19 de dezembro de 1863	42	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=35&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1096%2C0%2C3838%2C2707	conserto de estradas, incursão de bugres, guardas protegem contra bugres,		colônia, colono, bugre, companhia, mato

	s/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=35&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1096%2C0%2C3838%2C2707													
052	D'OLIVEIRA, **Francisc José. Relatorio do vice presidente da Província de Santa Catharina, o commendador Francisco José d'Oliveira, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 12.a Legislatura**. 2 de março de 1864. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=36&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1044%2C0%2C3494%2C2464	Relatorio do vice presidente da Província de Santa Catharina, o commendador Francisco José d'Oliveira, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 12.a Legislatura	Francisco José d'Oliveira	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	2 de março de 1864	49	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=36&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1044%2C0%2C3494%2C2464		apareceram algumas palavras chaves mas nada que mencionasse coisas relacionadas a índios	colônia, colono, companhia

053	CHAVES, Alexandre Rodrigues da Silva. **Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina, o doutor Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, apresentado á Assembléa Legislativa Províncial na 2.a sessão da 12.a legislatura em o 1.o de março de 1865. 1 de março de 1865**. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=37&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1124%2C0%2C3543%2C2499	Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina, o doutor Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, apresentado á Assembléa Legislativa Províncial na 2.a sessão da 12.a legislatura em o 1.o de março de 1865	Alexandre Rodrigues da Silva Chaves	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1865	71	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=37&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1124%2C0%2C3543%2C2499		apareceram algumas palavras chaves mas nada que mencionasse coisas relacionadas a índios	colônia, colono, companhia, pedestres, mato
054	CHAVES, Alexandre Rodrigues da Silva. **Relatorio apresentado ao EXM. Vice-presidente da Província de Santa Catharina o Tenente Coronel Francisco José de Oliveira pelo EXM. Presidente da Província DR. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 24 de abril de 1865. 24 de abril de 1864.** Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=52	Relatorio apresentado ao EXM. Vice-presidente da Província de Santa Catharina o Tenente Coronel Francisco José de Oliveira pelo EXM. Presidente da Província DR. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 24 de abril de 1865	Alexandre Rodrigues da Silva Chaves	Francisco José de Oliveira	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	24 de abril de 1865	6	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=38&s=0&cv=1&r=0&xywh=32%2C688%2C1256%2C1490	dispensa guardas devido a presença de bugres		colônia, selvagens

	62#?c=0&m=38&s=0&cv=1&r=0&xywh=32%2C688%2C1256%2C1490													
055	OLIVEIRA, Francisco José de**. Relatorio apresentado ao EXM. presidente da Província de Santa Catharina DR. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda pelo vice-Presidente da Província o Tenente Coronel Francisco José de Oliveira no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 16 de agosto de 1865**. 16 de agosto de 1865. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=38&s=0&cv=7&r=0&xywh=-1085%2C-1%2C3400%2C2399	Relatorio apresentado ao EXM. presidente da Província de Santa Catharina DR. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda pelo vice-Presidente da Província o Tenente Coronel Francisco José de Oliveira no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 16 de agosto de 1865	Francisco José de Oliveira	Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	16 de agosto de 1865	11	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5262#?c=0&m=38&s=0&cv=7&r=0&xywh=-1085%2C-1%2C3400%2C2399			colônia

	1085%2C-1%2C3400%2C2399													
056	LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Províncial de Santa Catharina na sessão ordinaria do 1.o de março; e falla dirigida a mesma Assembléa na sessão extraordinaria de 11 de junho pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no anno de 1866**. 1 de março de 1866. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5267#?c=4&m=39&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1219%2C-1%2C3925%2C2769. Acesso em: 15 jun. 2021.	Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Províncial de Santa Catharina na sessão ordinaria do 1.o de março; e falla dirigida a mesma Assembléa na sessão extraordinaria de 11 de junho pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no anno de 1866.	Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1866	82	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5267#?c=4&m=39&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1219%2C-1%2C3925%2C2769			colônia, colono, companhia, mato

	1219%2C-1%2C3925%2C2769													
057	LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque**. Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Províncial de Santa Catharina na sua sessão ordinaria pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no anno de 1867**. 1 de maio de 1867. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5267#?c=0&m=41&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1198%2C-1%2C4154%2C2931	Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Províncial de Santa Catharina na sua sessão ordinaria pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no anno de 1867	Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de maio de 1867	54	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5267#?c=0&m=41&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1198%2C-1%2C4154%2C2931			colônia, colono, bugre, pedestres, mato

058	LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque. **Relatorio apresentado ao Exm. Vice-presidente da Província de Santa Catharina, o commendador Francisco José de Oliveira, pelo presidente da Província, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda, no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 11 de junho de 1867**. 11 de junho de 1867. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5267#?c=0&m=42&s=0&cv=1&r=0&xywh=150%2C79%2C1652%2C1960	Relatorio apresentado ao Exm. Vice-presidente da Província de Santa Catharina, o commendador Francisco José de Oliveira, pelo presidente da Província, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda, no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 11 de junho de 1867	Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda	Francisco José de Oliveira	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	11 de junho de 1867	6	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5267#?c=0&m=42&s=0&cv=1&r=0&xywh=150%2C79%2C1652%2C1960			colônia, companhia, mato
059	OLIVEIRA, Francisco José de. **Relatorio apresentado ao Exm. presidente da Província de Santa Catharina, o Dr. Adolpho de Barros C de Albuquerque Lacerda pelo presidente da Província o commendador Francisco José de Oliveira no acto de passar-lhe a administração da**	Relatorio apresentado ao Exm. presidente da Província de Santa Catharina, o Dr. Adolpho de Barros C de Albuquerque Lacerda pelo presidente da Província o commendador Francisco José de Oliveira no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em	Francisco José de Oliveira	Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	9 de outubro de 1867	10	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5267#?c=0&m=42&s=0&cv=7&r=0&xywh=-1162%2C503%2C3682%2C2598	defesa contra bugres, plantio de plantas indígenas		colônia, companhia, selvagens,

	mesma Província em 9 de outubro de 1867. 9 de outubro de 1867. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5267#?c=0&m=42&s=0&cv=7&r=0&xywh=-1162%2C503%2C3682%2C2598	9 de outubro de 1867												
060	LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque. **Relatorios apresentados á Assembléa Legislativa Províncial de Santa Catharina, na sua sessão ordinaria, e ao 1.o vice-presidente, commendador Francisco José de Oliveira, por occasião de passar-lhe a administração o presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no anno de 1868**. 1 de março de 1868. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5269#?c=4&m=43&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1173%2C0%2C4024%2C2838	Relatorios apresentados á Assembléa Legislativa Províncial de Santa Catharina, na sua sessão ordinaria, e ao 1.o vice-presidente, commendador Francisco José de Oliveira, por occasião de passar-lhe a administração o presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no anno de 1868	Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda	Francisco José de Oliveira e assembleia legislativa da Província de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1868	53	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5269#?c=4&m=43&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1173%2C0%2C4024%2C2838	demarcação de terras, abertura de picadas, Tubarão, Braço do Norte, Capivari, Araranguá		colônia, colono, bugre, companhia, pedestres,
061	LACERD, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque. **Relatorio apresentado ao Exm. Vice-presidente da Província de Santa**	Relatorio apresentado ao Exm. Vice-presidente da Província de Santa Catharina , o	Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerq	Francisco José de Oliveira	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	23 de maio de 1868	8	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5269#?c=0&m=44&s	demarcação de terras, Tubarão, Araranguá		colônia

	Catharina , o commendador Francisco José de Oliveira, pelo presidente Dr. Adolpho de Barros d'Albuquerque Lacerda, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província, em 23 de maio de 1868. 23 de maio de 1868. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5269#?c=0&m=44&s=0&cv=1&r=0&xywh=-127%2C-31%2C2188%2C1543	commendador Francisco José de Oliveira, pelo presidente Dr. Adolpho de Barros d'Albuquerque Lacerda, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província, em 23 de maio de 1868	ue Lacerda								=0&cv=1&r=0&xywh=-127%2C-31%2C2188%2C1543			
062	OLIVEIRA, Francisco José de. **Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Vice presidente da Província de Santa Catharina commendador João Francisco de Souza Coutinho pelo vice-presidente o commendador Francisco José de Oliveira no acto de passar-lhe a administração da mesma província em 4 de agosto de 1868.** 4 de agosto de 1868. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5269#?c=0&m=44&s=0&cv	Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Vice presidente da Província de Santa Catharina commendador João Francisco de Souza Coutinho pelo vice-presidente o commendador Francisco José de Oliveira no acto de passar-lhe a administração da mesma província em 4 de agosto de 1868	Francisco José de Oliveira	João Francisco de Souza Coutinho	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	4 de agosto de 1868	10	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5269#?c=0&m=44&s=0&cv=9&r=0&xywh=-380%2C584%2C1758%2C1240	catequese, aldeamentos,		colônia, companhia

	=9&r=0&xywh=-380%2C584%2C1758%2C1240													
063	COUTINHO, João Francisco de Souza. **Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Vice presidente da Província de Santa Catharina Dr. Carlos de Cerqueira Puits pelo vice-presidente commendador João Francisco de Souza Coutinho no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 30 de agosto de 1868**. 30 de agosto de 1868. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5269#?c=0&m=44&s=0&cv=19&r=0&xywh=-	Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Vice presidente da Província de Santa Catharina Dr. Carlos de Cerqueira Puits pelo vice-presidente commendador João Francisco de Souza Coutinho no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 30 de agosto de 1868	João Francisco de Souza Coutinho	Carlos de Cerqueirra Puits	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	30 de agosto de 1868	10	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5269#?c=0&m=44&s=0&cv=19&r=0&xywh=-628%2C186%2C2528%2C1783			colônia, companhia

	628%2C186%2C2528%2C1783												
064	ABREU, Carlos Augusto Ferraz de**. Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Província l de Santa Catharina pelo presidente, dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu no acto da abertura da sessão em 2 de abril de 1869**. 2 de abril de 1869. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5269#?c=0&m=45&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1355%2C-685%2C4261%2C3006	Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Província l de Santa Catharina pelo presidente, dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu no acto da abertura da sessão em 2 de abril de 1869	Carlos Augusto Ferraz de Abreu	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	2 de abril de 1869	47	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5269#?c=0&m=45&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1355%2C-685%2C4261%2C3006			colônia, colono, imigrante, companhia, matto
065	PINTO, Carlos de Cerqueira. **Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Dr Carlos Augusto Ferraz de Abreu presidente da Província de Santa Catharina pelo 1o Vice-presidente Dr. Carlos de Cerqueira Pinto no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 11 de janeiro de 1869**. 11 de janeiro de 1869. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/title	Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Dr Carlos Augusto Ferraz de Abreu presidente da Província de Santa Catharina pelo 1o Vice-presidente Dr. Carlos de Cerqueira Pinto no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 11 de janeiro de 1869	Carlos de Cerqueira Pinto	Carlos Augusto Ferras de Abreu	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	2 de abril de 1869	21	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5269#?c=0&m=46&s=0&cv=1&r=0&xywh=-112%2C13%2C1432%2C1699	cateques e, aldeame nto		colônia, companhia

	s/189?terms&item_id=5269#?c=0&m=46&s=0&cv=1&r=0&xywh=-112%2C13%2C1432%2C1699													
066	D'ABREU, Carlos Augusto Ferraz. **Relatorio apresentado pelo presidente da Província de Santa Catharina o Exm. Sr. Doutor Carlos Augusto Ferraz D'Abreu ao 3o vice presidente o Exm. Sr. Coronel Joaquim Xavier Neves por occasião de passar-lhe a administração da mesma em 11 de agosto de 1869**. 11 de agosto de 1869. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5303#?c=4&m=47&s=0&cv=1&r=0&xywh=94%2C-346%2C1008%2C1137	Relatorio apresentado pelo presidente da Província de Santa Catharina o Exm. Sr. Doutor Carlos Augusto Ferraz D'Abreu ao 3o vice presidente o Exm. Sr. Coronel Joaquim Xavier Neves por occasião de passar-lhe a administração da mesma em 11 de agosto de 1869	Carlos Augusto Ferraz de Abreu	Joaquim Xavier Neves	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	11 de agosto de 1869	18	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5303#?c=4&m=47&s=0&cv=1&r=0&xywh=-474%2C-488%2C2017%2C2275			colônia, colono, companhia,

067	NEVES, Joaquim Xavier. **relatório apresentado pelo 3o vice-presidente da Província de Santa Catharina o Exm. Sr. Coronel Joaquim Xavier Neves ao 2o vice-presidente o Exm. Sr. Doutor Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão por ocasião de passar-lhe a administração da mesma em 22 de novembro de 1869**. 22 de novembro de 1869. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5303#?c=4&m=47&s=0&cv=19&r=0&xywh=305%2C534%2C1241%2C1400	relatório apresentado pelo 3o vice-presidente da Província de Santa Catharina o Exm. Sr. Coronel Joaquim Xavier Neves ao 2o vice-presidente o Exm. Sr. Doutor Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão por ocasião de passar-lhe a administração da mesma em 22 de novembro de 1869	Joaquim Xavier Neves	Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	22 de novembro de 1869	14	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5303#?c=4&m=47&s=0&cv=19&r=0&xywh=-550%2C-424%2C2483%2C2800			colônia, colono, companhia
068	LIMA, André Cordeiro de Araújo. **Relatorio que o presidente da Província de Santa Catharina, dr. André Cordeiro de Araujo Lima, dirigio á Assembléa Legislativa Províncial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em 25 de março de 1870**. 25 de maarço de 1870. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5271#?c=4&m=48&s=0&cv=0&r=0&xywh=-999%2C-151%2C3437%2C2425	Relatorio que o presidente da Província de Santa Catharina, dr. André Cordeiro de Araujo Lima, dirigio á Assembléa Legislativa Províncial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em 25 de março de 1870	Andre Cordeiro de Araujo Lima	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	25 de março de 1870	30	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5271#?c=4&m=48&s=0&cv=0&r=0&xywh=-999%2C-151%2C3437%2C2425			colônia, colono, afugentar, companhia

069	GALVÃO, Manoel do Nascimento da Fonseca.**Relatorio apresentado pelo 2o vice-presidente de santa catharina o exm. Sr. Doutor Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão ao presidente o Exm. Sr. Doutor André Cordeiro de Araujo Lima por ocasiao de passar-lhe a administração da mesma em 3 de janeiro de 1870**. 3 de Janeiro de 1870. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5271#?c=0&m=49&s=0&cv=1&r=0&xywh=-496%2C-147%2C2679%2C3178	Relatorio apresentado pelo 2o vice-presidente de santa catharina o exm. Sr. Doutor Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão ao presidente o Exm. Sr. Doutor André Cordeiro de Araujo Lima por ocasiao de passar-lhe a administração da mesma em 3 de janeiro de 1870	Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão	André Cordeiro de Araujo Lima	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	3 de janeiro de 1870	34	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5271#?c=0&m=49&s=0&cv=1&r=0&xywh=-496%2C-147%2C2679%2C3178			colônia, colono, companhia
070	LIMA, André Cordeiro de Araújo. **Relatorio apresentado pelo presidente de Santa Catharina o Exm. Sr. Dr. Andre Cordeiro de Araujo Lima ao 2o vice-presidente o Exm. Sr. Dr. Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão por occasião de passar-lhe a administração da mesma em 10 de abril de 1870**. 10 de abril de 1870. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5271#?c=0&m=50&s=0&cv	Relatorio apresentado pelo presidente de Santa Catharina o Exm. Sr. Dr. Andre Cordeiro de Araujo Lima ao 2o vice-presidente o Exm. Sr. Dr. Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão por occasião de passar-lhe a administração da mesma em 10 de abril de 1870	Andre Cordeiro de Araujo Lima	Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	10 de abril de 1870	6	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5271#?c=0&m=50&s=0&cv=1&r=0&xywh=-467%2C13%2C2593%2C3076			colônia

	=1&r=0&xywh=-467%2C13%2C2593%2C3076													
071	COSTA, Manoel Vieira. **relatorio apresentado pelo 1o vice-presidente de santa Catharica o Exm. Sr. Dr. Manoel Vieira Costa ao presidente o Exm. Sr. Dr. Francisco Ferreira Correa por occasião de passar-lhe a administração da mesma em 18 de maio de 1870**. 18 de maio de 1870. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5271#?c=0&m=52&s=0&cv=1&r=0&xywh=-641%2C-154%2C2593%2C3076	relatorio apresentado pelo 1o vice-presidente de santa Catharica o Exm. Sr. Dr. Manoel Vieira Costa ao presidente o Exm. Sr. Dr. Francisco Ferreira Correa por occasião de passar-lhe a administração da mesma em 18 de maio de 1870	Manoel Vieira Costa	Francisco Ferreira Correa	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	18 de maio de 1870	10	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms&item_id=5271#?c=0&m=52&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1525%2C-154%2C4361%2C3076			colônia, companhia

072	GOUVÊA, Joaquim Bandeira de**. Relatorio que o exm. sr. presidente da Província de Santa Catharina, dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa, dirigio á Assembléa Legislativa Províncial no acto da abertura da sua sessão ordinaria em 26 de março de 1871**. 26 de março de 1871. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5305#?c=0&m=53&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1189%2C0%2C3865%2C2727	Relatorio que o exm. sr. presidente da Província de Santa Catharina, dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa, dirigio á Assembléa Legislativa Províncial no acto da abertura da sua sessão ordinaria em 26 de março de 1871	Joaquim Bandeira Gouvêa	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	26 de março de 1871	24	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5305#?c=0&m=53&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1189%2C0%2C3865%2C2727	incursão de bugres, bugres matam colonos, colonos com medo de incursões de bugres, bugres ferem colonos, guardas protegem contra bugres,		colônia, colono, bugre, afugentar, companhia, mato
073	CORRÊA, Francisco Ferreira. **Relatorio 1871**. 9 de janeiro de 1871. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5305#?c=0&m=54&s=0&cv=15&r=0&xywh=-425%2C-8%2C2381%2C2825	Relatorio 1871	Francisco Ferreira Coerrêa	-	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	9 de janeiro de 1871	16	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5305#?c=0&m=54&s=0&cv=0&r=0&xywh=-863%2C0%2C3549%2C2503			colônia, bugre, companhia
074	CINTRA, Guilherme Cordeiro Coelho. **relatorio do vice-presidente da Província de Santa Catharina Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra em 25 de março de 1872. 25 de março de 1872**.	relatorio do vice-presidente da Província de Santa Catharina Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra em 25 de março de 1872	Gulherme Cordeiro Coelho Cintra	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	25 de março de 1872	40	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5305#?c=0&m=55&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1340%2C-150%2C42	incursão de bugres, colonos afugentam bugres, bugres destroem		colônia, colono, bugre, afugentar, companhia

	Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5305#?c=0&m=55&s=0&cv=1&r=0&xywh=-479%2C-150%2C2524%2C2995										46%2C2995	plantações, defesa contra bugres, colonos com medo de incursões de bugres, falta de defesa contra bugres,		
075	GOUVEA, Joaquim Bandeira. **relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvea passou a administração da Província de Santa Catharina ao Exm. Sr. Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra 1o vice-presidente da mesma em 7 de janeiro de 1872**. 7 de janeiro de 1872. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5305#?c=0&m=56&s=0&cv=1&r=0&xywh=-451%2C-154%2C2581%2C3062	relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvea passou a administração da Província de Santa Catharina ao Exm. Sr. Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra 1o vice-presidente da mesma em 7 de janeiro de 1872	Joaquim Bandeira Gouvêa	Guilherme Cordeiro Coelho Cintra	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	7 de Janeiro de 1872	34	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5305#?c=0&m=56&s=0&cv=1&r=0&xywh=-451%2C-154%2C2581%2C3062			colônia, companhia

076	ALMEIDA, Ignacio Accioli de**. Relatorio apresentado ao Exm. Sr. 3.o vice-presidente da Província de Santa Catharina Dr. Ignacio Accioli de Almeida pelo 1.o vice-presidente Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 15 de junho de 1872**. 15 de junho de 1872. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5305#?c=0&m=57&s=0&cv=1&r=0&xywh=-241%2C-4%2C1953%2C2317	Relatorio apresentado ao Exm. Sr. 3.o vice-presidente da Província de Santa Catharina Dr. Ignacio Accioli de Almeida pelo 1.o vice-presidente Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 15 de junho de 1872	Ignacio Accioli de Almeida	Guilherme Cordeiro Coelho Cintra	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	15 de junho de 1872	9	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5305#?c=0&m=57&s=0&cv=1&r=0&xywh=-241%2C-4%2C1953%2C2317	incursão de bugres, colonos com medo de incursão de bugres, colonos deixam colônia por medo de bugres		bugre
077	ULHÔA, Delfino Pinheiro de. **Relatorio com que o Exm. Sr. Doutor Delfino Pinheiro de Ulhôa passou a administração da Província de Santa Catharina ao Exm. Sr. Doutor Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão 2o vice-presidente da mesma em 13 de novembro de 1872**. 13 de novembro de 1872. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5305#?c=0&m=57&s=0&cv=15&r=0&xywh=-	Relatorio com que o Exm. Sr. Doutor Delfino Pinheiro de Ulhôa passou a administração da Província de Santa Catharina ao Exm. Sr. Doutor Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão 2o vice-presidente da mesma em 13 de novembro de 1872	Delfino Pinheiro de Ulhôa Cintra Junior	Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	13 de novembro de 1872	30	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5305#?c=0&m=57&s=0&cv=15&r=0&xywh=-1460%2C-160%2C4534%2C3198			coolonia, colono, companhia

	541%2C-160%2C2696%2C3198													
078	FERREIRA, Pedro Affonso. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Província de Santa Catharina pelo presidente, dr. Pedro Affonso Ferreira, no acto da abertura da sessão em 2 de junho de 1873**. 2 de junho de 1873. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=58&s=0&cv=0&r=0&xywh=-762%2C202%2C3187%2C2248	Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Província de Santa Catharina pelo presidente, dr. Pedro Affonso Ferreira, no acto da abertura da sessão em 2 de junho de 1873	Pedro Affonso Ferreira	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	2 de junho de 1873	10	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=58&s=0&cv=0&r=0&xywh=-762%2C202%2C3187%2C2248	incursões de bugres		bugre

079	GALVÃO, Manoel do Nascimento da Fonseca. **Relatorio apresentado pelo vice-presidente da Província de Santa Catharina exm. Sr. Doutor Manoel do Nascimento da Fosenca Galvão ao Terceiro vice-presidente exm. Sr. Doutor Ignacio Accioli de Almeida por occasião de passar-lhe a administração da mesma em 27 de Janeiro de 1873**. 27 de janeiro de 1873. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=59&s=0&cv=1&r=0&xywh=-547%2C-139%2C2340%2C2776	Relatorio apresentado pelo vice-presidente da Província de Santa Catharina exm. Sr. Doutor Manoel do Nascimento da Fosenca Galvão ao Terceiro vice-presidente exm. Sr. Doutor Ignacio Accioli de Almeida por occasião de passar-lhe a administração da mesma em 27 de Janeiro de 1873.	Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão	Ignacio Accioli de Almeida	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	27 de janeiro de 1873	17	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=59&s=0&cv=1&r=0&xywh=-547%2C-139%2C2340%2C2776	incursão de bugres, bugres matam colonos, defesa contra bugres, incursões contra bugres (governo)		colônia, colonos, companhia, selvagens
080	FERREIRA, Pedro Afonso. **Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira Passou a administração da Província de Santa Catharina ao 4o vice-presidente exm. Sr. Tenente-coronel Luiz Ferreira do Nascimento e Mello no dia 8 de outubro de 1873**. 8 de outubro de 1873. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5	Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira Passou a administração da Província de Santa Catharina ao 4o vice-presidente exm. Sr. Tenente-coronel Luiz Ferreira do Nascimento e Mello no dia 8 de outubro de 1873	Pedro Affonso Ferreira	Luiz Ferreira do Nascimento	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	8 de outubro de 1873	14	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=60&s=0&cv=1&r=0&xywh=-782%2C-258%2C2779%2C1960			colônia, colono, companhia

	274#?c=0&m=60&s=0&cv=1&r=0&xywh=-127%2C-258%2C1652%2C1960													
081	SILVA, João Tomé da. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Província de Santa Catharina em 25 de março de 1874 pelo exm. sr. presidente da Província, dr. João Thomé da Silva**. 25 de março de 1874. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=62&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1263%2C-1%2C3773%2C2662	Falla dirigida á Assembléa Legislativa Província de Santa Catharina em 25 de março de 1874 pelo exm. sr. presidente da Província, dr. João Thomé da Silva	João Tomé da Silva	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	25 de março de 1874	88	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=62&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1263%2C-1%2C3773%2C2662	incursão de bugres, colonos com medo de incursões de buges, bugres matam colonos, guardas protegem contra bugres, incursão contra bugres, bugres destroem plantações		colônia, colono, companhia, mato, tribus, selvagens

082	SILVA, João Tomé da. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Províncial de Santa Catharina em 21 de março de 1875 pelo exm. sr. presidente da Província, dr. João Thomé da Silva**. 21 de março de 1875. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=63&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1088%2C129%2C3807%2C2686	Falla dirigida á Assembléa Legislativa Províncial de Santa Catharina em 21 de março de 1875 pelo exm. sr. presidente da Província, dr. João Thomé da Silva	João Tomé da Silva	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	21 de março de 1875	137	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=63&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1088%2C129%2C3807%2C2686	abertura de estradas		colônia, índio, companhia,
083	MELLO, Luiz Ferreira do Nascimento. **Relatório 1875**. 12 de agosto de 1875. Disponível: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=65&s=0&cv=16&r=0&xywh=-280%2C651%2C2228%2C2644	Relatório 1875	Luiz ferreira do nascimento Mello	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	12 de agosto de 1875	16	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=65&s=0&cv=16&r=0&xywh=-280%2C651%2C2228%2C2644			colônia, companhia

084	MELLO FILHO, João Capistrano Bandeira de . **Falla com que o exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abrio a 1.a sessão da 21.a legislatura da Assembléa Legislativa da Província de Santa Catharina em 1.o de março de 1876**. 1 de março de 1876. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=66&s=0&cv=153&r=0&xywh=-797%2C1204%2C3123%2C2203	Falla com que o exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abrio a 1.a sessão da 21.a legislatura da Assembléa Legislativa da Província de Santa Catharina em 1.o de março de 1876	João Capistrano Bandeira de Mello Filho	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de março de 1876	123	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=66&s=0&cv=153&r=0&xywh=-797%2C1204%2C3123%2C2203	incursão de bugres, defesa contra bugres, colonos afugentam bugres, cateques e,		colônia, colono, imigrante, índio, companhia, selvagens
085	ESPIRITO SANTO, Herminio Francisco. **Relatório do Chefe de Polícia**. 28 de jneiro de 1876. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=66&s=0&cv=136&r=0&xywh=-467%2C-150%2C2516%2C2985	Relatorio do Chefe de Polícia	Herminio Francisco do Espírito Santo	João Capistrano Bandeira de Mello Filho	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	28 de janeiro de 1876	16	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=66&s=0&cv=123&r=0&xywh=-1113%2C-1%2C3808%2C2687	incursão de bugres, bugres roubam, bugres matam animais de colonos, bugres ferem colono, colonos afugentam bugres, colonos com medo de incursõe s de bugres,		colônia, colono, bugre, afugentar, botocudo, companhia, selvagens

												bugres matam colono, alerta do perigo indígena, falta de defesa contra bugres, critica aos colonos, cateques e,		
086	SILVA JUNIOR, José Ramos da**. Relatorio do Inspector Geral da Instrução Publica**. 31 de janeiro de 1875. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=66&s=0&cv=149&r=0&xywh=-92%2C308%2C1731%2C2054	Relatorio do Inspector Geral da Instrução Publica	José Ramos da Silva Junior	João Capistrano Bandeira de Mello Filho	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	31 de janeiro de 1875	14	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=66&s=0&cv=149&r=0&xywh=-92%2C674%2C1731%2C2054			colônia
087	TAUNAY, Alfredo de Esgragnolle. **relatorio com que ao Exm. Sr. Dr. Alfredo de Esgragnolle Taunay passou a administração da Província de Santa Catharina ao Exm. Sr. Dr. Capristrano Banddeira de Mello Filho em 7 de junho de 1876**. 7 de junho de 1876. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/title	relatorio com que ao Exm. Sr. Dr. Alfredo de Esgragnolle Taunay passou a administração da Província de Santa Catharina ao Exm. Sr. Dr. Capristrano Banddeira de Mello Filho em 7 de junho de 1876	Alfredo de Esgragnolle Taunay	João Capistrano Bandeira de Mello Filho	informar	vários assuntos	Santa Catarina	7 de junho de 1876	48	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=67&s=0&cv=47&r=0&xywh=-505%2C694%2C2824%2C1992	incursão de bugres, bugres matam colono, bugres ferem colonos, incursão contra bugres		colônia, colono, bugre, companhia, mato

	s/189?terms=&item_id=5274#?c=0&m=67&s=0&cv=47&r=0&xywh=-505%2C694%2C2824%2C1992													
088	ARAÚJO, José Bento de. **Falla com que o exm. sr. dr. José Bento de Araujo abrio a 2.a sessão da 21.a legislatura da Assembléa Legislativa Província l de Santa Catharina em 6 de março de 1877**. 6 de março de 1877. Disponível: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5278#?c=4&m=68&s=0&cv=35&r=0&xywh=-606%2C-1%2C4282%2C3021	Falla com que o exm. sr. dr. José Bento de Araujo abrio a 2.a sessão da 21.a legislatura da Assembléa Legislativa Província l de Santa Catharina em 6 de março de 1877	josé Bento de Araújo	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	6 de março de 1877	36	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5278#?c=4&m=68&s=0&cv=35&r=0&xywh=-606%2C-1%2C4282%2C3021	incursões de bugres, bugres matam colono, bugres roubam, cateques e, aquisição de interprete, batedores do mato,		colônia, colono, companhia, batedores, mato, selvagens

089	TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle**. relatorio com que ao exm Sr. Dr.Herminio Francisco do Espirito Santo 1 vice-presidente passou a administração da Província de Santa Catharina o Dr. Alfredo d'Escragnolle Caunay em 2 de janeiro de 1877**. 2 de janeiro de 1877. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5317#?c=4&m=69&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1206%2C-1%2C4058%2C2863	relatorio com que ao exm Sr. Dr.Herminio Francisco do Espirito Santo 1 vice-presidente passou a administração da Província de Santa Catharina o Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay em 2 de janeiro de 1877	Alfredo de Esgragnolle Taunay	Hermínio Francisco do Espírito Santo	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	2 de janeiro de 1877	96	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5317#?c=4&m=69&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1206%2C-1%2C4058%2C2863	contrato com Caetano Pinto, Conde d'Eu, cateques e, incursão de bugres, bugres matam colonos, batedore s do matto, extermíni o de índios	importante	colônia, colono, índio, bugre, companhia, batedores, mato, tribus, selvagens
090	ARAUJO, Jose Bento de. **relatorio com que ao Exm. Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho 1o vice-presidente passou a administração da Província de Santa Catharina o Exm. Sr. Dr. Jose Bento de Araujo em 14 de fevereiro de 1878**. 14 de fevereiro de 1878. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5317#?c=0&m=71&s=0&cv=1&r=0&xywh=-452%2C599%2C2800%2C3322	relatorio com que ao Exm. Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho 1o vice-presidente passou a administração da Província de Santa Catharina o Exm. Sr. Dr. Jose Bento de Araujo em 14 de fevereiro de 1878	josé Bento de Araújo	Joaquim da Silva Ramalho	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	14 de fevereir o de 1878	42	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5317#?c=0&m=71&s=0&cv=1&r=0&xywh=-342%2C1490%2C2119%2C2514	proteção contra bugres, demarca ção de terras, Braço do Norte		colônia, colono, bugre, gentio, companhia, mato

091	RAMALHO, Joaquim da Silva. **Relatorio com que ao Exm. Sr. Dr. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque passou a administração da Província de Santa Catharina o Exm. Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho 1o vice-presidente em 7 de maio de 1878.** 7 de maio de 1878. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5317#?c=0&m=71&s=0&cv=43&r=0&xywh=-532%2C-150%2C2518%2C2987	Relatorio com que ao Exm. Sr. Dr. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque passou a administração da Província de Santa Catharina o Exm. Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho 1o vice-presidente em 7 de maio de 1878	Joaquim da Silva Ramalho	Lourenço Cavalcanti de Albuquerque	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	7 de maio de 1878	44	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5317#?c=0&m=71&s=0&cv=43&r=0&xywh=-532%2C-150%2C2518%2C2987	bugres matam colono, bugres ferem colono, bugres roubam, contrato com Caetano Pinto,		colônia, colono, bugre, companhia, mato
092	ALBUQUERQUE, Lourenço Cavalcanti. **Relatorio com que a exm. Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho 1o vice-presidente passou a administração da Província de Santa Catharina e Exm. Sr. Dr. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque em 11 de dezembro de 1878**. 11 de dezembro de 1878. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5317#?c=0&m=71&s=0&cv=86&r=0&xywh=-539%2C-157%2C2629%2C3120	Relatorio com que a exm. Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho 1o vice-presidente passou a administração da Província de Santa Catharina e Exm. Sr. Dr. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque em 11 de dezembro de 1878	Lourenço Cavalcanti de Albuquerque	Joaquim da Silva Ramalho	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	11 de dezembro de 1878	57	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5317#?c=0&m=71&s=0&cv=86&r=0&xywh=-539%2C-157%2C2629%2C3120	batedores do mato, demarcação de terras, Braço do norte, Capivari,		colônia, colono, companhia, batedores, mato

093	RAMALHO, Joaquim da Silva. **Relatorio com que ao Exm. Sr. Dr. Antonio D'Almeida Oliveira passou a administração da Província o exm. Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho 1o vice-presidente em 18 de abril de 1879**. 18 de abril de 1879. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5320#?c=4&m=72&s=0&cv=1&r=0&xywh=-531%2C-291%2C2627%2C2961	Relatorio com que ao Exm. Sr. Dr. Antonio D'Almeida Oliveira passou a administração da Província o exm. Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho 1o vice-presidente em 18 de abril de 1879	Joaquim da Silva Ramalho	Antonio d'Almeida Oliveira	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	18 de abril de 1879	26	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5320#?c=4&m=72&s=0&cv=1&r=0&xywh=-531%2C-291%2C2627%2C2961			colônia, colono, companhia, mato
094	. OLIVEIRA, Antonio de Almeida. Falla com que o exm.o snr. doutor Antonio de Almeida Oliveira, abriu a sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Província de Santa Catharina em 2 de janeiro de 1880. 2 de janeiro de 1880. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5320#?c=0&m=73&s=0&cv=1&r=0&xywh=-971%2C209%2C3460%2C2440	Falla com que o exm.o snr. doutor Antonio de Almeida Oliveira, abriu a sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Província de Santa Catharina em 2 de janeiro de 1880	Antonio de Almeida Oliveira	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	2 de janeiro de 1880	52	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5320#?c=0&m=73&s=0&cv=1&r=0&xywh=-971%2C209%2C3460%2C2440	incursão de bugres, defesa contra bugres, batedores do mato, cateques e, aldeamentos, patrimôni o dotal,		colônia, colono, bugre, afugentar, companhia, mato

095	OLIVEIRA, Antonio de Almeida. **Relatorio com que ao Exm. Sr. Corone Manoel Pinto de Lemos 1o vice-presidente passou a administração da Província o Exm. Sr. Dr. Antonio de Almeida Oliveira em 10 de maio de 1880.** 10 de maio de 1880. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5320#?c=0&m=74&s=0&cv=5&r=0&xywh=-1225%2C0%2C3824%2C2697	Relatorio com que ao Exm. Sr. Corone Manoel Pinto de Lemos 1o vice-presidente passou a administração da Província o Exm. Sr. Dr. Antonio de Almeida Oliveira em 10 de maio de 1880.	Antonio de Almeida Oliveira	Manoel Pinto de Lemos	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	10 de maio de 1880	21	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5320#?c=0&m=74&s=0&cv=5&r=0&xywh=-1225%2C0%2C3824%2C2697			colônia, colono, companhia
096	CARVALO, Joaquim Antonio de; et all. **secretaria de Policia da Província de Santa Caharina. Cidade do Desterro, em 30 de Abril de 1880**. 30 de abril de 1880. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5320#?c=0&m=74&s=0&cv=26&r=0&xywh=-1034%2C-1%2C3570%2C2519	secretaria de Policia da Província de Santa Caharina. Cidade do Desterro, em 30 de Abril de 1880.	Joaquim Antonio de Carrvalho, João Telles de Menezes, Antonio José Sarmento e Mello, Feliciano Antonio da Rocha, Pedro Gomes de Argollo Ferão, José do Rego Raposo, Alexandre Marcellino Bayma,	Palacio da Presidencia da Província de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	27 de abril de 1880	12	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5320#?c=0&m=74&s=0&cv=26&r=0&xywh=-1034%2C-1%2C3570%2C2519	incursão de bugres, bugres matam colono, colonos ferem bugre, Gravatá		colono, bugre, selvagens

			Henrique Schutel											
097	LEMOS, Manoel Pinto de. **Relatorio com que ao Exm. Sr. Dr. João Rodrigues Chaves Passou a administração da Província de Santa Catharina o Exm. Sr. Coronel Manoel Pinto de Lemos1o vice-presidente em 7 de julho de 1880**. 7 de julho de 1880. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5320#?c=0&m=74&s=0&cv=45&r=0&xywh=-554%2C366%2C2166%2C1528	Relatorio com que ao Exm. Sr. Dr. João Rodrigues Chaves Passou a administração da Província de Santa Catharina o Exm. Sr. Coronel Manoel Pinto de Lemos1o vice-presidente em 7 de julho de 1880	Manoel Pinto de Lemos	João Rodrigues Chaves	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	7 de julho de 1880	20	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5320#?c=0&m=74&s=0&cv=45&r=0&xywh=-554%2C366%2C2166%2C1528		demarcação de terras	colônia
098	CHAVES, João Rodrigues. **Falla com que o exm.o sñr. doutor João Rodrigues Chaves abriu a segunda sessão da vigesima segunda legislatura da Assembléa Provincial de Santa Catharina em 2 de fevereiro de 1881.** 2 de fevereiro de 1881.	Falla com que o exm.o sñr. doutor João Rodrigues Chaves abriu a segunda sessão da vigesima segunda legislatura da Assembléa Provincial de Santa Catharina em 2 de fevereiro de 1881.	João Rodrigues Chaves	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	2 de fevereiro de 1881	44	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5320#?c=0&m=75&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1094%2C-1%2C3786%2C2671	incursão de bugres, bugres ferem colonos, colonos com medo de incursões de bugres,		colônia, colono, índio, companhia, batedores, mato, selvagens

	Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5320#?c=0&m=75&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1094%2C-1%2C3786%2C2671											bugres roubam ferramentas, batedores do mato, cateques e,		
099	GOMES, José Antônio. **inspetoria da saude pubica relatório do anno de 1880**. 1880. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5320#?c=0&m=75&s=0&cv=67&r=0&xywh=-1278%2C-1%2C4154%2C2931	inspetoria da saude pubica relatório do anno de 1880.	José Antonio Gomes	João Rodriges Chaves	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1880	28	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5320#?c=0&m=75&s=0&cv=67&r=0&xywh=-1278%2C-1%2C4154%2C2931	incursão de bugres, bugres ferem colonos, defesa contra bugres, colonos afugentam bugres, bugres roubam ferramentas, bugres ferem animais,		colônia, colono, bugre, selvagens
100	CHAVES, Antonio Gonçalves. **Falla com que o exm. sñr. doutor Antonio Gonçalves Chaves abriu a primeira sessão da vigésima quarta legislatura da Assembléa Províncial de Santa Catharina em 6 de outubro de 1882.** 6 de outubro de 1882. Disponível em:	Falla com que o exm. sñr. doutor Antonio Gonçalves Chaves abriu a primeira sessão da vigésima quarta legislatura da Assembléa Províncial de Santa Catharina em 6 de outubro de 1882.	Antonio Gonçalves Chaves	assemblei a legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	6 de outubro de 1882	72	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=75&s=0&cv=0&r=0&xywh=-115%2C-1%2C1844%2C1301			colônia, companhia, mato

	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=76&s=0&cv=0&r=0&xywh=-115%2C-1%2C1844%2C1301													
101	CHAVES, João Rodrigues. **Relatorio com que o Exm. Sr. Desembargador João Rodrigues Chaves passou a administração da Província ao exm. Sr. Doutor Joaquim Augusto do Livramento 3o vice-presidente em 9 de março de 1882**. 9 de março de 1882. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=77&s=0&cv=1&r=0&xywh=105%2C592%2C1496%2C1775	Relatorio com que o Exm. Sr. Desembargador João Rodrigues Chaves passou a administração da Província ao exm. Sr. Doutor Joaquim Augusto do Livramento 3o vice-presidente em 9 de março de 1882	João Rodrigues Chaves	Joaquim Augusto do Livramento	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	9 de março de 1882	63	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=77&s=0&cv=1&r=0&xywh=105%2C592%2C1496%2C1775	incursão de bugres, defesa contra bugres, Capivari, Gravatá, Braço do Norte, Tubarão		colônia, colono, índio, afugentar, companhia, mato, tribus, selvagens

102	SANTOS, Francisco de Lima Santos. **Exposição com que ao Exm. Sr. Doutor Joaquim Augusto do Livramento 3o vice-presidente passou a dministração da Província o Exm. Sr. Doutor Ernesto Francisco de Lima Santos em 30 de junho de 1882.** 30 de junho de 1882. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=78&s=0&cv=1&r=0&xywh=-546%2C-151%2C2530%2C3002	Exposição com que ao Exm. Sr. Doutor Joaquim Augusto do Livramento 3o vice-presidente passou a dministração da Província o Exm. Sr. Doutor Ernesto Francisco de Lima Santos em 30 de junho de 1882	Ernesto Francisco de Lima Santos	Joaquim Augusto do Livramento	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	30 de junho de 1882	39	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=78&s=0&cv=1&r=0&xywh=-546%2C-151%2C2530%2C3002			colônia, companhia
103	SOUTO, Theodoretto Carlos de Faria. **Relatorio com que o exm. sñr. doutor Theodoreto Carlos de Faria Souto abriu a segunda sessão da vigessima quarta legislatura da Assembléa Províncial de Santa Catharina em 25 de março de 1883**. 25 de março de 1883. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=80&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1037%2C-1%2C3705%2C2614	Relatorio com que o exm. sñr. doutor Theodoreto Carlos de Faria Souto abriu a segunda sessão da vigessima quarta legislatura da Assembléa Províncial de Santa Catharina em 25 de março de 1883	Theodoreto Carlos de Faria Souto	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	25 de março de 1883	106	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=80&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1037%2C-1%2C3705%2C2614			colônia, colono, companhia, tribus

104	LEMOS, Manoel Pinto de. **Relatorio com que ao exm. Sr. Doutor Theodoreto Carlos de Faria Souto passou a administração da Província o Exm. Sr. Coronel Manoel Pinho de Lemos 1o vice-presidente em 28 de fevereiro de 1883**. 28 de fevereiro de 1883. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=81&s=0&cv=12&r=0&xywh=-457%2C-138%2C2321%2C2754	Relatorio com que ao exm. Sr. Doutor Theodoreto Carlos de Faria Souto passou a administração da Província o Exm. Sr. Coronel Manoel Pinho de Lemos 1o vice-presidente em 28 de fevereiro de 1883	Manoel Pinto de Lemos	Theodoreto Carlos de Faria Souto	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	28 de fevereiro de 1883	19	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=81&s=0&cv=12&r=0&xywh=-457%2C-138%2C2321%2C2754	incursões de bugres, defesa contra bugres, bugres ferem colono, batedores do matto,		colônia, companhia, batedores, indigenas, selvagens
105	SOUTO, Theodoreto Carlos de Faria. **Relatorio com que ao Exm. Sñr. Doutor Francisco Luz da Gama Roza passou a administração da Província o Exm. Sr. Doutor Theodoreto Carlos de Faria Souto em 29 de agosto de 1883**. 29 de agosto de 1883. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=82&s=0&cv=1&r=0&xywh=437%2C1098%2C613%2C727	Relatorio com que ao Exm. Sñr. Doutor Francisco Luz da Gama Roza passou a administração da Província o Exm. Sr. Doutor Theodoreto Carlos de Faria Souto em 29 de agosto de 1883	Theodoreto Carlos de Faria Souto	Francisco Luiz da Gama Roza	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	29 de agosto de 1883	64	crl	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=82&s=0&cv=1&r=0&xywh=437%2C1098%2C613%2C727	Alerta perigo indígena, bugres ferem colonos, incursão contra bugres, bugres matam colonos, colonos afugentam bugres, defesa contra bugres,		colônia, colono, índio, afugentar, gentio, companhia, batedores, matto

106	ROZA, Francisco Luiz da Gama. **Falla com que o exm. sr. dr. Francisco Luiz da Gama Roza abriu a primeira sessão da vigesima quinta legislatura da Assembléa Legislativa Províncial de Santa Catharina em 5 de fevereiro de 1884**. 5 de fevereiro de 1884. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=83&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1300%2C-535%2C4023%2C2837	Falla com que o exm. sr. dr. Francisco Luiz da Gama Roza abriu a primeira sessão da vigesima quinta legislatura da Assembléa Legislativa Províncial de Santa Catharina em 5 de fevereiro de 1884	Luiz da Gama Roza	assemblei a legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	5 de fevereir o de 1884	29	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=83&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1300%2C-535%2C4023%2C2837	Grão-Pará,		colônia, colono, companhia, tribus
107	ALMEIDA. Severiano de Souza e. **Extracto do Relatorio do Dr. Chefe de polícia.** 1884. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=83&s=0&cv=30&r=0&xywh=-476%2C-158%2C2631%2C3154	Extracto do Relatorio do Dr. Chefe de polícia	Severiano de Souza e Almeida	Luiz da Gama Roza	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1884	31	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=83&s=0&cv=30&r=0&xywh=-476%2C-158%2C2631%2C3154	incursões de bugres, bugres matam colonos, bugres matam animais dos colonos, bugres destroem plantações, bugres roubam,		colônia, colono, companhia, selvagens

108	ROSA, Francisco Luiz da Gama. **Relatorio com que ao exm. Sr. Doutor José Lustosa da Cunha Paranagua passou a administração da Província o Exm. Sr. Doutor Francisco Luiz da Gama Rosa em 9 de setembro de 1884**. 9 de setembro de 1884. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=84&s=0&cv=1&r=0&xywh=-514%2C-259%2C2194%2C2585	Relatorio com que ao exm. Sr. Doutor José Lustosa da Cunha Paranagua passou a administração da Província o Exm. Sr. Doutor Francisco Luiz da Gama Rosa em 9 de setembro de 1884	Francisco Luiz da Gama Roza	José Lustosa da Cunha Paranagua	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	9 de setembro de 1884	6	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5280#?c=0&m=84&s=0&cv=1&r=0&xywh=-514%2C-259%2C2194%2C2585			índio, mato
109	PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. **Relatorio com que ao exm. sr. coronel Manoel Pinto de Lemos, 1.o vice presidente, passou a administração da Província de Santa Catharina, o dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, em 22 de junho de 1885**. 22 de junho de 1885. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5284#?c=4&m=85&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1245%2C0%2C4041%2C2850	Relatorio com que ao exm. sr. coronel Manoel Pinto de Lemos, 1.o vice presidente, passou a administração da Província de Santa Catharina, o dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, em 22 de junho de 1885	José Lustosa da Cunha Paranaguá	Coronel Manoel Pinto de Lemos	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	22 de junho de 1885	92	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5284#?c=4&m=85&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1245%2C0%2C4041%2C2850			colônia, colono, índio, bugre, botocudo, gentio, compnhia, mato, selvagens

110	LEMES, Manoel Pinto de. **Relatorio com que o Exm. Sr. Coronel Manoel Pinto de Lemes 1o vice-presiddente passou a administração da Província ao Exm. Sr. Doutor Antonio Lara da Fontoura Palmeiro em 28 de junho de 1885**. 28 de junho de 1885. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5328#?c=4&m=86&s=0&cv=1&r=0&xywh=-190%2C-106%2C2127%2C2390	Relatorio com que o Exm. Sr. Coronel Manoel Pinto de Lemes 1o vice-presiddente passou a administração da Província ao Exm. Sr. Doutor Antonio Lara da Fontoura Palmeiro em 28 de junho de 1885	Manoel Pinto de Lemos	Antonio Lara da Fontoura Palmeiro	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	28 de junho de 1885	6	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5328#?c=4&m=86&s=0&cv=1&r=0&xywh=-190%2C-106%2C2127%2C2390			companhia
111	PALMEIRO, Antonio Lara da Fontoura.**Falla...Sem data 1885**. 1885. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5328#?c=0&m=87&s=0&cv=0&r=0&xywh=0%2C-601%2C2463%2C2913	Falla...Sem data 1885	Antonio Lara da Fontoura Palmeiro	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1885	10	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5328#?c=0&m=87&s=0&cv=0&r=0&xywh=0%2C-14%2C2463%2C1738			colônia
112	ROCHA, José da. **Falla...1 nov**. 1885. 1 de novembro de 1885. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5328#?c=0&m=87&s=0&cv=10&r=0&xywh=-120%2C-228%2C2400%2C2837	Falla...1 nov. 1885	José da Rocha	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1885	17	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5328#?c=0&m=87&s=0&cv=10&r=0&xywh=-120%2C-228%2C2400%2C2837			companhia

113	ROCHA, Francisco José da. **Relatorio apresentado a assembleia legislativa da Província de Santa Catharina na 1o sessão de sua 26o legislatura pelo presidente Dr. Francisco José da Rocha em 21 de julho de 1886**. 21 de julho de 1886. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5328#?c=0&m=88&s=0&cv=1&r=0&xywh=61%2C1026%2C1560%2C1844	Relatorio apresentado a assembleia legislativa da Província de Santa Catharina na 1o sessão de sua 26o legislatura pelo presidente Dr. Francisco José da Rocha em 21 de julho de 1886	Francisco José da Rocha	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	21 de julho de 1886	228	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5328#?c=0&m=88&s=0&cv=1&r=0&xywh=61%2C1026%2C1560%2C1844	batedores do mato, defesa contra bugres, abertura de picadas, abertura de estradas, cateques e, apresamento, incursão contra bugres		colônia, colono, índio, bugres, afugentar, companhia, batedores, selvagens
114	Mello, José Ferreira de. **Extracto do Relatorio do Dr. Chefe de Policia, de 30 de janeiro de 1886.** 30 de janeiro de 1886. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5328#?c=0&m=88&s=0&cv=231&r=0&xywh=-444%2C-153%2C2582%2C3053	Extracto do Relatorio do Dr. Chefe de Policia, de 30 de janeiro de 1886	José Ferreira de Mello	Francisco José da Rocha	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	30 de janeiro de 1886	3	crl	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5328#?c=0&m=88&s=0&cv=231&r=0&xywh=-444%2C-153%2C2582%2C3053	incursão de bugres, bugres matam colonos, bugres roubam, bugres matam animais dos colonos, colonos com medo de incursões de bugres, defesa contra bugres, batedore		índio, bugre, afugentar, companhia, batedores, selvagens

												s do mato,		
115	ROCHA, Francisco José. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Províncial de Santa Catharina na 2.a sessão de sua 26.a legislatura, pelo presidente, Francisco José da Rocha, em 11 de outubro de 1887**. 11 de outubro de 1887. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5286#?c=4&m=89&s=0&cv=0&r=0&xywh=-261%2C-84%2C2361%2C1665	Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Províncial de Santa Catharina na 2.a sessão de sua 26.a legislatura, pelo presidente, Francisco José da Rocha, em 11 de outubro de 1887	José Francisco Rocha	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	11 de outubro de 1887	473	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5286#?c=4&m=89&s=0&cv=0&r=0&xywh=-261%2C-84%2C2361%2C1665	Grão-Pará, catequese, apresamento, aldeamentos, incursões de bugres, bugres roubam, bugres matam colonos, Tubarão, Araranguá, bugres roubam ferramentas, bugres ferem colonos, bugres atacam comissão que media terras,	o documento fala sobre sambaqui e arte rupestre entre as pgs 349 e 355.	colônia, colono, índio, bugre, afugentar, companhia, mato, indigenas, tribus, selvagens

												sambaqui, arte rupestre		
116	SOUZA, Augusto Fausto de. **Relatorio com que o exm. sr. coronel dr. Augusto Fausto de Souza abrio a 1.a sessão da 27.a legislatura da Assembléa Províncial em 1.o de setembro de 1888**. 1 de setembro de 1888. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5286#?c=0&m=90&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1321%2C-551%2C4192%2C2957	Relatorio com que o exm. sr. coronel dr. Augusto Fausto de Souza abrio a 1.a sessão da 27.a legislatura da Assembléa Províncial em 1.o de setembro de 1888	Augusto Fausto de Souza	assembleia legislativa da Província de santa catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	1 de setembro de 1888	48	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5286#?c=0&m=90&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1321%2C-551%2C4192%2C2957	ataque de bugres na estrada,		colônia, colono, índio, bugre, companhia, matto,

117	ROCHA, Francisco José da. **Relatorio com que ao Exm. Sr. Coronel Augusto Fausto de Souza presidente da Província de Santa Catharina passou a administração da mesma Província o Dr. Francisco José da Rocha em 20 de maio de 1888**. 20 de maio de 1888. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5286#?c=0&m=91&s=0&cv=1&r=0&xywh=-577%2C-570%2C2673%2C3161	Relatorio com que ao Exm. Sr. Coronel Augusto Fausto de Souza presidente da Província de Santa Catharina passou a administração da mesma Província o DR. Francisco José da Rocha em 20 de maio de 1888	Francisco José da Rocha	Augusto Fausto de Souza	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	20 de maio de 1888	56	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5286#?c=0&m=91&s=0&cv=1&r=0&xywh=-577%2C-570%2C2673%2C3161	ocupação de extintas colônias de índio		colônia, colono, companhia, mato
118	SOUZA, Augusto Ferreira de**. Relatorio com que ao Exm. Sr. José Ferreira de Mello passou a administração da Província de Santa Catharina o doutor Coronel Augusto Fausto de Souza em 13 de novembro de 1889 e offcio com que ao Exm Sr. Conego Joaquim Eloy de Medeiros passou a a administração da Província o Dr. José Ferreira de Mello em 6 de março de 1889**. 6 de março de 1899. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5	Relatorio com que ao Exm. Sr. José Ferreira de Mello passou a administração da Província de Santa Catharina o doutor Coronel Augusto Fausto de Souza em 13 de novembro de 1889 e offcio com que ao Exm Sr. Conego Joaquim Eloy de Medeiros passou a a administração da Província o Dr. José Ferreira de Mello em 6 de março de 1889	Augusto Fausto de Souza	José Ferreira de Mello	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	6 de março de 1889	30	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5286#?c=0&m=92&s=0&cv=1&r=0&xywh=-445%2C-147%2C2473%2C2924	Grão-Pará, incursão de bugres, bugres ferem colonos, colonos afugentam bugres, colonos matam bugre, apresamento, defesa contra bugres, cateques e,		colônia, colono, índio, mato, selvagens

	286#?c=0&m=92&s=0&cv=1&r=0&xywh=-445%2C-147%2C2473%2C2924													
119	MEDEIROS, Conego Joaquim Eloy de. **Relatorio com que o Exm. Sr. Conego Joaquim Eloy de Medeiros 2o vice-presidente passou a administração da Província ao Exm. Sr. Dr. Abdon Baptista 1o vice-presidente em 20 de junho de 1889**. 20 de junho de 1889. Disponível: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=4&m=94&s=0&cv=1&r=0&xywh=-400%2C0%2C2206%2C2479	Relatorio com que o Exm. Sr. Conego Joaquim Eloy de Medeiros 2o vice-presidente passou a administração da Província ao Exm. Sr. Dr. Abdon Baptista 1o vice-presidente em 20 de junho de 1889	Conego Joaquim Eloy de Medeiros	Abdon Baptista	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	20 de junho de 1889	55	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=4&m=94&s=0&cv=1&r=0&xywh=-400%2C0%2C2206%2C2479			colônia, colono,

120	BAPTISTA, Abdon. **relatorio com que ao excellentissimo Sr. Doutor Luiz Alves Leite de Oliveira Bella passou a administração da Província o Exm. Sr. Doutor Abdon Baptista 1o vice-presidente em 14 de julho de 1889**. 14 de julho de 1889. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=4&m=94&s=0&cv=55&r=0&xywh=-291%2C34%2C2049%2C2303	relatorio com que ao excellentissimo Sr. Doutor Luiz Alves Leite de Oliveira Bella passou a administração da Província o Exm. Sr. Doutor Abdon Baptista 1o vice-presidente em 14 de julho de 1889	Abdon Baptista	Luiz Alves Leite de Oliveira Bella	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	14 de julho de 1889	32	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=4&m=94&s=0&cv=55&r=0&xywh=-291%2C34%2C2049%2C2303			colônia, colono, companhia, mato
121	RICHARD, Gustavo. **Mensagem do Coronel Gustavo Richard governador do Estado de Santa Catharina na abertura do congresso Constituinte a 28 de abril de 1891**. 28 de abril de 1891. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=95&s=0&cv=2&r=0&xywh=726%2C52%2C1368%2C1617	Mensagem do Coronel Gustavo Richard governador do Estado de Santa Catharina na abertura do congresso Constituinte a 28 de abril de 1891	Gustavo Richard	membros do congresso constituinte do estado de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	28 de abril de 1891	6	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=95&s=0&cv=2&r=0&xywh=726%2C52%2C1368%2C1617			colônia

122	RICHARD, Gustavo. **Mensagem do coronel Gustavo Richard vice-Governador do Estado de Santa Catharina na abertura do primeiro congresso legislativo a 29 de setembro de 1891**. 29 de setembro de 1891. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=95&s=0&cv=9&r=0&xywh=-531%2C-185%2C3125%2C3695	Mensagem do coronel Gustavo Richard vice-Governador do Estado de Santa Catharina na abertura do primeiro congresso legislativo a 29 de setembro de 1891	Gustavo Richard	representantes do congresso legislativo do estado de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Cidade do Desterro	29 de setembro de 1891	13	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=95&s=0&cv=9&r=0&xywh=-531%2C-185%2C3125%2C3695			colônia, mato
123	LUZ, Hercilio Pedro da. **Mensagem apresentada ao congresso representativo de Santa Catharina pelo Dr. Hercilio Pedro da Luz governador do estado em 27 de julho de 1895**. 27 de julho de 1895. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=98&s=0&cv=1&r=0&xywh=-411%2C806%2C2553%2C3018	Mensagem apresentada ao congresso representativo de Santa Catharina pelo Dr. Hercilio Pedro da Luz governador do estado em 27 de julho de 1895	Hercilio Pedro da Luz	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	27 de Julho de 1895	17	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=98&s=0&cv=1&r=0&xywh=-411%2C806%2C2553%2C3018			colônia, colono, companhia

124	LUZ, Hercílio Pedro da. **Mensagem dirigida ao congresso representativo do Estado de Santa Catharina no acto da abertura da 2a sessão de sua 2 legislatura em 6 de agosto de 1896 pelo engenheiro civil Hercilio Pedro da Luz governador do estado**. 6 de agosto de 1896. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=99&s=0&cv=1&r=0&xywh=-554%2C151%2C2810%2C3323	Mensagem dirigida ao congresso representativo do Estado de Santa Catharina no acto da abertura da 2a sessão de sua 2 legislatura em 6 de agosto de 1896 pelo engenheiro civil Hercilio Pedro da Luz governador do estado	Hercilio Pedro da Luz	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	6 de agosto de 1896	28	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=99&s=0&cv=1&r=0&xywh=-554%2C151%2C2810%2C3323			colônia, colono, companhia
125	SCHMIDT, Felippe. Mensagem apresentada ao congresso representativo em 10 de agosto de 1899 pelo DR. Felippe Schmidt governaddor do estado. 10 de agosto de 1899. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=101&s=0&cv=1&r=0&xywh=-477%2C-151%2C2553%2C3018	Mensagem apresentada ao congresso representativo em 10 de agosto de 1899 pelo DR. Felippe Schmidt governaddor do estado	Felippe Schmidt	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	10 de agosto de 1899	29	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=101&s=0&cv=1&r=0&xywh=-477%2C-151%2C2553%2C3018			colônia, colono, companhia
126	SCHMIDT, Felippe. **Mensagem apresentada ao congresso representativo em 11 de agosto de 1900 pelo Dr. Felippe Schmidt**	Mensagem apresentada ao congresso representativo em 11 de agosto de 1900 pelo Dr. Felippe	Felippe Schmidt	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	11 de agosto de 1869	31	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=102&s=0&cv=1	conserto de estradas		colônia, gentio, companhia

	governador do estado. 11 de agosto de 1900. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=102&s=0&cv=1&r=0&xywh=-571%2C-219%2C2925%2C3458	Schmidt governador do estado									&r=0&xywh=-571%2C-219%2C2925%2C3458			
127	SCHMIDT, Felippe. **Mensagem apresentada ao congresso representativo em 22 de julho de 1901 pelo Dr. Felippe Schmidt governador do estado**. 22 de julho de 1901. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=103&s=0&cv=1&r=0&xywh=-563%2C-170%2C2868%2C3391	Mensagem apresentada ao congresso representativo em 22 de julho de 1901 pelo Dr. Felippe Schmidt governador do estado	Felippe Schmidt	congresso represent ativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianó polis	22 de julho de 1901	32	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=103&s=0&cv=1&r=0&xywh=-563%2C-170%2C2868%2C3391			colônia, companhia, tribus
128	SCHMIDT, Felippe. **Mensagem apresentada ao congresso representativo em 1 de setembro de 1902 pelo governador do estado tenente coronel Felippe Schmidt**. 1 de setembro de 1902. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=104&s=0&cv=1&r=0&xywh=-492%2C39%2C2444%2C2889	Mensagem apresentada ao congresso representativo em 1 de setembro de 1902 pelo governador do estado tenente coronel Felippe Schmidt	Felippe Schmidt	congresso represent ativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianó polis	1 de setembro de 1902	51	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=104&s=0&cv=1&r=0&xywh=-492%2C39%2C2444%2C2889	catequese		colônia, companhia, mato, selvagens

129	JUNIOR, José de Oliveira Ramos. **Mensagem apresentada ao congresso representativo do estado em 26 de julho de 1903 pelo vice-governador vidal José de Oliveira Ramos Júnior**. 26 de julho de 1903. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=105&s=0&cv=1&r=0&xywh=-558%2C-167%2C2810%2C3323	Mensagem apresentada ao congresso representativo do estado em 26 de julho de 1903 pelo vice-governador vidal José de Oliveira Ramos Júnior	José de Oliveira Ramos Junior	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	26 de julho de 1903	50	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=105&s=0&cv=1&r=0&xywh=-558%2C-167%2C2810%2C3323			colônia, colono, companhia
130	RAMOS JUNIOR, Vidal José de Oliveira. **Mensagem apresentada ao congresso representativo do estado em 24 de julho de 1904 pelo vice-governador C.nel Vidal José de Oliveira Ramos Junior**. 24 de julho de 1904. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=106&s=0&cv=1&r=0&xywh=-585%2C-418%2C3040%2C3594	Mensagem apresentada ao congresso representativo do estado em 24 de julho de 1904 pelo vice-governador C.nel Vidal José de Oliveira Ramos Junior	Vidal José de Oliveira Ramos Junior	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	24 de junho de 1903	44	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=106&s=0&cv=1&r=0&xywh=-585%2C-418%2C3040%2C3594	catequese, defesa contra bugres,		colônia, colono, companhia, tribus, selvagens

131	RAMOS JUNIOR, Vidal José de Oliveira. **Mensagem apresentada ao congresso representativo do estado a 30 de julho de 1905 pelo vice-governador Cal Vidal José de Oliveira Ramos Junior**. 30de julho de 1905. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=107&s=0&cv=1&r=0&xywh=-190%2C229%2C1991%2C2354	Mensagem aresentada ao congresso representativo do estado a 30 de julho de 1905 pelo vice-governador Cal Vidal José de Oliveira Ramos Junior	Vidal José de Oliveira Ramos Junior	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	30 de julho de 1905	30	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=107&s=0&cv=1&r=0&xywh=-190%2C229%2C1991%2C2354	incursão de bugres, batedores do mato, apresamento, cateques e,		colono, índio, gentio, matto
132	OLIVEIRA, Antonio Pereira da Silva e. **Mensagem apresentada ao congresso representativo do estado em 18 de setembro de 1906 pelo coronel Antonio Pereira da silva e Oliveira presidente do congresso representativo, no exercício das funções de Governador do Estado**. 18 de setembro de 1906. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=108&s=0&cv=1&r=0&xywh=-532%2C-168%2C2839%2C3356	Mensagem apresentada ao congresso representativo do estado em 18 de setembro de 1906 pelo coronel Antonio Pereira da silva e Oliveira presidente do congresso representativo, no exercício das funções de Governador do Estado	Antonio Pereira da Silva e Oliveira	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	18 de setembro de 1906	66	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=108&s=0&cv=1&r=0&xywh=-532%2C-168%2C2839%2C3356	cateques e,		colônia, colono, botocudo, companhia, mato

133	RICHARD, Gustavo. **Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard governador do estado na sessão de abertura do congresso representativo em 5 de agosto de 1907**. 5 de agosto de 1907. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=109&s=0&cv=1&r=0&xywh=-592%2C-503%2C2953%2C3492	Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard governador do estado na sessão de abertura do congresso representativo em 5 de agosto de 1907	Gustavo Richard	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	5 de agosto de 1907	53	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=109&s=0&cv=1&r=0&xywh=-592%2C-503%2C2953%2C3492	catequese, liga patriótica,		colônia, colonos, bugre, companhia, mato, tribus
134	RICHARD, Gustavo. **mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard Governador do Estado na 2.a Sessão da 7.a Legislatura do congresso representativo em 2 de agosto de 1908.** 2 de agosto de 1908. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=110&s=0&cv=1&r=0&xywh=-291%2C1500%2C2227%2C2633	mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard Governador do Estado na 2.a Sessão da 7.a Legislatura do congresso representativo em 2 de agosto de 1908	Gustavo Richard	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	2 de agosto de 1908	47	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=110&s=0&cv=1&r=0&xywh=-291%2C1500%2C2227%2C2633			colônia, colono, companhia, mato

135	RICHARD, Gustavo. **Mensagem que o exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard governador do estado na 3.a Sessão da 7.a legislatura do Congresso representativo em 16 de agosto de 1909**. 16 de agosto de 1909. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=111&s=0&cv=1&r=0&xywh=-503%2C-173%2C2925%2C3458	Mensagem que o exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard governador do estado na 3.a Sessão da 7.a legislatura do Congresso representativo em 16 de agosto de 1909	Gustavo Richard	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	16 de agosto de 1909	68	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=111&s=0&cv=1&r=0&xywh=-503%2C-173%2C2925%2C3458			colônia, colono, companhia, mato, tribus
136	RICHARD, Gustavo. **Mensagem lida pelo exmo. Sr. Ce. Gustavo Richard governador do estado na 1.a Sessão ordinaria da 9.a legislatura do congresso representativo em 17 de setembro de 1910**. 17 de setembro de 1910. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=112&s=0&cv=1&r=0&xywh=-573%2C-658%2C2868%2C3391	Mensagem lida pelo exmo. Sr. Ce. Gustavo Richard governador do estado na 1.a Sessão ordinaria da 9.a legislatura do congresso representativo em 17 de setembro de 1910	Gustavo Richard	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	17 de setembro de 1910	55	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=112&s=0&cv=1&r=0&xywh=-573%2C-658%2C2868%2C3391			colônia, colono, bugre, companhia, mato, tribus,

137	RAMOS, Vidal José de Oliveira. **Mensagem apresentada ao congresso representativo do estado em 23 de julho de 1911 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos**. 23 de julho de 1911. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=113&s=0&cv=1&r=0&xywh=-104%2C477%2C1713%2C2025	Mensagem apresentada ao congresso representativo do estado em 23 de julho de 1911 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos	Vidal José de Oliveira Ramos	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	23 de julho de 1911	91	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=113&s=0&cv=1&r=0&xywh=-104%2C477%2C1713%2C2025	catequese, civilização de índios, incursões de bugres, aldeamentos, Serviço de proteção aos índios, defesa contra índios,		colônia, colono, índio, bugre, botocudo, companhia, mato, barbaros
138	RAMOS, Vidal José de Oliveira. **mensagem apresentada ao congresso representativo do estado em 23 de julho de 1912 pelo governador Vidal Jose' de Oliveira Ramos**. 23 de julho de 1912. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=114&s=0&cv=1&r=0&xywh=54%2C635%2C1460%2C1727	mensagem apresentada ao congresso representativo do estado em 23 de julho de 1912 pelo governador Vidal Jose' de Oliveira Ramos	Vidal José de Oliveira Ramos	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	23 de julho de 1912	180	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5333#?c=0&m=114&s=0&cv=1&r=0&xywh=54%2C635%2C1460%2C1727			colônia, colono, bugre, companhia, mato

139	RAMOS, Vidal José de Oliveira. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1913 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos.** 24 de julho de 1913. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=4&m=115&s=0&cv=1&r=0&xywh=-372%2C308%2C2075%2C2332	Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1913 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos	Vidal José de Oliveira Ramos	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	24 de julho de 1913	128	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=4&m=115&s=0&cv=1&r=0&xywh=197%2C501%2C1037%2C1165	serviço de proteção aos índios, abertura de picadas, atrair índios, aldeamentos,		colônia, colono, índio, bugre, companhia, mato
140	RAMOS, José de Oliveira**. Synopse apresentada pelo coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao Exm. Sr. Major João de Guimarães Pinho, presidente do congresso do estado ao passar-lhe o Governo, no dia 20 de junho de 1914**. 20 de junho de 1914. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=116&s=0&cv=1&r=0&xywh=-338%2C741%2C2011%2C2378	Synopse apresentada pelo coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao Exm. Sr. Major João de Guimarães Pinho, presidente do congresso do estado ao passar-lhe o Governo, no dia 20 de junho de 1914	Vidal José de Oliveira Ramos	João de Guimarães Pinho	informar	vários assuntos	Florianópolis	20 de junho de 1914	234	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=116&s=0&cv=1&r=0&xywh=261%2C970%2C1005%2C1189			colônia, colono, bugre, companhia, mato, tribus

141	PINHO, João Guimarães. **Mensagem do Major João Guimarães Pinho presidente do congresso representativo, no exercicio do cargo de governador apresentado ao mesmo congresso a synopse que lhe foi entregue pelo Exmo. Sr. Cel. Vidal José de Oliveira Ramos ao deixar o Governo do estado**. 1 de setembro de 1914. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=117&s=0&cv=12&r=0&xywh=-1129%2C-195%2C3937%2C2778	Mensagem do Major João Guimarães Pinho presidente do congresso representativo, no exercicio do cargo de governador apresentado ao mesmo congresso a synopse que lhe foi entregue pelo Exmo. Sr. Cel. Vidal José de Oliveira Ramos ao deixar o Governo do estado	João Guimarães Pinho	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	1 de setembro de 1914	13	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=117&s=0&cv=12&r=0&xywh=-1129%2C-195%2C3937%2C2778			colono
142	PINHO, João Guimarães. **Mensagem apresentada ao congresso representativo pelo Major João Guimarães Pinho presidente do mesmo congresso, no exercício do cargo de governador em 29de julho de 1915**. 29 de julho de 1915. Disponível: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=118&s=0&cv=1&r=0&xywh=7%2C545%2C1838%2C2173	Mensagem apresentada ao congresso representativo pelo Major João Guimarães Pinho presidente do mesmo congresso, no exercício do cargo de governador em 29de julho de 1915	João Guimarães Pinho	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	29 de julho de 1915	40	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=118&s=0&cv=1&r=0&xywh=7%2C545%2C1838%2C2173			colônia, colono, companhia, tribus,

143	SCHMIDT, Felippe. **mensagem apresentadaao congresso representativo, em 14 de agosto de 1916, pelo Dr Felippe Schmidt, governador do estado de Santa Catharina**. 14 de agosto de 1916. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=119&s=0&cv=1&r=0&xywh=-128%2C-353%2C2560%2C3026	mensagem apresentadaao congresso representativo, em 14 de agosto de 1916, pelo Dr Felippe Schmidt, governador do estado de Santa Catharina	Felippe Schmidt	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	14 de agosto de 1916	99	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=119&s=0&cv=1&r=0&xywh=-128%2C-353%2C2560%2C3026	serviço de proteção aos índios, incursão de bugres, colonos com medo de incursões de bugres,		colônia, colono, companhia, mato, tribus
144	SCHMIDT, Felippe. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1917, pelo Dr. Felippe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catharina.** 14 de agosto de 1917. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=120&s=0&cv=1&r=0&xywh=739%2C360%2C1481%2C1751	Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1917, pelo Dr. Felippe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catharina	Felippe Schmidt	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	14 de agosto de 1917	89	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=120&s=0&cv=1&r=0&xywh=739%2C360%2C1481%2C1751			colônia, colono,imigrante, companhia, mato
145	SCHMIDT, Felippe. **mensagem apresentada ao congresso representativo, em 8 de setembro de 1918, pelo Sr. General Dr. Felippe Schmidt, Governador do Estado de Santa**	mensagem apresentada ao congresso representativo, em 8 de setembro de 1918, pelo Sr. General Dr. Felippe Schmidt, Governador	Felippe Schmidt	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	8 de setembro de 1918	80	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=121&s=0&cv=2&r=0&xywh=1558%2C			colônia, colono, companhia, mato

	Catharina. 8 de setembro de 1918. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=121&s=0&cv=2&r=0&xywh=1558%2C220%2C1151%2C1361	do Estado de Santa Catharina									220%2C1151%2C1361			
146	LUZ, Hecilio Pedro da. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1919, pelo engenheiro Civil Hercilio Pedro da Luz, vice-governador, no exercício do cargo de governador do estado de Santa Catharina.** 22 de julho de 1919. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=122&s=0&cv=1&r=0&xywh=-141%2C-287%2C2808%2C3320	Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1919, pelo engenheiro Civil Hercilio Pedro da Luz, vice-governador, no exercício do cargo de governador do estado de Santa Catharina	Hercilio Pedro da Luz	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	22 de julho de 1919	65	crl	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=122&s=0&cv=1&r=0&xywh=-141%2C-287%2C2808%2C3320			colônia, colono, companhia, indigenas, tribus

147	LUZ, Hercilio Pedro da. **Mensagem apresenta ao Congresso Representativo, em 22 de Julho de 1920, pelo Engenheiro Civil Hercilio Pedro da Luz, vice-governador, no exercicio do cargo de governador do estado de Santa Catharina.** 22 de julho de 1920. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=123&s=0&cv=1&r=0&xywh=457%2C139%2C2266%2C2679	Mensagem apresenta ao Congresso Representativo, em 22 de Julho de 1920, pelo Engenheiro Civil Hercilio Pedro da Luz, vice-governador, no exercicio do cargo de governador do estado de Santa Catharina	Hercilio Pedro da Luz	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	22 de julho de 1920	70	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=123&s=0&cv=1&r=0&xywh=457%2C139%2C2266%2C2679			colônia, colono, companhia
148	LUZ, Hercilio Pedro da. **Mensagem apresenta ao Congresso Representativo, em 22 de Julho de 1921, pelo Engenheiro Civil Hercilio Pedro da Luz, vice-governador, no exercicio do cargo de governador do estado de Santa Catharina**. 22 de julho de 1921. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=124&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1%2C-176%2C2544%2C3007	Mensagem apresenta ao Congresso Representativo, em 22 de Julho de 1921, pelo Engenheiro Civil Hercilio Pedro da Luz, vice-governador, no exercicio do cargo de governador do estado de Santa Catharina	Hercilio Pedro da Luz	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	22 de julho de 1921	85	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5354#?c=0&m=124&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1%2C-176%2C2544%2C3007			bugre, companhia, índio

149	HORN, Raulino Julio Adolpho. **Mensagem apresentada ao congresso repressentativo, em 16 de agosto de 1922, pelo cronel Raulino Julio Adolpho Horn, presidente do mesmo Congresso no exercicio do gargo de governador do Estado de Santa Catharina**. 16 de agosto de 1922. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=4&m=125&s=0&cv=1&r=0&xywh=0%2C-144%2C2592%2C2912	Mensagem apresentada ao congresso representativo, em 16 de agosto de 1922, pelo cronel Raulino Julio Adolpho Horn, presidente do mesmo Congresso no exercicio do gargo de governador do Estado de Santa Catharina	Raulino Julio Adolpho Horn	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	16 de agosto de 1922	79	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=4&m=125&s=0&cv=1&r=0&xywh=0%2C-144%2C2592%2C2912			colono, bugre, companhia, selvagens
150	LUZ, Hercilio Pedro. **Mensagem apresentada ao conngresso representativo, em 22 de julho de 1923, pelo engenheiro Civil Hercilio Pedro da Luz, governador do Estado de Santa Catharina**. 22 de julho de 1923. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=126&s=0&cv=1&r=0&xywh=-137%2C-182%2C2737%2C3236	Mensagem apresentada ao conngresso representativo, em 22 de julho de 1923, pelo engenheiro Civil Hercilio Pedro da Luz, governador do Estado de Santa Catharina	Hercilio Pedro da Luz	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	22 de julho de 1923	73	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=126&s=0&cv=1&r=0&xywh=-137%2C-182%2C2737%2C3236			colônia, companhia, pedestres tribus

151	OLIVEIRA, Antonio Pereira da Silva e . **Mensagem apresentada ao congresso representativo, em 22 de julho de 1924, pelo coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, vice-governador, no exercicio do cargo de governador do Estado de Santa Catharina**. 22 de julho de 1924. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=127&s=0&cv=1&r=0&xywh=-137%2C-253%2C2737%2C3236	Mensagem apresentada ao congresso representativo, em 22 de julho de 1924, pelo coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, vice-governador, no exercicio do cargo de governador do Estado de Santa Catharina	Antonio Pereira da Silva e Oliveira	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	22 de julho de 1924	64	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=127&s=0&cv=1&r=0&xywh=-137%2C-253%2C2737%2C3236			colônia, colono, bugre, botocudo, companhia, tribus
152	OLIVEIRA, Antonio Pereira da Silva e. **mensagem apresentada ao congresso representativo, em 22 de julho de 1925, pelo coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, vice-governador no exefcicio do cargo de governador do estado de Santa Catharina**. 22 de julho de 1925. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=128&s=0&cv=1&r=0&xywh=-	mensagem apresentada ao congresso representativo, em 22 de julho de 1925, pelo coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, vice-governador no exefcicio do cargo de governador do estado de Santa Catharina	Antonio Pereira da Silva e Oliveira	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	22 de julho de 1925	66	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=128&s=0&cv=1&r=0&xywh=240%2C864%2C1150%2C1360	aldeamentos		colônia, bugre, botocudos, companhia

	355%2C674%2C2300%2C2720													
153	VIANNA, Antonio Vicente Bulcão. **Mensagem apresentada ao congresso representativo, em 21 de agosto de 1926, pelo cel. Dr. Antonio Vicente Bulcão Vianna, presdente do mesmo congresso, no exercicio do cargo de governador do estado de Santa Catharina.** 21 de agosto de 1926. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=129&s=0&cv=2&r=0&xywh=-113%2C0%2C1744%2C2062	Mensagem apresentada ao congresso representativo, em 21 de agosto de 1926, pelo cel. Dr. Antonio Vicente Bulcão Vianna, presdente do mesmo congresso, no exercicio do cargo de governador do estado de Santa Catharina	Antonio Vicente Bulcão Vianna	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	21 de agosto de 1926	84	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=129&s=0&cv=2&r=0&xywh=-113%2C0%2C1744%2C2062	catequese, aldeamentos,		colônia, índios, companhia
154	KONDER, Adolpho. **Mensagem apresentada ao congresso representativo, a 22 de julho de 1927, pelo dr. Adolpho Konder, governador do Estado de Santa Catharina**. 22 de julho de 1927. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=130&s=0&cv=1&r=0&xywh=-121%2C-201%2C2417%2C2858	Mensagem apresentada ao congresso representativo, a 22 de julho de 1927, pelo dr. Adolpho Konder, governador do Estado de Santa Catharina	Adolpho Konder	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	22 de julho de 1927	102	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=130&s=0&cv=1&r=0&xywh=-121%2C-201%2C2417%2C2858			colônia, colono, índio, companhia, mato

155	KONDER, Adolpho. **Mensagem apresentada a assembleia legislativa, a 29 de julho de 1928, pelo doutor Adolpho Konder, presidente do Estado de Santa Catharina**. 29 de julho de 1928. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=131&s=0&cv=1&r=0&xywh=-136%2C-257%2C2719%2C3215	Mensagem apresentada a assembleia legislativa, a 29 de julho de 1928, pelo doutor Adolpho Konder, presidente do Estado de Santa Catharina	Adolpho Konder	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	29 de julho de 1928	106	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=131&s=0&cv=1&r=0&xywh=-136%2C-257%2C2719%2C3215			colônia, colono, companhia, pedestres, mato, tribus,
156	KONDER, Adolpho. **Mensagem apresentada a assembleia legislativa, a 11 de agosto de 1929, pelo doutor Adolpho Konder, presidente do Estado de Santa Catharina**. 11 de agosto de 1929. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=132&s=0&cv=2&r=0&xywh=-458%2C-139%2C2339%2C2765	Mensagem apresentada a assembleia legislativa, a 11 de agosto de 1929, pelo doutor Adolpho Konder, presidente do Estado de Santa Catharina	Adolpho Konder	congresso representativo de Santa Catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	11 de agosto de 1929	110	crl	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=132&s=0&cv=2&r=0&xywh=-458%2C-139%2C2339%2C2765			colônia, colono, companhia, mato
157	VIANNA, Antonio Vicente Bulcão. **Mensagem apresentada á assembléa legislativa, em 22 de julho de 1930, pelo general Dr. Antonio Vicente Bulcão Vianna, presidente da mesma assembléa, no**	Mensagem apresentada á assembléa legislativa, em 22 de julho de 1930, pelo general Dr. Antonio Vicente Bulcão Vianna, presidente da mesma assembléa, no	Antonio Vicente Bulcão Vianna	Assembleia legislativa do estado de santa catharina	informar	vários assuntos	Florianópolis	22 de julho de 1930	74	CRL	http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=133&s=0&cv=2&r=0&xywh=-176%2C63			colônia, colono, companhia, tribus

	exercício do cargo de Presidente do Estado de Santa Catarina. 22 de julho de 1930. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=&item_id=5364#?c=0&m=133&s=0&cv=2&r=0&xywh=-176%2C63%2C2052%2C2426	exercício do cargo de Presidente do Estado de Santa Catarina									%2C2052%2C2426			
158	STAWIARSKI, Etiene. **Carta a Geraldo Pio di Savóia, Consul Geral da Itália em Florianápolis**. 24 de agosto de 1900 *in* LOTTIN, Jucely. Colônia Imperial Grão-Pará: 120 anos. Grão Pará: Prefeitura Municipal, 2002.	carta	Etiene Stawiarski	Geraldo Pio di Savóia (Consul Geral da Itália em Florianápolis)	informar	vários assuntos	-	24 de agosto de 1900	3	Lottin, 2002	p.142-143	empresa colonizadora, colônia Grão-Pará, estabelecimento de colonos, ataques de índios,		
159	STAWIARSKI, Etiene. **Carta a JJ Antunes Braga**. 1895 *in* LOTTIN, Jucely. Colônia Imperial Grão-Pará: 120 anos. Grão Pará: Prefeitura Municipal, 2002.	carta	Etiene Stawiarski	JJ Antunes Braga	informar	vários assuntos	-	1895	2	Lottin, 2002	p.146-147	bugres ferem colonos, bugres matam colonos, expediçã o contra bugres, matam e ferem bugres, apresamento de crianças, espolios de guerra,		

												colonos com medo de bugres saem da colônia, construção de estrada,		

OBSERVAÇÃO: os documentos destacados em vermelho apresentaram as palavras-chave buscadas no documento, mas ao analisa-los mais a fundo percebemos que não possuíam relação com o tema de pesquisa, desta forma foram descartados.

LEGENDA:

Número do documento = número de identificação (nome do arquivo).

Referência bibliográfica = referência de acordo com as normas da ABNT.

Tipo de documento = ex.: carta, decreto-lei, testamento, etc.

Emissor = Autor do documento.

Destinatário = a quem se destinou.

Função = remete a intencionalidade, relaciona-se à espécie documental.

Ação= tema, assunto do documento.

Data tópica = local onde o documento foi gerado.

Data cronológica = dia, mês, ano da compilação do documento

Quantidade de Páginas = número de páginas do documento.

Localização = nome do arquivo

Notação de localização = local onde foi armazenado o documento

Temas

Observações

Palavras-Chave buscadas nos documentos

ANEXOS

ANEXO A – Listas dos sítios arqueológicos presentes nos municípios que fizeram parte da Colônia Grão-Pará

SÍTIO	COORDENADAS UTM	Tradição tecnológica	tipo	DATAÇÃO
Armazém				
SC-ARM-01	697182/6871466	Umbu	lítico	-
SC-ARM-02	692740/6869945	Umbu	abrigo	-
SC-ARM-03	696945/6877072	Taquara/Itararé	estrutura subterrânea	-
Braço do Norte				
São José	679297/6880193	Umbu	lítico	-
SC-BNT-02	680693/6876829	Umbu	lítico	-
SC-BNT-03	680455/6875427	Taquara/Itararé	estrutura subterrânea	-
SC-BNT-04	681513/6873152	Umbu	lítico	-
SC-BNT-05	681343/6873247	Umbu	lítico	-
SC-BNT-06	680727/6875156	Umbu	lítico	-
Grão-Pará				
SC-Grão Pará-01	673636/6884712	Umbu	lítico	-
SC-Grão Pará-02	673394/6884965	Umbu	lítico	-
SC-Grão Pará-03	672199/6884615	Umbu	lítico	-
SC-Grão Pará-04	664597/6883628	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-Grão Pará-05	664229/6883732	Umbu	lítico	-
SC-GP-06	666379/6880803	Umbu	lítico	-
SC-GP-07	666840/6880627	Umbu	lítico	-
SC-GP-08	665183/6881504	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-GP-09	671232/6881694	Umbu	mancha escura sem lítico	-
SC-GP-10	668343/6881344	Umbu	Mancha escura com lítico	-
SC-GP-11	666172/6882864	Umbu	Mancha escura sem lítico	-
SC-GP-12	667345/6881913	Umbu	lítico	-
SC-GP-13	671922/6884543	Umbu	abrigo	-
SC-GP-14	666431/6879674	Umbu	mancha escura sem lítico	Cal BP 1000 a 900 – BETA: 242799

SC-GP-15	668713/6879236	Umbu	Mancha escura com lítico	-
Santos Pazetto I	671645/6884647	Umbu	Mancha escura com lítico	-
Santos Pazetto II	671750/6884757	Umbu	Mancha escura com lítico	-
Santos Pazetto III	671625/6884870	Umbu	Mancha escura com lítico	-
Benjamin Picler	671548/6887008	Umbu	lítico	-
Estrutura subterrânea	663079/6894528	Umbu e Taquara/Itararé	estrutura subterrânea	-
Engenho de Farinha Benjamin Picler	671450/6886986	Umbu	lítico	-
René Edman Margotti	675500/6881867	Umbu	lítico	-
Laércio Oenning Meurer	671963/6884572	Umbu	lítico	-
GP-AB-01	664832/6879509	Umbu	lítico	-
GP-AB-02	664745/6879678	Umbu	lítico	-
GP-AB-03	664162/6878785	Umbu	lítico	-
Sítio Cerâmico Serra do Corvo Branco	661929/6895174	Umbu e Taquara/Itararé	Lítico e cerâmico	-
Lítico alto Aiurê I	664390/6893547	Umbu e Taquara/Itararé	mancha escura com lítico e estrutura semi-subterrânea	-
Lítico alto Aiurê II	665482/6892959	Umbu	Mancha escura com lítico	-
Rio Cachoeirinhas 1	671852/6876002	Umbu	lítico	-
Rio Cachoeirinhas 3	672790/6875295	Umbu	lítico	-
Rio Cachoeirinhas 4	673196/6875477	Umbu	lítico	-
Rio Cachoeirinhas 5	673782/6876140	Umbu	lítico	-
Rio Cachoeirinhas 6	673439/6875918	Umbu	lítico	-
Orleans				
Orleans I	-	Taquara/Itararé	habitação com material lítico	-
Orleans II	-	Taquara/Itararé	habitação com cerâmica e Lítico	-
Orleans III	-	Taquara/Itararé	habitação com material lítico	-
Orleans IV	-	Taquara/Itararé	abrigo sob rocha com material lítico	-
Pindotiba I	673983/6856767	Umbu	acampamento com lítico	-

Pindotiba II	675336/6857256	Umbu	acampamento com lítico	-
Pindotiba III	675487/6858112	Umbu	acampamento com lítico	-
Pindotiba IV	675599/6858599	Umbu	acampamento com lítico	-
Pindotiba V	675800/6858628	Umbu	acampamento com lítico	-
Pindotiba VI	675645/6858482	Umbu	acampamento com lítico	-
Pindotiba VII	674073/6859533	Umbu	acampamento com lítico	-
Pindotiba VIII	674004/6857878	Umbu	acampamento com lítico	-
Pindotiba IX	674095/6857692	Umbu	acampamento com lítico	-
Pindotiba X	673951/6858127	Umbu	acampamento com lítico	-
Pidotiba XI	674026/6858287	Umbu	acampamento com lítico	-
Pindotiba XII	673970/6858030	Umbu	acampamento com lítico	-
Pindotiba XIII	674079/6859182	Umbu	acampamento com lítico	-
Pindotiba XIV	674340/6859575	Umbu	acampamento com lítico	-
Pindotiba XV	674238/6859541	Umbu	acampamento com lítico	-
SC-OR-RF-01	669803/6870997	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-02	671601/68709801	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-03	673280/6871741	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-04	672387/6871370	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-05	672606/6871437	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-06	673757/6871531	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-07	669803/6870997	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-08	674866/6869658	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-09	674866/6869658	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-10	676160/6870197	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-11	676015/6871261	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-12	674234/6869880	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-13	674168/6869829	Umbu	mancha escura com lítico	-

SC-OR-RF-14	673596/6872226	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-15	672176/6870378	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-16	671882/6869305	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-17	671323/6869821	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-18	672374/6869947	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-19	669554/6871161	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-20	671002/6872529	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-21	673549/6870177	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-22	675260/6870111	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-23	673644/6870474	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-24	671884/6871463	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-25	673961/6871322	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-26	673407/6869781	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-27	674406/6871161	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-28	674355/6871236	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-29	674397/6870915	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-30	674547/6871473	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-31	674520/6871508	Umbu	lítico com montículo	-
SC-OR-RF-32	674391/6870152	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-33	674306/6869919	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-34	674348/6870202	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-35	674124/6870516	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-36	674047/6871025	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-37	673111/6870577	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-38	673280/6871741	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-39	672835/6870375	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-40	672540/6870108	Umbu	mancha escura com lítico	-

SC-OR-RF-41	672460/6870393	Taquara/Itararé	estrutura subterrânea com lítico	-
SC-OR-RF-42	672189/6870510	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-43	672108/6870410	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-44	671600/6869534	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-OR-RF-45	671352/6869202	Umbu	mancha escura com lítico	-
Rio Fortuna				
SC-RIO FORTUNA-01	78511/6886894	Umbu	mancha escura com lítico	mancha 1 1.180 a 970 anos Cal AP, mancha 2 980 a 790 anos Cal AP
SC-RIO FORTUNA-02	677927/6886470	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-RIO FORTUNA-03	678028/6886627	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-RIO FORTUNA-04	677777/6886097	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-RIO FORTUNA-05	677601/6885437	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-06	678897/6886916	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-RIO FORTUNA-07	677316/6887421	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-RIO FORTUNA-08	673232/6886223	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-09	674673/6883860	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-10	675367/6884503	Umbu	mancha escura sem lítico	-
SC-RIO FORTUNA-11	677036/6885934	Umbu	mancha escura sem lítico	920 a 730 anos Cal AP
SC-RIO FORTUNA-12	677056/6888527	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-RIO FORTUNA-13	679398/6888271	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-14	680118/6889137	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-15	681970/6888289	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-16	681821/6887067	Umbu e Taquara/Itararé	casa subterrânea com lítico	-
SC-RIO FORTUNA-17	681857/6887030	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-18	681680/6886669	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-19	681768/6886515	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-20	681630/6885854	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-21	681689/6885058	Umbu	lítico	-

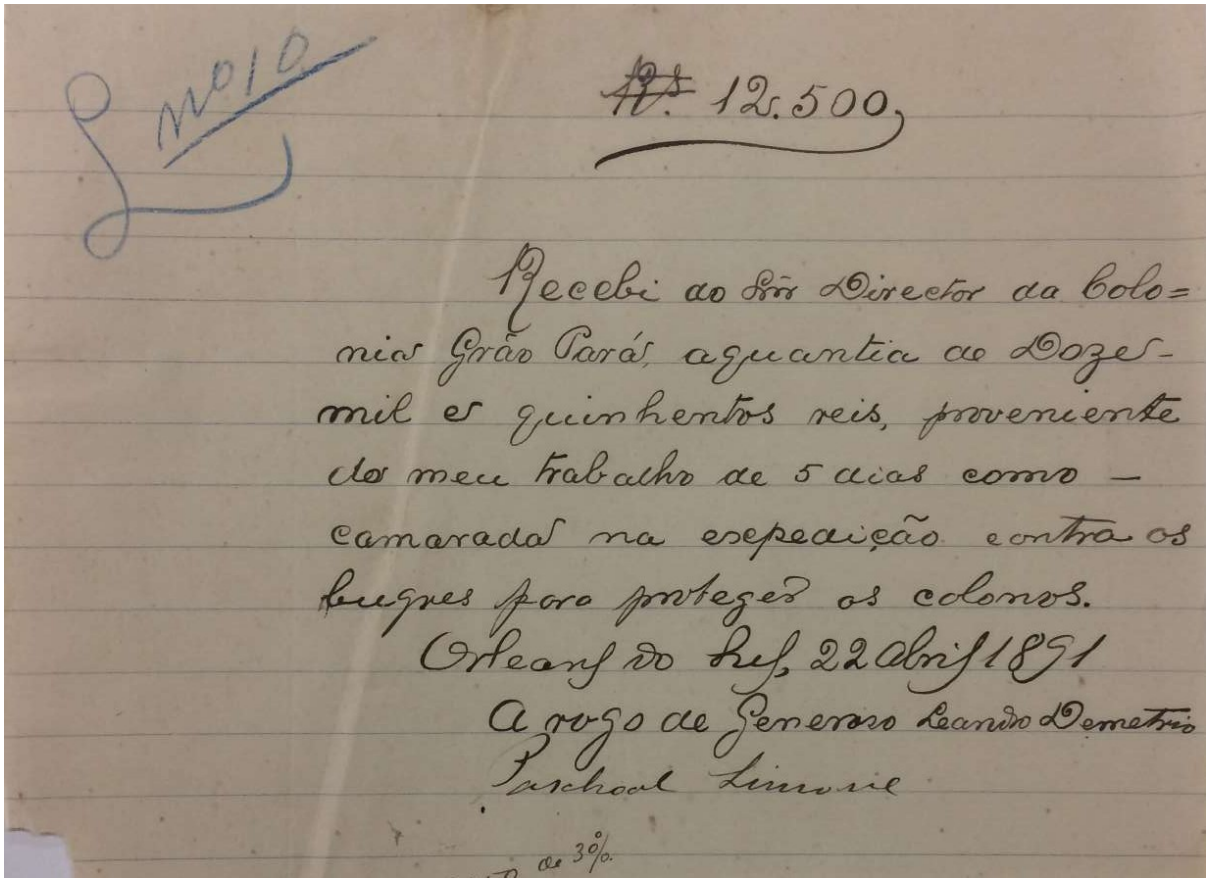
SC-RIO FORTUNA-22	680448/6878334	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-23	680521/6878043	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-24	680375/6877892	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-25	681379/6886753	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-RIO FORTUNA-26	682037/6883117	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-27	681824/6882677	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-28	680330/6879040	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-29	680281/6877504	Umbu e Taquara/Itararé	estrutura subterrânea com mancha escura e lítico	-
SC-RIO FORTUNA-30	681936/6887360	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-31	681952/6887308	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-32	681862/6886609	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-33	681830/6886800	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-34	681777/6886477	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-35	680752/6886781	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-36	681822/6886707	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-37	681822/6886707	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-38	680825/6885978	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-39	681381/6885983	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-40	682726/6884340	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-41	682858/6884076	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-42	683129/6884257	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-43	682649/6883488	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-44	680203/6883740	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-45	680192/6883393	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-46	680031/6880282	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-47	681295/6879005	Umbu	lítico	-
SC-RIO FORTUNA-48	685367/6882101	Umbu	lítico	-

Santa Rosa de Lima				
Rio do Meio	683205/6899285	Umbu	lítico	-
Santa Rosa de Lima I	682113/6891645	Umbu	lítico	-
Santa Rosa de Lima II	682000/6891704	Umbu	lítico	-
Santa Rosa de Lima III	682110/6892270	Umbu	lítico	-
Sítio Arqueológico Nova Fátima I	684065/6893488	Umbu	lítico	-
Sítio Arqueológico Nova Fátima II	683562/6893840	Umbu	mancha escura com lítico	-
Sítio Arqueológico Nova Fátima III	682645/6892818	Umbu	lítico	-
Sítio Arqueológico Rio Bravo Baixo I	683174/6890941	Umbu	lítico	-
Sítio Arqueológico Rio Bravo Baixo II	682711/6889189	Taquara/Itararé	estrutura subterrânea	-
Sítio Arqueológico Rio Bravo Baixo III	682912/6889445	Umbu	lítico	-
Sítio Arqueológico Sta. Rosa de Lima IV	682011/6891666	Umbu	lítico	-
São Ludgero				
São Ludgero I	680270/6865410	Umbu	lítico	-
São Martinho				
Vargem do Cedro I	-	Umbu	mancha escura	-
Vargem do Cedro II	-	Umbu	lítico	-
Vargem do Cedro III	-	Umbu	mancha escura	-
Vargem do Cedro IV	-	Umbu	lítico	-
Vargem do Cedro V	-	Umbu	lítico	-
Vargem do Cedro VI	-	Umbu	mancha escura	-
Vargem do Cedro VII	-	Umbu	mancha escura	-
SC-SÃO MARTINHO-01-Guido Michels	700253/6878915	tupi-Guarani	mancha escura, lítico e cerâmica	-
SC-SÃO MARTINHO-02-Leopoldo Rocha	698115/6878000	Tupi-Guarani e Umbu	cerâmico e lítico	-
SC-SM-01	699543/6887915	Umbu	lítico	-
SC-SM-02	699919/6889065	Umbu	lítico	-

SC-SM-06	701279/6889317	Umbu	lítico	-
SC-SM-07	699608/6889018	Umbu	lítico	-
SC-SM-09	700153/6885863	Umbu	lítico	-
SC-SM-10	698828/6888912	Umbu	lítico	-
SC-SM-11	-	Umbu	lítico	-
SC-SM-14	699145/6888760	Umbu	lítico	-
SC-SM-15	698529/6888989	Umbu	lítico	-
SC-SM-16	698577/6883355	Umbu	-	-
SC-PEST-49	-	Umbu	-	-
SC-PEST-50	-	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-PEST-51	-	Umbu	mancha escura	-
SC-PEST-52	-	Umbu	mancha escura	-
SC-PEST-53	-	Umbu	mancha escura com lítico	-
SC-PEST-54	-	Umbu	-	-
SC-PEST-55	-	Umbu	mancha escura	-
SC-PEST-56	-	Umbu	mancha escura	-
SC-PEST-57	-	Umbu	mancha escura com lítico	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Farias e Kneip (2010).

ANEXO B – Recibos de pagamentos da Empresa Colonizadora aos bugreiros disponíveis no Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI



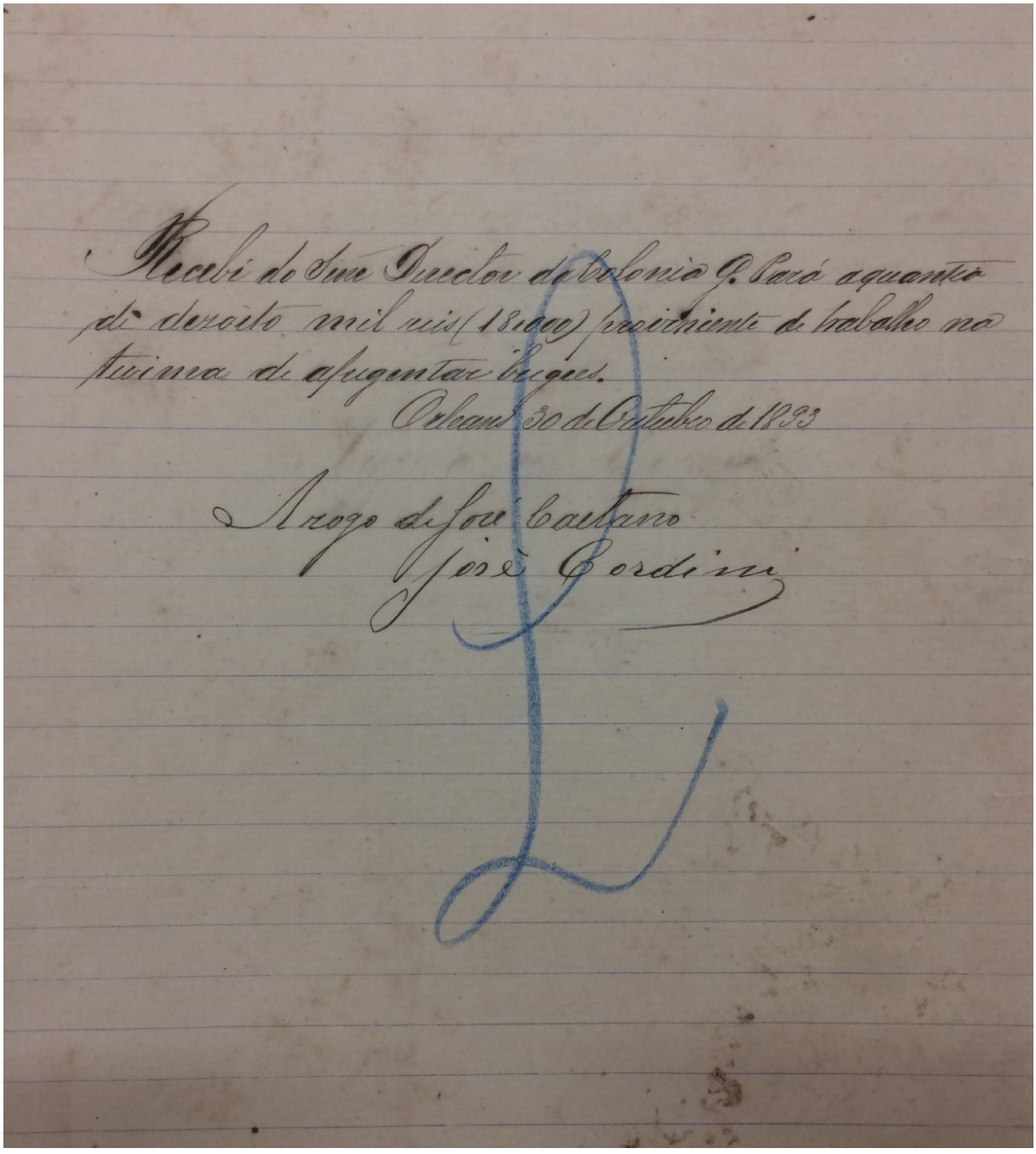
$ 1$ 12.500

Recebi do Sñr Director da Colonia Grão Pará, a quantia de Doze mil e quinhentos reis, proveniente do meu trabalho de 5 dias como camarada na espedição contra os bugres para proteger os colonos.

Orleans do Rfs. 22 Abril 1891

A rogo de Generoso Leandro Demetrio Paschoal Limonic

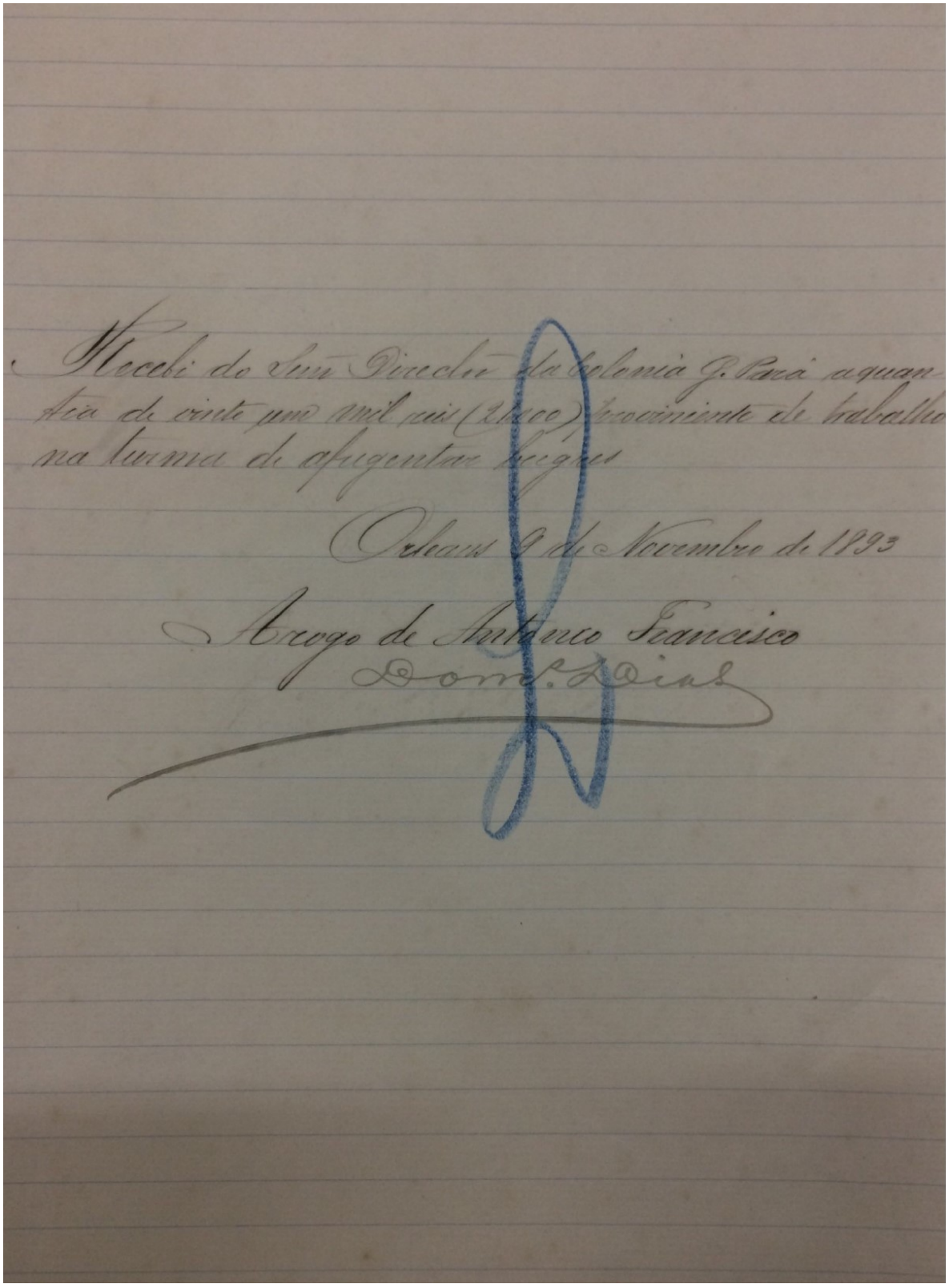
de 3%



Recebi do Snr Director da Colonia G. Pará aquantia de dezoito mil reis (18$000) proveniente de trabalho na fazenda de apagentar tijolos.

Orleans 30 de Outubro de 1893

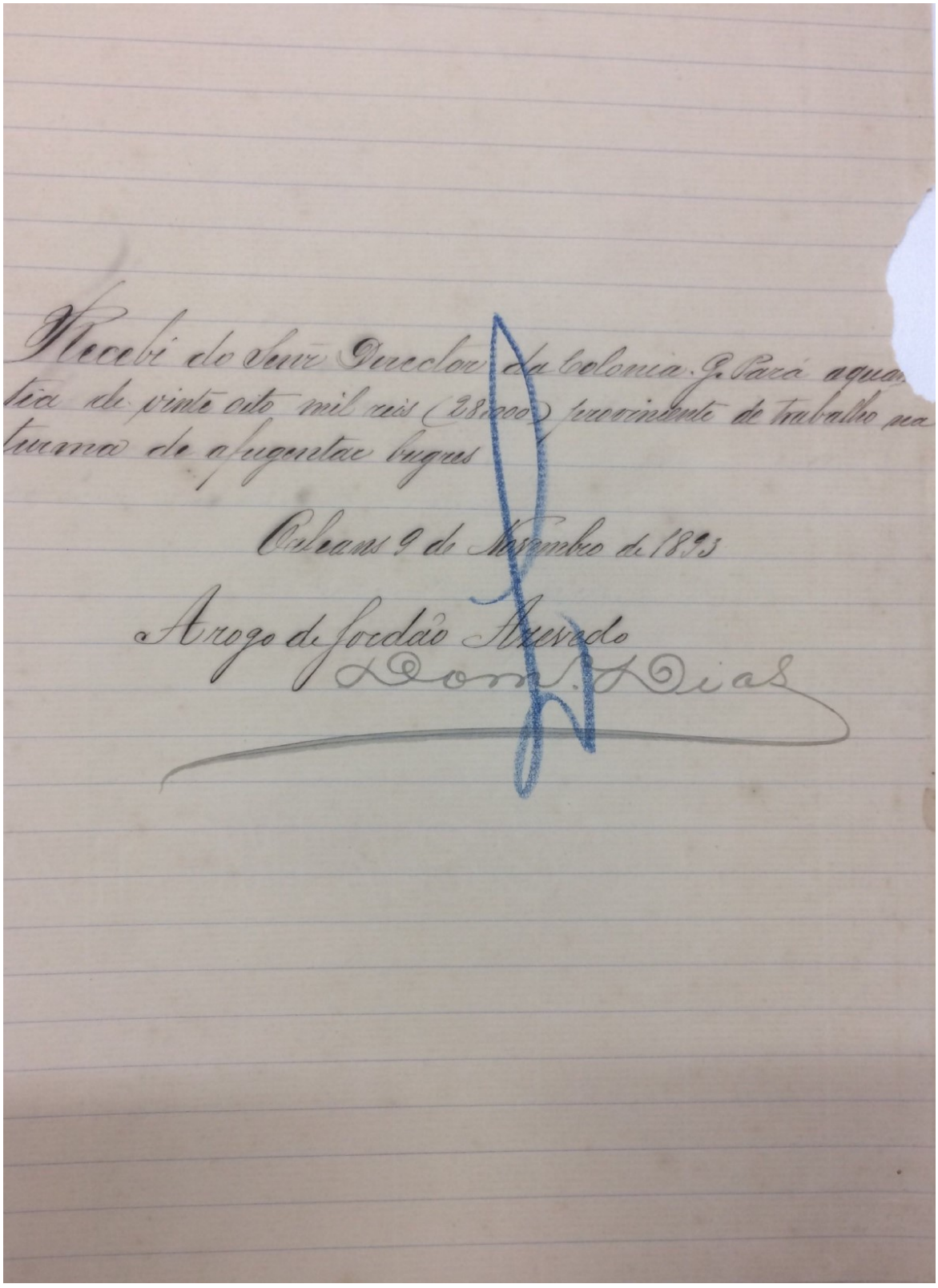
A rogo de José Caetano
José Cordini



Recebi do Snr Director da Colonia G. Pará a quantia de cinto mil reis (25$00) provinente de trabalho na lavoura de augmentar lenha

Orleans 9 de Novembro de 1893

Arrogo de Antonio Francisco
Dom. Dias

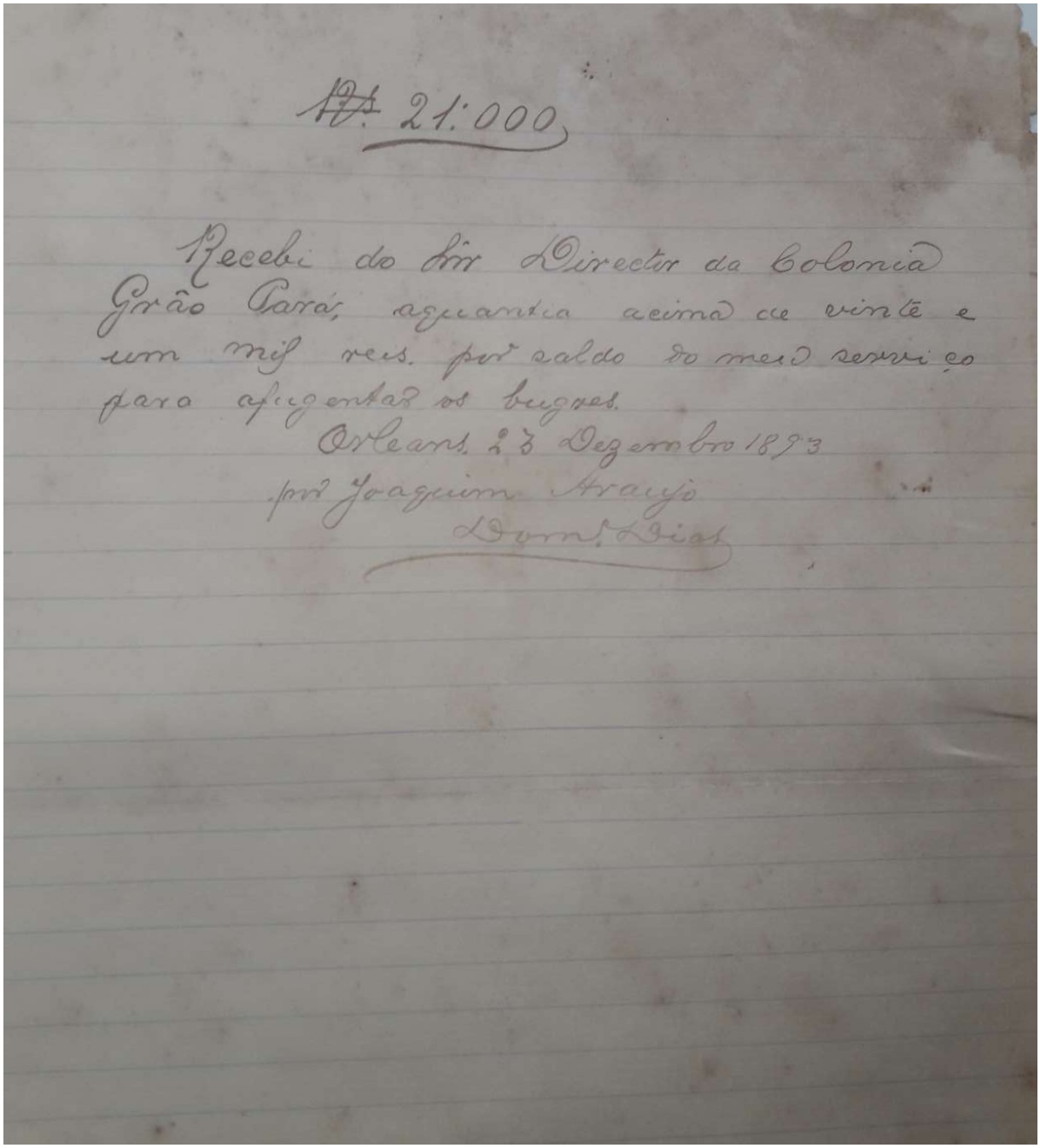


Recebi do Snr Director da Colonia G. Pará a quantia de vinte oito mil reis (28$000) importante de trabalho na lavoura de algumas braços

Orleans 9 de Novembro de 1895

Arrogo de Jordão Azevedo

Dom. Dias



Rs 21:000

Recebi do Sr Director da Colonia Grão Pará, aquantia acima de vinte e um mil reis. por saldo do meio serviço para apigentar os bugres.

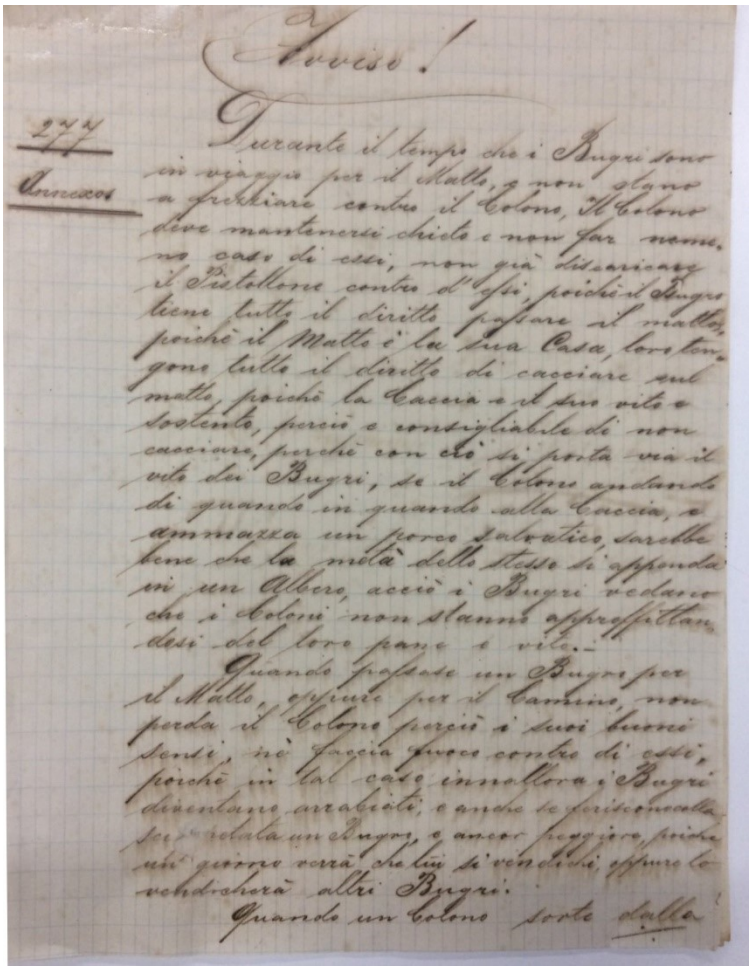
Orleans 23 Dezembro 1893

pr Joaquim Araujo

Dorn.l Dias

Fonte: Centro de Documentação Plinio Benicio- CEDOHI. Museu ao Ar Livre Princesa Isabel. Orleans/SC.

ANEXO C – Documento da Colônia Grão-Pará orientando os colonos sobre como proceder em relação a presença dos Laklãnõ/Xokleng



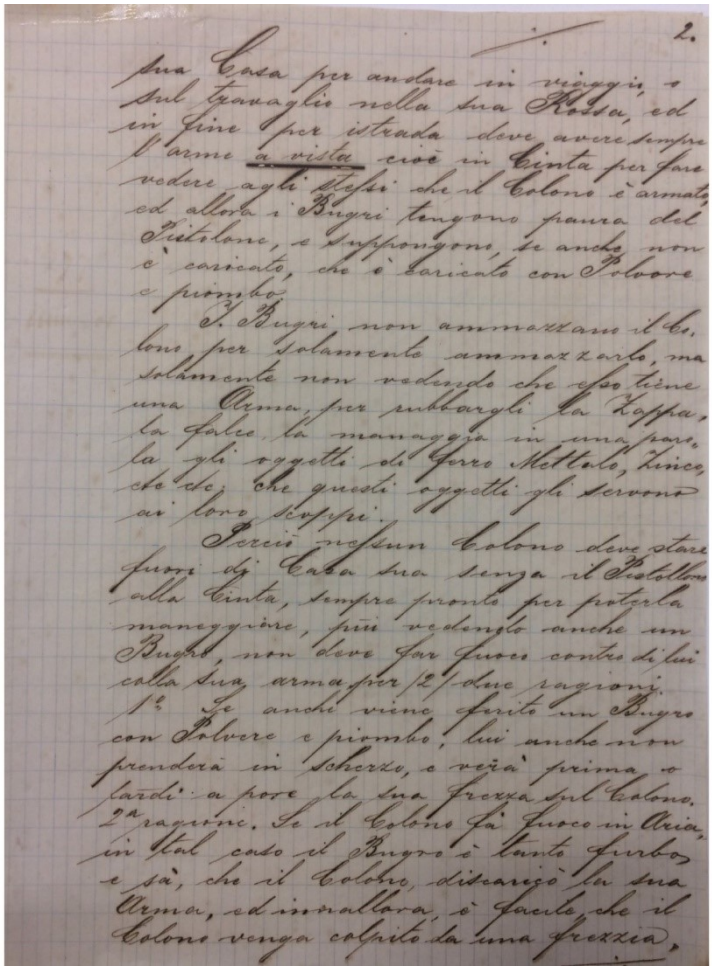
Avviso!

277
Annexo

Durante il tempo che i Bugri sono in viaggio per il Matto, e non alcuno a frekkiare contro il Colono, il Colono deve mantenersi chieto e non far rumore, in caso di essi, non già disarmare il Fistallone contro d'essi, poichè il Bugre tiene tutto il diritto passare il matto, poichè il Matto è la sua Casa, come tiene tutto il diritto di cacciare sul matto, poichè la Caccia è il suo vito e sostente, perciò è constigliabile di non cacciare, perchè con ciò si porta via il vito dei Bugri, se il Colono andando di quando in quando alla Caccia, e ammazza un porco salvatico, sarebbe bene che la metà detto stesso si appenda in un Albero, acciò i Bugri vedano che i Coloni non stanno approfittandosi del loro pane e vite.

Quando passase un Bugre per il Matto, oppure per il Camino, non perda il Colono perciò i suoi buoni sensi, nè faccia fuoco contro di essi, poichè in tal caso immediata i Bugri diventano arrabiati, e anche se prisioneri alla prima relata un chugor, e ancor peggiore poichè un giorno verrà che lui si vendichi, oppure vendicherà altri Bugri.

Quando un Colono sorte dalla



2.

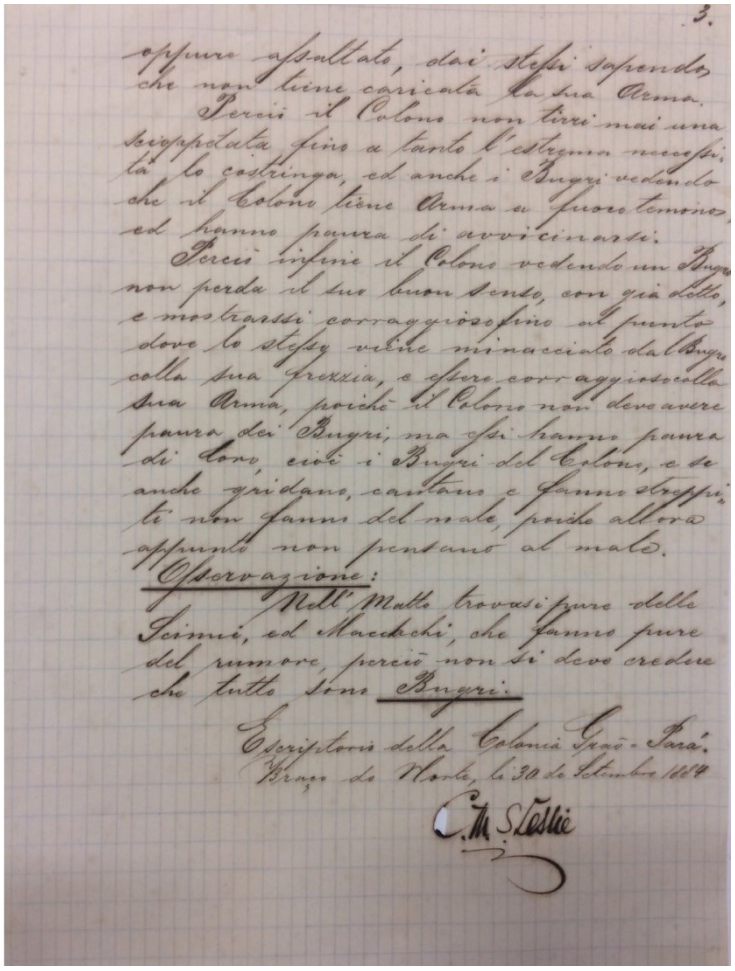
sua Casa per andare in viaggio, o sul Travaglio nella sua Rossa, ed in fine per istrada deve avere sempre l'arme a vista cioè in Cinta per fare vedere agli stessi che il Colono è armato, ed allora i Bugri tengono paura del Pistolone, e supponono, se anche non è caricato, che è caricato con Polvere e piombo.

I Bugri non ammazzano il Colono per solamente ammazzarlo, ma solamente non vedendo che esso tiene una Arma, per rubbargli la Zappa, la Falce, la managgia in una parola gli oggetti di Ferro Mettalo, Tinca, etc etc; che questi oggetti gli servono ai loro scopi.

Perciò nessun Colono deve stare fuori di Casa sua senza il Pistollone alla Cinta, sempre pronto per poterla maneggiare, più vedendo anche un Bugro, non deve far fuoco contro di lui colla sua arma per 2 / due ragioni.

1ª Se anche viene ferito un Bugro con Polvere e piombo, lui anche non prenderà in scherzo, e veza prima o tardi a pore la sua Freza sul Colono.

2ª ragione. Se il Colono fà fuoco in Aria, in tal caso el Bugro è tanto furbo, e sà, che il Colono, discaricò la sua Arma, ed in mattora è facile che il Colono venga colpito da una freccia,



3.

oppure appattato, dai stessi sapendo
che non tiene caricata la sua Arma.

Perciò il Colono non tirerà mai una
schioppettata fino a tanto l'estrema necessità
lo costringa, ed anche i Bugri vedendo
che il Colono tiene Arma a suo commando,
ed hanno paura di avvicinarsi.

Perciò infine il Colono vedendo un Bugre
non perda il suo buon senso, con già detto,
e mostrassi coraggioso fino al punto
dove lo stesso viene minacciato dal Bugre
colla sua freccia, e spare coraggiosa colla
sua Arma, poichè il Colono non deve avere
paura dei Bugri, ma si hanno paura
di loro, cioè i Bugri del Colono, e se
anche gridano, cantano e fanno strepi-
ti non fanno del male, poichè allora
appunto non pensano al male.

Osservazione:

Nell' Matto trovasi pure delle
Scimie, ed Macacchi, che fanno pure
del rumore, perciò non si deve credere
che tutto sono Bugri.

Escriptorio della Colonia Grão-Pará.
Braço do Norte, li 30 de Setembro 1869

C. M. Stellfeld

Fonte: Centro de Documentação Plinio Benicio- CEDOHI. Museu ao Ar Livre Princesa Isabel. Orleans/SC.